

INÊS LACERDA ARAÚJO

**LINGUAGEM E REALIDADE:
DO SIGNO AO DISCURSO**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Doutor em Letras, área de Estudos Lingüísticos.

Orientador: Prof. Dr. José Borges Neto

CURITIBA

2001



PARECER

Defesa de tese da doutoranda INÊS LACERDA ARAUJO, para obtenção do título de **Doutora em Letras**.

Os abaixo assinados José Borges Neto, Carlos Alberto Faraco, Kanavillil Rajagopalan, Bortolo Valle e Jorge de Albuquerque Vieira argüíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a tese:

“LINGUAGEM E REALIDADE: DO SIGNO AO DISCURSO.”

Procedida a argüição segundo o protocolo aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Doutora em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	Conceito
José Borges Neto		A
Carlos Alberto Faraco		A
Kanavillil Rajagopalan		A
Bortolo Valle		A
Jorge de Albuquerque Vieira		A

Curitiba, 12 de dezembro de 2001.

Prof.^a Marilene Weinhardt
Vice-Coordenadora

"O mundo não fala, apenas nós falamos. Desde que fomos programados com uma linguagem, o mundo pode levar-nos a aderir a crenças. Mas não poderia fornecer uma linguagem para que nós falássemos. Apenas outros seres humanos podem fazê-lo".

(Richard Rorty: Contingence, Irony, Solidarity, 1989).

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
I - SIGNO E REFERÊNCIA.....	9
1.A PROBLEMÁTICA DA LINGUAGEM	9
1.1. Breve Esboço Histórico.....	9
2. SIGNO E REFERÊNCIA	17
2.1. O Signo Lingüístico	17
2.2. O Problema da Referência para Saussure.....	20
3. CONCEITO E OBJETO.....	25
4. OS LIMITES DA SEMÂNTICA.....	28
5. A CONTRIBUIÇÃO DE PEIRCE	33
5.1 O esquema triangular de Peirce.....	33
5.2. As três categorias do signo.....	34
II - AS SENTENÇAS: SIGNIFICAÇÃO, VERDADE E REFERÊNCIA.....	42
1. SIGNIFICAR E NOMEAR	42
2. REFERIR DIFERE DE SIGNIFICAR: FREGE.....	47
3. A SOLUÇÃO DE RUSSELL AO PROBLEMA DA DENOTAÇÃO	53
4. O PARALELISMO ENTRE LINGUAGEM E REALIDADE PARA WITTGENSTEIN NO TRACTATUS LOGICO PHILOSOPHICUS	56
5. A REFERÊNCIA DIRETA NA ABORDAGEM NEOFREGEANA	63
6. KRIPKE E A RIGIDEZ REFERENCIAL.....	70
7. CONSEQÜÊNCIAS DO SEMANTICISMO	78
III. A REVOLUÇÃO WITTGENSTEINIANA: OS ATOS DE FALA.....	85
1. O WITTGENSTEIN DE INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS	85
1.1. O Paradigma Pós-metafísico	86
1.2 Fim do Primado da Lógica e da Metafísica.....	87
1.3. Os Jogos de Linguagem	91
1.4. O Problema da Referência.....	97
1.5. Crítica à Linguagem Privada.....	103
2. A CRÍTICA DE STRAWSON À TEORIA DAS DESCRIÇÕES DE RUSSELL.....	105
3. AUSTIN E A ILOCUCIONALIDADE.....	109
3.1. Constativos e Performativos.....	110
3.2. Os Atos de Discurso	111
3.3. As Afirmações.....	113
4. A REFERÊNCIA COMO ATO DE FALA PARA SEARLE	118
IV - A CONTROVÉRSIA EXTERNALISMO X INTERNALISMO.....	121
1. DEWEY: O SIGNIFICADO COMO FUNÇÃO DO COMPORTAMENTO COOPERATIVO	122
2. A INESCRUTABILIDADE DA REFERÊNCIA PARA QUINE.....	126
2.1. O Problema Ontológico.....	127
2.2. A Relatividade Ontológica	131

3. DAVIDSON E A INTERPRETAÇÃO RADICAL.....	137
4. PUTNAM E A QUESTÃO DA FIXAÇÃO DA REFERÊNCIA	146
5. INTERNALISMO E REFERÊNCIA PARA CHOMSKY	154
6. POR QUE UMA TEORIA DA REFERÊNCIA É DISPENSÁVEL, SEGUNDO O PRAGMATISMO	163
<i>V - REFERÊNCIA E DISCURSO : O PAPEL DA PRAGMÁTICA</i>	<i>167</i>
1. UMA MUDANÇA DE ENFOQUE	167
2. DA REFERÊNCIA AO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO.....	170
3. A NOÇÃO DE DISCURSO EM FOUCAULT.....	178
3.1. Por que Análise do Discurso?	178
3.2. Enunciado e Discurso.....	181
3.3. Formação Discursiva.....	182
3.4. A Função Sujeito.....	185
3.5. O Referencial e o Domínio Associado	186
3.6. A Materialidade Discursiva.....	190
3.7. O Conceito de Discurso.....	191
3.8. O Poder do Discurso	193
3.9. Avaliando Conseqüências da Análise Foucaultiana do Discurso	197
4. A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS: A VIRADA LINGÜÍSTICA E A VIRADA PRAGMÁTICA	203
4.1 Da Semântica à Pragmática	204
4.2 Ação Comunicativa e Ação Estratégica	206
4.3 A Teoria da Ação Comunicativa como Implicando uma Teoria Sociológica	213
<i>CONCLUSÕES</i>	<i>217</i>
<i>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</i>	<i>229</i>

RESUMO

Esta tese aborda a relação entre linguagem e realidade, percorrendo os níveis do signo lingüístico, da proposição, do ato de fala, e, finalmente, do discurso. Pressupomos que a questão da referência torna-se crucial a partir de fins do século XIX, e hoje, com a pragmática, dissolve-se como questão primordial, o que traz conseqüências proveitosas para a lingüística e para a filosofia da linguagem. Analisamos a contribuição do estruturalismo de veio saussureano, a noção de interpretante de Peirce, a relação da proposição com a realidade em Frege, Russell e no primeiro Wittgenstein. O ponto de virada é a noção de jogo de linguagem de Wittgenstein II. A análise passa a acentuar o papel do locutor situado, do uso lingüístico, de modo que a proposição, como fica claro com Austin, passa de central e apenas um entre os atos de fala com valor ilocucionário. Também o pragmatismo contemporâneo, de Quine a Davidson, mostra a inescrutabilidade da referência. Na contraposição entre as posições externalista e internalista (Chomsky), mostramos que a primeira dá melhor conta da relação linguagem/realidade. No último capítulo, ressaltamos a importância da análise do discurso, através de dois de seus principais representantes, Foucault e Habermas. Em que pesem suas diferenças, ambos conduzem a discussão para o terreno político, para o poder do discurso. A linguagem é contingente, mas, ao mesmo tempo, é pelo discurso que o dizer assume uma força, enquanto poder (Foucault) e enquanto ação comunicativa (Habermas).

ABSTRACT

This thesis is a study about the relation between language and reality, searching through the levels of the linguistic sign, the proposition, the speech act and, finally, the discourse. We presuppose that the question of reference became a crucial one since the end of the 19th century. Nowadays, with the pragmatics, it has been dissolved as a prime question, what brings rich consequences for both Linguistics and Philosophy of Language. We analyse first the contribution of the saussurean structuralist position on sign, the notion of interpret of Peirce, the relation between proposition and reality in the conception of Frege, Russel and Wittgenstein I. The turning point is the notion of linguistic game, as it is developed by Wittgenstein II. Since then, the analysis of reference foccuses the attention on the role of the speaker in situation, on the use of language. In this way, the proposition, as Austin clearly shows, is no more central, instead, it is just one among the various speech acts, wich provides language of illocionary strenght. The contemporaneous pragmatism, in a parallel way, from Quine to Davidson, makes evident the inscrutability of reference. Contrasting externalism and internalism (Chomsky), we believe that the first position gives a better account of the relation between language and reality. In the last chapter, we emphasize the importance of discourse analysis, through two of its main thinkers, Foucault and Habermas. Even considering its differences, both conduct the discussion to the political field, to the power of the discourse. Language in contingent, although, at the same time, it is due to the discourse, that saying assumes a strength, as power (Foucault) and as communicative action (Habermas).

INTRODUÇÃO

É provável que se estranhe a presença de tantos autores, tão díspares em suas idéias, num só trabalho. A intenção é mostrar as diversas perspectivas pelas quais o tema espinhoso da referência, da relação entre linguagem e realidade, palavras e coisas, é abordado. Diferentes perspectivas e soluções são analisadas para evidenciar nosso argumento central, o de que o problema da referência, tomada em sentido amplo e não apenas como um processo que se serve de expressões lingüísticas para nomear, designar ou realizar a chamada "referência direta", passa de nuclear a periférico. E isso ocorre no curto período que abordamos, fins do século XIX até nossos dias. Mostraremos que essa trajetória se deve a uma mudança de paradigma: no paradigma lingüístico a referência é nuclear, com a virada pragmática, já no pensamento pós-metafísico, no paradigma da intersubjetividade lingüística, passa a ser um dos aspectos da linguagem, um entre os inúmeros atos de fala, com efeitos e produção em termos de discurso.

A partir desse tema, inspirado nele, procuraremos mostrar como o próprio fenômeno da linguagem pode ser caracterizado em suas dimensões de **signo** (significação, simbolização e semiotização), de **proposição** enquanto forma de descrever e/ou representar estados de coisa (relação entre significado, referência e valor de verdade), de **ato de fala** que demanda um certo tipo de comportamento e um uso em situação (linguagem como forma de comportamento e valor ilocucionário dos atos de fala), de **discurso**, entendido como efetivação do dizer e do dito (lugar de constituição do sujeito e das formas lingüísticas com valor e força social, política, bem como do entendimento mútuo).

Dados os objetivos acima apontados, ressaltaremos a discussão do lugar que cabe ao problema da referência na lingüística e na filosofia da linguagem contemporâneas, através da análise de algumas das mais importantes abordagens acerca da relação linguagem/realidade, procurando evidenciar as transformações e variações que essa questão assume, conforme se trate do enfoque lingüístico, lógico-proposicional, ilocucional (ato de fala) e discursivo, ou, em outras palavras, percorreremos as dimensões da estrutura lingüístico-gramatical, lógico-semântica e pragmático-discursiva.

"Como se relacionam as palavras com o mundo?" Com esta questão Searle inicia sua obra **Speech Acts**. Trata-se do velho problema da referência que desde Platão até

Davidson, tem perturbado filósofos, lingüistas, teóricos da comunicação. Há uma relação entre palavras e coisas significadas, nomeadas, designadas - isto é certo. Porém, os seguintes problemas surgem: a) qual é a natureza do "laço" que as une, como se relacionam; b) o que se entende por palavras, signos, frases, enunciados, discursos capazes de operar essa relação; c) qual é a categoria ou natureza da "realidade" referida (externa-objetiva, interna-impulsiva, construída ou selecionada por formas *a priori*, evento, bloco rígido de coisas em si, categorias. O que não esgota a lista de candidatos a "realidade").

Posto dessa forma, o problema adquire dimensões descomuns, que extrapolam uma análise com mínimo de rigor teórico. É preciso fazer recortes, escolher enfoques, delimitar uma trajetória, lançar mão de pressupostos.

O recorte escolhido (e esta escolha não é arbitrária) é a chamada virada lingüística (*linguistic turn*), momento em que o pensamento ocidental volta-se para o problema da linguagem, com transformações rápidas e importantes ocorrendo na lingüística e na filosofia da linguagem. A partir de fins do século XVIII ocorre um corte epistemológico e a linguagem passa a ser um dos focos centrais do pensamento ocidental. Já não é mais simples instrumento para o pensamento representar as coisas, e sim **estrutura articulada**, independente de um sujeito ou de uma vontade individual e subjetiva, não mais submetida à função exclusiva da nomeação ou designação, quer dizer o signo não se limita a estabelecer uma relação direta com a coisa nomeada. Temos assim, no lugar de uma análise das representações, a análise da linguagem, cujas expressões gramaticais são públicas.

Grandes nomes e novas escolas surgem nesse panorama renovado, em que o enfoque filosófico modifica-se radicalmente, não mais centrado nas indagações sobre o conhecimento e a razão, seus limites e propriedades, e sim na linguagem. Portanto, trata-se de um itinerário recente, que vai desde finais do século XIX, até as contribuições mais atuais das vertentes pragmático-discursivas, que caracterizam a virada pragmática. Esse é o recorte.

A trajetória escolhida remete à relação entre significação e referência, e o pressuposto é o de que essa relação recebe enfoques distintos conforme se atenha ao signo, à frase, à proposição ou ao discurso.

A virada lingüística, pressentida por Hegel, configura um novo panorama para a filosofia da linguagem e para a lingüística. Nasce nesse ambiente renovado, a lógica, a

crítica literária, a filologia, as análises do discurso, a lingüística do signo de Saussure, o estruturalismo cujo precursor, foi o próprio Saussure, a semiótica de Peirce.

E também a lógica matemática com Frege, Russell, o Wittgenstein do *Tractatus logico-philosophicus* que contribui primeiramente com a teoria da figuração, dando todo "poder" à proposição, e depois de uma impressionante revisão teórica, passa à análise da linguagem ordinária. Neste panorama ocorrem algumas das mais importantes mudanças de concepção da linguagem e seu papel: o estruturalismo mostra que sem linguagem não há cultura, nem pensamento, nem personalidade; a semântica expande seus domínios dos campos semânticos às situações de fala que requerem contexto e intenção; a análise do discurso distende a linguagem para o domínio social e institucional, todo discurso remete a outro discurso (rede discursiva), e cria relações de saber e poder (Foucault) . A lista não acaba aqui, mas ela é significativa o suficiente para sustentar nossa hipótese central, a de que a referência acaba por se dissolver como **problema** para a filosofia da linguagem, ao relativizar-se através do uso lingüístico.

A questão da referência recebe soluções e enfoques diversos: o lingüístico-estrutural de Saussure (1857-1913); o semiótico de Peirce (1839-1914); o lógico-representacionista de Frege (1848-1925); a proposta empírico-logicista de Russell (1872-1970) e de Wittgenstein (1889-1951). Neste mesmo modelo, temos ainda Kripke (1940-) com um retorno controvertido a um tipo de essencialismo. Sob o novo enfoque da filosofia da linguagem do Wittgenstein de *Investigações filosóficas*, surgem as contribuições de Austin (1911-1960), Searle (1932-) e Strawson, 1919-). Pelo enfoque pragmatista de Dewey (1859-1952), o behaviorismo epistemológico de Quine, (1908-2000), Rorty, (1931-) e Davidson (1917-), mostra-se a inescrutabilidade da referência. Enriquece essa discussão, a disputa externalismo X internalismo de Chomsky (1928-) e Putnam (1926-). Finalmente, no âmbito do discurso, temos a teoria do agir comunicativo de Habermas (1929-) e a análise do discurso de Foucault (1929-1984).

Essas contribuições são valiosas para todo estudo do pensamento contemporâneo acerca da linguagem, seja sob a perspectiva da lingüística, seja da filosofia. Destacaremos principalmente os aspectos que subsidiam a hipótese acima, a qual pretende mostrar que o percurso do signo ao discurso, passando pela proposição e pelo ato de fala, não é apenas seqüencial, mas obedece a uma lógica interna, com enfoques cada vez mais elucidativos e complexos. Interessa-nos essa lógica, que se distende a

partir das relação entre signo e referência, passando pela relação entre proposição e referência, ato de fala e referência, e, finalmente, discurso e referência.

Como já dissemos, o foco alterou-se após a virada pragmática, indo da proposição para o ato de fala; de obstáculo epistemológico a ser evitado pelos diversos estruturalismos lingüísticos (e por isso mesmo considerada como algo problemático), passa a questão que precisa ser dissolvida ou absorvida nas concepções pós Wittgenstein II, Quine e Dewey.

Pressupomos ser necessário, se quisermos fazer avançar o estado atual das discussões sobre significação e capacidade de referir, ou seja comunicar com sentido e eficácia algo acerca do mundo, e ainda, se quisermos dar conta de como sucede que, com palavras, fazemo-nos entender sobre coisas, devemos prosseguir galgando os patamares do signo ao discurso. Consideramos cada um destes patamares (signo/frase gramatical; proposição/sentença; ato de fala e discurso) como necessários, porém insuficientes. Isto porque cada um isoladamente não configura o fator "linguagem". Assim é que uma análise sintático-gramatical de uma frase é incapaz de dar conta do fenômeno da referência sem o recurso ao contexto informativo (no seguinte trecho de notícia, é preciso informação atuais sobre a família real inglesa para saber que a namorada de Charles é Camilla e não Laura, que vem a ser filha de Camilla: "Laura Parker-Bowles, filha de Camila, namorada do príncipe Charles, passeou um ano com uma mochila nas costas pela América do Sul"); o mesmo podendo-se afirmar acerca de uma análise exclusivamente lógico-gramatical. Por exemplo, faz sentido, apesar de não ter referente no mundo empírico afirmar "A montanha de ouro está na Califórnia", pressupor que a ligação com o estado de coisas basta para efeitos de significação ou compreensão implica desconhecer que o sentido da verdade de uma proposição depende do uso situado, de interlocutores trocando atos de fala. Por sua vez, sustentar que tudo depende do falante e do contexto, de interpretação subjetiva, é levar a dimensão discursivo-pragmática para o terreno lodoso do subjetivismo e do solipsismo, ilegítima para quem entende que o discurso é público e que sem frase estruturada, sem regras de uma língua não há produção discursiva. O que não leva a supor que os fatores estruturais e estruturantes da frase gramatical constituiriam uma espécie de núcleo rígido com um nexu interno formado pelos componentes fonológicos, sintáticos e semânticos, sendo os demais componentes apenas agregados, superponíveis, visto serem constituídos pelos fatores "frouxos" tais como falantes, contextos, situação dialógica, poder do discurso, efeitos ilocucionários, retóricos, etc.

Em lugar da hipótese núcleo e periferia ou do modelo que pressupõe complexidade crescente (ou camadas concêntricas), consideramos que todos os fatores e dimensões têm seu lugar e sua função precípuos: do signo ao discurso e deste àquele, assim se articulam e se compõem as perspectivas sob as quais pode-se **analisar** a linguagem. Um mal-entendido, por exemplo, pode ter sua fonte em qualquer uma dessas dimensões e ser sanado, conforme o caso, fornecendo um sinônimo (explicação do significado do signo empregado), explicando qual é o caso ou situação que está sendo descrito, narrado, nomeado (apontando o referente ou voltando ao foco da narração), desmanchando uma ambigüidade sintática, justificando ou se desculpando por um ato de fala ter sido compreendido como insinuação quando a intenção era perguntar, apelando a implicações ou interpretações decorrentes do uso em situação. O que mostra justamente que, apesar de serem fatores **analísáveis** separadamente tendo em vista suas peculiaridades, isto é, destacáveis (não é nosso objetivo entrar no mérito da discussão sobre as disciplinas e/ou práticas científicas e filosóficas distintas: sintaxe, lógica, semântica, análise do discurso, e outras do gênero, defenderem cada qual seu próprio terreno com a exclusão dos demais aspectos), só são destacáveis a partir do **próprio modo de funcionamento da linguagem**. Em outras palavras, pode-se voltar a cada um daqueles aspectos conforme houver necessidade de, por exemplo, sanar uma polissemia, esclarecer de qual ato de fala se trata, determinar um referente, contestar o direito de dar uma ordem em determinada situação, para aquele público naquela circunstância, significar algo como querendo dizer isto ou aquilo. Entretanto, em qualquer destes casos há uma situação criada pela ação lingüística, isto é uma **situação de discurso**.

Consequentemente, há que sair dos limites do signo, da proposição e até mesmo dos atos de fala, e ir até a análise discursiva, para dar conta da real dimensão do problema da referência, na acepção ampla que estamos propondo, como um "querer dizer algo para alguém, numa dada situação".

Ao longo deste trabalho mostraremos que esse problema toma uma dimensão e um sentido inteiramente diferentes em cada uma das áreas da linguagem enfocadas: a da lingüística ocupada com as relações intrasígnicas, a da filosofia da linguagem centrada na análise da proposição, a da filosofia da linguagem calcada no atos de fala, e as propostas que concernem a pragmática, bem como certas tendências da análise do discurso. E isto de tal forma, que necessariamente a questão da referência se distende, passa de questão exclusivamente lógica, para questão pragmática e nela irá dissolver-se como tema e como problema teórico.

A lingüística estrutural recusa tratar do problema, justamente por reconhecer que há o problema. O que cria não poucos embarços, pois, ao mesmo tempo em que a relação da linguagem com o extra-lingüístico é descartada como não pertinente para explicar como se produzem as frases de uma língua, essa meta de "pureza" teórico-epistemológica não é produtiva, não justifica isolar a língua dos demais fatores, situação, contexto dialógico, intenção, ou seja, a própria dimensão de ato de fala, além das características pragmáticas e discursivas, a não ser para efeitos de análise. Daí ser preciso ir além de Saussure, até Peirce que nos coloca na rota da pragmática.

A lógica, por sua vez, oferece uma análise da relação linguagem/realidade pela proposição com sentido/significação e referência, de modo que esta vem como que colada, pressuposta por toda asserção de um estado de coisas; além do mais a asserção demanda uma comparação com o estado de coisas, portanto, um preenchimento empírico para que a asserção se complete com um valor de verdade. Ora, a forma lógica da proposição não dá conta da capacidade que pessoas têm de referir, apontar algo para alguém, nomear, saber de que ente se trata, especificar um referente mostrando que tal ou qual designação são as apropriadas para tal ente e não tal outro. **A realidade não tem um modo preferencial** (no caso, a proposição), **para ser designada ou referida**. A própria "realidade" é uma categoria entre outras que facilita nossa lida com as coisas. Assim, é preciso ir para a contribuição de Wittgenstein II, Dewey, Quine, Davidson, os teóricos de Oxford, os analistas do discurso (Foucault e Habermas). Enfim, o modelo da linguagem ordinária rompe com o modelo lógico-lingüístico, com efeitos epistemologicamente produtivos .

Ao longo deste trabalho argumentaremos favoravelmente às hipóteses levantadas pelas abordagens pragmático-discursivas, entre elas, a principal, a de que as teorias que focalizam a referência como problema central, são caudatárias da velha epistemologia, da metafísica cartesiana, que entendem ser o interior/sujeito/*cogito* fornecedor de representações do exterior/objeto/coisa. Com isso ignoram a linguagem. A própria controvérsia atual, entre externalismo e internalismo dá a medida da dificuldade em sair dos esquemas tradicionais em que se embaralham o problema do conhecimento, e seu correlato, o problema do sujeito.

Percorreremos esse itinerário contemporâneo que vai do "estruturalismo" de Saussure e da semiótica de Peirce, no capítulo I, ao problema da denotação e da referência, em que se destacam Frege, Russell, Wittgenstein I e Kripke, no capítulo II. A partir de Wittgenstein II, (capítulo III) nova virada ocorre, com enfoque

eminentemente pragmático cuja vertente tem sido explorada até hoje. **A relação da lingüística com a filosofia da linguagem estreita-se em proveito de ambas.** Esse ambiente é propício ao desenvolvimento das análises da linguagem ordinária que orientam a reflexão sobre os problemas da referência e da significação sob a perspectiva do uso lingüístico e do usuário da língua. Como temos insistido, até o momento anterior à virada pragmática, a referência é o problema central da filosofia da linguagem. Intriga aos filósofos a capacidade da linguagem de, pela organização significativa das palavras, poder dizer algo a respeito da realidade e os outros compreenderem, podendo agir de acordo com essa compreensão. Vem daí a questão de se o dizer com sentido decorre de signos que designam, ou de proposições com valor de verdade que se referem a fatos do mundo ou, ainda de atos de fala realizados em situação de discurso. No capítulo V mostraremos como a referência, torna-se função dos pressupostos de validade provocados por situações comunicativas (Habermas), e como fator que não decorre simplesmente do entendimento ou comunicação, mas como uma prática que não se limita a relacionar significação com situação, uma vez que o discurso é veículo e produtor de relações de saber e poder (Foucault).

Através da linguagem dizemos algo sobre o mundo, nos referimos à realidade, essa é uma constatação óbvia, mas que não encerra a discussão. Nas concepções pragmático-discursivas a própria "realidade" é uma construção de perspectivas que se devem em grande parte à linguagem. É preciso, portanto, ir, nunca é demais enfatizar, do signo à pragmática e à análise do discurso.

Nessa altura, parece-nos lícito afirmar que ao invés de a linguagem depender da relação referencial com a realidade, retrato ou re-presentação da realidade, é a realidade que vai sendo "construída" pela linguagem, ou pelo menos, é preciso levar em conta que *ontos* e *logos* são inseparáveis.

Deixaremos de lado importantes contribuições da lingüística e da filosofia da linguagem contemporâneas que correm paralelamente ao tema da referência e da significação, como a fenomenologia, Heidegger, a hermenêutica de Gadamer e Ricoeur, uma vez que o propósito com que tratam da linguagem difere do nosso: o enfoque fenomenológico, com exceção de Heidegger, tem cunho fundacionista, quer dizer, há uma ontologização da linguagem. Ora, ontologizar a linguagem não faz sentido diante dos avanços da pragmática no modelo wittgensteiniano que radicaliza a filosofia como terapia. Wittgenstein II, Rorty e Foucault, com suas respectivas críticas a todo tipo de fundacionismo, são o norte teórico deste trabalho.

O material de apoio situar-se-á na lingüística com as contribuições de Saussure, Benveniste, Eco. Peirce com sua noção de interpretante permite enxergar mais longe do que a dicotomia saussuriana *langue/parole*. Na filosofia da linguagem traçaremos uma linha que começa com Frege e Russell e desemboca em Quine, abordando o problema da relação linguagem/mundo. O ponto de viragem entre a vertente puramente lógico-formal e a vertente de cunho pragmático, é Wittgenstein II, cujas análises da linguagem como uso revolucionam a questão da referência. Austin e Searle saberão como aproveitar as conseqüências da "virada pragmática", apesar de certas limitações suas que Habermas procura suplantar, com relativo sucesso. Finalmente, mostraremos que referir faz sentido e funciona como um entre outros fatores discursivos.

I - SIGNO E REFERÊNCIA

1. A PROBLEMÁTICA DA LINGUAGEM

A linguagem é provavelmente a marca mais notória da cultura. As trocas simbólicas permitem a comunicação, geram relações sociais, mantêm ou interrompem essas relações, possibilitam o pensamento abstrato e os conceitos. Certa vez Umberto Eco entrevistado acerca do título de sua obra *O Nome da Rosa*, respondeu com a observação de certo monge medieval de que mesmo não havendo mais uma rosa, ou a rosa, ou rosa alguma, pela linguagem é que podemos dizer, "não há mais a rosa" (*nulla rosa est*).

Poder referir-se a algo que não mais aí se encontra, nomear, designar, são parte essencial do comportamento humano. Até a simples manipulação de um instrumento vem acompanhada de certa intenção, expressa pelo uso de signos lingüísticos e não lingüísticos. Pensamento é sempre pensamento acerca de alguma coisa e, por isso mesmo, consiste de linguagem, que não é um mero sucedâneo do pensamento. É na e pela linguagem que se pode **não** somente **expressar** idéias e conceitos, mas significar como um comportamento a ser compreendido, isto é, como comportamento que provoca relações e reações. O processo de semiose ou de significação requer, basicamente, sistemas de símbolos e de signos lingüísticos codificados por meio de regras de emprego. Porém, sem os fatores da situação de fala, contexto, intenção, comportamento verbal, circuito da comunicação, efetividade do dito e do dizer, não há simplesmente linguagem. O processo de semiose não se restringe a que algo (como um signo ou sistema de signos) substitua algo para alguém. A linguagem não é uma tradução automática das coisas.

1.1. Breve Esboço Histórico

A linguagem tem sido o tema por excelência da filosofia contemporânea. As escolas e sistemas mais importantes e os filósofos mais influentes, seja em lógica, teoria do conhecimento, ontologia, ética, de uma forma ou de outra acabam abordando a linguagem. Nossa *epistemê*, nossa configuração de saber, é lingüística. Vivemos uma época de pensamento pós-metafísico, resultante da virada lingüística. No lugar de um sujeito que conhece e pensa pelas representações do mundo que constituirão suas idéias,

que é uma concepção metafísica típica das filosofias da consciência, tem-se o sujeito que fala, constituído nas e pelas trocas lingüísticas às quais se tem acesso, não pela introspecção, mas publicamente: desde Saussure, Frege, Peirce, sistemas de signos, signo em uso e seu interpretante, proposições assertóricas, fornecem a base para o prosseguimento da questão da linguagem. Do **signo**, passando para a análise da **proposição** (semântica formal) e desta para os fenômenos de alcance ainda maior do uso e da situação de **fala**, ou seja, fenômenos **pragmáticos**, para chegar a esse ponto, o caminho foi longo. Até o século XIX a linguagem foi praticamente ignorada, uma vez que seu papel era confundido com o papel exclusivo do *logos*, do raciocínio, da mente, do *cogito*. Este breve esboço histórico demonstra essa situação, foram raros os momentos em que a própria linguagem foi alvo de preocupação filosófica e/ou lingüística. Destacamos os estóicos, Santo Agostinho, a Gramática de Port-Royal, Locke e Hobbes.

Os estóicos (século I a. C.) elaboraram uma teoria acerca da linguagem relativamente bem acabada. A razão recebe as idéias através das sensações, da memória e da experiência. Daí nascem os conceitos. A representação, sendo intelecção pela qual se reconhece a verdade das coisas, permite que haja assentimento, compreensão e pensamento. Este é enunciativo, exprime com palavras o material recebido da representação, que são as proposições, completas em si, podendo ser verdadeiras ou falsas porque dizem algo sobre o que foi expresso. No processo de significação há três elementos: o significado, o signo e a coisa, que pode ser uma entidade física, uma ação, um acontecimento. O signo é, por exemplo, a palavra "Dion" (nome de uma pessoa); o significado é o que vem expresso por aquela palavra e que nós compreendemos quando é dado ao pensamento; a coisa é o que subsiste exteriormente, neste caso, o próprio Dion. Portanto, os estóicos já distinguiam entre expressão, conteúdo e referente. A análise dos estóicos chega, inclusive, à sofisticação da distinção entre sons produzidos fisiologicamente e sons articulados, quer dizer, a palavra que precisa de um correlato para subsistir. Eco observa que a distinção entre expressão, conteúdo e coisa, já tinha sido aventada por Platão e Aristóteles, mas os estóicos elaboraram de modo mais sistemático o problema da linguagem. É possível ouvir um som produzido pela voz de alguém e não reconhecê-lo como querendo dizer algo. Só se diz algo, só se tem palavra, se houver um conteúdo de caráter não sensível, incorpóreo, ente da razão. O dizível pertence a essa categoria. Pode ser aproximado à noção de proposição. As palavras que a compõem, são os significados. As partes da proposição são o sujeito e o predicado,

entendidos como conteúdos, unidades culturais, o que retira o caráter psicológico da semântica, como observa Eco (1991: 39). O valor do signo depende de ele relacionar-se com um fato anterior. Por exemplo, "fumaça" precisa relacionar-se a fogo. A cada ocorrência de fogo, infere-se para a ocorrência de fumaça, o que mostra que os signos são formulados em proposições, isto é, expressões da linguagem que se articula devido a ela expressar fatos significativos. Os estóicos não confundem o signo com a ocorrência real e particular de uma fumaça. Eles entendem que o dado sensível se torna significativo pela proposição que verifica haver fumaça onde há fogo.

Após um longo hiato, há que se ressaltar a contribuição de Sto Agostinho (354-430) para uma teoria do signo e sua relação com a realidade. Na obra *De Magistro* considera que falar é exteriorizar "o sinal de sua vontade por meio da articulação do som". A linguagem serve para ensinar ou recordar, serve também para a fala interior, que é o pensamento de palavras aderidas à memória. Este processo traz à mente as próprias coisas. As palavras são sinais dessas coisas. Contudo, há palavras que são sinais e que nada significam por não remeterem a coisa alguma, caso das conjunções e das proposições, por exemplo, que podem ser explicitados por outras palavras. Quando não for possível indicar o significado das palavras abstratas apontando para algo, o sinal deve ser interpretado através de outro sinal, por exemplo um gesto. Se alguém não conhece o sinal, ele pode ser explicado através da ação correspondente. Para ensinar o significado de "andar", anda-se. Como pode ocorrer que a pessoa ainda assim não compreenda, acrescentam-se mais sinais. Sinais podem ser palavras, gestos, letras. O significado de "pedra" é um sinal, mas o que o sinal indica, a pedra como um objeto, não é sinal. Agostinho distingue, portanto, entre a coisa e seu sinal. As palavras são sinais verbais que remetem a outros sinais. As orações se compõem de nomes e a presença do verbo assegura que se trata de uma proposição. Enquanto a palavra resulta da verbalização, isto é, o que se entende quando alguém fala ou escreve algo, o nome relaciona-se ao que o espírito compreende ou conhece. Assim é que, para memorizar, pergunta-se o nome de algo e não a palavra que serve para nomear. Um homem, não é a união de duas sílabas, "ho" + "mem". Note-se que Sto. Agostinho não confunde o som com o significado de uma palavra, e que ele já esboça problema da nomeação. Mas sempre que alguém compreende uma palavra é porque estabeleceu uma conexão com aquilo de que a palavra é sinal. A mente examina o que o sinal significa. " 'homem' é nome e animal: o primeiro (ser nome) se diz enquanto é sinal; o segundo (ser animal) enquanto indica a coisa significada", afirma Sto. Agostinho (1979: 311). O **significado**

esvazia-se se não houver referente, conteúdo, coisa significada, tanto que conhecer as coisas é preferível a conhecer os sinais correspondentes; falar é valioso porque possibilita ensinar, usar o sinal no discurso. Apesar de a maioria das coisas depender do sinal para ser transmitida e ensinada, o conhecimento resultante é mais valioso do que os sinais. Se alguém vê uma pessoa carregando armadilhas e armas e em seguida a vê com uma ave capturada, compreende, sem sinais, o que é caçar. Sto Agostinho não leva em conta, como fará Peirce, que o comportamento, a ação, estão carregados de sentido. Fatos ou objetos não são, em si, fonte de conhecimento. Para Sto Agostinho, o conhecimento não vem das palavras que significam os objetos, mas dos próprios objetos. "(...) ouvindo muitas vezes dizer 'caput' ('cabeça') e notando e observando a palavra quando era pronunciada, reparei facilmente que ela **denotava** (grifo meu) aquela coisa que, por tê-la visto, a mim já era conhecidíssima" (1979: 317) A palavra que era som antes do aprendizado, torna-se sinal não pelo fato de se aprender o seu significado, e sim pelo fato de se aprender a que ela se refere, sua denotação. O som não é percebido como sinal na primeira vez que é ouvido. O significado só é aprendido ao remeter a algo. Desta maneira, o valor da palavra, seu significado, advém do conhecimento da coisa significada.

Sto Agostinho restringe a linguagem à referência, sem esta o significado é vazio, pois a linguagem deve transmitir pensamento, e pensamento é sobre algo; esse é justamente o problema do qual a filosofia e a lingüística contemporâneas procuram se desembaraçar, como veremos ao longo deste trabalho. Para a concepção agostiniana de linguagem, mas também para o senso comum e para o poeta, conhecer a essência, a realidade "mesma", é mais precioso do que a palavra (palavras não passam de palavras, sons: "palavras soltas ao vento", diz-se; "words, nothing but words"...).

Sto Agostinho contribui com análises argutas sobre a linguagem, porém restritivas, o que não é de se estranhar numa *epistemê* cujo objetivo era chegar ao conhecimento de Deus, pela iluminação da fé, pela intuição, daí as palavras serem um instrumento importante, mas talvez muito limitado, até mesmo rudimentar.

Já no medievo, a querela dos universais representa um momento significativo para o debate sobre a natureza dos conceitos e das coisas. Realismo, conceptualismo e nominalismo dominaram o cenário, com uma proveitosa discussão que vem até os nossos dias, nas questões ontológicas e epistemológicas concernentes aos universais e sua relação com a mente e/ou com a realidade, sob roupagem de logicismo, intuicionismo e formalismo. Os universais são, na tradição do platonismo, entidades

com realidade ontológica independente da mente que os pensa, representam a verdadeira realidade. Já a tradição aristotélica é seguida pelos conceptualistas, pois as entidades reais não são os conceitos e sim os entes individuais. Os universais são abstrações mentais, conceitos abstratos acerca das coisas individuais e concretas. Para os nominalistas, os universais não "existem", são nomes que sequer precisam de entidades abstratas para contê-los. Espécies e gêneros são "nomina-voces", sons. Reais são os entes individuais. Para Occam(1300-1349) os universais estão na mente, mas não enquanto substâncias e sim enquanto formas. O nominalismo lançou profundas raízes na história do pensamento ocidental. A moderna filosofia da linguagem tem em Quine, um dos principais defensores do nominalismo, para quem os conceitos referem não pela relação com as coisas, mas devido a certas relações que as classes estabelecem, como veremos no capítulo IV.

Há que se mencionar também a contribuição da Gramática de Port-Royal (1660). Lancelot e Arnauld, tomam Descartes como ponto de partida. Para Descartes mais vale o pensamento, que é independente das línguas, é extra lingüístico. A linguagem pode ser, inclusive, uma das causas dos erros e equívocos. Tem-se de um lado as idéias e de outro lado o mundo, a realidade a ser captada pelas idéias. A linguagem faz a intermediação, por isso pode atrapalhar a relação entre pensamento e ser. As palavras distinguem-se do conhecimento claro e distinto das coisas. Como, porém, as palavras que exprimem as coisas são melhor lembradas do que as coisas que expressam, valoriza-se a palavra e esquece-se que o meio para apreender é a intuição racional das coisas pelo pensamento. Apesar de Descartes relegar a linguagem a um plano secundário com relação à mente/pensamento, ele influenciou os gramáticos de Port-Royal. Se o pensamento do sujeito não depende de uma língua, são as regras do pensamento que fornecem as regras do dizer e não as da própria linguagem. Toda uma metafísica da representação nasce dessa concepção, com reflexos até hoje, haja vista a teoria de Chomsky sobre a linguagem internalizada, ao modo de uma gramática universal.

Para Port-Royal a língua é um sistema de signos. O envoltório das idéias são as palavras ou expressões. Apenas as idéias ligam-se aos objetos. O nível mais elaborado é o nível lógico das idéias, a língua exterioriza essa lógica, que é o fundo comum por detrás da diversidade lingüística, daí a gramática fundir-se com a lógica. As palavras são sons distintos e articulados que se transformam em signos, encarregados de traduzir o que se passa no pensamento, isto é, as operações lógicas, tais como conceber, julgar,

raciocinar. As palavras apenas marcam essas operações. Os homens inventaram os signos para explicar seus pensamentos. Por detrás dos signos há toda uma lógica das idéias e dos juízos.

A gramática busca mostrar como as idéias ou essências são significadas, quer dizer, qual a sua relação com a realidade.

Há um lado material da fala, sonoro, e um lado espiritual usado para significar o pensamento, que opera concebendo (compreensão intelectual), julgando (afirmação do ser das coisas) e raciocinando (juízos usados em um deduções). Em todas essas operação, funcionam proposições compostas de sujeito e predicado, o sujeito é aquele que concebe e o concebido é o atributo. A ligação, o verbo ser, vem do juízo e do raciocínio. O juízo é a forma por excelência do pensamento. A sintaxe gramatical baseia-se na proposição: os nomes designam os objetos, as substâncias são designadas pelos substantivos e, os adjetivos designam seus atributos. O verbo afirma, diz o que é.

Apesar de analisarem pronomes e também orações complementares, a tradição legada pela Gramática de Port-Royal centra-se na idéia de que a realidade é representada por juízos, em que o emprego do verbo ser permite afirmar proposições. Só assim o pensamento pensa realmente, pensa as coisas propriamente.

Enquanto Lancelot e Arnauld ressaltam uma gramática logicizada, Locke dará à linguagem um papel mais complexo e significativo para o processo do conhecimento, no qual aquela deixa de ser transparente.

Ao perguntar pela extensão e limite do conhecimento, Locke (1632-1704)

critica acidamente a doutrina cartesiana do inatismo. Todo conhecimento nasce com a experiência e forma-se por obras das idéias; idéia é todo e qualquer conteúdo do processo cognitivo. Quando uma pessoa pensa, o objeto de seu entendimento são as idéias que podem provir da sensação ou da reflexão. Se provocadas por um só sentido, são simples, como a idéia de solidez; idéias complexas como a de figura, derivam do espaço, a de eternidade deriva do tempo, a de liberdade, deriva do poder.

O empirismo de Locke leva em conta a linguagem, que passara praticamente despercebida ou mesmo desprezada por Descartes, cuja atenção estava voltada para razão, para os processos mentais. Locke afirma que o homem, e só ele, é equipado pela linguagem. Os sons são sinais de idéias. A linguagem transmite pensamentos através desses sinais, marcas exteriores das idéias internas. Os sinais são usados para compreender várias coisas particulares, não há um nome para cada coisa e sim termos gerais para indicar seres particulares. As palavras, mesmo as abstratas, provêm da

sensação: os vários e ricos pensamentos só são conhecidos quando manifestados por sinais. A conexão entre sons e idéias não ocorreu de modo uniforme, como consequência temos as diversas línguas.

Distingue no uso da palavra sua marca sensível e as idéias dessas marcas. Locke elabora uma noção sofisticada de significado: as palavras significam as idéias na mente de quem as usa, mesmo que as idéias representem imperfeitamente as coisas. Como as palavras marcam as idéias, não faz sentido aplicá-las a outras idéias, pois não teriam significado. Se forem acerca de algo desconhecido, diríamos, se não tiverem referente, não passam de sons sem significado. O significado é aprendido para expressar determinada idéia, o que permite a compreensão. Assim, se alguém entender pela palavra "ouro" apenas uma de suas propriedades, irá aplicar aquele som apenas àquela propriedade. Por isso é preciso supor que as marcas das nossas idéias correspondem às marcas das idéias dos outros para haver compreensão, hoje diríamos, comunicação. As palavras são usadas para falar da **realidade** das coisas e não fruto da imaginação pessoal. Com o uso freqüente firma-se, fixa-se a relação entre sons e idéias a ponto de, quando alguém ouve tal som, lhe vem a idéia como se fosse a própria coisa que impressiona os sentidos. Há também palavras empregadas apenas como palavras. "Mas se as palavras tiverem **uso e significação** (grifo meu), haverá conexão constante entre som e idéia, e a designação apropriada. Sem esta aplicação "elas não são mais do que ruído sem significado", afirma Locke (S/D: 325). O significado de um som é limitado à idéia correspondente. Parece lícito afirmar que Locke já distinguia entre significante, significado e seu conjunto, idéia, ou seja, grosso modo, o signo.

As palavras só se tornam significativas no discurso. No discurso usam-se palavras para significar em geral e por cada pessoa em particular quando fala com outro. Essas considerações sobre a linguagem como sendo fundamental para as idéias, são fruto do empirismo, o material sensível fornece as idéias que são depois elaboradas como idéias de reflexão. De certo modo Locke sugere que o conhecimento demanda, para seu desenvolvimento, a linguagem, que é aprendida, exercitada. Não comete o erro de pensar que há uma relação direta entre sinal e coisa designada ou referida. O significado expressa uma idéia e essa provém da experiência, sem a qual a mente é *tabula rasa*, vazia.

Na mesma vertente do pensamento inglês do século XVII, Hobbes (1588 - 1679) pressente o papel decisivo da linguagem como fator de conhecimento.

São interessantes suas observações na primeira parte do *Leviatã*, chamada *Do homem*; analisa a linguagem como a "mais útil e nobre das invenções" (1979, p. 20). Consta de nomes e suas conexões que servem para transmitir e registrar pensamentos. Ainda que com o pressuposto de que o pensamento é essencial (o que é inevitável pressupor até a virada lingüística), afirma que sem linguagem "não existiria entre os homens nem Estado, nem sociedade, nem contrato, nem paz" (HOBBS,1979: 20). A cadeia de pensamento passa para a cadeia de palavras. Os sinais servem para registrar, aconselhar, dar a conhecer sua vontade, agradar. Mas há abusos, como o engano, a ofensa, a mentira, as metáforas perigosas. Hobbes procura mostrar como e porque a ação humana precisa ser produtiva em seus efeitos, principalmente o de sobreviver.

Seguindo os princípios do nominalismo, Hobbes afirma que os universais não passam de nomes, não correspondem a nenhuma idéia ou conceito que pudesse ter ou tivesse de fato consistência ontológica, diversamente das tendências conceptualistas platônicas e cartesianas. Mais um sinal da atualidade de Hobbes. O que existe não são as idéias ou os conceitos mas as coisas nomeadas, individuais e singulares. Verdade e falsidade são atributos da linguagem e não das coisas. Há verdade sempre que houver uma adequada ordenação de nomes em nossas afirmações. Para chegar à verdade, deve-se lembrar que coisa substitui cada palavra de que alguém se serve e que será colocada de acordo com esse uso e relação.

Não há conhecimentos absolutamente certos e evidentes, pois pelos discursos jamais se saberá se isto ou aquilo foi, é ou será. O conhecimento é sempre condicional. "E não se trata de conhecer as conseqüências de uma coisa pela outra, e sim as do nome de uma coisa para outro nome da mesma coisa", diz ele (1979: 40). Quer dizer, o modo como se lida com as coisas, através da linguagem, importa. Hobbes pode ser considerado um caso à parte na progressão da concepção representacionista. É o que pensa Rorty, para quem o empirismo nominalista foge à regra epistêmica do século XVII, segundo a qual a mente espelha ou representa as coisas através das idéias. Para Hobbes o que conta é o uso de nomes, a linguagem.

Esta incursão histórica ilustra o quanto a linguagem permaneceu secundária, pois no paradigma representacionista, a pergunta essencial da filosofia clássica é pelo conhecimento, pela relação entre uma exclusiva e soberana razão (culminado nas formas puras *a priori* kantianas) e o mundo, como mostra Foucault em *As palavras e as coisas*. As exceções no modelo fundacionista são, segundo Rorty, os empiristas, Locke

e Hobbes, para os quais não há uma mente ou razão soberana, mas um esforço das idéias e da linguagem para chegar ao conhecimento das coisas.

2. SIGNO E REFERÊNCIA

Com notáveis avanços e, ao mesmo tempo com sérios entraves, a análise de Saussure é ponto obrigatório na discussão da relação dos signos com o chamado fator extralingüístico. A lingüística, a fim de poder constituir-se como ciência, deve ocupar-se da *langue* e não da *parole*, pois esta última representa um verdadeiro obstáculo epistemológico para o lingüista. A referência fica **fora** da linguagem, uma vez que para a linguagem contam apenas às relações intrasígnicas. O que tem duas conseqüências, sendo a primeira produtiva, pois, como veremos, falar é relacionar signos entre si e não signos com a realidade. A segunda conseqüência é mais problemática: a lingüística estrutural é constrangida a abandonar o problema da referência para preservar o caráter científico da própria lingüística. Como referir depende de fatores extralingüísticos na visão estruturalista (o que é extremamente questionável, como veremos ao longo deste trabalho), cabe à filosofia e/ou à lógica estabelecer aquela relação, na qual encontram-se implicadas as questões da verdade, verificabilidade, valor de verdade, e outras, nenhuma delas pertinentes à lingüística, segundo Saussure.

2.1. O Signo Lingüístico

Para Saussure a análise da linguagem deve ter caráter científico, o que se obtém circunscrevendo o objeto de estudo da linguagem naquilo que chamou de *langue*. Em *Curso de Lingüística Geral* (1916, obra póstuma, fruto das anotações de seus alunos) explica que "língua" não é o mesmo que linguagem. Todas as sociedades possuem um meio de comunicação articulado, a linguagem. Dificilmente se chega à unidade da linguagem por ela ser "multiforme" e demandar abordagens física, fisiológica, psíquica, estando ao mesmo tempo no domínio do individual e do social. Mas por detrás das inúmeras línguas é preciso localizar algo comum para se fazer ciência e que pudesse também dar conta da noção de articulação lingüística.

No corte entre fatos sincrônicos, que são atuais e efetivos, e fatos diacrônicos, que são históricos, temporais, segundo Saussure a língua pertence aos primeiros, pois é um sistema de signos: "A língua é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir essa faculdade nos indivíduos (...) É um todo por si e um princípio de classificação" (1975:

17). Atualmente diríamos que a língua é uma estrutura. A coletividade fornece o instrumento essencial à faculdade (não vem ao caso se natural ou não) de articular palavras. Para haver língua é preciso que a signos distintos correspondam idéias distintas. Para encontrar a língua em meio à linguagem, Saussure analisa o circuito da fala que demanda dois indivíduos, pelo menos, possuindo em sua consciência conceitos associados às representações dos signos lingüísticos ou imagens acústicas que exprimem signos. Implica ainda que haja uma parte física, a das ondas sonoras, e uma parte psíquica (imagens verbais e conceitos). Todo esse processo foi desenvolvido e mantido por homens vivendo em sociedade. A parte física não foi a responsável por esse fenômeno e nem a parte psíquica que é sempre pessoal, pois toda execução da língua é obra de indivíduos.

Para que todos pudessem executar a fala, foi-se armazenando, segundo Saussure "um **sistema gramatical** (grifo nosso) que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros de um conjunto de indivíduos"(1975: 21). Trata-se do par opositivo **língua/fala**. A língua é social, essencial, não demanda uma tomada de consciência, o indivíduo não pode criá-la nem modificá-la. Requer aprendizado e vem fixada pela comunidade que a fala. É homogênea, une o sentido à imagem acústica, é um sistema de signos que exprime idéias, situado entre as instituições humanas. A semiologia é a ciência que estuda "a vida dos signos no seio da vida social"(1975:24), seu funcionamento e as leis que os regem. A lingüística faz parte da ciência da semiologia.

Ao lado da lingüística da língua, há a lingüística da fala, subordinada à primeira. Como a fala é individual e acessória, não pode ser estudada sem a língua. Se na fala se alteram sons, por exemplo, essa alteração é puramente fonética, não perturba as imagens acústicas da língua. Porém, uma não existe sem a outra, inclusive historicamente a fala precedeu a língua. Ela é o meio de aprendizado da língua materna, o que faz evoluir a língua. Esta encontra-se "depositada" no cérebro de cada um, como se fosse um dicionário com exemplares idênticos distribuídos a cada indivíduo, independentemente de sua vontade. É como que uma estrutura inconsciente formada pelas regras que possibilitam toda e qualquer emissão significativa. Por isso, lingüística propriamente dita, é apenas a lingüística da língua, uma vez que os fenômenos da fala "são individuais e momentâneos".

Emissor e receptor, língua e fala, sincronia e diacronia, todos eles dependem, para funcionar, do caráter articulatorio da língua falada, que não é uma simples lista de

termos correspondentes a coisas. Não há idéias acabadas anteriores à palavra. A relação entre palavras e coisas não provém de uma correspondência um por um. O que forma a unidade lingüística são dois termos, porém é enganoso concebê-los um como lingüístico e o outro exterior ao lingüístico. Ambos são termos "psíquicos" e seu vínculo também é psíquico. "O signo lingüístico não une uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica" (1975: 80). Esta afirmação é fundamental para a lingüística e tem profundas conseqüências para a filosofia da linguagem, como veremos mais adiante. A imagem acústica não é o som, mas a impressão do som no psiquismo, tanto que se pode falar consigo mesmo sem pronunciar som algum. Compõe-se de fonemas. À imagem acústica vem sempre associado um **conceito**, mais abstrato ainda. A combinação de ambos chama-se **signo**. O conceito é chamado de **significado** e a imagem acústica é chamada de **significante**. A seqüência fonológica só é um signo se exprime um conceito.

Todo signo é **arbitrário**, pois a união entre significado e significante é arbitrária. A idéia, o conceito, ou mais apropriadamente, o significado de "mar", afirma Saussure, não está ligado por nenhuma relação prévia aos sons [mar] que lhe servem de significante. Poderia bem ser outra seqüência de significante. Tanto é que o significado de "boi" tem os significantes [boef] do lado francês da fronteira, e [oks], do lado alemão, exemplifica Saussure.

O símbolo não possui o caráter de arbitrariedade, pois a balança vem sempre associada à idéia de justiça, mostrando que há uma motivação e não pura arbitrariedade. Saussure não pretende com a noção de arbitrariedade dizer que o signo depende da livre escolha de cada um ou de cada língua, mas sim apontar para o aspecto imotivado da relação entre significado e significante, isto é, não há um laço natural entre eles na realidade, com a discutível exceção das onomatopéias.

A língua é feita destes signos estruturados de acordo com regras supra-individuais, funciona através de relações sincrônicas como um sistema de valores puros. As idéias, ou o pensamento, seriam massa amorfa sem os signos, não há idéias que se possam estabelecer previamente aos signos. Interessante observar que foi um lingüista e não um filósofo quem evidenciou que pensamento sem a articulação da linguagem, é vazio (e não sem os dados do sentido, como queria, por exemplo, Kant). A substância fônica também é indistinta sem os significantes. Cada termo funciona de modo a articular a fixação de uma idéia a um som e faz com que determinado som se torne signo de determinada idéia. Pensamento e som, significado e significante, são como

verso e reverso da mesma folha de papel, ao cortar-se um, corta-se também o outro. Combinados, tornam-se formas cujos valores são relativos a seu papel e posição. Esses valores são fixados pelo uso. Um termo não decorre da simples união entre significado e significante, pois é regido pelo seu lugar e função no interior do **sistema** e este define, recorta, reveste de valor cada termo. Tomando a significação como resultado da associação entre significante e significado, o signo resultante é também um valor com relação aos demais signos da língua. Quer dizer, o significante pode ser "trocado", pois é um valor, por algo diverso dele, o conceito. O signo terá uma significação, um valor, que é delimitado e determinado pelos outros signos do sistema da língua. Daí o caráter **opositivo** dos signos, tal como no jogo de xadrez, as peças valem pela sua localização, movimentação, enfim, pelas regras do jogo. Há uma combinatória de elementos não simplesmente linear, que forma os sintagmas, "reler", "contra todos", "Deus é bom". A articulação prevê ao lado destas relações horizontais, as associações verticais entre paradigmas que formam grupamentos virtuais. Assim "guardar" pode vir associada e ser comutada com, "conservar", "manter", "vigiar".

O mecanismo da linguagem funciona através dessa dupla articulação de regras para formar frases efetivamente e nelas "encaixar" elementos virtuais.

2.2. O Problema da Referência para Saussure

Como vimos, até o século XVIII, predominava a noção de que a linguagem reflete o pensamento, cujas leis são universais. Sob a superfície das frases gramaticais há uma articulação lógica mais profunda, a de um sujeito lógico e sua relação com um predicado, o que espelharia a relação que todo ser na realidade tem com seu predicado. Hoje, com exceção de Chomsky, tanto a lingüística como a filosofia da linguagem rejeitam a noção de universalidade e necessidade de uma estrutura que seja fulcro, modelo universal e necessário para toda e qualquer frase ou emissão verbal.

As pesquisas em sociolingüística, desde seus pioneiros Sapir e Worf, desmontaram uma noção largamente aceita entre os primeiros filósofos analíticos, raramente criticada, a não ser pelo ângulo da sociolingüística: a de que a linguagem através das proposições, descreve a realidade, configurando-a através da forma lógica, único modo de produzir significado. Desde Aristóteles, passando pela Gramática de Port Royal, até o verificacionismo de um Carnap, a proposição (seja na forma sujeito/predicado, seja através de quantificadores da lógica proposicional) foi eleita a forma privilegiada, elementar e invariável da linguagem.

Whorf, discípulo de Sapir, radicalizou as idéias deste na sociolinguística. Para Sapir o léxico é exclusivo de cada língua, para Whorf até mesmo a organização sintática é particular e própria de cada língua, não contendo uma forma lógica, matriz geradora, universal. Assim, o pensamento, a "lógica", os tipos de raciocínios, inferências, etc. variam, como variam a sintaxe e o léxico. O modo de se conhecer a realidade, especialmente nos contatos mais simples e imediatos com a natureza, depende das línguas e das culturas. O mundo é organizado conceptualmente pelas significações que atribuímos e não poderia ser diferente, pois a comunidade linguística recorta a natureza, concebe-a através dos códigos das línguas. Cada modelo linguístico levanta um tipo de observação do seu meio conforme suas necessidades básicas. Assim é que os Hopi (tribo norte-americana), devido a fatores geográficos e hábitos culturais, desenvolveram sua língua e sua cultura, e, ao mesmo tempo essas influenciaram seu modo de vida, formando toda uma concepção de mundo. Habitavam um terreno árido, formavam uma sociedade agrícola isolada, sendo necessário desenvolver um trabalho árduo na estreita dependência de um escasso regime de chuvas. Tudo isso fez com que tivessem laços sólidos com a tradição, sentimento forte de colaboração e de religiosidade. "Esses fatores entraram em interação com os modelos (*patterns*) linguísticos hopi, moldaram-nos e foram por sua vez moldados por eles, tendo-se assim desenvolvido pouco a pouco a concepção de mundo hopi", explica Whorf conforme lemos em Schaff (1957: 157-158). Só podemos pensar numa língua, afirma Whorf. As línguas que obedecem ao padrão europeu tendem a distinguir no mundo coisas, objetos, produtos. Já os hopi vêem o mundo como um conjunto de acontecimentos. Nas línguas indo-européias dir-se-ia, por exemplo, "É uma fonte que jorra", os apaches dizem: "Como a água ou a fonte, a brancura move-se para baixo". As combinações de elementos em produtos sintéticos demonstra a possibilidade de imagens do cosmo diferentes da estrutura proposicional, típica do modelo aristotélico das proposições compostas de sujeito e predicado. Para esse modelo a um sujeito, a uma substância, atribui-se determinadas propriedades ou predicados. O verbo vem ligado às coisas, o cosmo é reificado. Na tradição ocidental, o ser é aquilo de que se predica algo, a organização sintática segmenta a realidade em substâncias com seus atributos. Evidentemente as diferenças apontadas pela sociolinguística não impedem que todas as línguas sejam igualmente aptas ao conhecimento e à lida com as coisas e situações, ao trato comunicativo e à manutenção das tradições, pelo contrário, pois o modelo proposicional não sendo universal e nem

compulsório epistemicamente falando, isso mostra a necessidade de ir ao que não é incorrigivelmente o caso, como diria Rorty.

Do que se conclui que a lingüística sugere meios para lidar com o problema da relação entre significação e realidade, ao contrário da suposição de Saussure. Mesmo levando-se em conta que os propósitos de Sapir e Saussure não sejam os mesmos, importa ressaltarmos justamente a complexidade da linguagem, quer sob o ponto de vista da organização sintático lexical das línguas, quer sob o ponto de vista de sua estrutura que permite articular sons a significados. É justificável, compreensível e teoricamente produtiva a proposta de Saussure de que a significação não decorre de uma ligação obrigatória com as coisas, nem há nas coisas ou situações, algo que as ligaria magicamente ao signo.

A lingüística herdeira de Saussure adota a hipótese de que a referência deve ser excluída da compreensão e do funcionamento dos signos.

Na lingüística de vertente estrutural-saussureana, o signo, como vimos, é arbitrário e convencional. Não é obrigatoriamente pela relação referencial que o signo tem a capacidade de realizar semiose, isto é, de significar algo para alguém. O tropeço teórico de Saussure reside na sua proposta de que entre o significante e o significado não há nenhuma ligação interior. O significado "casa" tem como significantes [casa], [Haus], [maison]. Isto mostra que Saussure acaba por introduzir um **terceiro elemento** no interior do signo que é a própria **coisa externa**, a realidade, justamente aquilo que ele pretendia deixar de lado, pois os significantes acima relacionados se reportam à mesma realidade, ao objeto físico ou cultural chamado de casa, extralingüístico, e não ao significado lingüístico "casa", como demonstrou Benveniste em *Princípios de Lingüística Geral* (1966). Desse modo, segundo Benveniste, Saussure contradiz o princípio por ele mesmo enunciado, de que a lingüística é a ciência das formas. Daí a necessidade de excluir a substância, ou coisa da significação e da compreensão do signo. O signo, e nisto Saussure está correto, se compreende por oposição a outros signos no jogo de regras internas do sistema da *langue*. Por isso seria necessário uma correção de rota no pensamento de Saussure, e Benveniste propõe que o laço que une o significante ao significado é necessário, interior ao signo e não arbitrário. O "arbitrário é que tal signo e não tal outro seja aplicado a tal elemento da realidade e não a tal outro" (BENVENISTE, 1966:52).

Os signos designam, isto é, querem dizer algo, significam, porém **não referem**. Não são eles que realizam a relação propriamente dita de referir, de estabelecer uma

relação entre as palavras e as coisas, entre dizer e ser. Tratar das relações intrasígnicas evita incluir a "coisa" no interior do significado. Se houvesse uma conexão necessária entre o signo e o objeto que ele designa, a capacidade lingüística de semiotização, de significação, ficaria prejudicada. Falar limitar-se-ia a nomear.

Neste sentido, a relação entre signo e realidade não deve e nem pode ser resolvida pelo lingüista. Ela cabe à filosofia, como propusera Saussure. Mas, ainda que a questão da referência seja filosófica, pois que a filosofia da linguagem não se limita à descrição dos elementos constitutivos das línguas -, as considerações da lingüística estrutural são pertinentes para desfazer problemas filosóficos. A lingüística estrutural renuncia a incluir a realidade na compreensão sígnica, evidenciando dessa forma que a linguagem é o lugar onde as idéias emergem, através dela que a realidade é recortada (tanto pelo léxico como pela estrutura sintático-semântica) e tornada significativa, compreensível, suscetível de comunicação verbal. A referência às coisas, podemos concluir com acerto, é guiada (ou até mesmo "produzida", como discutiremos mais adiante no 3º capítulo) pela significação e não o inverso, como pensam as teorias representacionistas da linguagem e do conhecimento. Pela tradição estruturalista não se está autorizado a sair dos limites da frase gramatical, portanto, não há como "resolver" o problema da referência. As palavras se combinam através de regras gramaticais, sintáticas e semânticas, para a produção de todas e somente aquelas que são frases da língua. Importa a competência verbal, o *designatum*, ficando o *denotatum* fora do sistema, problema que o lingüista deixa para o filósofo resolver, observa Lopes (1977: 249-250). A introdução do real no lingüístico, pensar contraditoriamente como fez Saussure, que o significante varia conforme as línguas, implicaria que se pode inventar seqüências sonoras e a elas relacionar significados, esquecendo-se que os signos são **convencionais**, que a relação entre significante e significado é necessária.

O que conduz à importante noção de que a língua não se limita a puro instrumento do pensamento, a código de sinais de que cada um se serve para comunicar o claro e límpido pensamento, sujeitado ao meio precário dos códigos lingüísticos, aos signos. O senso comum costuma afirmar que as palavras são meros sons, que as línguas são limitadas, que o pensamento claro e distinto encontra nelas um obstáculo para expressar-se. Nada mais enganoso do que este cartesianismo fácil. Não há linguagem como conjunto de sinais, uma espécie de código telegráfico, meio de tradução do pensamento. Pelo contrário, são as línguas, com suas construções (as frases

gramaticais), que funcionam como que sintetizando, no sentido kantiano do termo, a "realidade".

Devido ao fenômeno da transparência lingüística, o falante pensa que "há entre o signo e a realidade uma adequação total: o signo recobre e dirige a realidade, ou melhor, ele é essa realidade", afirma Benveniste (1966: 52). Objeto e nome se confundem. Já o lingüista trabalha com a relação entre significante e significado e o "domínio do arbitrário é relegado para fora da compreensão do signo lingüístico"(1966: 52), completa Benveniste. Em outras palavras, a significação não decorre da referência. A língua agencia os signos distintos e distintivos para dar forma às expressões, às trocas lingüísticas.

O problema, e este é um ponto bastante controvertido, são as razões invocadas para deixar a referência de fora do âmbito da lingüística. Linguagem e significação diferem de realidade e denotação, apenas pelos motivos acima apontados. Se o motivo for "salvar" o caráter científico da lingüística, argumentando que ela é uma ciência acerca do sistema, da forma, da estrutura, ou seja, das regras que comandam as línguas (ciência da *langue*) -, o resultado será **excluir** toda uma série de fatores e fenômenos nada secundários, não só a coisa referida (*conotatum*) como também a fala, a intenção, o uso, as interações, verbais. Enfim, o que for da ordem da fala e do discurso, que necessariamente envolvem fatores do contexto e da situação, acaba não sendo analisado pela ciência da linguagem, simplesmente por se tratar de fenômenos variáveis, cujo caráter aleatório, ou como afirma Saussure, individual e acessório, impede qualquer tentativa de tratamento científico.

A questão da cientificidade da lingüística (em que pese o fardo de supor ser necessária a discussão do estatuto epistemológico de "ciência") e do seu alcance, continua sendo um problema crucial (como veremos com Chomsky e com as discussões sobre o estatuto da "análise do discurso"). Ocorre que esse problema só pode ser equacionado se levarmos em conta justamente o que Saussure apontara como secundário, a *parole*. Com o que fica evidente a necessidade que supomos essencial, de sair dos limites do signo e das relações exclusivamente intrasígnicas, e fazer a análise avançar até os atos de fala e os atos de discurso. Nestas dimensões o problema da relação linguagem/mundo é visto sob perspectivas mais satisfatórias, tanto para a filosofia da linguagem, como para a lingüística.

3. CONCEITO E OBJETO

Saussure diz que o significado corresponde a um conceito, e pouco adiantou além dessa consideração. A filosofia da linguagem explora esse problema. Como é possível que a um signo corresponda um objeto? Os filósofos introduzem o conceito como ponte entre ambos. Desde Platão, passando pela Idade Média, entre a coisa e sua denominação, há algo "mental", supra-sensível, denominado de "idéia" ou "conceito". Seriam ou não as palavras aptas a denominar os conceitos, e por sua vez, os conceitos seriam as imagens mentais ou signos mentais das coisas reais?

Grande parte da filosofia clássica não duvida de que há um mundo real de um lado e o pensamento de outro lado, preñado de conceitos e idéias. O nominalismo de Occam é uma exceção à tendência generalizada de atribuir aos nomes uma relação direta com os conceitos encarregados de espelhar ou representar a realidade, o mundo exterior. Para o nominalismo, os conceitos não passam de nomes, rubricas, simples signos que reúnem seres individuais sob um nome geral.

O "reinado da coisa-em-si", como diz Habermas, e do pensamento que reflete as coisas em conceitos, perdura até Kant (1724-1804). Para Kant a coisa em si não é cognoscível, o que se conhece são os fenômenos, as coisas tais como elas se manifestam pelo instrumento da sensibilidade e da razão. Porém Kant preocupa-se apenas com as formas puras da razão, a linguagem é um fator que só passa a contar a partir do século XIX. O que possibilita pensar a coisa é um puro conceito mental, ou é uma capacidade de significar, de verbalizar?

Diante de dois ou mais objetos físicos, seus limites ou semelhanças identificadores provêm exclusivamente deles mesmos, são impostos pela realidade? Por exemplo, a diferença entre uma casa "bem acabada" e outra "rústica" reside na coisa em si e daí viriam os conceitos de "casa" e de "cabana" que os signos apenas traduziriam? O problema é, exatamente onde no objeto estariam as diferenças pertinentes para que se os nomeie?

Realistas e conceptualistas pensam assim: a realidade traz em si, discriminados, os seres. Basta, então nomeá-los. Como se o problema filosófico ou o problema metafísico por excelência consistisse em conhecer o que são exatamente os seres, em si e por si próprios, **independentemente** de um sujeito, ou melhor, de sujeitos que falam. A linguagem é pública. Kant, como dissemos acima, já havia mostrado ser impossível conhecer algo em si mesmo: é preciso que as formas puras do entendimento e da razão

discriminem os fenômenos da realidade externa, que, sem essas formas, não passariam de um amontoado caótico. Hoje diríamos que sem a linguagem, sem algum tipo de semiotização codificadora, a "realidade" ficaria ininteligível. As situações motivam a ação e o conhecimento, evidentemente, a realidade não é maquinação ou elucubração mental. Porém sem a linguagem nomeando, designando, situando, esclarecendo, discriminando, recortando, afirmando, etc., enfim, sem algum tipo de semiose, isto é, de processo sógnico, até mesmo a mais simples das intervenções do homem no mundo seria impraticável.

Portanto, falar não é interrelacionar uma coisa com uma palavra, mas relacionar signos entre si, ou melhor, formular frases, utilizar sentenças que sirvam para referir-se a fatos no mundo, que são, por sua vez, "moldados" pela linguagem.

O signo lingüístico é operacional, não está simplesmente no lugar de algo. Contrariamente ao que pensa a tradição filosófica, o pensamento não é um tabernáculo onde os conceitos abstratos são encerrados. O pensamento é lingüístico, como sustentaremos mais adiante nos capítulos III e IV. Não se limita à tarefa adâmica da nomeação, nem à tarefa platônica da conceptualização.

A própria capacidade de nomear ou de denotar não é intrínseca ao signo, como se ele estivesse ligado por um cordão mágico a seu referente. E isso por diversas razões: há signos que absolutamente não possuem referente ("não", "se"); os signos não são etiquetas das coisas; os signos não possuem um significado fixo (fixidez essa pressuposta por todos aqueles que concebem a linguagem como código de signos etiquetados); enfim, como Saussure mostrou, signos **valem**. Se tal se deve ao sistema, como preconiza o estruturalismo de vertente saussureana, ou não, é discutível, pois, como veremos, a fala, longe de instaurar o caos e de representar um empecilho para a propalada aquisição do *status* de ciência por parte da lingüística, tem sido campo fértil para a pesquisa lingüística.

De qualquer maneira, nada do que acima afirmamos implica em isolar a linguagem dos fatores externos a ela. Afinal nos servimos de palavras também para falar das coisas. Não que haja um universo lingüístico à parte, servido numa bandeja. É preciso mais de que um código decifrador, mais do que uma relação um por um entre signo e coisa nomeada para que uma frase, a mais banal, como o famoso exemplo de Putnam "Há um gato sobre o capacho", seja dita e compreendida.

Um dos diversos problemas a que o exemplo dá margem, é justamente o do conceito mental "gato". Num suposto universo platônico, ou num *cogito* cartesiano há

uma entidade ideal ou uma idéia correspondente ao felino que o signo "gato" nomeia? O conceito serviria de ponte abstrata entre signo e a coisa?

A tradição platônico-cartesiana perdeu força na modernidade. Ao invés de pensar o conceito como imagem abstrata e suporte do significado, há quem afirme que o conceito é o próprio conteúdo das formas lingüísticas. O mesmo conceito pode ser realizado por mais de um signo. Eles funcionam no interior do esquema de comunicação/compreensão de expressões lingüísticas da seguinte forma: um falante, motivado pela situação, conceitua certa faceta da realidade através de significações (traços que compõem o significado), adequadas para expressarem apropriadamente este ou aquele significado pertencente ao sistema da língua, de modo a que o ouvinte saiba de que o falante está tratando, quando o falante a ele se dirige. Há quem pense que os conceitos são independentes das línguas, é o caso de Baldinger (1980) e de Chomsky (2000). Os conceitos formam um campo ou um sistema lógico/mental de relações, cujas estruturas provêm das diversas línguas, mas as ultrapassam, para o primeiro, e para o segundo fazem parte da estrutura inata da mente. Os significados devem poder traduzir o mais fielmente possível o conceito que expressam.

Dois problemas se põem: não serão os conceitos mentais e universais uma mera duplicação que apenas sofisticada os significados? Pretende-se que os conceitos sejam o meio através do qual se dá a relação entre palavras e coisas. Eles dão conta desta tarefa?

Acreditamos que não há nenhum ganho em pressupor que além dos signos haja entidades mentais, afinal a virada lingüística ocorreu, a modernidade experimenta um processo de arejamento no céu platônico e no *cogito* cartesiano. Para que multiplicar entidades? Além disso, a noção de significado seja como objeto abstrato, seja como conceito mental, mais atrapalha do que ajuda a explicar a referência. O problema da referência, isto é, de como com as palavras pretendemos identificar algo ou uma situação para alguém e somos bem-sucedidos nesta empreitada, nada ganha com a pressuposição de que os conceitos, espelhados em significados lingüísticos, realizam essa mágica.

Por último, como saber se o conceito é apropriado à coisa? A lingüística estrutural não tem meios de mostrar qual seja a natureza dessa relação e nem pretende tê-los. Se tivesse essa pretensão acabaria por abrir mão justamente da noção de que signo é valor e não uma entidade em si, uma substância. Essa é uma contribuição valiosa da lingüística para a própria filosofia da linguagem cujos pressupostos sejam pós-metafísicos.

4. OS LIMITES DA SEMÂNTICA

A lingüística estuda desde a menor unidade significativa que é o fonema, até a maior unidade significativa que é a frase gramaticalmente bem construída, isto é, de acordo com as regras fonológicas, sintáticas e semânticas. A frase "nós chegemos tarde" é uma frase de alguns idioletos da língua portuguesa, porém "cheguemos e ou" é anômala, provavelmente jamais será dita, servindo apenas como exemplo. O nível da frase é o nível superior para as semânticas de cunho estrutural e representa o limite da língua como sistema de signos. A partir daí "entramos num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação cuja expressão é o discurso", diz Benveniste (1966: 130). Assim temos que, conforme se leve em consideração seja apenas a língua, ou o par língua/fala, ou ainda o discurso, daí derivam diferentes teorias semânticas.

A semântica do signo limita-se ao estudo dos traços que compõem o significado. Para Saussure significante e significado são os dois lados da mesma moeda. É no ponto de interseção entre as cadeias sintagmáticas e paradigmáticas que o signo recebe significado. A língua prevê relações sintagmáticas, horizontais dos elementos que regem a construção de frases, e relações paradigmáticas entre elementos que podem vir a ocupar o lugar virtual de cada signo, em substituições verticais. O significado depende da posição que o signo ocupa e da função que exerce. Em "as meninas atravessaram a rua", o significado de "as meninas" provém da posição sujeito e da função nominal, e pelo fato de poder ser substituído pelos signos associados a ele, como "as gurias", "elas", "as garotas" (substituição vertical, ocupação virtual de posição de signos que estão na memória de cada falante). Evidentemente o valor de cada signo, juntamente com seu significado pode mudar conforme as circunstâncias da fala, mas o estudo propriamente lingüístico deve ater-se àquilo que o sistema da língua permite formular através do jogo combinatório das regras de articulação dos signos no interior das frases. Diz Saussure:

Nossa memória tem de reserva todos os tipos de sintagmas mais ou menos complexos, de qualquer espécie ou extensão que possam ter, e, no momento de empregá-los, fazemos intervir os grupos associativos para fixar nossa escolha. Quando alguém diz "vamos!", este figura por um lado na série "vai!" e "vão!", e é a oposição de "vamos!" com essas formas que determina a escolha; por outro lado, "vamos!" evoca a série "subamos!", "comamos!", etc. (...) Em cada série sabemos o que é preciso variar para obter a diferenciação própria da unidade buscada. Mude-se a idéia a exprimir, e outras oposições serão necessárias para fazer aparecer um outro valor (1975: 151).

Igualmente tendo como limite a frase estruturada, a semântica componencial de Katz e Fodor, associada num primeiro momento às teses de Chomsky sobre a geração pela competência verbal, de toda e qualquer frase de uma língua, adota a noção chomskiana de produtividade. Devido a sua competência lingüística o falante produz e reconhece frases já ouvidas e/ou ditas, bem como frases novas. O problema para a semântica é delimitar seu nível superior. Ao levar-se em conta o contexto da fala para selecionar seu significado, ter-se-ia que construir uma teoria que desse conta desse imenso universo do falante e das inumeráveis e variáveis situações de fala. Por isso Katz e Fodor circunscrevem a semântica à capacidade que tem o falante de detectar ambigüidades, anomalias, sinonímias, aplicando tão somente regras gramaticais, excluindo dados do contexto, por estarem fora do limite superior da descrição semântica. Num nível profundo, são geradas todas e apenas aquelas frases da língua. Chomsky não trabalha mais com o modelo de estrutura profunda/estrutura superficial. A semântica componencial encontra sérias dificuldades, como veremos, por pretender dar conta da semântica. Chomsky restringiu-se à sintaxe, até meados da década de 80, por entender que a semântica não pertence ao terreno das sólidas conquistas da ciência (no capítulo IV voltamos a tratar dessa questão). Para Katz e Fodor, os componentes da semântica são: um dicionário contendo os itens lexicais; regras de projeção que dizem como pode ser integrado cada item do dicionário para formar as frases; informação sintática (nome, adjetivo, verbo); marcadores semânticos que fornecem informação semântica (humano, macho, animal, objeto, etc.); distinguidores que especificam o item lexical com relação a sinônimos; restrições de seleção que fecham a descrição semântica das ocorrências conforme a apropriação do uso.

Trata-se de uma teoria semântica que pouco avança com relação às várias teorias do campo semântico que também trabalham com traços distinguidores e evitam estender a semântica além dos signos, ficando de lado a frase dita em situação, o falante, a relação da significação com a referência. Apesar do esforço para evitar o apelo à situação de discurso, as restrições de seleção são estabelecidas pelo que se quis dizer naquele momento, com aquela frase, a alguém. De outro modo, xingar alguém com "você é uma porta!" seria ininteligível por ferir a restrição de seleção para a qual "porta" é objeto físico e por isso não pode ser atribuído a uma pessoa. A associação do significado de "porta" a algo inerte é que permite o efeito semântico desejado. Além disso, como observa Lopes (1977: 305), as definições nada mais são que sinonímia, com o que permanece insolúvel o caso das conotações que envolvem itens derivados de

subcódigos. E mais: para usar adequadamente os distinguidores, é preciso já se ter em mente o item escolhido. Para saber se "bachelor", como no famoso exemplo de Katz e Fodor, designa homem jovem solteiro ou foca na época do acasalamento, a escolha entre o distinguidor "solteiro" e "animal jovem foca sem parceiro na época de acasalar", pressupõe que se conhece antecipadamente aquilo que se quis explicar ou significar (LOPES, 1977: 308-309).

Daí a pergunta: a língua (*langue*) ou a competência do falante bastam para dar conta do significado? São suficientes para dar conta de como operar com itens lexicais no interior de códigos, mas insuficientes por deixarem de lado a performance verbal, que consideramos fundamental para explicar o significado e compreender o problema da referência. O que dá margem a interrogações que ficam em suspenso: se as dicotomias língua/fala, competência/performance se sustentam; como lidar com as conotações, com o dizer situado; deixa-se intocado o problema filosófico da referência sob o pretexto de que a realidade e a relação de referência extrapolam o limite do propriamente lingüístico; ao mesmo tempo recorre-se ao "teste" da realidade (situação de fala) para dar valor semântico a certas frases, nas quais, se não for possível identificar o referente que o falante tem em vista ao usar tal signo, a própria intenção significativa fica alterada (nos próximos capítulos retomamos o problema da fixação do referente).

Se, por um lado, distinguir entre significação e denotação é um dos saldos positivos da herança estruturalista (como vimos, a língua semiotiza a realidade, não há uma relação um por um entre signo e realidade, o falante relaciona signos entre si), por outro lado, ao deixar o problema da referência para o filósofo resolver, o que pode ser considerado um pleito justo, é uma atitude que peca pela incongruência. É que dificilmente a semântica consegue evitar o apelo ao extralingüístico, como no caso acima apontado dos distinguidores e sua função na caracterização dos marcadores semânticos e na configuração dos campos semânticos.

Essa situação cria um impasse, um vez que o universo lingüístico não é um universo à parte e, ao mesmo tempo, amarrar a linguagem à relação um por um entre signo e realidade implica em emascular a linguagem de sua força que ultrapassa a simples nomeação, como é o caso das várias facetas da linguagem, tais como a função designativa, o apelo ao ouvinte, a expressabilidade, a argumentação, a retórica, o jogo com metáforas, as conotações, etc.

No entanto, gostaríamos neste trabalho de evitar que a discussão desembocasse na disputa bizantina: há ou não sentido literal? Ou nas soluções que separam componente lingüístico de componente retórico, que, no fundo, não passam de análises do tipo competência/performance, ou até mesmo, limitam-se à distinção saussureana língua/fala. A função designativa ou referencial, segundo Jakobson, enfatiza o contexto. Ocorre por meio da verbalização de um *designatum* e não de um *denotatum*, isto é, algo é dito num contexto verbal sem a necessidade da correlação imediata com a ocorrência de uma situação, objeto ou ente aos quais o signo teria que corresponder, para que o sentido se efetivasse. Nada muito diferente da tese de Frege, que abordaremos no próximo capítulo.

Mas antes dele, os filósofos já pressentiam a necessidade de distinguir a expressão verbal, o significado do qual ela é o suporte material, e o estado de coisas. Para Platão, por exemplo, o estado de coisas muda, contém não ser, é passageiro, já a idéia da coisa permanece, o *logos* é distinto dos seres individuais. Como observa Umberto Eco, o significado difere do referente. Não é o termo isolado que refere e sim as expressões que tomam a forma de juízos, como "Os homens são mortais". Mesmo termos isolados, quando ditos, assumem o papel de enunciados. As expressões são associadas a propriedades, que, ao serem verbalizadas se revestem de um determinado significado.

É preciso, pois, ampliar a semântica para que dê conta da intensão de um termo, que são as propriedades que o circunscrevem, e da extensão, que é a classe de todos os entes a que um signo pode referir-se. É porque um termo integra certas possibilidades em sua intensão que ao ser empregado mostrará sua extensão, a que ou a quem pode referir.

Deste modo, o problema da relação entre signo e realidade depende da postura com relação à significado e referência. Se significado for o conceito aderido a um significante, então a relação acima fica, propositadamente, fora do campo da lingüística. Designa-se, remete-se com o signo a uma situação intencionada ou experimentada e nesta operação o que se transmite, evidentemente, é um signo e não um objeto. Aliás, nem é um signo, mas uma mensagem veiculada através de signos, aquilo que os falantes estão aptos a formular e compreender através dos diversos processos significativos, entre eles, o mais versátil e freqüente, o processo verbal, lingüístico. O problema é que a lingüística não vai da língua à situação de fala, e desta de volta para a língua.

O que nos leva a confirmar um dos pressupostos deste nosso trabalho, o de que a semântica não seria prejudicada em sua "cientificidade", ao contrário, sairia ganhando, se incluísse o discurso e a pragmática como seu horizonte teórico e não a frase gramatical. É preciso sair dos limites exclusivamente estruturais da língua. Uma das vantagens deste enfoque é evitar o mito da monossemita, isto é, de que o significado esteja pronto, cristalizado num espécie de dicionário, e que a produção de sentidos diversos através de conotações, implicaturas, pressupostos, efeitos provocados no ouvinte, recursos pragmáticos, situações discursivas, sejam considerados todos eles como secundários, apêndices, derivações. Ocorre que, a língua não é, como mostraram, por exemplo, Sapir e Whorf, um código transmissor de informações. É nela e por ela que uma cultura vive. É nela que o pensamento habita.

Nesta altura da discussão, cabe perguntar se não há, na esfera da semiótica, uma contribuição mais satisfatória para a compreensão da relação signo/realidade que, ao mesmo tempo **preservasse** as contribuições produtivas do estruturalismo de vertente saussuriana (a capacidade designadora, o processo de semiose), **enfrentasse** a questão da denotação e **evitasse** as limitações teóricas da semântica restrita às noções de campo semântico e de análise componencial.

Apenas uma concepção sem peias para acolher produtivamente uma direção pragmática, pode satisfazer essas exigências. Acreditamos que a contribuição de Peirce enriquece a discussão. Os impasses por nós apontados (se o signo **não** retira sua significação da denotação, se ele não está simplesmente no lugar de algo, como fica, então, a relação das palavras com o mundo? Afinal a linguagem não é um jogo solitário e autosuficiente) são tratados por Peirce através de uma visão inteiramente distinta de linguagem, capaz de fornecer atalhos teóricos interessantes e profícuos, com a importante noção de interpretante.*

* A questão não é tanto resolver esses impasses, inclusive porque para tal seria preciso levar em conta a contribuição de Wittgenstein II como veremos no capítulo III, para quem a própria tarefa de precisar resolver o problema da relação do signo com a coisa nomeada é questionada, pois, como mostrou Rorty, ela está diretamente ligada à necessidade de um paradigma para o qual uma teoria da referência é indispensável.

5. A CONTRIBUIÇÃO DE PEIRCE

5.1 O esquema triangular de Peirce

A filosofia da linguagem, a lógica e a semiótica experimentaram, através desse filósofo do pragmatismo norte-americano, um impulso inovador.

Peirce partiu de um esquema triangular muito diferente do de Saussure (a quem, aliás, não conheceu): a relação de semiose designa uma ação, ou uma influência, que é, ou que supõe, a cooperação de três sujeitos, que são o signo, seu objeto e seu interpretante. Esta relação ternária de influência não pode, em nenhum caso, reduzir-se a ação entre pares. Significar supõe aqui três termos, não somente dois (BOUGNOUX, 2000, 55).

Peirce pergunta pelo que ocorre a cada um em nossas vidas, evitando a pergunta metafísica sobre o fundamento. O passado, diz ele, compele à experiência. O mundo mesmo contém apenas o que Peirce chama de "primeiridade", que são as coisas fora de qualquer suporte ou de relação referencial, tais como: espirrar neste momento, ter nascido no século passado na Terra e não em Marte, o ruído das teclas do computador. No nível da primeiridade tem-se a novidade, vida, liberdade, tudo o que pode ser, os fenômenos simples e livres, completos em si. Já em outro nível, o futuro se apresenta nas formas mentais, intenções e expectativas. O conhecimento científico depende do futuro, como na pergunta sobre o que ocorreria se alguém fizesse variar um aspecto do fenômeno. O homem trabalha com uma capacidade ou poder adivinhatório (ainda que potencial) de fazer suposições, numa ação governada pela razão. Quando um homem presenteia uma mulher, há o ato mecânico de entrega, a emissão de sons e o objeto sendo pego pela mulher. O caráter tríplice desta ação reside na intenção, na ação mental. Daí Peirce propor as seguintes características:

Originalidade: designa o ser tal como ele é, em nível primário.

Obsistência: ocorre pelo contato com alguma outra coisa que obriga a uma modificação, em nível de secundidade. Por exemplo, A ser maior do que B, seja por similaridade, seja por diferença. A secundidade caracteriza-se pelo aspecto relacional, como nos conflitos. Se alguém para entrar por uma porta semi-aberta torce a maçaneta, porém encontra resistência, esforça-se para abrir, reage. Trata-se de uma situação de relação mútua, a realidade obrigando a reconhecer algo fora, que opõe resistência.

Transuação: mediação ou modificação da primeiridade e da secundidade pela terceiridade, pela qual o ser cria relações. O **signo** pertence a esse nível, representa algo para a idéia que provoca ou modifica, veículo para comunicar à mente algo exterior.

Cria mediações genuínas, pois está relacionado a algo fora dele, que vem a ser seu **objeto** (não somente a coisa ou a ocasião mas a que o signo deve ser aplicado) isto é, o representado, com respeito a uma **qualidade**. Essas relações são intermediadas por um terceiro termo, o **interpretante**, ou seja, a idéia que o signo provoca afim de comunicar uma significação. O interpretante é um outro signo e também, conforme explica Eco, interpreta uma idéia a que os signos dão lugar. O interpretante pode também ser uma ação, um comportamento. Por isso não se deve confundir o interpretante com o receptor do signo. Trata-se do código entendido como uma leitura, como um saber constituído, que permite ligar o signo a um objeto. Os objetos podem ser fatos, relações, algo conhecido e que tenha existido ou que se espera existir, uma qualidade, ou um conjunto de partes. Se alguém aponta algo para uma pessoa, para essa pessoa saber a que está se referindo, é preciso que os "referenciais" possam ser reconhecidos. O exemplo é de Peirce: acordo de manhã, antes de minha esposa, que logo pergunta: "como está o dia hoje?" É um signo cujo objeto imediato é o tempo naquela ocasião, mas que possui um segundo objeto, a sensação que presumivelmente tive ao olhar pela janela. O que leva a mais uma operação, desta feita relacionada com aquele objeto, e assim por diante, infinitamente. Como a significação de uma representação é outra representação, tem-se uma série infinita, a que U. Eco chama de **semiose infinita**.

Pertencem à terceiridade as idéias de generalidade, infinidade, continuidade, difusão, crescimento, inteligência. Se alguém vai fazer uma torta de maçãs, por exemplo, generaliza a partir do momento em que segue a receita com seus passos e regras costumeiros, até a torta que precisa ser feita com maçãs frescas, nem muito doces e nem muito azedas, etc. Para tal é preciso escolher as maçãs e aplicar aqueles requisitos para que a torta atinja o padrão de qualidade desejado. E esta qualidade, ser torta deliciosa, não vem solta, mas é uma qualidade que ocorre em mim, objeto de experiência.

5.2. As três categorias do signo

Não há uma ordem cronológica ou lógica entre índice, ícone e símbolo, as famosas distinções do signo peirceanas.

O **índice** é um fragmento retirado da coisa, afetado realmente pela coisa, como o sintoma médico. Trata-se de um signo "degenerado" pois a significação de seu objeto deve-se a um relação genuína com ele, sem levar em conta o interpretante ou o código, sem a mediação de intenção mental, e por isso mesmo, não realiza corte semiótico

algum. Como o corte semiótico implica a suposição de uma "distância" entre o mundo exterior ou mundo real dos objetos designados e o signo, isto é, que o mundo está separado do signo, "a palavra 'cão' não morde (nem sua imagem, aliás)" explica Bougnoux (2000: 206). Dada sua natureza típica, os índices não precisam levar em conta o corte semiótico. Por exemplo, a batida na porta característica de alguém querendo entrar é indicial, não provoca a necessidade de distinguir o signo de sua designação. O índice refere-se ao objeto que denota por ser afetado por ele, tendo uma qualidade em comum com o objeto e sendo modificado pelo objeto. Serve para estabelecer contato, vínculos diretos nas relações de comunicação, pois ele não representa a coisa, mas as manifesta com sua vivacidade própria, nos gestos, na entonação, nos olhares, que facilitam e encaminham os conteúdos da comunicação. Exemplifica Peirce: "Vejo um homem que anda gingando. Isso é uma indicação provável de que seja um marinheiro... Um quadrante solar ou um relógio **indicam** a hora... Uma batida na porta é um índice. Tudo o que nos surpreende é um índice na medida em que assinala a junção entre duas porções da experiência" (PEIRCE, 1977: 67).

Já um signo degenerado em grau mais alto é um **ícone**, a imagem em geral, que provoca um desengate mais nítido entre signo e coisa nomeada. Este significa apenas pela qualidade da semelhança. "É o caso, exemplifica Peirce, de como eu agiria em certas circunstâncias, enquanto me mostram como outra pessoa provavelmente agiria"(1977: 28). Assim é que um retrato de alguém que eu não conheço é convincente. Pelo retrato forma-se uma idéia da pessoa que ele representa. Porém não se trata de um ícone perfeito, visto ser obra de um fotógrafo, tendo, portanto, uma relação obsistente com o original, com a face da pessoa. A noção de semelhança não é tão simples como parece à primeira vista. No caso da foto de identidade, a relação estabelecida entre um simples pedaço de papel brilhante contendo certas manchas, e a identificação do rosto de alguém, demanda toda uma série de relações e ilações levadas a cabo por uma percepção resultante da cultura, da educação. Traços são recolhidos e analisados num material diverso daquele do fenômeno representado. Entre um sinal rodoviário de curva perigosa, e a curva que se tem que percorrer, vai uma enorme distância que a semiotização do mundo anula e ao mesmo tempo reconstrói. O ícone não é a imagem externa, propriamente dito, é a imagem mental, imitação dos objetos.

Assim, o signo é um ícone quando se refere ao objeto que esse signo denota pelos caracteres do próprio signo, caracteres estes que o signo possui, quer o objeto

exista ou não. Uma coisa é ícone de outra quando houver uma semelhança e essa outra coisa for utilizada como signo. É como se algo pudesse ser substituído por outro que com ele se assemelhe. Uma imagem de algo ou um diagrama, podem ser icônicos. Pelo ícone uma idéia pode ser diretamente comunicada. Observando-se um ícone, outras verdades podem ser descobertas além das que determinam sua construção. A partir de duas fotografias, pode-se desenhar um mapa. Quando há uma conexão física entre a pessoa e sua fotografia, tem-se um ícone. Idem no caso de um desenho de uma estátua, no caso de fórmulas algébricas, de construções arquitetônicas, de peças de decoração, etc.

O **símbolo** é um signo que se refere ao objeto que denota devido a um "lei", a uma regra de leitura, a uma associação de idéias que levam o símbolo a ser interpretado como se referindo àquele objeto. O símbolo se constitui como signo por ser usado e compreendido como tal, por hábito ou convenção. Como vimos em Saussure, tem caráter arbitrário. **Não há símbolo sem interpretante**, pois qualquer elocução de um discurso significa apenas por se compreender essa significação. O símbolo pode ser constituído por um índice, como quando alguém diz: "Lá está um balão" e aponta para ele. Mas se alguém explica que balão é algo como um círculo, a imagem cria neste caso, um símbolo, e não um índice.

Um signo genuíno é um signo transuacional ou símbolo, pois, como dissemos, depende de um interpretante para ser compreendido. Toda emissão discursiva é um signo genuíno. Os sons inicialmente reportavam-se seja a ícones, seja a índices, mas este caráter se perdeu com o signo-palavra. "As palavras apenas representam os objetos que representam e significam as qualidades que significam porque vão determinar na mente do ouvinte, signos correspondentes", afirma Peirce (1977: 29). Assim, todo signo determina um interpretante, que é também um signo. Para Peirce a Lógica é a ciência dos signos. A Lógica Crítica estuda as condições de referência, portanto, as condições de verdade do símbolo e dos outros signos com relação aos seus objetos. A Lógica Gramatical Especulativa é a doutrina dos símbolos e outros signos que têm caráter significante. Finalmente a Lógica Transuacional estuda as condições gerais de referência dos símbolos e outros signos aos interpretantes que eles querem determinar. Como todo signo determina um interpretante, que é também um signo, segue-se que um signo sempre remete a outro.

Os signos podem ser: um **termo** que deixa seu objeto, e, portanto, seu interpretante ser aquilo que pode ser; uma **proposição**, que é um signo indicador do

objeto que denota, e deixa o interpretante livre; um **argumento** é signo porque representa e determina o interpretante, também chamado de conclusão.

Há argumentos dedutivos, pelos quais os fatos representados nas premissas precisam ser apresentados na conclusão, como as demonstrações de Euclides. Os argumentos originários são as abduções, em que os fatos apresentados nas premissas precisam ser apresentados na conclusão e podem ser verdadeiros sem que a conclusão o seja. Exemplo: "todos os feijões deste saco são brancos; estes feijões são brancos; provavelmente provêm deste saco".

O fato afirmado na primeira premissa é o elemento codificado que já se conhece. Entre ele e o dado experimental da segunda premissa, não há uma relação de contigüidade. A abdução toma como hipótese uma conexão física anterior e uma relação de causa e efeito que não são provadas. Tudo se passa como se alguém estivesse examinando o fragmento de uma carta onde se lê "cane" e tivesse de decidir se está conectado ao fragmento onde se lê "sugar" ou a outro onde se lê "e gatto", sendo que o primeiro contemplaria a hipótese da língua inglesa e o segundo, da língua italiana. Pela abdução tenta-se empregar um sistema de regras de significação pelas quais um signo adquirirá seu próprio significado, explica Eco (1981: 118-121). Na abdução os fatos constituem um ícone porque têm semelhança com o que pretendem representar. Conhecer para Peirce é relacionar e classificar por meio de signos, assim se entende por que os fatos na abdução podem constituir uma hipótese. Quando um cientista lança hipóteses explicativas, ousa supor semelhanças pelas quais explica como se dão os fatos.

Já o argumento indutivo provém de uma abdução ou hipótese anterior e de predições dedutivas. Após a experimentação, confirma-se ou não a verdade da hipótese, sempre sujeita a revisões futuras. É preciso supor se o caso em foco é resultado ou não da regra aplicada, que tanto pode ser o quadro referencial de uma língua, os indícios circunstanciais ou contexto de fala. Eles conduzem à interpretação de uma regra de abdução. A abdução representa a tentativa ousada de um sistema de regras de significação pelas quais o signo adquire seu significado.

Esta Lógica de que fala Peirce é, simplesmente, a Semiótica, doutrina geral dos signos. O pragmatismo de Peirce faz-se notar quando diz que as afirmações sobre "o que **devem ser** os caracteres de todos os signos utilizados por uma inteligência 'científica', isto é, por uma inteligência capaz de aprender com a experiência"(1977: 45), constituem uma espécie de abstração junto com a observação. Depois de esboçado

um quadro ou esquema, observa-se o que este quadro hipotético permite compreender ou deduzir, ou ainda, abduzir, e tenta-se aplicá-lo aos signos. Cai a noção de espelhamento entre enunciado e fato.

Em suma, um signo ou **representamen**, é aquilo que sob certo aspecto ou modo representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez mais desenvolvido. O representamen é uma regra que determina seu interpretante, como palavras, frases, livros, e signos convencionais que são símbolos. O que escrevemos ou pronunciamos não passam de réplicas, pois a palavra em si não tem existência, ou melhor, seu ser consiste em que os falantes a ela se conformem. Pelo hábito ou lei adquirida, uma sucessão de sons como g-a-t-o, faz com que suas réplicas sejam interpretadas como significando "gato". Diz Peirce:

Ao signo assim criado denomino **interpretante** do primeiro signo. O interpretante do símbolo diz que no futuro aqueles sons devem obedecer à mesma descrição. O signo representa alguma coisa, seu **objeto**, que também deve obedecer àquela descrição. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de idéia, que eu chamei **fundamento** do representamen (1977:46).

Idéia aqui deve ser tomada no sentido em que dizemos que alguém pensa ou relembra o que estava pensando. Assim, o signo ou representamen, está ligado ao fundamento, ao objeto e ao interpretante. Quando se enfoca o que é verdadeiro quanto ao representamen usado de modo a que incorpore um signo, trata-se do terreno da Gramática Pura. Quando se pergunta pelo que é necessário para que os signos possam aplicar-se a qualquer objeto, e possam ser verdadeiros, tem-se a Lógica. Na Retórica estuda-se como um signo acarreta outro.

O signo relaciona-se com o objeto que para Peirce não deve ser confundido com os objetos físicos pura e simplesmente, uma vez que pode também tratar-se de algo imaginário. Para que um signo represente o objeto ou o conjunto de objetos, deve haver uma explicação, isto é, um signo ampliado por uma explicação mais ampla, que será também outro signo.

O significado ou o objeto de um símbolo **denota** algo e significa uma generalidade ao mesmo tempo. Daí a noção peirceana de semiose infinita, quer dizer, os símbolos são constituídos pelo desenvolvimento de outros signos, especialmente dos ícones ou dos signos que são icônicos e também simbólicos. Segundo Peirce,

só pensamos com signos. Estes signos mentais são de natureza mista; denominam-se conceitos suas partes-símbolo. Se alguém cria um novo símbolo, ele o faz por meio de pensamentos que envolvem conceitos. Assim, é a partir de outros símbolos que um novo símbolo pode surgir ...

Uma vez existindo espalha-se entre as pessoas. No uso e na prática seu significado cresce (1977:76).

Para Peirce o "único pensamento que pode conhecer-se é o pensamento em signo. Todo o pensamento deve, portanto, necessariamente existir em signos"(1980: 68). Todo pensamento é um signo, dirige-se ao outro. Quem afirma que "Aristóteles é homem, portanto é falível", pensou também que todos os homens são falíveis. Todo pensamento vem de ter havido outro pensamento, o momento passado requer uma série infinita de momentos e precisa ser interpretado em outro pensamento, acontecendo em termos de signos.

Toda cognição está em constante mudança. A consciência ou sensação demanda uma imagem, uma concepção, ou uma outra representação servindo de signo. Evidentemente há fenômenos externos, porém, quando se pensa, o próprio pensamento surge como signo. "Signo para algum pensamento que o interpreta. (...) signo para algum objeto que se lhe equivale nesse pensamento. (...) signo sob algum aspecto ou qualidade que o liga a seu objeto"(1980: 73), explica Peirce, acrescentando: "O signo-pensamento representa o objeto na perspectiva sob a qual o pensa". Esta perspectiva é o que ele chama de objeto imediato da consciência no pensamento, o pensamento pensado no pensamento seguinte, ao qual serve de signo.

É difícil avaliar todas as consequências da contribuição de Peirce ao problema da referência, mas algumas delas saltam à vista, e apontam numa direção que iremos explorar ao longo deste trabalho. A relação entre signo e coisa não é a de uma adequação representativa direta, nem é uma relação de pura exterioridade. Estabelecido o óbvio corte semiótico (o signo não é a coisa, nem está no lugar da coisa), resta o problema de como se estabelece a relação entre a significação lingüística e aquilo que com ela se designa, se nomeia, se refere. Como um pensamento interpreta o outro que lhe serve de signo, pode-se supor que não é a chamada "realidade" em si que é representada. A mente do sujeito não é uma mente pensante de estilo cartesiano, cujo conteúdo vem da idéia que representa as coisas. Para Peirce o próprio pensamento é sêmico, e o objeto é objeto para um signo-pensamento, pois ele só faz sentido na medida em que servir de objeto para um signo que o interpreta.

Como o signo não é algo que serve à mente/pensamento para representar a realidade/objeto, não há para Peirce o sujeito com sua mente como se fosse uma substância plena de representações. Peirce surge como um dos principais críticos às filosofias do sujeito, para as quais o signo é considerado como identidade de algo, sua

marca ou etiqueta, o que depende de um sujeito cuja mente ilumina aquilo que ela irá representar, mente onipotente que capta o objeto através do puro pensamento. Este, por sua vez representa as coisas tais como **são na realidade**. Para o paradigma do sujeito, a linguagem, os signos, são apenas meios (sofríveis, diga-se de passagem), para significar o pensamento.

Ora, supor uma unidade transcendental do sujeito que se abre para o mundo ou pela qual o mundo se abre, não passa, segundo U. Eco, de uma ficção.

O sujeito não é o centro da atividade lingüística. Pelo contrário, como bem mostrou o estruturalismo e antes dele a concepção peireceana de signo, é **no** signo, é na atividade lingüística que há intersubjetividade. Se o signo leva à interpretação, que é, por sua vez, outro signo, não há uma mente funcionando como um receptáculo contendo pensamentos que representam coisas ou estados de coisas. Há interlocutores situados. Usar signos implica interpretação, inferência, abdução. A linguagem não é um simples código de informações de mensagens cifradas a serem decifradas pela relação denotativa signo/referente. A linguagem "semiotiza" a realidade, a linguagem é o lugar onde emergem as significações. É possível inclusive afirmar com Peirce que a palavra usada pelo homem, é o próprio homem, que somos semiose em ato, sistemas de significação, processos de comunicação, como diz Eco.

Peirce mostra que não há pensamento sem linguagem, critica a noção de mente como se fosse um *cogito*, evita o logocentrismo do estruturalismo (análise exclusiva dos signos verbais) ampliando a linguagem para além da linguagem verbal, mostra que gramática, lógica e retórica estão interrelacionadas em suas múltiplas funções. A linguagem/pensamento nada mais é do que a ação humana constitutiva da realidade. A concepção metafísica de uma relação dual entre sujeito e objeto, interior e exterior, a concepção de uma subjetividade reinando solitariamente ou de uma razão soberana como queria Kant, a concepção de realidade objetiva em si, da tradição empirista, todas elas são abaladas pela semiótica de Peirce.

Compreende-se que o salto para a pragmática implique tão estimulantes conseqüências, se pensarmos que "o mundo como síntese de possíveis fatos só se constitui para uma comunidade de interpretação, cujos membros se entendem entre si sobre algo no mundo, no interior de um mundo da vida compartilhado intersubjetivamente", diz Habermas (1997: 31-32), ao argumentar sobre a necessidade de sair dos limites impostos pela estrutura da língua vista como um sistema funcionando

em si e por si, e dos limites da relação do sujeito que conhece confrontando suas representações face à face com objeto conhecido.

II - AS SENTENÇAS: SIGNIFICAÇÃO, VERDADE E REFERÊNCIA

1. SIGNIFICAR E NOMEAR

O estruturalismo de vertente saussureana, e também Chomsky, consideram que o problema da relação linguagem/realidade cabe ao filósofo resolver, uma vez que a lingüística de veio estruturalista ocupa-se com a designação (combinações dos signos e das regras que permitem a emissão de todas e de qualquer sentença da língua) e não com a denotação, ou seja como frases significativas remetem a coisas ou estados de coisas. A questão de, se o signo, ou melhor, se uma frase gramaticalmente bem construída refere ou não, e, como decorrência, se corresponde ou não à realidade ou situação denotada, pertence ao âmbito da filosofia. Assim pensam os lingüistas que estamos chamando de "estruturalistas" por privilegiarem em sua análise apenas os elementos do sistema, que são, justamente, estruturais. Esse procedimento é legítimo para efeitos de análise. Porém conduz a alguns impasses. Recorremos a Peirce para mostrar que os signos não se limitam a uma interrelação regrada pelo sistema da língua.

Pela mão dos primeiros filósofos da linguagem, nomear ou referir a entidades, a questão da relação entre significado e referência, tornam-se questão analítica.

Portanto, é nas abordagens lógico-analíticas, nas vertentes filosóficas cujo foco é a linguagem centralizada nas sentenças com conteúdo proposicional, que a relação entre a linguagem e a realidade torna-se problema a ser resolvido, espinhosa tarefa que agora se põe como obrigatória e legítima.

Estamos no segundo patamar da linguagem, o da sentença proposicional. O primeiro é o do signo, como propusemos no início deste trabalho. Como é possível que com palavras organizadas na forma de sentenças, ocorra a referência à realidade? Qual é a natureza da conexão que se estabelece entre palavras numa sentença e um estado de coisas? Correlata a essa relação, põe-se o problema ontológico, a provocante questão da barba de Platão: é possível falar com sentido acerca de seres que não "existem"? Como é possível fazer afirmações com sentido (que dá as condições de verdade às proposições com valor de verdade) sem pressupor de uma certa maneira a **existência do ser** sobre o qual algo é afirmado? Ou, em outras palavras, se as entidades não existirem, estar-se-ia falando acerca do não ser, acerca de nada? Reza a tradição parmenídica e platônica que acerca de nada, nada pode ser afirmado com sentido. Em suma, trata-se da relação entre

significação, realidade e verdade, que envolve tanto o velho problema ontológico, ou se quisermos, o problema do compromisso ontológico decorrente do uso de nomes, nomes próprios, descrições definidas, dêiticos, pronomes demonstrativos, como o da significação ser adaptada para funcionar em proposições que descrevem a realidade. Deixamos o nível da análise estrutural do **signo** e da **frase gramatical** como limite máximo da abordagem do lingüista que se atém ao sistema da *langue*, para irmos até o nível de análise cujo objeto são as **sentenças** com conteúdo **proposicional**. Frege, Wittgenstein e Russell são presença obrigatória quando o problema é a linguagem, especialmente a semântica, com contribuições para avançar a discussão com proveito para a lingüística, de modo a uma melhor compreensão da distinção entre referente ou *denotatum*, de um lado e *designatum*, de outro lado, e para a filosofia da linguagem. Trata-se do problema da significação e da referência, ou também chamado problema de denotação: pode uma sentença ter valor de verdade e não denotar ou referir? Como pode uma sentença não ser acerca de um estado de coisas "existente" e, ainda assim, ter significação? Ou, nesse caso, ela fica sem sentido? Essas duas dimensões se entrecruzam de tal forma que fica difícil não levar em conta **ambas** no que diz respeito ao significado, a menos que nos contentemos com uma descrição estrutural dos signos em termos de campos semânticos. Se pensarmos que os signos são combinados entre si formando todas as **sentenças** possíveis de uma dada língua no nível sintático, há que se levar em conta que ele não funciona sozinho, é preciso que também opere o componente semântico; neste caso, a análise estrutural mostra-se insuficiente. Isso porque é em sentenças ou frases que as palavras tomam sentido, e não apenas por combinações de signos. O que evidencia a necessidade de distender nossa análise para além do signo, indo até a sentença/proposição.

A semântica por condição de verdade ou semântica formal, opera no nível da sentença. Desde a Gramática de Port-Royal até o atomismo lógico de Russell e de Wittgenstein no *Tractatus logico-philosophicus* (1921), de um modo geral há dois pressupostos, o de que "as frases representam fatos ou estados-de-coisa e, numa língua ideal, estariam em correspondência estrutural com eles" (LYONS, 1984: 118), e o de que há numa afirmação, uma proposição que pode ser verdadeira ou falsa. As proposições (*p*, *q*, *r*) são combinadas entre si através de conectivos, possibilitando cálculos de seu valor de verdade.

Para Tarski é justamente a possibilidade de estabelecer condições de verdade que dá inteligibilidade às frases. Toda proposição bem formada diz algo, é significativa

se e somente se, for possível estabelecer para ela sua condição de verdade; hoje se acrescentaria: em um mundo possível, sob uma certa interpretação.

Cada descrição de estado completa e consistente descreverá um estado possível do universo; e nesta classe das descrições de estado haverá uma que descreve o estado real do universo, a saber aquele em que são verdadeiras todas as proposições fundamentais (...). O conteúdo semântico de uma proposição pode ser definido como a classe das descrições de estado que ela elimina (LYONS, 1984: 135-136).

Uma vez especificados os cálculos que estabelecem o valor de verdade, é possível formalizar as línguas naturais e assim sanar todos os "erros", ambigüidades, conotações, preparando a linguagem para a construção da ciência. Esse foi o sonho do positivismo lógico. A verdade deverá ser determinada intensional e extensionalmente. A teoria dos modelos estabelece que a extensão reporta-se a um dado ponto de referência. Toda e qualquer frase de uma língua só poderá ser compreendida se soubermos em que condições, em relação a que indivíduos, etc., ela seria verdadeira, ou seja, acerca de que mundo é verdadeira a proposição. Quanto à intensão, diz respeito à descrição consistente de um estado de coisas.

A essa tradição lógico-semântica, pertence Wittgenstein do *Tractatus*, e também segundo Rorty, os semanticistas e filósofos que trabalham inspirados pelo Wittgenstein do *Tractatus* como Davidson, Montague e Harman (RORTY, 1988: 21). A semântica lógica é essencial para a filosofia dissolver problemas como o do dualismo cartesiano mente/corpo, além de abordar de modo original problemas essenciais, como os do significado e da referência, como mostram os trabalhos de Frege, Russell e Quine.

É bastante polêmica e controvertida a questão sobre a postura teórica de Wittgenstein, quanto a haver uma distinção radical entre um primeiro Wittgenstein e um segundo Wittgenstein, particularmente o de *Investigações filosóficas*. Nosso pressuposto é o de que eles diferem, ainda que não fundamentalmente, mas de um modo bastante significativo, a um ponto tal que a última obra representa um marco para que transformações radicais ocorressem tanto na filosofia da linguagem como na semântica lingüística, inaugurando uma importante vertente, a da filosofia da linguagem ordinária, que teve um importante corolário nos filósofos da escola de Oxford, Ryle, Austin, Strawson e Searle.

Frege, Wittgenstein I, Russell e Kripke deram ao problema da relação entre linguagem e realidade diferentes soluções, criticadas por Wittgenstein II, por Austin e Strawson, para os quais a referência é apenas um dos requisitos para os atos de fala, e

também por Quine e Davidson com suas teses da relatividade ontológica e da inescrutabilidade da referência, encaminhando-se para a pragmática, na linha aberta por Peirce e Dewey.

Devemos ao Wittgenstein do *Tractatus Logico-Philosophicus* a teoria da figuração pela qual a estrutura do mundo e a da linguagem estão em relação de paralelismo, a Frege a crucial distinção entre significar e nomear, a Russell a teoria das descrições definidas e a Kripke a teoria da rigidez referencial. São diferentes abordagens da questão da relação entre significação e referência, apontada pelo exemplo paradigmático de Russell,

(1) O atual rei da França é calvo

em que o problema é como afirmar algo de um ser que não "existe", e de se, ainda assim, o enunciado mantém sua significação (ou não). Resolver esse problema permite que se enuncie sentenças do tipo

(2) O rei do Brasil não existe

quer dizer, é possível afirmar com sentido enunciados negativos, afirmar que certos seres não existem, sem incorrer no absurdo de precisar postular sua existência para, em seguida, negá-la.

"O rei do Brasil", sujeito da proposição, precisa reportar-se a um referente que deve existir de alguma forma para que a sentença tenha sentido e possa ter valor de verdade? Como se sabe pela informação histórica que não há tal rei, a sentença será sem sentido, ou falsa, ou com sentido mas sem valor de verdade, ou, ainda, realizável num mundo possível?

Como acima afirmamos, o terreno a ser percorrido não é mais o da lingüística. Entramos no terreno das sentenças que têm o papel lógico/ontológico de atribuir um predicado a um sujeito. A fim de constatar se o sujeito possui ou não tal propriedade, é preciso recorrer a estados de coisa. Para a lógica tradicional, bastava a relação atributiva. A partir da lógica moderna, a relação não é simplesmente binária, entre sujeito/predicado. A relação entre sujeito e predicado da forma "A é B", esconde um problema: se "A" é "B", não pode ser ele mesmo, ou seja, "A". A alternativa é que a afirmação seja, então, da forma "A é A", porém esta é uma afirmação trivial, não leva a nada. Para evitar a trivialidade é preciso afirmar "A é B", que é uma afirmação falsa. Desta forma, se uma afirmação é verdadeira, ela é trivial, se não é trivial é falsa. Trata-se do paradoxo da identidade.

Como veremos no próximo item, Frege soluciona o paradoxo da identidade. Russell contribui com uma nova análise da predicção, com as formas " $x R y$ " ("Pedro matou Paulo), em que há variáveis (" x ", " y ") e uma relação entre elas. Isso permite afirmar, por exemplo, "João é maior que Maria". No caso de "Pedro matou João com a faca de Paulo", temos " x mata y com a faca de z ", ou seja $R(x,y,z)$. No caso de uma sentença singular como "Pedro é bom" o predicado contém apenas um elemento "F" predicado de um " x ", que é um indivíduo, uma variável. Daí: " $F(x)$ ", a cópula "é" desaparece no predicado. "F" é uma propriedade e " x " é um indivíduo.

A lógica não traduz mais sentenças da forma gramatical corrente como "Todo homem é mortal" pela forma "Todo A é B", e sim numa forma mais complexa: "Para todo x , se x é homem, então x é mortal".

O problema da referência diz respeito tanto à questão do objeto a ser referido (questão ontológica) como aos termos usados especificamente para referir, como nomes, dêiticos, expressões existenciais únicas ("o atual rei da França"), demonstrativos e pronomes. Na semântica formal a relação linguagem/realidade e a questão de se a significação está ou não ligada à verdade é tratada nos limites da sentença. Isso estabiliza e fixa os meios lingüísticos e lógicos para a referência. Fica descartado um outro modelo, o dos esquemas conceptuais variáveis, que mostrariam a impossibilidade de fixação da referência, esquema este que dispensa correlacionar palavras e coisas para haver referência e significação. Encontramos esse modelo no Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*, tema do próximo capítulo. Neste capítulo percorremos as idéias principais de Frege, Wittgenstein I, Russell, e, mais atualmente o essencialismo de Kripke e as idéias neofregeanas de Recanati.

Mostraremos que falta algo essencial às diversas soluções que recebe o problema da referência ou da denotação, como preferem alguns, que é levar em consideração o ato efetivo da fala. O problema da relação linguagem/realidade e de como a linguagem fornece instrumentos lingüísticos para referir através de sentenças assertóricas, só é simples e só recebe soluções satisfatórias se nos detivermos nas sentenças, isto é, no nível da semântica formal, pois ela pressupõe a linguagem como constando unicamente de proposições que descrevem estados de coisa, e por isso podem receber valor de verdade. Tudo estaria muito bem resolvido se nos comunicássemos através de proposições assertóricas. Evidentemente, não o fazemos.

2. REFERIR DIFERE DE SIGNIFICAR: FREGE

Com Frege houve um avanço considerável da lógica, com repercussão na filosofia da linguagem. Suas pesquisas visam, entre outras propostas, solucionar problemas filosóficos clarificando-os pela lógica. Seus estudos repercutiram principalmente em Carnap, Russell, Wittgenstein e Quine. Sua distinção entre significado e referência influem até hoje na lingüística e mesmo na filosofia da mente. Pensamentos diferem de representações, pois estas pertencem a uma dada pessoa, são atribuíveis a alguém num tempo e num espaço. Os pensamentos não são de alguém em particular, permanecem em sua identidade, mesmo que indivíduos, épocas e lugares variem. Sua estrutura é mais complexa do que a usada para referir a objetos através de nomes e dêiticos. É que nas asserções os termos singulares que ocupam o lugar do sujeito, funcionam como proposições relativas a dado estado de coisas. Proposição verdadeira é aquela em que o pensamento (e não a representação pessoal de objetos) refere-se a um estado de coisa através de um enunciado. Habermas entende que Frege revoluciona as concepções de linguagem com sua noção de que

na representação são dados somente objetos; enquanto que estados de coisas ou fatos são aprendidos em pensamentos. Com essa crítica, Frege dá o primeiro passo rumo à guinada lingüística. A partir de agora, não podemos mais apreender simplesmente e sem mediação, pensamentos e fatos no mundo dos objetos representáveis; eles só são acessíveis enquanto representados, portanto em estados de coisas expressos através de proposições (HABERMAS, 1997: 28).

A mediação da proposição importa em outra conseqüência na consideração das sentenças: o significado das expressões sujeito e das próprias sentenças, **difere** da referência em ambos os casos.

As descrições definidas são expressões do tipo "o tal e tal é ...". Para serem significativas essas expressões precisam receber conteúdo fatural, precisam reportar-se à realidade para poder afirmar que algo é tal e tal pelo preenchimento da função atributiva? Frege entende que as descrições definidas pertencem à categoria mais ampla dos nomes próprios, que abarcam os nomes próprios propriamente ditos ("João", "Curitiba"), as descrições definidas ("O atual rei da França..."), os demonstrativos ("isso", "aquele"), os predicados e as sentenças completas ("Sócrates é mortal").

No importante artigo *Sobre o sentido e a referência*, 1892 (*Über Sinn und Bedeutung*), Frege mostra que referir-se a algo difere de falar significativamente.*

Já mencionamos a relação de igualdade e vimos o quanto é complexa. Para Frege essa relação se dá entre os nomes ou sinais dos objetos e não entre os próprios objetos. Assim, quem afirma "a=a", diz algo diferente de quando afirma "a=b". No primeiro caso temos um sentença analítica, verdadeira independentemente da experiência. No segundo caso acrescenta-se algo ainda não conhecido pela informação contida em "a".

Se a igualdade fosse determinada por aquilo a que os **nomes** "a" e "b" se referem e se a sentença "a=b" for verdadeira, então "a=b" não poderia trazer mais nenhuma informação nova e seria equivalente a "a=a". Ora, uma coisa é uma expressão ter uma relação consigo mesma, e outra bem diversa é informar algum conteúdo cognitivo, isto é, algo mais acerca daquele "a", como ocorre em "a=b". Se com esses sinais se pretende dizer que esses nomes se referem à mesma coisa, estabelece-se uma relação entre esses sinais. Por outro lado, essa relação só se manteria se eles nomeassem ou denotassem algo. Mas a relação entre nome e coisa nomeada é arbitrária, quer dizer, pode-se tomar qualquer evento arbitrariamente como sinal para qualquer coisa. Neste caso a expressão não referiria a nada e fica-se apenas com o modo de designar, com a compreensão das expressões e não com a relação de referência.

Frege pretende mostrar que é perfeitamente possível designar algo, falar acerca de algo sem que se precise necessariamente referir-se a esse algo, ou seja, sem que esse algo precise, de algum modo, "existir". Justamente a linguagem é um meio de comunicação e de conhecimento pelo menos (mais adiante mostraremos que sua função não é exclusivamente esta), pois ela enseja transmissão e compreensão do "sentido" (*Sinn*), sem precisar recorrer à referência. Pode-se falar acerca de coisas já desaparecidas das quais nunca se venha a ter conhecimento direto, como a Grécia de Péricles. Nunca será demais lembrar a importância desta distinção. Até Frege, sob o manto de um arraigado platonismo, pensava-se que sentido (significação, ou significado) seria nulo se não estabelecesse uma relação do dito com a coisa referida, nomeada, designada. Como dissemos no início deste capítulo, supunha-se que acerca do não ser, nada se poderia afirmar com sentido. Frege "desontologiza" a linguagem.

* As traduções brasileiras para *Sinn* não variam, trata-se do sentido; já *Bedeutung* é traduzido ora por referência, ora por significado. Usaremos referência.

Deve-se ressaltar a possibilidade de nas línguas haver expressões com sentido **mesmo que não tenham referência**. Assim, "as palavras 'o corpo celeste mais distante da Terra' têm um sentido, mas é muito duvidoso que tenham uma referência (...). Portanto, entender-se um sentido nunca assegura sua referência", enfatiza Frege (1978: 63).

Se, à diferença entre sinais corresponde uma diferença no modo de apresentação, no modo de designá-los, o valor cognitivo de "a=b" será preenchido, ao passo que o valor cognitivo de "a=a" não o será. Frege exemplifica como constando de diferentes conteúdos a designação do ponto de interseção no triângulo retângulo, como ponto de interseção de "a" e "b" ou ponto de interseção de "b" e "c". Mas ambas afirmações, que contêm um conhecimento e um modo de apresentação diferentes, se referem ao mesmo e único ponto.

Deste modo, todo sinal contém não só aquilo a que ele refere ou significa (*Bedeutung*), mas também o sentido (*Sinn*) que é o modo de designação, o modo como algo é apresentado pela linguagem.

Frege afirma que "a referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio (do nome) designamos" (1978: 63). Há dois sentidos distintos nas expressões "Estrela da Manhã" e "Estrela da Tarde", já a referência é uma só, o planeta Vênus. Pode-se conhecer ou compreender o sentido, qual seja, o total de designações de um nome próprio, mas a referência só podemos conhecê-la mediatamente, pois dificilmente um nome possui ou carrega toda a referência de que é capaz. As seqüências de sinais de uma língua deveriam ter sempre o mesmo sentido, se prevalecesse a hipótese pré-fregeana que não distinguia sentido de referência. Porém, como bem viu Frege, o sentido varia conforme o contexto na mesma língua e também em línguas diferentes há expressões diversas para o mesmo sentido.

Nessa perspectiva Frege oferece uma teoria abstrata do sentido como um tipo de cálculo decifrador das expressões lingüísticas. O sentido pode ser a propriedade de muitos sinais, é o "tesouro comum dos pensamentos da humanidade", diz Frege (1978: 65). A estabilidade da referência não assegura que o sentido da expressão permaneça o mesmo. Ao lado de sentido e referência, Frege introduz a noção de **representação**, que, como vimos no início deste item, é subjetiva, e inclui todas as associações ligadas ao sentido. As representações associadas a uma palavra costumam dificultar as traduções. Na poesia, na literatura e na retórica utilizam-se recursos relacionados às representações. Apesar da variedade das representações é possível transmitir mensagens das quais o leitor fará a(s) leitura(s) do modo o mais adequado e aproximado

relativamente à intenção do poeta, escritor, retórico. Frege, diversamente dos neofregeanos, acentua o papel da referência e do sentido, dando pouco espaço aos problemas relativos à representação.

Os nomes próprios são sinais que exprimem um sentido e apontam ou denotam uma referência. O problema é saber se o nome próprio refere, e como o faz, isto é, se cumpre a função de discriminar o(s) objeto(s) ou pessoa(s) referido(s). Quando se fala, além das representações subjetivas e das sentenças com sentido expreso por palavras, as pessoas também se referem. A questão de se as sentenças sempre se referem ou se têm outras funções, na perspectiva fregeana recebe uma solução convincente por estabelecer que apenas pensamentos podem representar, e, portanto, referir a estados de coisa através de proposições. Por isso é preciso analisar, além das expressões, as próprias sentenças, das quais as primeiras fazem parte. No caso das sentenças assertóricas (ou asserções) completas como

(3) A Estrela da Manhã é um corpo iluminado pelo sol

seu sentido é o **pensamento**. Observe-se que o pensamento não se liga a uma consciência individual. Pelo seu conteúdo, permanece o mesmo, ainda que apreendido por indivíduos diferentes, em diferentes épocas. A substituição da expressão "Estrela da Manhã" por "Estrela da Tarde" na sentença acima muda o pensamento, pois alguém que afirma (3) pode estar sustentando um pensamento ou opinião verdadeiros e outro locutor pode estar sustentando um pensamento falso. A referência de uma sentença completa é o seu **valor de verdade**; pode acontecer que certas sentenças não tenham referência, caso de

(4) Ulisses profundamente adormecido desembarcou em Ítaca

mas possui sentido, que é compreendido, provoca um pensamento, porém a questão de se tem ou não valor de verdade não se põe, uma vez que não há referência; o nome próprio "Ulisses" que ocorre como sujeito da sentença não possui referente de modo que não é possível atribuir a ele um predicado, explica Frege (cf. 1978: 68).

Em (4) pode-se contentar com o sentido da sentença, o pensamento de que alguém adormecido, personagem de uma narrativa, desembarcou em Ítaca, local com tais e tais características. Mas há casos em que cabe preocupar-se com o valor de verdade, sendo preciso ir além do sentido, saber ou constatar se a sentença tem ou não valor de verdade, se a sentença refere, portanto se algo no universo possui ou não a propriedade ou atributo predicado do referente. Em caso de haver referência, a sentença funciona como um nome próprio. A referência não vem da ligação entre sujeito e

predicado, esta relação diz respeito ao pensamento apenas. O valor de verdade é entendido por Frege como um objeto, algo suscetível de confirmação. Tanto que ao se substituir numa sentença a ocorrência de um nome por outro com sentido diferente mas com a mesma referência, o valor de verdade da sentença não muda. Em

(5) O governador do Paraná viajou à Brasília

(6) Jaime Lerner viajou à Brasília

o valor de verdade global não variou. O que permite conhecimento, progresso, ciência, segundo Frege são as sentenças com pensamento (sentido- *Sinn*) e com valor de verdade (referência- *Bedeutung*). Note-se que essa concepção de linguagem influenciou as teses verificacionistas de Carnap.

É possível, no entanto, demonstrar que o valor de verdade muda. Russell mostrou, pelo paradoxo da denotação, que na substituição de uma expressão por outra com a mesma referência, o valor de verdade pode ser a falsidade, pode, portanto, mudar, como no caso de (7) cujo valor de verdade é o verdadeiro e (8) cujo valor é falso:

(7) George IV quis saber se Scott é o autor de Waverley

(8) George IV quis saber se Scott é Scott

Em (8) evidentemente George IV não estava interessado em saber a identidade de Scott e sim se ele havia escrito o poema Waverley.

Russell soluciona este paradoxo com sua teoria das descrições definidas, como veremos. Já Frege responderia que com a expressão "autor de Waverley" não é possível fazer referência no sentido habitual, uma vez que se trata de sentenças subordinadas, caso em que se tem uma parte de um pensamento, portanto, não se põe a questão de sua referência direta, e sim de sua referência indireta.

A concepção fregeana que distingue sentido de referência, pode ser usada, como bem viu Quine, para desatar os nós do chamado problema da barba de Platão, ou problema ontológico, sem precisar apelar para entidades na cabeça dos homens e sem precisar apelar para mundos possíveis, apenas pela distinção entre significar (a expressão é significativa) e nomear (refere-se a algo, possui um referente) . Pode-se falar a respeito de Pégaso, por exemplo, sem precisar supor que haja necessidade de um referente, isto é, algum cavalo alado.

Assim é que afirmar (1) assegura a compreensão de um sentido, mesmo que não tenha referência. A existência ou não de um rei atualmente para a França é uma questão que concerne ao aspecto do significado ou referência (*Bedeutung*) e não diz respeito ao

sentido (*Sinn*). Não há, pura e simplesmente referência, portanto a questão do valor de verdade não precisa ser posta e nem pressuposta.

Assim, a dificuldade de afirmar sentenças de não ser, como (2), desaparece. As sentenças assertóricas que atribuem o predicado da não existência, não se tornam assignificativas, pois usar termos singulares não implica pressupor uma entidade nomeada pelo termo, ou como diz Quine, "um termo singular não precisa nomear para ser significante" (1980: 222).

Um problema provocado pela teoria abstrata do significado de Frege, é postular um mundo platônico de conceitos. Outro problema é afirmar que a referência de uma sentença completa, direta, (*Bedeutung*) seja o verdadeiro ou o falso e, que quando não há referente a asserção não tem valor de verdade. Se esta solução traz vantagens para compreender a ficção, deixa a desejar ao concluir que a referência de todas as sentenças verdadeiras deve ser a verdade e de todas as sentenças falsas deve ser a falsidade. "(...) a circunstância que '2+2=4' seja verdadeira não é a mesma pela qual, pelo menos no sentido óbvio, que a circunstância que 'Napoleão invadiu o Egito' é verdadeira" afirma Simpson (1976: 143).

É sempre possível sustentar em resposta à questão acima que o valor de verdade é apenas um objeto abstrato, um postulado, como faz Frege. Ainda assim permanece sem resposta o problema da ligação, da relação entre o sentido e a referência. O que assegura que aquilo a respeito de que se está falando seja reconhecível ou discriminável para ser objeto de denotação com valor de verdade? As sentenças apenas afirmam verdade ou falsidade? Frege responde que essas questões pertencem ao domínio dos juízos. Eles é que são acerca de fatos do mundo. No juízo há o reconhecimento de sua verdade, ao passo que nas sentenças há a "mera apreensão de um pensamento" (FREGE, 1978: 69). A sentença nada mais faz do que analisar, portanto, fornecer sentidos distintos e, se tiverem uma referência, determinam ou denotam um valor de verdade.

A relação linguagem/realidade, signo/objeto é um problema imperioso para uma filosofia da linguagem que pretende explicar como preencher uma sentença com valor de verdade. Para a lingüística de vertente estrutural, para entender (1) basta a competência do falante. Mas sobra a questão: acerca de que se está falando? Frege avança na solução desse problema pela distinção entre sentido, referência e representação, mas sua teoria abstrata do significado deixa em aberto o problema pragmático. Pode-se argumentar favoravelmente a Frege que ele não pode ser recriminado por ter analisado apenas as sentenças suscetíveis de "carregar" um

pensamento e de poderem "assumir" um valor de verdade, uma vez que sua abordagem é lógico-semântica. Epistemologicamente tem a vantagem de superar a tese solipsista da representação da consciência, obra de um sujeito intencional, uma vez que a estrutura proposicional de Frege é a de estados de coisa pensados e enunciados, portanto já no modelo lingüístico, não mais limitado a uma filosofia do sujeito de tipo cartesiano. Em outras palavras, não há pensamento sem linguagem. O valor cognitivo das expressões e das sentenças não depende da referência, o que abre para a lingüística e para a filosofia da linguagem novas perspectivas para entender a relação entre significação, verdade e realidade.

3. A SOLUÇÃO DE RUSSELL AO PROBLEMA DA DENOTAÇÃO

No início deste capítulo, perguntávamos se é preciso que o nome "o atual rei da França" diga respeito a algo no mundo para não perder sua quota de significado. Se tal rei não existe, de quem se está falando? Se não se está falando de nada ou de ninguém, não há significado. O ente precisa de algum modo ser ou existir para que a referência se dê? Sem referência não há significado? Conhecemos a resposta de Frege.

A teoria das descrições definidas de Bertrand Russell é uma teoria realista. Ele propõe que o significado de um nome deve ser identificado ao objeto que ele denota, o que pode ser interpretado como um retrocesso com relação à distinção sentido/referência de Frege. O significado de uma expressão que ocupa o lugar de sujeito de uma sentença existencial, precisa ser preenchido por um ente existente. Algo só pode ser referido ou denotado se puder ser nomeado. Em seu influente artigo *On Denoting* (1905), sustenta que o significado é a denotação das expressões com sentido. Porém, as expressões denotativas como "o atual rei da França" ou "o autor de Waverley", quando ocupam a posição de sujeito em sentenças afirmativas completas, esta posição nada mais é do que a de um sujeito gramatical e **não** sujeito lógico. Essas expressões que parecem referir-se, efetivamente **não são usadas como nomes de algo**, isto é, não servem para nomear. Elas contribuem para o sentido das sentenças sem que precisem denotar algo. Isto porque se trata de "símbolos incompletos" que devem desaparecer numa reformulação da sentença. Sentenças como (1) não são acerca de um tal e tal, pois não representam o sujeito lógico (o exemplo (1), que tem nos servido como paradigmático para o problema da denotação, encontra-se no artigo de Russell supracitado). De modo que Russell distingue entre sujeito gramatical e sujeito lógico, com o que **reduz os compromissos ontológicos que se deva ter por razões**

semânticas. Distingue também entre expressões denotativas e os nomes próprios, pois para ser nome próprio o significado deve ser o objeto que o nome próprio denota, diversamente do que pensava Frege. Russell reserva ao pronome "isto" o papel de nome próprio cujo significado é o objeto que ele denota. Assim, quando uma expressão é nome próprio, ela denotar implica que há um indivíduo representado por "x", do qual tem-se conhecimento direto. Há ainda uma terceira distinção, entre expressões da forma "o tal e tal" e seu predicado, podendo as primeiras desaparecerem na análise e ficar-se apenas com o predicado, pois as afirmações existenciais não conduzem automaticamente à existência do objeto correspondente à descrição. Mas o que, então, uma descrição definida descreve a fim de tenha sentido e, ao mesmo tempo não precise implicar a existência de algo?

Descrições definidas fazem parte não do conhecimento de trato, isto é, do conhecimento direto do mundo objetivo, mas do conhecimento indireto, quer dizer, conhecimento acerca de propriedades. A análise de (1) pertence a esta última categoria, o que com ela se afirma não é a existência ou não do atual rei da França, mas que

Existe pelo menos um indivíduo que é rei da França (a)

Existe no máximo um indivíduo que é rei da França (b)

Se alguém é rei da França, então é calvo (c)

As duas premissas iniciais, (a) e (b), asseveram que entre os seres do universo existe um x tal que tem estas ou aquelas propriedades. A sentença (1) é verdadeira se, e somente se, existe um único indivíduo que é rei da França e que recebe o atributo da calvície; se não há tal indivíduo, se o universo não contém x algum com tal propriedade, a sentença é falsa. Mas conserva toda sua quota de inteligibilidade e significação, mesmo que não haja indivíduo algum que recaia sob o argumento "ser rei da França". O sujeito gramatical desaparece e a nova sentença contém só o predicado: "é rei da França", que é uma afirmação existencial, porém não leva à existência de um objeto correspondente à descrição. As proposições existenciais negativas como (2) permanecem com sua cota integral de significação. Dizem que "não é correto que existe um indivíduo, e somente um, que é rei do Brasil". Não se diz que o rei não existe, mas sim que "ou entre os indivíduos do universo não há um que seja rei do Brasil ou mais de um é rei do Brasil". A teoria de Russell mostra que não há razões lógicas para a existência e nem para a subsistência de um tal rei. As expressões denotativas não têm significado por si sós.

As descrições definidas são símbolos incompletos, casos de função proposicional: "x ser rei da França" é uma função proposicional. Deverá haver um conjunto de objetos ou um objeto pelo menos que atribui valor de verdade à variável x . Importa unicamente se x , a variável, tem ou não propriedade F . Como não há no mundo atual nenhuma variável a que se possa atribuir a função, a sentença é falsa. A linguagem comum engana ao fazer parecer necessário que haja o objeto denotado para que expressões descritivas tenham significação. Quando se afirma "Sócrates é sábio", a leitura lógica da sentença é que "há um x tal que é sábio", tem-se uma função proposicional e não uma afirmação acerca de um ser, de uma substância em si com suas propriedades, como pensa o senso comum.

Em outras palavras, a sentença "Sócrates morreu envenenado por cicuta" é inteligível sem que se precise de um conhecimento direto do indivíduo Sócrates. Como houve um x tal que foi um sábio grego, foi mestre de Platão e morreu ingerindo cicuta, etc., pode-se dar deste x várias descrições que não afirmam sua existência mas que dizem quais são as propriedades que descrevem que "existe pelo menos um x , tal que x é mestre de Platão e, todo objeto w que seja mestre de Platão é idêntico a x , e x morreu tomando veneno".

Afirma-se que há algo ou alguém com certas características. Se o mundo contém esse algo ou alguém, cuja extensão não seja vazia, ou seja, contendo pelo menos um indivíduo com a característica mencionada, a sentença é verdadeira. No caso de o mundo não conter nada que seja o tal e tal, (caso de o atual rei da França), a sentença é falsa. A questão não é a existência ou não de " x ", mas do sentido visado pela afirmação.

Enquanto para Frege a sentença (1) carece de denotação, o valor de verdade de sua referência não é preenchido, não cabe perguntar pela sua verdade ou falsidade -, para Russell (1) é uma sentença falsa. Não há razões lógicas para a existência de uma tal entidade.

Quanto ao caso de (7) e (8), não é mais preciso supor que a substituição de "autor de Waverley" por "Scott" altere o valor de verdade de (8) para falso, o que não deveria ocorrer, pois se ambas denotam a mesma pessoa que escreveu aquela obra, o valor de verdade não poderia ser alterado. A solução de Russel para o paradoxo da denotação é mostrar que as expressões "autor de Waverley" e "Scott" são descrições definidas, símbolos incompletos e **não** nomes logicamente próprios, isto é, nomes de alguém. Trata-se de expressões que por não nomearem, não são empregadas para afirmar a existência de Scott nem do autor de Waverley. Essas expressões apenas

servem para descrever uma variável. A sentença diz que "existe um indivíduo e somente um, que é autor de Waverley e George IV queria saber se este indivíduo é Scott". No caso das descrições definidas sua denotação advém de existir um objeto que possui a característica mencionada pela expressão descritiva.

A relação obrigatória entre a linguagem e a realidade que ela denota, ou seja, o compromisso ontológico provocado pela linguagem, dá-se apenas pelo uso do pronome "isto". O papel de nome próprio fica reservado, por Russell, aos empregos lingüísticos de "isto", que realmente nomeia, seu uso assegura a existência do objeto que ele pretende denotar, e se não o fizer, perde sentido. Se não houver o objeto ou entidade denotada por meio de "isto" a sentença fica desprovida de significação. Se x é nome próprio, " x denota" significa que há um objeto do qual se tem conhecimento direto representado por x .

Wittgenstein critica essa concepção de que sem denotação ou referência ao objeto que o uso do demonstrativo "isto" implica, a sentença perde a significação. É de fato problemático atar a significação à existência de entidades, ainda que restrita ao uso de nomes e não de descrições. Pensamos que expressões lingüísticas em circunstância alguma se tornam significativas ou perdem a significabilidade na dependência de uma relação com entes nomeados. Também Strawson, como adiante veremos, mas por outras razões, critica essa ligação. O interessante é que Quine adota as perspectivas de Frege e Russell para dar conta do problema ontológico, apesar de seu referencial teórico ser o holismo, ou como prefere Rorty, o behaviorismo epistemológico. Trataremos dessa questão nos dois capítulos seguintes.

4. O PARALELISMO ENTRE LINGUAGEM E REALIDADE PARA WITTGENSTEIN NO *TRACTATUS LOGICO PHILOSOPHICUS*

Nesta obra Wittgenstein trata da essência da linguagem e do mundo, obra complexa e bastante controvertida, haja vista, por exemplo a leitura que dela fez Carnap, com sua tese da verificabilidade, a de Russell, entre outras tantas leituras. A nós interessa a "teoria" da figuração, que versa sobre o paralelismo entre linguagem e mundo, um modo deveras peculiar de abordar a referência e a significação.

Os problemas filosóficos nascem do mau uso da linguagem, declara ele. Não se interessa por uma abordagem psicológica acerca da significação, nem por uma abordagem epistemológica da relação entre palavras ou sentenças e aquilo a que se referem ou significam, nem pelo uso de sentenças para chegar às verdades da ciência.

Seu problema é como um fato, do tipo de uma sentença, se relaciona com outro, de modo a ser símbolo deste. A pergunta é sobre símbolos que têm sentido e suas condições de referência, isto é, sobre o significado destes símbolos. O significado de uma sentença provém do significado das palavras que a compõem.

O mundo é o conjunto dos estados de coisa, que é tudo o que ocorre. O objeto só pode se dar em sua ligação com estados de coisa, mas apenas se a coisa aparecer neste espaço dos estados do mundo. O mundo compõe-se destes objetos, que, sendo os constituintes simples do mundo, podem ser nomeados.

Os fatos do mundo não são atômicos como quer Russell, eles são relacionais, possuem uma estrutura, quer dizer, "o mundo é a totalidade dos **fatos** (grifo da A) e não das coisas" (1994: 135, par. 1.1). Estas últimas sim, são atômicas. Por exemplo, uma mancha vermelha tem **uma** cor e à sua volta o espaço das cores; o som tem **uma** altura; o objeto que se manipula tem **uma** dureza. O problema é como traduzir esta estrutura lógica do mundo em uma notação adequada. Só se pode fazê-lo conhecendo a estrutura dos fatos. Daí que a sentença deve ter tantos elementos quantos são os elementos do fato que ela representa, ou seja, para haver afirmação é preciso haver algo em comum entre a estrutura da sentença e a estrutura do fato. O objeto é simples, contém a possibilidade de todas as situações, é substância do mundo, forma fixa do mundo, que, por isso mesmo, pode ser figurado como que num traçado. Cada simples na realidade deve ter um nome. Para falar sobre dois fatos, são necessários dois nomes. Se o fato é "A ser maior que B", há três elementos a serem representados, e a forma lógica do fato será " $x R y$ ". Mas se os fatos estiverem combinados sem os termos relacionais, há apenas combinação de objetos, como o fato de um objeto estar por cima de outro; nesse caso basta a figuração da situação que exhibe o fato desta relação por eles. Se A e B forem entidades complexas, cada uma com elementos formando um conjunto V (os elementos de A) e W (os elementos de B), a cada elemento de A corresponderá a um elemento de B. Os elementos do conjunto estão em correspondência um por um, biunívoca.

A linguagem é clarificada pelas notações lógicas, que possibilitam a tradução de todas aquelas proposições que têm a estrutura do dizível, do afigurável do mundo, que são os objetos em seu espaço lógico. O mundo é afigurado por um conjunto de fatos que se dão num espaço lógico onde se combinam objetos simples formando a substância do mundo, fixando-o em colorido, espacial, temporal, etc. Cada figuração dos fatos no espaço lógico é um modelo de realidade, como se fosse uma escala aplicada à realidade. Os elementos são coordenados na figuração de modo a poderem ser ligados ao que é

afigurado. Desse modo os objetos são representados de modo verdadeiro ou falso através da forma lógica, que é a "ponte" entre o que é figurado e a afiguração. Esse é o sentido da proposição, que será verdadeira ou falsa conforme concorde ou não com a realidade. "Na concordância ou discordância de seu sentido com a realidade consiste sua verdade ou falsidade", afirma Wittgenstein, e em seguida completa: "Para reconhecer se a afiguração é verdadeira ou falsa, devemos compará-la com a realidade (...) Uma afiguração verdadeira *a priori* não existe" (1994: 147, par. 2.222; 2.223; 2.225).

As proposições limitam-se a descrever como a coisa é e não o que ela é. Wittgenstein não deriva da lógica uma ontologia, como alguns o interpretam. "Como as coisas são, a lógica pode dizê-lo: os **limites de minha linguagem** significam os limites de meu mundo" (1994: 24, par. 5.6), uma dentre suas mais famosas proposições do *Tractatus*, que completa esta outra: "(...) não seríamos capazes de **dizer** como pareceria um mundo 'ilógico'" (1994:147, par. 3031).

Assim, a análise da linguagem restringe-se às proposições que figuram projetivamente os "fatos" num espaço lógico e o dizível limita-se às proposições com função de verdade. A linguagem que diz os fatos do mundo precisa funcionar como um cálculo formal da essência do real. Os fatos possuem uma estrutura relacional que Wittgenstein tenta traduzir através de uma notação adequada, como no exemplo acima, no fato "A ser maior que B", possuir três elementos a serem representados, e ter a forma lógica " $x R y$ ". A proposição mostra, exhibe, em sua estrutura, a estrutura do mundo que é desta forma "pensável" ou representável pelo discurso.

A proposição leva à realidade, descreve-a, comunica um novo sentido, estando, portanto, essencialmente conectada com o estado de coisas, mas só se ela for capaz de afigurá-lo.

Os objetos são representados por signos, cada signo nomeia algo e os nomeados são conectados como uma pintura viva que apresenta o fato atômico. "A possibilidade das proposições está baseada no princípio da representação de objetos por signos" (1994: 13. par. 40 312).

Proposições são, por exemplo, " $f x$ " ; " $\forall (x, y)$ ". Se todas as proposições forem especificadas, o mundo terá uma descrição completa, sua forma geral é "tal e tal é o caso". Tautologias são as proposições verdadeiras cujos argumentos sempre as verificam. Assim: os terrenos de verdade de "q" estão contidos nos de "p". Já " $p \wedge \sim p$ " é uma contradição; não possuem condições de verdade, não são a rigor proposições, não determinam nenhuma realidade, são vazias de sentido.

A lógica "preenche" o mundo: os limites do mundo são também os limites da lógica, o que não pode ser dito, não pode ser pensado. Se dissesse "isto é assim ou não no mundo", estaria excluindo possibilidades, quer dizer, estaria extrapolando os limites do mundo. Algo dar-se ou não no mundo, é contingente. Que chova ou faça sol amanhã em Curitiba é contingente. Já a proposição que projeta "chove no dia tal, no instante tal, no lugar tal" projeta um estado de coisa, figurado no espaço lógico.

A verdade ou falsidade das proposições não-lógicas não pode ser reconhecida nas proposições tomadas isoladamente, caso das ciências naturais. Já as proposições lógicas têm propriedades formais, estruturais, necessárias, reconhecíveis pela simples inspeção.

Temos assim, que a lógica dá a estrutura do mundo, tudo o que pode ser afigurado, é fato lógico.

Para haver identidade de estrutura entre uma sentença e um fato, ambos devem possuir o mesmo número de elementos, sem implicar o valor de verdade da sentença, apenas mostrando a possibilidade de corresponder o número e a posição de elementos da sentença com o número e a posição de objetos possíveis nos fatos. O sentido da sentença é independente de ela ser verdadeira ou falsa, quer dizer, a própria figuração figurando um sentido, ainda não diz nada sobre a verdade ou falsidade, sobre a discordância ou não com o estado de coisa, pois pode-se primeiro pensar um estado de coisa, figurá-lo, e só depois verificá-lo. Para Wittgenstein há elementos na realidade, nos fatos, que podem ser estruturados para serem pensados e representados pelo discurso. Não é preciso sair da relação figurativa para entender possibilidade de referir. Ela está dada no paralelismo linguagem/mundo. A linguagem só pode falar de certas coisas, pois o dizível limita-se às proposições com função de verdade, portanto, ao que é verdadeiro ou falso, conforme a adequação ou não aos fatos. O que dá sentido ao enunciado é ele poder representar a realidade, e seu valor de verdade depende de o nome que compõe a proposição estar numa posição que signifique a posição do nome no fato possível afigurado. "Se essa possibilidade se realiza, a figuração é verdadeira; se ela não se realiza é falsa. Se ela não existe, não há nada para ser associado por meio de uma interpretação e, portanto, não há interpretação", explica Luis Henrique dos Santos (1994: 66). Ou nas palavras de Hottois, "como a proposição mantém essencialmente uma relação com a realidade, com os fatos" (1976: 18), esta relação é o critério de verdade. Primeiramente a proposição é imagem, figuração, estrutura, e por isso, pode, em seguida, dizer algo possível da realidade. Se esta contém esse algo, torna a

proposição verdadeira, do contrário, será falsa. A proposição figura o que ela representa, diz e mostra as condições deste dizer, podendo ser uma figuração lógica correta ou incorreta do real. Não é mera seqüência sonora devido à sua relação representativa, pela qual um fato possível projeta-se num fato proposicional, sendo essa projeção o pensamento ou sentido. A linguagem precisa funcionar como um cálculo formal da essência real da linguagem, constituída pelas proposições, cujo sentido não depende da verdade ou falsidade, pois conhecer o sentido ainda não é conhecer as condições de verdade. No caso de (1), a proposição é falsa, mas, justamente, projeta algo no espaço lógico, é "pensável", tem sentido. O mundo não contém o elemento que a proposição afigura, portanto, afirmar a existência do atual rei da França numa proposição que figura o estado de coisas é projetar um fato que não encontra correspondência na realidade.

Não se deve entender a proposição como uma imagem do tipo cópia, isto é, colada à realidade, puramente reflexiva, mas uma imagem de tipo diagramático, que arranja projetivamente, dispõe convencionalmente os elementos da proposição e do fato a ser nela projetado. Há um traçado, uma forma de afiguração, uma regra ou lei de projeção entre a proposição e a realidade figurada. Portanto, não se trata de um retrato ou representação fiel, com semelhança natural com a realidade. **O sentido de uma proposição não é adequação às coisas, mas possibilidade de traçar projetivamente o que é essencial ao mundo para que se possa dele falar com sentido.** Entre a tradução e o traduzido há uma equivalência lógica e não psicológica.

Portanto, compreende-se mal Wittgenstein quando a ele se atribui a tese da correspondência especular e direta entre proposição e fatos, a proposição precisa ter um sentido, se é verdadeira ou falsa é contingente. Conforme explica Hottois, "(...) uma proposição deve essencialmente corresponder a uma combinação possível de nomes e ser a imagem de um fato possível (ou de uma combinação possível de objetos). Os fatos serem reais ou não, é acessório, bem como o reconhecimento das proposições como verdadeiras ou falsas. Em outras palavras, o único requisito não lingüístico absolutamente necessário da essência da linguagem (...) é o da possibilidade onto-lógica dos fatos" (1976: 35). Assim, (1) descreve uma possibilidade onto-lógica dos fatos, um fato "descritível", possível. Wittgenstein diria que a proposição (1) figura um fato, porém o estado de coisas projetado pela proposição não encontra correspondente na realidade, assim (1) configura um fato possível, por isso tem sentido, mas é uma proposição falsa. Note-se que para Wittgenstein no *Tractatus*, a relação entre significação ou sentido de um lado, e referência ou significado de outro (tal como na

distinção fregeana), pretende mostrar os limites do pensável, que são os limites rígidos das formas lógicas das proposições.

A proposição figura logicamente o mundo pelo pensamento, coisa que a linguagem ordinária não logra fazer, pois que suas proposições não são analisadas, isto é, suas proposições (se é que se pode chamar de "proposições") não projetam o fato. A linguagem proposicional afigura, estrutura o espaço que a linguagem representará, reproduzindo a forma do fato que vem nela (proposição) projetado. A configuração dos objetos é concatenada em estados de coisa cuja estrutura é o modo como eles se vinculam. O mundo é essa totalidade dos estados de coisa que existem. Os fatos concatenam objetos simples, os chamados estados de coisa, os que existem e os que não existem, determinados pelos primeiros. Proposição com sentido é aquela que representa estados de coisa que existem. A afirmação só se dá se houver uma projeção, que é o que ela tem em comum com o fato. Os fatos são representados, isto é, figurados no espaço lógico. Figuram-se os fatos e essa figuração é um modelo de realidade, pois os objetos da realidade correspondem aos elementos da figuração. O fato é uma figuração e o afigurado é o elemento da realidade, entre eles o que há de comum é a forma de afigurar. No parágrafo 2.171, Wittgenstein exemplifica: a figuração espacial afigura o que é espacial, a colorida o que é colorido. Há toda uma simbologia para figurar logicamente um fato. O mundo é pensável porque pressupõe o espaço lógico, a figuração representa uma situação possível no espaço lógico, formado pela totalidade dos objetos, limite do mundo e da linguagem, determinando reciprocamente o que pode existir e o que se pode pensar. O mundo consta de objetos simples que requerem descrição em termos de proposições atômicas, cuja combinação é regrada por cálculos inferenciais. Por exemplo, se p se segue de q , o significado de p está contido no de q . Quando se aplica a negação sobre a proposição p , obtém-se $\text{não-}p$. Através de tabelas de verdade evidenciam-se as condições de verdade de uma proposição, cujo sentido depende de seus constituintes, que precisam ser analisados, afim de que a própria proposição o seja. Obter-se uma proposição analisada, significa que se chegou a seus elementos últimos, os nomes, que são nomes do simples, cujo sentido é determinável.

O pensamento reconhece o paralelismo da estrutura do mundo com a sua estrutura enquanto pensamento do mundo através das projeções figurativas. O pensamento expressa-se na proposição cujos sinais são usados para projetar uma situação possível. Os nomes que a compõem substituem o objeto, e só na proposição têm significado. As proposições são modelos, figurações da realidade tal como

pensamos que seja, afirma Wittgenstein (parágrafo 4.01) e pela projeção a proposição mostra como estão as coisas. Se ela for verdadeira diz que estão assim. A realidade confirma ou não as proposições, que devem descrever inteiramente a realidade, o estado de coisas, constituindo, assim, um mundo lógico, uma situação suscetível de teste. "(...) um nome toma o lugar de uma coisa, um outro o de outra coisa, e estão ligados entre si, e assim o todo representa, como num quadro vivo, o estado de coisas" (1994: 13, parágrafo 4.0311). O que liga uma proposição à realidade não são os nomes que compõem aquela, pois a relação, como vimos acima, se dá entre a proposição e a realidade ou estado de coisas figurado e não simplesmente entre nome e coisa nomeada. A linguagem espelha o mundo e, a partir dela, os constituintes últimos da realidade podem ser inferidos.

Há um paralelismo entre linguagem e realidade, as coisas devem ser assim no mundo e isso é a linguagem quem diz. Os fatos só podem ser ditos se puderem ser formulados de forma lógica, do contrário não são pensáveis. Devido ao paralelismo entre linguagem e mundo, a relação de referência é assegurada sempre que for o caso de haver um modo possível de afiguração.

Isso não significa que deve haver uma relação direta entre nome e coisa nomeada, como já dissemos. O nome refere-se ao objeto, o objeto porta um nome, mas só enquanto pertencente a uma proposição, isto é, o nome só é nome como requisito da própria estrutura, sua função está imbricada à função da relação. O nome requer o objeto que precisa estar em uma relação com o que é nomeável desse mesmo objeto, quer dizer, deve ser localizável em meio a fatos, possibilitar combinações, estar sujeito a uma certa estabilidade.

Dada a totalidade dos objetos no espaço lógico, a experiência dirá quais possibilidades deste espaço se realizam. O pensamento projetado dá forma e sentido às proposições empíricas; estas, diferentemente das proposições lógicas (que são ou tautologias ou contradições), têm sentido. Mas as proposições lógicas e matemáticas compõem a representação do mundo, entram na elaboração das proposições empíricas. A combinação entre linguagem e realidade empírica torna o mundo pensável. Já a filosofia, que se ocupa da estrutura essencial do mundo, não pode dizer isso, pois só a proposição em sua projeção figurativa diz os fatos: só o que ocorre pode ser dito.

Wittgenstein põe os valores éticos, religiosos, estéticos, num mundo à parte, não há proposições para falar da vida, do mistério do mundo existir. Como não se pode figurá-los projetivamente, é melhor calar. Como os acontecimentos do mundo podem ou

não ser, o mundo não contém valores, esses não podem ficar ao sabor das circunstâncias. De forma que o sentido do mundo, isto é, **que** o mundo seja (e não como o mundo é, sua constituição), deve ser buscado fora do mundo. Como Wittgenstein circunscreve a linguagem às proposições cuja função é figurar o mundo, os valores éticos, religiosos, estéticos, não pertencem ao mundo figurável.

Essa intrigante perspectiva de Wittgenstein I deixou aberto o terreno para ser explorado pelas teses neopositivistas, que encaminharam o "logicismo metafísico" de Wittgenstein como critério para delimitar entre ciência, como o conjunto dos enunciados com sentido, porque suscetíveis de verificação, devido à suas proposições assertóricas serem sobre o mundo dos fatos, de um lado -, e tudo o que não tem sentido por não ser formulável empiricamente, de outro lado (metafísica, ética, religião, etc.). Outro problema, detectado pelo próprio Wittgenstein em escritos posteriores ao *Tractatus*, foi o de pressupor que a linguagem limita-se às proposições que figuram fatos do mundo. Acreditamos que Wittgenstein II provocou uma mudança de paradigma, uma verdadeira revolução, no sentido kuhniano, cujas repercussões não se esgotaram, como veremos no próximo capítulo. O paradigma lógico-proposicional dará vez ao paradigma lingüístico-comportamental.

5. A REFERÊNCIA DIRETA NA ABORDAGEM NEOFREGEANA

Os neofregeanos e os neorussellianos conduzem o problema da significação e da referência do plano exclusivamente lingüístico, para o plano pragmático. Destacamos neste item a concepção acerca da referência direta de Recanati, que se diz influenciado por Frege e, secundariamente por Russell. A nosso ver, situa-se num modelo pré-wittgensteiniano, por supor como essencial haverem representações mentais acerca do mundo aliadas a fatores externos. Daí provém a consistência da relação nomear/nomeado (representacionismo). Ao passo que para o pragmatismo quineano, para o segundo Wittgenstein e para a escola analítica inglesa, não se justifica recorrer às representações mentais, e sim ao comportamento, aos atos de fala situados (tese do externalismo).

Para Recanati nomes e indexadores indicam a singularidade em que ocorrem as condições de verdade de uma elocução, há uma referência a um tal e tal, algo ou alguém específicos. Note-se que a preocupação central desloca-se da sentença para as elocuições (*utterances*). As características referenciais dos termos que são usados para realizar referência direta, fazem parte do próprio significado lingüístico destes termos. A esse

modo de apresentação **lingüístico** vem sempre associado um modo **psicológico** de apresentação, constituído pelos pensamentos. A cada vez que se empregam expressões diretamente referenciais, formam-se no pensamento constituintes acerca de coisas (*de re*), e esses mecanismos não demandam, ao contrário do que disseram Frege, Russell e Wittgenstein I, o condicionamento pela verdade. As expressões referenciais não se relacionam diretamente com o mundo das coisas, senão que há a intermediação dos significados e dos conceitos. Na comunicação *de re* ocorrem descrições definidas, nomes próprios e indexadores, e nela interferem mecanismos pragmáticos, como mostraremos mais adiante.

Na referência direta um objeto é indicado por um conceito com seu respectivo domínio, através de expressões predicadas em uma sentença. Os nomes próprios denotam um indivíduo tal que tem certas características em dado mundo. Assim

(9) O presidente da França pode ter sido alto

não especifica ninguém e nem em que mundo isto poderia ocorrer. Não há designadores rígidos, mesmo quando o escopo de uma descrição definida é máximo, no que discorda de Kripke. Para haver designador rígido é preciso supor que, em qualquer situação, há um indivíduo tal que a condição de verdade de uma sentença envolve sempre aquele indivíduo. Russell afirma que o objeto *x* juntamente com sua propriedade *G*, constitui a condição de verdade de uma sentença. Em outras palavras, "o designador rígido contribui para a condição de verdade de uma sentença através do **próprio objeto** ao qual se refere e não por um atributo que o objeto precisasse possuir a fim de referir", observa Recanati (1997: 10). Para Russell há termos puramente referenciais, ligados aos objetos mesmos e não a seus aspectos ou atributos. Recanati discorda, mostrando que a referência é uma função do conceito que ela expressa, o qual representa uma contribuição da descrição para a proposição expressa pela sentença. Argumenta que não é necessário para compreender uma elocução com um termo referencial a identificação da referência do termo, pois isso implicaria que o referente existisse realmente. E, no caso de o referente não existir, não haveria nada para compreender, uma vez que nenhuma proposição é expressa. Ora, é possível compreender a referência sem identificar um determinado referente. Assim a sentença realmente menciona algo ou alguém, e basta pressupor, para efeitos de compreensão, a **possibilidade** de identificar esse algo ou alguém. Para haver referencialidade, uma existência identificável do referente é necessária para a compreensão de uma elocução com termo referencial, justamente para que o termo seja referencial e não tenha outra função qualquer. Para tal

não se requer a identificação do referente como sendo um *x* determinado. Em outras palavras, um termo pode ser referencial mesmo que realmente não haja o tal objeto referido. Pode-se referir com a expressão "João de Souza chegou atrasado" mesmo que João de Souza não seja conhecido por nenhum ouvinte.

Assim, a referencialidade diz respeito não a um termo, mas a seu uso. No que Recanati avança na direção em prol da qual temos argumentado, de que referir não é fazer corresponder um termo a um objeto.

Já a referencialidade-*type* se dá quando o termo é um designador rígido, isto é, se o objeto referido for requerido para que a proposição expressa pela sentença seja verdadeira.

(10) O gato está sobre o capacho

refere se houver um felino sobre o capacho, o objeto referido satisfaz a condição expressa pela proposição. O significado inclui um aspecto que indica que o objeto *x* é tal, de sorte que, quando se enuncia suas propriedades, elas terão que ser propriedades de *x*. A elocução é verdadeira se e somente se, o objeto em questão tem certa propriedade. Mas o significado de um termo referencial indica também como identificar o objeto através de um modo de apresentação da referência, que permite uma identificação contextual.

Para Recanati não há elocução sem um pensamento correspondente, e, no caso de termos referenciais, o pensamento é acerca de coisas (*de re*), quer dizer, a referência depende de um aparato psicológico, cognitivo, pelo qual as condições de verdade apontadas pelo significado são identificadas, de tal modo que o ouvinte possa saber de que se está falando. A enunciação de um termo referencial apresenta suas condições de verdade como singulares, indicando que o objeto *x* que possui dada propriedade é identificável contextualmente. A enunciação é verdadeira se e somente se o objeto *x* é tal.

As elocuições expressam proposições e para terem significação cognitiva precisam de um pensamento a elas associado. Além da informação que termos referenciais fornecem como em "Eu sou francesa", em que "eu" refere-se àquela que fala, há que saber **quem** o falante é; o ouvinte, diz Recanati

vai além do significado da sentença e encontra um objeto no mundo que preenche o conteúdo descritivo da expressão referencial. O que é dito não pode ser apreendido a menos que o objeto seja identificado. Em contraste, a referência de uma descrição definida de uso atributivo não precisa ser identificada para que a enunciação seja compreendida (1997: 38).

É possível compreender "O prefeito de Paris é um homem ocupado" apenas pelo modo de apresentação e não pelo conhecimento do referente. Recanati além de, obviamente distinguir sentido de referência, ao modo de Frege, distingue também entre a referência identificadora cuja validade depende de o ouvinte poder identificar o referente em foco, e o modo como descrições definidas referem, justamente pela sua capacidade de atribuir características a alguém ou algo. Assim é que em (1) a descrição apresenta o pensamento de alguém ser rei da França, em uma sentença que veicula uma proposição. Esta comunica um estado de coisa que o ouvinte pode ou não reconhecer, conforme seu conhecimento do mundo.

Há que se distinguir o pensamento subjetivo que passa por um processo de interpretação ao ser comunicado, da proposição veiculada pela sentença. Pensamentos sobre objetos particulares (*de re*) não podem ser comunicados diretamente, sem interpretação. Os modos de apresentação dos objetos do pensamento dependem da situação objetiva representada, que pode tornar o pensamento verdadeiro. O estado de coisas é singular, contém um objeto e uma propriedade ou relações entre objetos. Já o modo de representar é subjetivo, mas a comunicação deve apresentar uma condição de verdade cujo conteúdo deve ser sujeito à constatação, uma vez que o estado de coisas representado pelo ouvinte deve ser o mesmo que o do falante. O modo de apresentação varia do falante para o ouvinte. Em

(11) Eu estou cansada

trata-se de "eu" para o falante e de "ele" ou "ela" para o ouvinte, ao que eles acrescentam dossiês informativos permitindo que a referência se dê.

Para os neofregeanos uma sentença pode expressar a mesma proposição, mas carregar conteúdos cognitivos diferentes, devido aos pensamentos a elas associados. O mesmo estado de coisas que determina a verdade ou falsidade, pode ser representado por pensamentos distintos.

Para Recanati os fatores envolvidos na referência direta são: o significado, a proposição expressa pela enunciação, o conteúdo de condição de verdade do pensamento e o conteúdo estrito, que é o pensamento expresso no momento da enunciação. O fato representado naquele momento precisa ocorrer naquele contexto para que a enunciação seja verdadeira. Assim, a cada enunciação há um significado lingüístico combinado com a expressão de uma proposição e a cada pensamento (conteúdo cognitivo representado), associa-se um conteúdo estrito, relativo ao contexto e preenchido com um valor de verdade. Um termo é referencial por regras lingüísticas

invariáveis ("eu" refere-se àquele que fala) e por um modo de apresentação psicológico identificador da referência que varia de acordo com o contexto. Em (11), "eu" segue a regra lingüística de referir-se ao locutor, e, ao ser dito reveste-se de um modo de apresentação psicológico para o locutor que não é o mesmo modo de apresentação do ouvinte.

Para que a linguagem se ligue ao pensamento, o que é necessário acontecer na perspectiva cognitivista de Recanati, "o modo lingüístico de apresentação corresponde a alguma informação contida no dossiê que constitui o modo psicológico de apresentação (...) numa relação parte/todo, e sua conexão se dá através de um processo pragmático de sinédoque", explica Recanati (1997: 91).

O significado de termos referenciais tem a propriedade de indicar que há o objeto, o referente do termo, ele ocorre numa enunciação na posição de sujeito, e a enunciação é verdadeira se e somente se esse objeto satisfaz o predicado. Neste caso é expressa uma proposição singular, cujo referente é o termo referencial. Já o modo de apresentação associado com o termo referencial permite identificar o objeto num contexto e a enunciação é verdadeira se somente se o objeto tem a propriedade a ele atribuída.

Em "O F é G", "o F" expressa um conceito descritivo, que cabe a um único F. Para ir do conceito ao objeto há uma transferência de um conceito para outro conceito *de re* e não diretamente para um objeto. O conceito expresso literalmente pela descrição definida, é parte do conteúdo do conceito *de re*, que fornece dossiês, num processo pragmático de sinédoque, comparando, tomando o todo pela parte. Só então vai-se ao objeto que aparece na proposição expressa pela enunciação cuja descrição é usada referencialmente e indica algo fora do pensamento, evidenciando o caráter intencional deste.

De modo que "o uso referencial das descrições definidas implica que a enunciação só é compreendida pela identificação do objeto em questão, isto é, pela formação de um pensamento *de re* sobre o objeto", resume Recanati (1997: 296).

Pelo modo psicológico de apresentação da referência entra em jogo a significação cognitiva cujo conteúdo são os pensamentos acerca de objetos sobre os quais se fala em dada situação, não importando as condições de verdade. O modo como a referência é dada àquele que a pensa mostra que os modos de apresentação *de re* dependem do referente correspondente, portanto, dependem do objeto, há uma relação empírica com o referente.

Já nas descrições tal não ocorre. "O pensamento de que o atual rei da França é F não depende para sua existência da existência de um atual rei da França", explica Recanati (1997: 99). É possível entender isso, mostrando que não há nenhuma relação empírica entre, por exemplo, o homem mais forte do mundo e os pensamentos de alguém acerca do homem mais forte do mundo. Basta que haja uma informação sobre o assunto, sendo as condições de verdade irrelevantes.

Os modos de apresentação psicológicos vão desde os mais restritamente pessoais, caso de percepção de objetos que dependem da perspectiva do observador, que os transmite através de indexadores, até o nível do sistema geral de pensamento ou conhecimento do mundo de caráter enciclopédico.

Ambos são acerca de coisas, por isso condicionam as condições de verdade dos pensamentos por meio do referente, que é um objeto fora da mente que informa o sujeito e estabelece as condições para avaliar a verdade ou falsidade do pensamento. A referência direta na linguagem advém da propriedade referencial dos pensamentos sobre o mundo, tem caráter intencional, é intrínseca à linguagem, permite pensar em objetos quando se pensa sobre o mundo, o que demanda a intermediação dos conceitos. Mas também há casos de o objeto suscitar diretamente o arquivo de informações.

Quanto aos nomes próprios, geralmente são analisados como não tendo significado, não são associados a nenhum modo particular de pensar sobre sua referência. Recanati, no entanto, acha que os nomes próprios dão pistas sobre a identidade de modo que a intenção referencial seja enriquecida com informações do mundo e informações acerca do portador do nome, estas últimas fornecidas através de certas convenções lingüísticas. O nome próprio, por convenção, refere-se ao portador e provoca associações relativas a tal pessoa, dependentes do contexto. "Aristóteles" pode ser associado ao filósofo ou ao armador grego. A extensão dos nomes próprios depende da fama de seu portador. Mas eles não evocam modos psicológicos especiais de apresentação, funcionando antes como entradas de informações acerca de uma pessoa. "Pedro", pode ser acrescido de "meu vizinho", "advogado" etc. O nome pode servir de etiqueta para armazenar informações sobre a pessoa e comunicá-las aos outros. O referente dos nomes próprios funciona como o dos indexadores, dependendo do momento da comunicação em que é usado, facilita a comunicação sobre ou com alguém.

Para os neorussellianos, o pensamento expresso por enunciações com expressões referenciais diretas envolve o referente. Sem o referente não há o pensamento. Se o

referente não puder ser identificado, o pensamento não pode ser apreendido. Assim, o sentido de uma expressão referencial direta inclui o objeto e o modo de apresentação. Os neofregeanos afirmam que o objeto não pode ser o constituinte do sentido, o conteúdo cognitivo e o valor de verdade vêm do pensamento.

Recanati, na perspectiva do externalismo, diz que o pensamento, além de um conteúdo estrito como vimos acima, remete a algo fora da mente, de modo que não há pensamentos internos, independentes do mundo. Não há, devido à intencionalidade, experiência subjetiva sem propriedades representacionais. Para o externalismo holístico, pensar no conceito "água" envolve propriedades ou características que compõem o conceito "água".

"Quando se estabelecem as conexões de um conceito com o mundo, isto é, quando se submete a ligação entre o conceito e seus referentes, o que permanece são as conexões interconceptuais, aquilo que se pode chamar 'papel' do conceito (...)", diz Recanati (1997: 223).

Do ponto de vista externalista, além do papel do conceito, há a denotação que **fixa** a interpretação, isto é, a ligação com algum ambiente ou meio, ligação essa que é global. A ligação de um conceito com o meio pode ser feita através de conceitos do mesmo sistema associado ("céu", "nuvem", "chuva"), o que já basta para dotá-lo de conteúdo de acordo com o externalismo.

A referência depende tanto de características semânticas relativas ao sistema lingüístico, como de uma relação estreita com a pragmática. Em "Nós (americanos) somos incapazes de compreender o caráter laico dos europeus". Refere-se aos 250 milhões de americanos? Serão todos incapazes? A interpretação deve levar em conta não só o significado convencional, mas mostra que, além de ser obrigatório recorrer ao contexto para assinalar a referência, o próprio significado lingüístico de uma expressão dependente de contexto restringe os valores semânticos possíveis. Ainda assim não há uma ligação automática entre o contexto e o valor semântico, pois além do significado da sentença, há o que é dito, que para ser comunicado corretamente, demanda implicaturas conversacionais, como, por exemplo, a conjunção "e" em "Eles casaram e tiveram muitos filhos", caso em que a conjunção indica tempo. O significado de uma sentença e os aspectos contextuais do que é dito, juntamente com as implicaturas conversacionais conduzem ao que é comunicado.

O contexto nem sempre é acionado pela gramática automaticamente, pois aquilo que a enunciação pretende dizer envolve constituintes que não estão sendo articulados,

provenientes do contexto. Processos pragmáticos penetram o dito, e mais, alguns desses processos envolvem uma proposição pressuposta que alarga a interpretação. Quer dizer, os falantes rearranjam os significados lingüísticos através de seus conhecimentos, os quais restringem a interpretação.

Pelas condições externas de verdade qualquer ocorrência da sentença deve expressar uma proposição verdadeira. Mas ao ser dita, a sentença expressará uma proposição que depende do contexto. No primeiro caso, "Eu sou brasileiro" depende de quem a enuncia ser brasileiro. No segundo caso, quem a enuncia é determinada pessoa. Se for Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, a proposição expressa é verdadeira.

Em suma, o cognitivismo de Recanati vê a referência tanto como uma função de propriedades semânticas lingüísticas (indexadores, descrições definidas, nomes próprios, todos eles aptos a referir) como uma função de intenções cognitivas capazes de externar pensamentos acerca de coisas, por intermédio de conceitos. Falar acerca de coisas deve-se a pensamentos do tipo *de re*, às representações pessoais, bem como aos conceitos acionados a partir de uma enciclopédia. Seu cognitivismo psicologiza a noção de referência, considerada como processo lingüístico e psicológico. Demanda um sujeito intencional, com uma mente operando conceitos que dão informações desde as mais restritas até as informações enciclopédicas. Suspeitamos que seu representacionismo conduza a um retorno às filosofias do sujeito, a uma espécie de Eu transcendental fenomenológico que daria unidade aos processos mentais.

6. KRIPKE E A RIGIDEZ REFERENCIAL

É um ponto controvertido se em *Naming and Necessity*, Kripke avança ou não com relação às posições assumidas pelo grupo de Oxford, cujos pesquisadores ressaltam o papel da comunidade de falantes na atribuição da referência para uma descrição. De fato, naquela obra, ele apresenta uma perspectiva bastante surpreendente com relação às abordagens atuais acerca da linguagem, que são cada vez menos essencialistas, pois a questão de se a referência estabelece um laço da linguagem com algo (objeto, ente em si, um ser no mundo) independente daquele que o conhece, cede lugar à discussão sobre linguagem e seus usuários. Sob alguns aspectos, Kripke representa um retorno à metafísica pelo modo como entende a questão da referência a entes dos/nos mundos, inclusive mundos possíveis, em que ser nome de algo não se limita à função de uma cômoda etiqueta descritiva.

A questão para Kripke é, por exemplo, a que está por detrás do seguinte problema: de que se está a falar quando se fala de genes, se o modo como o cientista ou o especialista entende gene mudou? É preciso um designador rígido, do tipo nome próprio que permanece designando tal ser como "gene" em todos os mundos possíveis. Já as descrições definidas servem a indivíduos diversos em diversos mundos possíveis.

À primeira vista parece que Kripke representa um retorno ao modelo metafísico, mas como isso se dá sem contradição num paradigma que é pós-metafísico?

Problemas acerca da essência e da necessidade (num momento em que a filosofia da linguagem e a filosofia da mente ressaltam a pura contingência da linguagem) são novamente focalizados por Kripke, especialmente por sua proposta de um designador rígido, isto é, de uma expressão que conserva a referência mesmo sob a variação em mundos possíveis que serviriam de parâmetro para avaliar sentenças modais. Assim é que nomes de espécies têm sua referência relacionada com o ambiente. A referência não depende para Kripke de crenças ou de capacidades do usuário, como acabamos de mostrar com Recanati. Kripke acha que não se deve "psicologizar" a questão. O estado mental do indivíduo só é relevante quando for o caso de considerar sua relação com a comunidade. Pode ocorrer que toda a comunidade do falante ignore a quem ou a que ele está se referindo, ainda assim o nome não deixa de ter um referente definido.

A teoria causal da referência diz que os nomes próprios e termos de espécies naturais não são meras descrições definidas, mas designadores rígidos, cuja referência se mantém em todos os mundos possíveis.

Kripke nega o modelo descritivista e também a teoria causal, pois o falante pode referir-se a um indivíduo asserindo algo de verdadeiro acerca dele, sem que possa fornecer uma descrição que cabe unicamente a esse indivíduo. Para Kripke pode-se através de intuições, avaliar as propriedades necessárias de um referente.

Quando digo que um designador é rígido, explica Kripke, e designa a mesma coisa em todos os mundos possíveis, quero dizer, tal como usado em nossa linguagem, ele está para a coisa, quando nós falamos, apoiado sobre situações contrafatuais. Não quero dizer, naturalmente, que não devam haver situações contrafatuais em que em outros mundos possíveis, pessoas possam realmente falar uma linguagem diferente. Não dizemos que 'dois mais dois é igual a quatro' é contingente porque pessoas podem falar uma linguagem em que 'dois mais dois igual a quatro' querem dizer que sete também é. (...) Usamos inglês com nossos significados e nossas referências. Neste sentido é que falo de um designador rígido como o que tem a mesma referência em todos os mundos possíveis. Não significa implicar que a coisa designada exista em

todos os mundos possíveis, e sim que o nome refere rigidamente àquela coisa. Se você diz 'suponha que Hitler nunca tenha nascido', então 'Hitler' refere aqui, ainda rigidamente, a algo que nunca existiu na situação contrafática descrita (1993: 77-78).

Para haver referência um objeto ou indivíduo deve satisfazer certas propriedades, mas se não houver nenhum objeto satisfazendo tais propriedades, ainda assim é possível ter falsas crenças que são verdadeiras acerca de absolutamente nenhum objeto. Para especialistas na Bíblia, exemplifica Kripke, Jonas existiu, sem que precisem crer que uma pessoa foi engolida por uma baleia ou que foi a Nínive pregar. Estas condições podem não ser satisfeitas, pode ser que isso não tenha ocorrido com ninguém, o que não impede que o nome 'Jonas' realmente tenha um referente. O falante não precisa crer *a priori* acerca da existência daquilo que a expressão nomeia para saber que o objeto terá aquelas propriedades e, deste modo a afirmação irá expressar uma verdade necessária. Segundo Burge,

implícito no exemplo há uma avaliação positiva de como a referência dos nomes é fixada. A referência parece depender de relações entre o falante e seu ambiente social e físico, que são melhor compreendidos não pela investigação do repertório mental do falante, mas investigando a cadeia de circunstâncias que levam à aquisição ou apresentam o uso do nome pelo falante. Essas relações envolvem um misto de elementos causais e intencionais e incluem a confiança dessa pessoa em outras, para fixar um referente (1992: 24).

Kripke acredita que o quadro geral de discussão sobre a determinação da referência está errado em seus fundamentos. As descrições associadas ao nome "Jonas" são muito provavelmente falsas, e mesmo não se conhecendo muito a respeito de Jonas, ainda assim há a referência a um profeta determinado.

Parece falso pensar que nos damos algumas propriedades que de algum modo qualitativamente escolhem unicamente um objeto e assim determinamos a nossa referência. (...) Pretendo apresentar um quadro melhor sem dar um conjunto de condições necessárias e suficientes para a referência. Tais condições seriam bem complicadas, mas o que é verdade é que é devido à nossa conexão com outros falantes na comunidade, recuando ao próprio referente, que nos referimos a certo homem (KRIPKE, 1991: 94).

Pode haver casos em que o nome caiba a um único referente que satisfaz certas propriedades identificadoras. Mas a teoria das descrições definidas, que se aplica a casos em se pode identificar propriedades do referente, não dá conta do caso de se encontrar alguém, ficar sabendo de seu nome, e aplicar a ele a descrição "o cara que acabei de conhecer", pois "a referência depende não só do que pensamos, mas de outras pessoas da comunidade, da história de como o nome adquiriu um referente (...) É

seguindo tal história que se chega à referência." (1991: 95). O significado de um nome provém de seu referente e não de um conteúdo descritivo.

As condições de referência para o nome de alguém famoso, por exemplo, diferem das condições para o um nome de alguém comum, por isso é complicado oferecer um quadro de condições necessárias e suficientes. A mostração ou descrição de algo fornece pistas para "batizar" o objeto. A descrição não fornece sinônimos, senão que ela fixa a referência. Muitas vezes a descrição da teoria das descrições, como "o mestre de Alexandre" para Aristóteles, não são aptas para a descrição comum, que depende de outros tipos de relações com o nome, pois a pessoa aprende a usar o nome com a mesma referência daquele que o emprega. Há assim um batismo inicial seguido de uma seqüência de usos do nome pelas quais presumivelmente os usuários conservam os referentes dos usos daqueles que os ensinaram que tal nome tem tal uso porque se refere a tal objeto, mesmo se a cadeia de descrições sofrer alterações.

Com essas observações Kripke pretende mostrar que a referência pode ser introduzida de vários modos, como descrição, ostensão, explanações mais ou menos apropriadas. As afirmações de identidade podem ser feitas através de descrições, mas elas não se prestam para marcar necessariamente um único indivíduo. A referência de um nome não é determinada por marcas identificadoras únicas, e nem precisam ser verdadeiras unicamente para o referente, pois podem ser aplicadas a outra referência ou a nada. Por ser membro de uma comunidade, um falante usa o nome mesmo que suas noções sobre o seu referente sejam falsas. A referência identificadora não dá um sinônimo, ela fixa uma referência através de marcas contingentes do objeto. "O nome que denota esse objeto, afirma Kripke, é usado para referir-se àquele objeto, ainda que se possa estar referindo a situações contrafatuais em que o objeto não tenha as propriedades em questão" (1991: 107).

No caso de haver identidade entre nomes verdadeira, ela o será necessariamente, mesmo que não se saiba disso *a priori* mas sim somente *a posteriori*. Ainda que as propriedades identificadoras possam ser contingentes, ouro, por exemplo, possui a propriedade de metal e número atômico 79. Se fossem encontradas piritas de ferro que se confundem com ouro, nem por isso ouro deixará de ser reconhecido como tal, seu número atômico sendo necessário. A água ser H₂O é uma descoberta, antes era identificada por sua aparência e talvez gosto. No caso de haver uma substância parecida com água mas com outro número atômico, não se vai dizer que há uma água que não é de fato H₂O.

Ao propor que a identificação teórica envolve o conceito paradoxal de necessário *a posteriori*, Kripke, entre outras conseqüências, está querendo dizer que há uma relação entre nomear, que é lingüística, e necessidade, que é um conceito metafísico.

Mas Kripke não embaralha uma questão com a outra. Segundo Stalnaker, Kripke teve o mérito de separar as questões lingüísticas das metafísicas, discordando da maioria dos intérpretes de Kripke para os quais este derivou o conceito de referência de propriedades essenciais das coisas, levando a crer que uma compreensão adequada do modo como a linguagem funciona esteja em dependência de assumir algo acerca da natureza do mundo sobre o qual fala a linguagem, ou seja, pode-se indagar sobre as essências das coisas independentemente de noções sobre regras semânticas que permitem a referência a coisas.

Ainda segundo Stalnaker, há três questões envolvidas nessa matéria: a) uma teoria semântica que assinala valores às expressões que, ao interpretá-las assinalam intensão a nomes e predicados; b) o problema de um nome próprio numa comunidade lingüística ter dado valor semântico; c) como funcionam as coisas que estão no domínio da matéria ou assunto de uma linguagem, quer dizer, o que precisa ser verdadeiro nas coisas para que elas possam ser referentes de nomes próprios.

Para Kripke o valor semântico de um nome não é um conceito expresso por uma descrição definida, mas o referente mesmo. Ele discorda da posição para a qual "(...) o valor semântico do nome - seu sentido ou conotação - determina um referente para o nome como sendo uma função dos fatos: o referente, se há um, é o único indivíduo que satisfaz o conceito"(1999: 536), observa Stalnaker. Quanto à segunda questão, o referente é referente do nome devido a uma conexão "causal" de um tipo particular entre o uso do nome e o referente que é o objeto ou indivíduo que cabe na explanação dele, porque é este nome que está sendo usado neste contexto, e deste modo. O falante sabe e pode descrever ou identificar dado indivíduo. Esse conhecimento provém de o usuário pertencer a uma comunidade de falantes.

Com relação ao modo como as coisas podem se tornar referentes, Kripke diz que elas estão dispostas de modo tal no mundo que, independentemente da maneira de referir-se a elas, possuem características potenciais acima ou abaixo daquilo que os filósofos geralmente supõem. Pela concepção modal de Kripke um indivíduo é conceptualmente separável de suas propriedades, mas não é simplesmente um particular

vazio, pois pode ter propriedades diversas das que tem. Shakespeare realmente escreveu peças, mas poderia não tê-las escrito, não é essencial a alguém escrever peças de teatro.

As questões sobre essência não dizem nada sobre o nome ou a referência, conforme explica Stalnaker:

mas colocando-as estou usando um nome próprio 'Shakespeare' então o conteúdo do que digo sobre possibilidades contrafatuais deve ser visto como dependente da semântica dos nomes. Se 'Shakespeare' fosse uma abreviação para uma descrição definida, como argumentou Russell, então a afirmação de que Shakespeare poderia não ter escrito peças e sua paráfrase, de que há um mundo possível em que Shakespeare pode não tê-las escrito, seriam ambíguas (1999: 550).

A paráfrase para Shakespeare "o famoso dramaturgo elizabetano", não pode ser paráfrase para o caso de Shakespeare poder não ter escrito peças. Não basta descrever, mas se for o caso de nomear, é preciso pressupor necessariamente um tal objeto. Nomear e necessidade são co-determinantes.

Kripke acha que as teses sobre indivíduos e suas propriedades são independentes de teses sobre nome e referência, mas o modo como a referência dos nomes é determinada pode ser reconciliada com sua teoria metafísica dos mundos possíveis, pois

o conteúdo dos atos de fala e das atitudes mentais pode ser determinado como uma função de coisas particulares (e espécies) com as quais falantes e pensantes interagem. Quaisquer que sejam as pressuposições metafísicas de alguém, é ponto pacífico que o modo como o conteúdo e a referência são determinados por fatos será dependente de contexto e influenciada por crenças gerais, propósitos e assunções (STALNAKER, 1999: 553).

Stalnaker conclui que as questões metafísicas e semânticas não podem ser mantidas inteiramente separadas, pois, se juntas as teses são problemáticas, fica a dúvida sobre qual provoca problemas. Daí que a tese dos mundos possíveis ajudar a propor alternativas metafísicas e prevenir contra a tentação de misturar os dois tipos de problemas. Cada indivíduo poderia ser diferente. Shakespeare não precisaria ter sido dramaturgo, nem ter escrito nada, poderia ter morrido cedo e nem ter sido chamado Shakespeare. Mas é impossível se existiu, que não tenha sido humano. O interessante é que Kripke envereda por esse tipo de problemas sem propor uma teoria para resolvê-los, apenas usando o aparato metodológico dos "mundos possíveis", que, para muitos filósofos, é um recurso ilegítimo. Mas, ao supor esses mundos não está afirmando sua existência. A hipótese do discurso modal tem se revelado produtiva nas discussões acerca da referência e da necessidade.

Em suma, o valor semântico dos nomes é seu referente. Nomes são empregados em expressões usadas em atos de fala que informam e discriminam possibilidades. Sem

atribuir valores semânticos às partes da sentença, isto é, saber como o mundo deve ser para que o que está sendo dito na elocução seja verdadeiro, não há compreensão do que foi dito. Certas possibilidades precisam ocorrer (que são as condições de verdade) para tornar uma afirmação verdadeira. As condições de verdade de uma sentença dependem do valor semântico de seus constituintes. Dar o valor semântico de um nome próprio é mostrar sua contribuição para as condições de verdade das sentenças que o contêm.

Searle discorda, pois como veremos no próximo capítulo, não há como determinar que dada expressão se refira a dado objeto sem ser particularizado de modo definitivo. A linguagem que se fala tem uma semântica e é em função dela que algo é dito ou comunicado na enunciação de uma expressão referencial, sujeita às capacidades dos falantes em explicar como e porque expressões usadas para referir têm aqueles determinados referentes. Ao lado do referente entram capacidades, comportamentos, estados mentais, afim de que o nome tenha dado referente.

A teoria causal da referência é inadequada por pressupor um indivíduo como referente, cujo papel precisa especificado por um conexão causal necessária e suficiente. Daí o próprio Kripke apresentar um quadro para a discussão e não uma regra rígida ou seja, uma teoria causal. A extensão pode depender dos fatos devido ao valor semântico depender deles, mas não é uma relação obrigatória, do tipo um por um, entre o referente e o nome ou designador.

Para Kripke a referência **não é um tipo de descrição**. Há compromissos, é preciso levar em conta que a comunidade de falantes sabe do que está a falar e, geralmente aquilo que fala coincide com aquilo que quer dizer. Outro fator é que se pode especificar um valor semântico sem saber que proposição foi expressada, pois compreender o que uma proposição descreve não leva a conhecer o indivíduo referido. Pode-se perguntar, mas o que é conhecer aquilo a que se está referindo? Kripke, ao contrário de Frege, considera a pergunta fundacional acerca da semântica, isto é, como o nome tem o referente que tem, correlata ao conteúdo do pensamento ou intenção que aplica conceitos a indivíduos, como ligada à cadeia histórica de determinações, ao "batismo" que mencionamos acima, e não aos estados mentais ou capacidades dos falantes. Kripke critica Frege, mostrando que "Estrela da Manhã" e "Estrela da Tarde" têm cada uma um referente, não são descrições.

Para Searle a capacidade de significar ou intencionar um objeto, ou seja, a intenção de referir a dado objeto, é uma capacidade comportamental de fornecer descrições gerais ou de identificar o indivíduo que cabe à descrição ou que algo seja o

objeto identificado, significado ou intencionado, e não algo mágico, mental. Mas estas são condições necessárias para certas atitudes, que não explicam, segundo Stalnaker o que constitui uma intenção ou ter conhecimento sobre algo, enfim, o que é essa capacidade de identificar. É possível para Kripke referir e ter intenção de referir, mesmo se não for possível descrever ou identificar algo, ao passo que para Searle, referir é identificar.

A teoria causal da referência ganha consistência pela distinção entre a fala e seu conteúdo, que é o pensamento e o modo como ele se determina. Para os adeptos da teoria causal da referência, pode-se pensar e falar diretamente sobre coisas particulares devido à interação causal com elas. Há um outro quadro teórico para o qual, ao contrário, "nossos atos mentais e lingüísticos nos ligam a coisas particulares pela nossa apreensão e expressão de conceitos puramente qualitativos que podem ser instanciados por coisas particulares" diz Stalnaker (1999: 548). Estas duas atitudes pressupõem a discussão sobre a essência das coisas, sobre a natureza das coisas de que falamos e pensamos ou que instanciam nossos conceitos. Justamente, a concepção modal de Kripke mostra que é possível haver designadores rígidos, independentemente das questões essencialistas, pois não se deve tirar conclusões ontológicas a partir de teses lingüísticas.

A pergunta que fizemos no início deste item, deve ser respondida negativamente, ao menos na interpretação que Stalnaker faz de Kripke. Este procura mostrar a pertinência da referência, como reportando-se a propriedades essenciais do mundo, que precisam ser levadas em conta, e não que o mundo as contenha pura e simplesmente, em si, *a priori*. Objetos não são um substrato por detrás de propriedades e qualidades, nem um conjunto de qualidades.

Pensamos que a referência, nisto Kripke está correto, não é um tipo de descrição. A referência envolve um compromisso com o uso de expressões que não derivam puramente de regras semânticas, do contrário não haveria como usar conceitos e referir-se a indivíduos: juízos proposicionais acerca de algo mostram que a fala não é uma série de ruídos condicionados a estímulos.

Por sua vez, fixar a referência não implica num paralelismo palavra/objeto, inclusive porque a fixação para Kripke pode se dar *a posteriori*, e, portanto, não impede a revisão e a reformulação devidas a mudanças teóricas, culturais ou comportamentais.

Consideramos, no entanto, que, de qualquer modo, Kripke ao apelar para o designador rígido na relação nome/nomeado como permitindo, através de uma cadeia

causal, atribuir nome a um referente, tropeça na dificuldade de escolher o que exatamente no referente o prende a um designador. Terá que ser algo com caráter necessário, sua essência? Pensamos que a própria categoria de ser referente de algo, é uma escolha (não arbitrária) e só ocorre por um signo que o interpreta como tal devido a certos propósitos e necessidades, e não a partir de uma relação fixa entre o nome e o nomeado, ou pelo menos, que fixe o referente. Como mostrou Hax Júnior, Kripke não resolve o problema da denotação. Em "Nixon é Nixon", fazendo a relação com o designador rígido e a substituição por "Nixon é o resultado dos gametas ...", trata-se de diferentes conteúdos em cada um dos juízos.

A referência só é problema, e problema central para a lingüística e para a filosofia da linguagem, no quadro teórico pré-Wittgenstein II, que a assimila de uma forma ou de outra à função proposicional, assertórica. É preciso alçar ao patamar seguinte, o da pragmática, em que a função proposicional é apenas uma entre as funções da linguagem. O que rompe com os modelos descritivistas, cognitivistas e com os problemas decorrentes da proposta kripkeana da rigidez referencial.

7. CONSEQÜÊNCIAS DO SEMANTICISMO

Tomar a referência como problema central para a semântica e para a filosofia da linguagem, como mostra Rorty em *A filosofia e o espelho da natureza*, implica numa tomada de posição relativamente à linguagem: poder dizer o que é o caso, isto é, formular proposições com significação e capacidade referencial, a fim de estipular seu valor de verdade. E numa tomada de posição com relação à filosofia: a tarefa filosófica mais nobre é resolver o problema epistemológico, o do critério de verdade, pela busca de certeza e de objetividade obtidas através do confronto das representações mentais com relação ao mundo representado. Não se trata de contestar a função da lógica e da análise semântica da linguagem, suas análises são pertinentes e procedentes; o problema está em permanecer neste patamar em que a linguagem fica restrita à análise lógico-semântica, como se a linguagem pudesse funcionar num mundo à parte, em que apenas as discussões relativas à referência e ao significado fossem pertinentes.

As abordagens descritivistas e as essencialistas acabam por circunscrever a linguagem à descrição de estados de coisa, à designação, levando ao logicismo e ao empirismo, caso do neopositivismo para o qual a única linguagem com sentido é a lógico/empírica, pois que a única suscetível de verificação, cenário este propiciado pelo *Tractatus*. O requisito de verificação, hoje diríamos, de justificação, é válido nos

contextos da prática científica normal, mas não pode ser tomado como modelo único para a linguagem, porque se restringe à análise das formas proposicionais assertóricas. Se pensarmos no caráter auto-referencial da linguagem (o conteúdo do que é dito num enunciado, vem enquadrado pelo valor do dizer na enunciação), em como ela depende de situações da fala, do uso em contexto, em suma, que ao falarmos não estamos comunicando proposições que expressam um valor de verdade, ou cujos nomes fixem referentes, fica evidente a necessidade de dar mais um passo, desta feita em direção à linguagem ordinária. É o que faremos no próximo capítulo.

Rorty, argumenta que uma teoria da referência só faz sentido no quadro epistemológico que exige representações exatas espelhadas na mente, representações essas indispensáveis pois que são as únicas capazes de chegar à exatidão: os fatos são representados pela mente, que apenas se deixa tomar pelo objeto enquanto vai montando *representações exatas* das quais não se pode duvidar. Vem daí a distinção de Frege entre pensamento e valor de verdade, a teoria da figuração de Wittgenstein I, a distinção de Russell entre verdades analíticas, as verdades que o são pelo significado, e verdades contingentes, advindas da experiência. Foi Quine quem desmontou a necessidade dessa última distinção, mostrando que é muito difícil e, aliás, nem é desejável distinguir entre os dois tipos de verdade, pois não se pode delimitar com certeza quando é que se está lidando exclusivamente com a linguagem e quando é que se está lidando exclusivamente com a experiência, com os fatos.

Para chegar a conhecimentos confiáveis, basta poder justificar através de práticas sociais, tais como a conversação, a troca de experiências, diz Rorty. A justificação não é uma questão de uma especial e privilegiada relação entre idéias ou palavras e os objetos que demanda a exatidão das representações. Conhecimento e verdade não devem ser encarados como tendo ou precisando de um fundamento, a própria necessidade de a tudo fundamentar, deveria ser encarada, segundo Rorty, como relativa a um padrão cultural e não como um imperativo. Verdade e conhecimento devem ser julgados pelos padrões que uma época tem de inquirir: "...nada conta como justificação a não ser por referência ao que já aceitamos, não há maneira de sairmos fora de nossas crenças e de nossa linguagem para encontrar algum teste que não seja o da coerência..." Adiante acrescenta que a ânsia por "uma matriz neutra permanente para toda a inquirição e toda a história" (1994: 183) provém da procura por um padrão neutro a que algo deve "corresponder". Nem por isso a ciência deixa de ser uma atividade confiável, e ela o é, não pela correspondência especular entre a proposição e o fato, mas

porque a ciência é uma atividade auto-corretiva, que pode pôr em xeque qualquer afirmação. Não há conhecimento imune à revisão. Conhecer não depende de uma experiência de tipo causal, mas sim da capacidade de justificar pela construção de proposições que não pretendem atingir a "essência", o "real", "o estado de coisas", o "fato atômico" (desde Kant sabemos que a coisa em si é incognoscível). A linguagem nos torna membros de uma comunidade: pessoas interagem trocando justificações e asserções. Pressupor que a linguagem se restringe a juízos proposicionais que se referem ao mundo dos fatos, é uma exigência epistemológica derivada de nossa ânsia por comensuração, certeza, verdade comprovável pelos métodos inaugurados pela tradição de Bacon e Descartes. O ideal platônico de um critério de juízo permanente e universal não foi abandonado pela filosofia da linguagem de Frege, Russell, Wittgenstein I e Kripke.

As suposições de uma teoria causal da referência são: 1º) aquilo sobre o que se fala "existe" (referente) tem uma essência a que se pretende chegar, e para traduzir um termo pelo outro basta encontrar o referente; 2º) deve-se encontrar esta tradução e fazer colocações analíticas para determinar o significado de uma expressão referente, através de relatos em uma linguagem neutra de observação que confirma ou não o referente; o sentido é articulado ao mundo através de uma referência objetiva, obtida por proposições que lançam âncora na realidade, considerada como uma espécie de chão firme, estável e permanente, garantia de que a referência se cumpriu. A linguagem seria determinada por esta realidade em sua função precípua de referir e nomear. A linguagem, nesta perspectiva, é relação termo a termo com a realidade, único modo de produzir sentenças significativas, aquelas cujo conteúdo é um valor de verdade. E o significado permanecendo estável daria uma estrutura *a priori* e inteligível para o conhecimento. Uma teoria da referência busca matrizes invariáveis, afirma que os objetos são sempre os mesmos, que a realidade é como ela é, que apenas o modo de descrição varia.

Se um cientista descrever hábitos de certos animais ou espécies, as características que ele descreve são causalmente independentes de sua descrição. Mas decorre da própria descrição fazer sentido descreve algo exterior. O que exatamente está fora, não podemos saber. Não se está dando características que devem ser intrínsecas ou não, mas, como observa Ghiraldelli Jr (2001), mas sim distinguindo entre relações causais tendo em vista um propósito (decrever a estrutura óssea, por exemplo) e suas relações causais sob uma descrição tendo em vista o surgimento da espécie, por exemplo, que

depende do próprio cientista. Pelo holismo de Rorty e como veremos com Davidson, é possível compreender o universo, sem precisar resolver o problema insolúvel da ligação entre o lingüístico e o não lingüístico, ou seja, a ligação entre palavras e coisas. Temos, como diz Dewey, uma lida proveitosa (ou não) com o mundo.

Rorty critica essa teoria causal da referência, pois verdade (significado) e referência são relativos a nossos esquemas conceituais, podemos nos referir apenas ao conjunto de visões que compõem nossa cultura. As estruturas conceituais ensejam que afirmações possam ser feitas com garantia de confiança, basta o teste da coerência, diz Rorty. Descrições são feitas dentro de esquemas conceituais e teóricos, sem que tal postura implique negar que haja coisas independentes desses esquemas. As teorias da referência não podem garantir que os objetos permanecem os mesmos, que palavras sejam a exata tradução por meios lingüísticos da exata representação do mundo, que apenas muda o modo como conhecemos. Ora, para fazer um julgamento desse tipo, seria necessário sair da história da cultura para poder avaliar o processo como um todo e garantir que, finalmente, atingiu-se o cerne da questão, tarefa para deuses e não para homens. Poder referir-se a algo, falar sobre algo, depende de conversação e não de confronto para estabelecer designadores ou descrever estados de coisas.

O uso de um termo, explica Rorty, não implica haver uma e uma só entidade a que ele esteja conectado pela relação de referência. Pode-se discutir sobre a existência ou não de entidades, justamente por elas serem objeto de um discurso, e não por seu significado estar "engatado" às coisas.

Quanto a (1) Russell, como vimos, diz que a sentença é falsa; para Frege é uma sentença sobre nada, sem valor de verdade, o que faz pressupor existirem sentenças verdadeiras devido a serem sobre algo; Wittgenstein diria que o estado do mundo que é afigurado pela proposição (1), ao ser comparado com a realidade, evidencia a falsidade da figuração; para Kripke nomear demanda necessariamente um designador rígido, assim (1) nomeia algo com certas características num mundo possível, mas não descreve.

Rorty pensa que a referência é um fator que entra **depois** que já se decidiu por uma das análises acima mencionadas, quando então uma série de outros fatores entram em jogo. Falar sobre algo depende de inúmeros fatores que vão da designação, passando pela significação, descrição, situação, intenção, e, em última análise do contexto do discurso; a discussão não pode ser simplificada por um apelo à busca semântica de uma teoria sobre o que as pessoas estão "realmente falando", que não leva a nada, pois é

impossível chegar a saber sobre o que estão falando de fato. Entram aí, como bem viu Davidson (conferir no capítulo IV), fatores históricos, antropológicos, biológicos, psicológicos. Só sabemos como a linguagem funciona nos limites da teoria presente e, pretender que uma teoria da referência possa elucidar o modo como, pela linguagem, nos referimos a algo, é pretender que haja uma espécie de conexão mágica entre palavras e coisas significadas, entre a referência e o que está sendo referido. Procedimento que leva ao mesmo tipo de frustração que o de uma empreitada para chegar ao tal âmago das questões, à coisa mesma, a busca pela constituição última, transcendental, do Ser. A correspondência com a realidade pode ocorrer e ser requisito para o entendimento apenas para certos casos nos quais praticamente não há controvérsia, portanto em certos contextos em que precisamos confirmar se há um gato sobre o capacho, mas sem que isso leve à considerações sobre o que "há realmente". Para dar condições de verdade às sentenças, as teorias sobre a estrutura última e verdadeira da realidade são inteiramente dispensáveis. Como diz Rorty, ao comentar as considerações de Davidson sobre a correspondência: "ela pode ligar qualquer tipo de palavra a qualquer tipo de coisa ... a natureza não tem modo preferido de ser representada ... Nem pode a natureza ser correspondida para melhor ou pior, salvo no sentido simples de que podemos ter mais ou menos crenças verdadeiras" (1994: 297-298). E, acrescentaríamos, sabemos o que fazer com essas crenças nas circunstâncias apropriadas.

A linguagem não se limita às asserções, nem os fatos podem ser considerados como formados por átomos, por objetos simples, os únicos que podem ser transcritos pelas proposições.

O problema da relação linguagem/mundo não precisa, para ser resolvido (ou melhor, dissolvido)-, pressupor a necessidade de discriminar referentes. Aliás, o modelo lógico-lingüístico, ao pensar como imprescindível haver os dois termos da relação, significado e referência, pressupõe um reino abstrato de pensamentos de um lado, e de proposições, de outro lado, limitadas a dotar as sentenças de valor de verdade. É possível, com meios lingüísticos e/ou lógicos, dizer o que há, estabelecer algo como ente no mundo, sem correr o risco e duplicá-lo num mundo de essências, que seriam os significados?

Há conceitos e pensamentos gerais, sem os quais seria impossível a comunicação pública e uma simples leitura de um texto, por exemplo, estaria fadada a ser produto exclusivo de uma consciência individual, especialmente se precisássemos

sustentar o ponto de vista do realismo, ou seja, dizer o que "há realmente". As abordagens de Frege, Russell, Wittgenstein, Kripke, e o próprio Saussure mostraram, os primeiros, que todo pensamento completo liga-se a um estado de coisas expresso em asserções, o último mostra como signos combinados através de regras da *langue*, capacitam à linguagem, à designação.

O problema é que, além do conteúdo expresso nas proposições, para expressarem um fato, é preciso formular os juízos de usuários em situação, avaliando o próprio sentido da proposição, isto é, se ela realiza aquilo a que se propõe, retratar um estado de coisas, e assim poder ser avaliada com relação à sua verdade ou falsidade. Quer dizer, além de ter um pensamento (concepção fregeana), há que haver o momento avaliador (verdade ou falsidade). Este é novamente um momento de idealidade, sujeitos pensantes e falantes se posicionam com um sim ou não, como observa acertadamente Habermas, caso das significações públicas (*type*). Em (10) tem-se não a representação individual de um gato sobre um capacho, mas sim que há um estado de coisas reconhecível, a circunstância de haver um gato sobre o capacho, a circunstância disso, de que há um felino deitado num capacho. Afirmar este estado de coisas não é o mesmo que referir com sua afirmação à existência do felino. Se, tal como Frege em sua teoria abstrata do significado, supusermos que o sentido da verdade ou falsidade de uma proposição é o mesmo que a existência de um tal ente, este teria que existir num mundo ideal, à parte. Em outras palavras, as proposições teriam que conter um ser ideal em si, as proposições seriam idealizadas! O impasse está criado: como ligar, como estabelecer a relação entre estados de coisas permanentes, idealizados, e as coisas? Pela projeção figurativa? Esta depende da estrutura lógica da proposição, que também é uma idealidade.

Resumindo a crítica às propostas logicistas, podemos dizer que ao sustentarem:

- a) Há o pensamento/*type*, que difere da representação por não depender de uma consciência individual e sim ser reconhecível em seu significado ainda que expresso por diferentes expressões lingüísticas. Trata-se, portanto, de uma idealidade.
- b) É verdade que afirmo (10); esse juízo veritativo, se for confundido com a existência do objeto a que faz referência, esse objeto mencionado fará parte de uma idealidade.
- c) Ora, juízos veritativos não são juízos sobre a existência.

d) Logo, é impossível solucionar a relação linguagem/realidade através da suposição de um engate, pois como ligar o atemporal (a proposição idealizada) com o temporal?

O que nos conduz a transpor os limites da linguagem vista apenas sob a ótica lógico-semântica, em direção à pragmática. Há simplesmente o discurso de usuários, e uma condição, aquela que Peirce já havia apontado: o intérprete. Tudo o que é o caso, poderíamos assim parodiar Wittgenstein do *Tractatus*, não ocorre pela relação entre dois supostos mundos (o ideal e o real, o do significado e o das coisas) mas nesse **nosso mundo**. Hipostasiar os significados em objetos idealmente existentes, resulta confrontar os mundos, provocando, como observa Habermas, "questões renitentes, com as quais a semântica formal se ocupou em vão durante décadas" (1997 : 31). Se a proposição tem um caráter ideal, não pode conter, ao mesmo tempo, algo real. Há, é claro, uma generalidade do significado, mas não uma generalidade veritativa, pois esta não depende de invariâncias do significado

III. A REVOLUÇÃO WITTGENSTEINIANA: OS ATOS DE FALA

A noção de jogo de linguagem de Wittgenstein abala inteiramente o paradigma estrutural e o paradigma no qual o próprio Wittgenstein assentara as bases de seu pensamento: o paradigma lógico calcado nas proposições, que é também o modelo de Frege, o de Russell, e em certa medida o de Kripke.

Podemos afirmar que até Wittgenstein II, a filosofia da linguagem baseava-se na proposição que diz, retrata, representa estados de coisas. A referência tem lugar central nesta perspectiva que reduz a linguagem à sua capacidade unicamente assertórica. Procuraremos mostrar que, na medida em que a referência passa de questão **central** a questão **periférica**, a própria noção de linguagem que havia sido restrita ora às regras de um código, ora restrita às formulações revestidas de valor de verdade, modifica-se, ampliando-se para os jogos de linguagem, com Wittgenstein e para os atos de fala, com Austin, Strawson e Searle.

1. O WITTGENSTEIN DE INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS

O quadro teórico da filosofia da linguagem até então dominado pelas propriedades significativas e denotativas das sentenças em proposições com valor de verdade, reconfigura-se: referir passa a ser apenas uma das inúmeras facetas da linguagem. O modelo anterior é centrado na relação sentença/estado de coisa que é pressuposta pelas filosofias e pelas semânticas preocupadas em dar à linguagem a função precípua de referir, tarefa para a qual a linguagem precisa ser adaptada, passando por um processo de depuração: significados precisos, eliminação de ambigüidades, objetividade, enfim, uma linguagem "pura" e "cristalina", livre dos obstáculos da linguagem comum, cotidiana.

O novo modelo propõe no lugar de regras lógicas e semânticas para construir proposições, simplesmente o uso da linguagem ordinária, que, tal como está, está já em ordem.

Wittgenstein revoluciona com sua concepção de linguagem sem fulcro, sem tarefa representativa; sua função não se esgota na nomeação, na descrição de coisas com suas propriedades; nem a linguagem tem caráter necessário ou paradigmático. O que repercutirá nas produções da Escola de Oxford, com Ryle, Austin, Strawson e Searle. Sua influência se faz sentir no behaviorismo pragmatista de Quine e Davidson, no

contextualismo radical de Rorty e no pragmatismo formal de Habermas. O caminho para a nova concepção de linguagem foi a auto-crítica: mostrar que a função da linguagem **não é falar acerca do mundo, mas agir com a fala no mundo**, pois a linguagem é um tipo de **ação**, uma atividade, um comportamento, uma forma de vida. Já havia algum tempo que a linguagem não era mais considerada meio de comunicar pensamentos, mais precisamente, desde a virada lingüística com o estruturalismo, a semiótica e a lógica. Ainda seria preciso, no entanto, uma outra virada, a virada pragmática, realizada por Wittgenstein na Alemanha, e um pouco antes dele, por Dewey, nos EUA.

É interessante notar que a repercussão deste último foi consideravelmente menor, talvez devido ao fato de a crítica de esquerda ter sido mais impiedosa com William James e John Dewey, classificados como utilitaristas, um subproduto do "american way of life". Ao passo que Wittgenstein tinha a seu favor o ambiente intelectual europeu, permeável e receptivo às novas idéias.

1.1. O Paradigma Pós-metafísico

Wittgenstein II põe termo a uma tradição filosófica à qual ele próprio pertencera, a pressuposição de que uma teoria única pudesse dar conta do sentido, através de um **paralelismo linguagem/mundo**, unindo lógica, matemática, epistemologia e, mais, apontando para uma distinção intransponível entre a vida ética, prática, místico-religiosa de um lado-, e tudo aquilo que pode ser dito com sentido, isto é, as proposições que combinam nomes de objetos-, de outro lado.

Seu objetivo tinha sido o de procurar a verdade, a homogeneidade lógica, a forma geral da proposição; a partir das publicações de meados dos anos 30, seu objetivo é dissolver os problemas filosóficos, mostrando que são uma questão de uso lingüístico. Essa posição inaugura uma linha pragmática, hermenêutica, crítica da metafísica e do representacionismo, isto é, de que a mente espelha ou representa estados de coisas externos. Não que possamos classificar Wittgenstein como um adepto da hermenêutica ou do pragmatismo. Diríamos, antes, que ele não deve e nem precisa ser encaixado numa ou noutra escola de pensamento. O foco de sua atenção é a diversidade da ação e do comportamento humanos, por isso alguns de seus estudiosos afirmam que seu ponto de partida é ateórico, no máximo trata-se de "um behaviorismo distribucionalista estratégico", como pensa Hottois (1976: 205).

Podemos dizer que a filosofia depois de Wittgenstein II, ou simplesmente Wittgenstein, não será mais a mesma, tal como a filosofia após Kant não foi mais a mesma. O papel da filosofia deixa de ser fundacionista, no lugar de buscar a comensuração, o fundamento, as verdades últimas, a essência, a filosofia tem **função terapêutica**: os problemas filosóficos derivam do uso fora de seu emprego normal de termos como ser, essência, forma, substância. A gramática não precisa ser depurada pela análise lógica. Tal como ela está, está em ordem, satisfaz às finalidades da compreensão lingüística praticada pelas nossas formas de vida.

Na fase de transição para a obra *Investigações Filosóficas* passam a valer proposições num conjunto que lhes dá sentido, sentido este que não provém mais da projeção sobre a realidade, mas de regras combinatórias que formam o espaço de uma gramática, como a gramática das cores, das medidas, etc. A obra *Philosophische Grammatik* reúne escritos do período 1931-1933 e antecipa quase todos os temas de *Investigações Filosóficas*: a linguagem como ferramenta, a crítica à linguagem privada, a crítica ao modelo agostiniano, a crítica à linguagem ideal, a noção de semelhança de família e de jogo de linguagem.

1.2 Fim do Primado da Lógica e da Metafísica

A semântica por condição de verdade ou semântica formal, ou ainda, semântica de modelos, propõe ater-se à possibilidade de indicar as condições de verdade para que uma sentença seja significativa. Essa é uma vertente bastante influente tanto em termos de representantes e produção acadêmica, quanto em termos de seu alcance explicativo e teórico. Evidentemente, seu limite de análise é a frase produzida de acordo com as regras fonológicas, sintáticas e semânticas. A produção destas frases com significação depende de o componente semântico encontrar no mundo (qualquer que seja ele), um estado de coisas do qual a frase seja a descrição completa e apropriada, ou seja, suas condições de verdade. Mas essa teoria da semântica deixa em aberto inúmeros problemas como reconhece Davidson, quais sejam: a forma lógica de sentenças subjuntivas, as que versam sobre probabilidades e relações causais, o problema do advérbio, dos adjetivos atributivos, dos termos de massa, sentenças que envolvem crenças. "E, finalmente, há todas as sentenças que parecem não ter absolutamente nenhum valor de verdade: as imperativas, as optativas, as interrogativas, e muitas outras. Uma teoria do significado completa para uma língua natural deve resolver, com sucesso, cada um desses problemas", conclui Davidson (1982: 175-176).

Acaba o primado da lógica, e de toda uma longa tradição filosófica preocupada com a construção de sistemas que revelam ou desvelam a realidade em sua essência última. Wittgenstein dispensa a pureza cristalina da linguagem moldada logicamente, a exatidão, a profundidade. Não há um meio seguro para se chegar ao que "realmente são" as coisas, quer dizer, como podem ser afiguradas por meio de asserções completas, com sentido e com valor de verdade. A própria missão de chegar aos fundamentos perde sua razão de ser. Inaugura-se uma época de filosofia pós-metafísica, cuja prioridade é a linguagem e não a mente pensante habitada por formas puras *a priori*, centrada no sujeito que apreende através das idéias, conceitos mentais e operações transcendentais o Ser, o Devir, a Essência, a Existência. Tampouco faz sentido para o paradigma pós-metafísico formatar o pensamento em proposições com valor de verdade, suscetíveis de verificação empírica. O pensamento não é algo misterioso, lugar da essência humana, pois a atividade lingüística faz parte da história antropológica, tal como caçar, comer, brincar. É preciso uma injeção de gramática para acabar com esses problemas e mal entendidos. É preciso apenas ver como se **usam** as frases. Analisá-las para chegar ao que teriam de oculto é pretender que a linguagem, a proposição, o pensamento -, tenham uma essência, atribuindo à proposição o estranho papel de produzir a misteriosa ligação entre a linguagem e os fatos. No lugar da análise, é preciso **ver** apenas que todos esses conceitos filosóficos têm simplesmente um emprego na linguagem cotidiana, que produz frases vagas, ambíguas; "ideal de exatidão" não passa de um jogo no qual se pede certa aproximação relativa a certa medida, ou um grau de exatidão mais adequado à compreensão. Nos habituamos ao ideal como se fosse um óculos. "Nem nos ocorre a idéia de tirá-los", afirma Wittgenstein (1979: 52, par. 103). E é bem isto que deveríamos fazer, libertarmo-nos do jugo de pensar que nossos meios para descrever a essência são pobres, e que precisaríamos da pureza cristalina da lógica para fazê-lo. Sempre que se dispensa a linguagem, nascem os problemas filosóficos; eles nascem "quando a linguagem entra em férias" e podem ser dissolvidos mostrando seu uso pela linguagem corriqueira.

A perplexidade e os dilemas filosóficos são produzidos quando nos deixamos capturar por certas armadilhas de nossa linguagem. Daí a proposta de reconduzir as palavras filosóficas como "saber", "ser", "objeto", "eu", "proposição", "nome", ao uso que têm nas línguas. A filosofia construiu castelos de areia com a linguagem. Há quem interprete Wittgenstein como nominalista, alguém que menosprezou as significações.

Como se estas fossem algo diferente, à parte, num universo platônico, ou depositadas na mente, independente do emprego de palavras...

A filosofia não elucida nada, tudo fica em aberto, a gramática não pode fornecer uma visão panorâmica de todos os jogos de linguagem. Desaparece a busca de uma generalidade, mas permanece o objetivo geral de fazer uma investigação que é gramatical, para mostrar os mal-entendidos causados pelo uso fora do contexto normal, ordinário, de inúmeras expressões e conceitos filosóficos. A linguagem não é uma "salvação", isso é, um elemento essencial para a explanação da verdade ou da necessidade de Deus ou da estrutura da realidade. Não se deve supô-la como ocupando o lugar outrora ocupado pela essência, ser ou causa fundamental.

Mostrou como deveríamos pensar para evitar os problemas decorrentes de se postular uma relação com o mundo estruturada de tal forma que a filosofia pudesse elucidar. O problema da "mente", por exemplo, dissolve-se bastando para isso que vejamos como este termo é usado em diversos contextos. O que não significa **solucionar** problemas, pois isso requereria um confronto entre pensamento e realidade, em outras palavras, um retorno à tradição metafísica. Por isso para ele não há recomeços e nem busca de verdades últimas. Wittgenstein é um dos pilares do paradigma pós-metafísico. "Antes eu próprio falava de uma 'análise completa' e acreditava que a filosofia tinha que fazer uma dissecação definitiva de proposições de modo a estabelecer claramente todas suas conexões e remover toda possibilidade de má compreensão", afirma Wittgenstein, (1996: 41) numa alusão à sua postura teórica presente no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Observa que, então, idealizara o uso da linguagem. Se em certas situações cabe clarificar por definições as conexões entre as expressões, entre a impressão visual e uma esfera, por exemplo, o que se obtém com tal clarificação, não é uma definição de esfera, pois esta definição seria estéril, mas uma preparação para o uso. Importa ver quais são os diversos usos daquelas palavras, "esfera", "impressão visual". Não se descarta o cálculo das proposições, o problema é como chegar às proposições elementares... Achava que entre o pensamento e a realidade havia uma concordância de "tipo pictórico", isto é, de forma. Agora entende que na construção da concordância algo já está ocorrendo, que é o **como a aplicação é feita**. Concordância ou não podem ocorrer, mas o que importa é o método de aplicação. Pela perspectiva do jogos de linguagem o que se vê são atividades, reações. Não há mais para Wittgenstein uma preocupação com a forma geral da proposição, que teria, e ela somente, o papel de comandar a linguagem, como se fosse algo sustentando todos os

usos lingüísticos através do pensamento de que tudo é assim, ou seja, em termos de valores de verdade. No lugar da unidade formal, Wittgenstein sugere que vejamos nas frases famílias de estruturas aparentadas entre si, que podem ser descritas, mas não elucidadas. Não há o que e nem por que elucidar.

Não há teorias nem um propósito único em *Investigações filosóficas*, a não ser talvez o propósito de mostrar que a linguagem deve ser vista como um comportamento, como uma **forma de vida**, que falar é uma entre as formas possíveis de agir com relação ao meio.

A linguagem tal como ela funciona normalmente serve aos propósitos do entendimento e da comunicação, de modo que não faz mais sentido buscar a representação das possibilidades combinatórias dos fatos, pois que a realidade não consta de objetos simples, analisáveis pelo instrumento da proposição. Se o objeto na realidade não é o simples, isto é, o elemento último analisável, então é preciso dispor de instrumentos múltiplos que mostrem o que da realidade está sendo dito pela linguagem. Portanto, a linguagem não pode restringir-se às proposições que figuram projetivamente os fatos no espaço lógico, como ele afirmara no *Tractatus* (ver capítulo II).

Não há mais a busca de uma "pureza lógica cristalina", pois a linguagem ordinária, tal como ela está, está em ordem, diz a que veio.

Quando se nomeia o mesmo referente com diferentes significados, não temos nomes de um mesmo referente, ao contrário do que propusera Frege, mas situações de uso que variam. A lógica não é o modelo ideal para a linguagem cotidiana: "não é necessário um lógico para mostrar finalmente aos homens que aparência deve ter uma frase correta" (1979: 45, par.81).

Em suma, as asserções completas para dizer que as coisas estão assim ou de tal outra forma, isto é, os enunciados completos (com significado e valor de verdade) são substituídos por Wittgenstein pela descrição dos usos realizados pela linguagem cotidiana em situação normal de discurso. "Não pense, veja". Seguindo esse propósito deve-se reconduzir os termos que dão tanto trabalho aos filósofos, ao seu uso normal. Um ideal de exatidão existe num jogo de linguagem em que se pede, por exemplo, pontualidade. Simplesmente é preciso saber o que alguém pretende com "exatidão". Assim também ocorre com os conceitos: proposição, linguagem, pensamento, mundo. Basta apenas indicar seu uso numa dada situação. Não há uma ordem *a priori* e simples de todas as possibilidades, o que não significa tampouco buscar uma essência, desta vez, na linguagem. O emprego dos termos "frase", "palavra", "verdade" é tão humilde quanto

o de "mesa", "porta", "lâmpada". Aquelas não são unidades formais, mas uma "família de estruturas mais ou menos aparentadas entre si". Os problemas não podem ser elucidados, mas sim descritos sem a ilusão de que sejam algo de profundo. A pergunta deve ser: como tal palavra é usada em tal língua. "Nós reconduzimos as palavras do seu emprego metafísico para seu emprego cotidiano... perguntar em que circunstâncias particulares emprega-se de fato essa frase. Nestas ela tem sentido" (1979: 55, par. 116-117).

A linguagem cria certas confusões que são próprias ao estilo humano de viver. É possível, entretanto, evitar essas confusões descrevendo o uso, comparando esse uso com jogos de linguagem. Os mal-entendidos e as armadilhas lingüísticas são contornados através de uma boa sinalização, isto é, de uma boa compreensão daquilo que se quis dizer naquele determinado contexto.

1.3. Os Jogos de Linguagem

A linguagem é uma ferramenta pública, ordinária, do dia-a-dia, cujas regras apontam numa direção, obedecem a semelhanças de família, não havendo estrutura alguma privilegiada para mostrar que as coisas se dispõem no espaço lógico da afiguração, como pensava no *Tractatus*. Há uma multiplicidade de jogos de linguagem, como prometer, ordenar, descrever, contar histórias, sugerir, ironizar, etc. Essa multiplicidade corresponde a "formas de vida". Não há um núcleo comum, um fio único a amarrar os jogos ou os usos lingüísticos todos. Tal como numa corda, a trama é tecida com vários fios que garantem sua resistência. Diz Wittgenstein:

Aqui encontramos a grande questão que está por trás de todas essas considerações. Pois poderiam objetar-me: "Você simplifica tudo! Você fala de todas as espécies de jogos de linguagem possíveis, mas em nenhum momento disse o que é o essencial do jogo de linguagem, e portanto, da própria linguagem. O que é comum a todos esses processos e os torna linguagem ou partes da linguagem. Você se dispensa pois justamente parte da investigação que outrora lhe proporcionara as maiores dores de cabeça, a saber, aquela concernente à forma geral da proposição e da linguagem (1979: 38, par. 65).

Essa objeção contra si mesmo, não é mais pertinente no âmbito de *Investigações*, pois o lugar ocupado pela proposição, cede vez aos jogos de linguagem, tão diversos e numerosos que "não há um modo de classificar as funções e usos da linguagem" (1976, p. 132), afirma Hotois. Não há um conteúdo neutro, algo pressuposto por detrás deles que seria objeto de afirmação, como uma idealidade, uma vez que não há um significado último e independente por detrás das várias formas que possibilitaria a

sinonímia e a tradução. Dar sinônimos e traduzir implica em certas dificuldades, uma vez que certo uso em certo contexto mostra que se trata de um certo jogo, servindo aos propósitos do que se quis dizer naquela ocasião. Estas análises não contemplam o que se costuma tratar como conotações, tendo as denotações uma certa estabilidade, pois esta distinção só é pertinente para concepções que procuram matrizes ou estruturas ou regras estabilizadoras e geradoras, ou, ainda, o sentido literal.

Como observa Huttois, Wittgenstein não propõe uma teoria da linguagem cujo modelo seja o do jogo. Não se deve tomar essa nova atitude de Wittgenstein como uma teoria acabada como muitos entendem, a chamada "teoria dos jogos de linguagem", mas um projeto aberto a um grande número de questões, nem sempre claramente formuladas e nem sempre respondidas dentro da ortodoxia filosófica tradicional, a começar pela forma com que são expostas, em parágrafos, sem um projeto teórico unificador, sem preocupação com seqüência ou sistematização de idéias, como não poderia deixar de ser, haja vista sua já mencionada intenção terapêutica, problematizadora.

A cada vez que menciona "jogo de linguagem", poderia substituir por "uso da linguagem", pois sua finalidade é tecer observações sobre a gramática, alimentada por uma crítica impiedosa ao *Tractatus*. É preciso ver os usos particulares sem pretender que a noção de jogo de linguagem seja uma espécie de rede percorrendo **toda a linguagem**, para dar conta inteiramente dela. Justamente, a analogia do jogo é uma defesa contra a busca de um sistema que daria conta da complexidade dos vários usos. Para Wittgenstein não há tal complexidade, mas descrição de semelhanças e diferenças entre os usos. Afirma Huttois que há

uma série ('família') de usos de uma palavra ou de uma expressão, apresentação que não podemos englobar ou abarcar facilmente, que não acusa nem a diversidade e nem a similitude do uso (ainda que as diferenças sejam acentuadas), que permite ver as conexões entre os usos presentes e que será, se não houver imprevistos, enriquecida pela invenção de usos inéditos destinados a chamar a atenção sobre os empregos intermediários e sobre as diferenças que temos a tendência de não ver (1976: 156).

Mostrando esses usos, seus contextos e situações, a perplexidade filosófica tende a se dissolver, como já dissemos. O problema é que os filósofos via de regra não se satisfazem com essas apresentações, consideram que a filosofia tem uma missão mais sublime. Mas o filósofo não pode interferir no uso normal da linguagem, a filosofia "deixa tudo como tal" diz Wittgenstein. Ela pode apenas descrever, tendo em vista certos propósitos específicos, que são terapêuticos, evitam o vício metafísico da fundamentação e do terreno comum, e até mesmo uma visão de conjunto. Basta fazer

ver de um certo modo, acentuando ora um aspecto, ora outro, sem pretensão de encerrar a questão, mesmo porque não se pode encerrar os vários aspectos da gramática em um só (sua análise ou pesquisa gramatical não tem nenhuma pretensão de construir uma semântica científica como a maior parte dos lingüistas propõe). Essa não é uma atitude cética, o próprio ceticismo não passa de um aspecto, um modo de ver, do contrário destruiria o seu próprio caráter de ser cético. Não há um método em filosofia, mas vários. Pensar que não há uma ordem geral na linguagem mas que há uma ordem no modo em que ela se apresenta a cada uso, e que assim ela está bem, diz a que veio, sem precisar chegar a um estágio final, proporciona serenidade.

Basta fazer ver o que decorre dos jogos de linguagem, pois que eles são formas de vida, uma práxis entre outras, em que importa seu papel e não sua significação (no sentido de fixar conceitos ou idéias). O parágrafo 23 mostra como entender o jogo de linguagem, ilustrado através de casos bastante sugestivos. Atente-se para o final da citação, em que Wittgenstein ironiza a respeito de si próprio.

O termo 'jogo de linguagem' deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida.

Imagine a multiplicidade dos jogos de linguagem por meio destes exemplos e outros:

Comandar e agir segundo comandos -

Descrever um objeto conforme a aparência ou conforme medidas -

Produzir um objeto segundo uma descrição (desenho) -

Relatar um acontecimento -

Conjeturar sobre o acontecimento -

Expor uma hipótese e prová-la -

Apresentar os resultados de um experimento através de tabelas e diagramas -

Inventar uma história; ler -

Representar teatro -

Cantar uma cantiga de roda -

Resolver enigmas -

Fazer uma anedota; contar -

Resolver um exemplo de cálculo aplicado -

Traduzir de uma língua para outra -

Pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar.

É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (E também o autor do *Tractatus Logico-philosophicus*.) (1979: 18, par. 23).

As regras são flexíveis, vagas e modificáveis, observa Hottos, "pedir por regras precisas é uma das fontes de perplexidade filosófica, um traço mórbido por excelência estreitamente ligado, bem entendido, ao essencialismo teórico" (1976: 172). Se o significado fosse uma imagem mental, (como propusera Saussure) teríamos que compará-la com o signo e depois usá-lo de acordo com aquela imagem. O uso não é co-existente com o signo, pois "o signo (a sentença) toma sua significação do sistema de signos, da linguagem à qual pertence. Em outras palavras: compreender uma sentença significa compreender uma linguagem. Só como parte de um sistema de linguagem a sentença tem vida", explica Wittgenstein (1996: 61). Não há algo oculto, como um significado mental, acompanhando a sentença e sim outros signos. Significar é uma questão de poder relacionar duas expressões lingüísticas e saber aplicá-las. Dispomos de reservas a serem aplicadas, como se fossem ferramentas ou hipóteses guardadas para uso futuro. "A compreensão da linguagem, tal como a de um jogo, parece como um pano-de-fundo contra o qual uma dada sentença adquire significado. Mas esta compreensão, o conhecimento da linguagem, não é um estado de consciência que acompanha as sentenças da língua... é como uma habilidade para calcular", diz Wittgenstein (1996: 65). Ninguém sabe jogar xadrez o tempo todo. Quando se joga e enquanto se joga são requeridas certas habilidades.

"O significado de uma palavra é seu uso na linguagem" (1979: 28, par. 43). Com isso Wittgenstein não está criando uma "teoria" sobre o significado, mas mostrando, fazendo ver o que ocorre.

A multiplicidade das linguagens e dos significados não conduz à incompreensão, pois há regras que percorrem os usos mostrando sua **semelhança de família**, seu parentesco. Não há um significado último e independente por detrás das diversas formas aparentadas para permitir a sinonímia e a tradução. Estas, apesar das dificuldades devido a usos peculiares e ao contexto, são possíveis devido à semelhança de família.

O significado não é o sentimento pessoal psicológico, pois se assim fosse, cada um significaria o que bem entendesse, impedindo a comunicação.

Saber do significado envolve saber a que objeto alguém se refere numa dada ocasião de uso, se é gíria ou não, se é um segmento incompleto de uma fala, se a prosódia importa ou não, etc. Saber disso é simplesmente saber como usar e, geralmente, quem sabe usar, sabe do significado.

O uso depende de uma série de fatores, tais como meio, necessidades, desejos, emoções, capacidades sensoriais, que sugerirão quais conceitos são mais adequados. O

que uma pessoa expressa não depende só do que ela diz, mas das circunstâncias que mostram qual jogo de linguagem está sendo jogado, pois não há uma mente repleta de significados, imagens interiores e conceitos requerendo interpretação. Em nossa cultura temos formas de vida que sabem fazer regras e que sabem aplicá-las. As regras são compartilhadas e permitem saber o que é relevante em dada situação. Há uma regularidade no uso de "vermelho" que coincide com o conceito de "vermelho". Temos por hábito dizer "é uma e meia" e não "passa meia hora de uma hora". Estas são regras que são seguidas.

Há linguagem como um tipo de comportamento guiado por regras, estas não têm núcleo comum ou profundo, apenas apontam direções. Nem por isso os homens deixam de se entender, ou melhor, por isso mesmo é que os homens podem se entender, pode haver comunicação.

Em suma, quem compreende uma frase compreende uma linguagem, e quem compreende uma linguagem compreende um significado, domina uma técnica.

Por isso para Wittgenstein não há linguagem privada (o que veremos com detalhes no item 1.5), pois que o jogo de linguagem é uma forma de vida decorrente das trocas do organismo com o meio ambiente, que dotam os homens de uma capacidade plástica de reagir.

A busca da pureza cristalina da linguagem dá lugar ao mostrar o uso dos signos, uso esse inteiramente aprendido. Para falar acerca da realidade, para referir, não há necessidade de um aparato lógico, não há uma unidade, mas sim a diversidade dos usos e jogos de linguagem. No exemplo sobre os usos de "azul", Wittgenstein mostra reações, comportamentos, propósitos diversos, o que impede uma relação biunívoca entre nome e seu significado de um lado, e o objeto que é indicado, designado, significado, de outro lado.

Represente-se então diferentes casos! Quero indicar alguns:

'Este azul é o mesmo que aquele lá? Vê uma diferença?'

Você mistura as cores e diz: 'Este azul do céu é difícil de obter'.

'O tempo esta melhorando, vê-se já o céu azul outra vez!'

'Veja como são diferentes esses dois tons de azul!'

'Vê ali o livro azul? Traga-o aqui!'

'Este sinal de luz azul significa ...'

'Como se chama este azul? É índigo?' (1979: 23, par. 33).

Impossível um procedimento uniforme para todos os casos de aplicação, ora se dá atenção ao inusitado, ora à diversidade de tom, ora à identificação de um objeto.

Visar a forma não é possuir a forma antes na mente, pois "ter a forma em mente" varia conforme a situação: o apontar para a forma pode servir ao jogo do reconhecer, do desejar, do recordar-se, distinguir. Como não se percebe nada em comum por detrás dos gestos, supõe-se essa atividade como espiritual.

Contextualizar a fala, ver seus múltiplos empregos, é descartar as hipóteses de cunho estruturais para as quais a linguagem é um conjunto de regras que possibilitam gerar todas e somente aqueles sentenças do sistema, da *langue*, da competência. Mesmo porque, para Wittgenstein, não faz sentido algum separar código, sistema, *langue*, competência, forma, enunciado, *type*, de um lado -, e fala, performance, expressão, enunciação, *token*, de outro lado. Há diversos casos, situações, exemplos em que se usa uma sentença, que funcionará como ordem, pedido, afirmação, denotação, alerta, esclarecimento, declaração, etc., etc., **sem necessidade de um núcleo comum**, sem necessidade de regras internalizadas. Não há primeiro uma regra e depois sua aplicação, a língua não está na "cabeça" do sujeito falante. Há a ação de falar. Os jogos de linguagem mostram que há acordo na ação, e por isso faz sentido seguir regras.

Assim, voltamos a ressaltar, não há uma forma essencial comum, a multiplicidade dos jogos de linguagem atende apenas a regras diversas, maleáveis, cujo papel não é determinante nem condicionante, pois apenas apontam direções para o uso, em termos de semelhanças de famílias. "Os jogos de linguagem não são 'elementos' ou 'aspectos' da 'linguagem', mas simplesmente **são** linguagens diferentes", explica Hottos (1976: 119), o que desautoriza supô-los como caracterizando a linguagem.

Para ilustrar como não há nada de fundamental ou essencial a percorrer **toda** a linguagem, Wittgenstein compara o que acontece com a linguagem, com o que acontece com os jogos de diversos tipos: esportivos, brincadeiras infantis, de tabuleiro, de cartas. Eles se assemelham em alguns aspectos, como ganhar e perder, uso de força, de tática, há em alguns o fator sorte, etc. Mas eles **não têm nada que seja comum a todos**, um padrão, uma regra geral e uniforme. A metáfora da corda, já mencionada, é oportuna: nela vêm entrelaçados vários fios de comprimentos diversos, mas não há nenhum fio que a percorra do início ao fim. Sua resistência vem desse entrelaçamento.

Os jogos são guiados por regras que nunca dirão o que exatamente é o jogo, pois seus contornos são imprecisos e as regras não os exaurem, nem os determinam, apenas **indicam** direções, não elucidam todos os casos a que se aplicam, podendo dar margem a dúvidas, o que não impede de se mostrarem eficientes ao preencherem dada finalidade. As regras indicam direção na medida em que haja um uso constante, um hábito:

"compreender uma frase significa compreender uma linguagem. Compreender uma linguagem significa dominar uma técnica"(1979: 87, par. 199). Se houvesse um modelo comum, ele teria que ficar pairando como uma imagem na cabeça dos homens, imagem essa à qual os vários jogos e usos teriam que ser confrontados e comparados para delimitar uma exatidão. A própria exatidão é apenas algo que se pode pedir num determinado jogo para tentar elucidar melhor seu emprego por alguém, em dada situação. Não é uma forma privilegiada, com teor metafísico. Esquemas gerais e modelos puros são descartados. "Existe certamente, **esta** ou **outra** maneira de ver; dão-se também casos em que aquele que vê um modelo **assim**, geralmente o empregará **desta** maneira, e o que vê de outro modo, empregá-lo-á de outra maneira", explica Wittgenstein (1979: 42, par. 74).

Para saber o que é um jogo dispensa-se uma definição exata e joga-se de acordo com regras aprendidas cuja função não é dimensionar ou dirigir **todos** os usos, uma vez que as situações, as intenções e as circunstâncias são específicas. Há entre os jogos semelhanças de família, que funcionam como modelos comparáveis uns com os outros. E isto basta.

1.4. O Problema da Referência

Levando-se em conta essas considerações, explosivas e certeiras, mas que às vezes soam até como óbvias (depois que foram formuladas, evidentemente), pode-se avaliar o quanto qualquer camisa de força ou tentativa de elucidação, nos conduz à perplexidade, no que tange ao problema da referência.

Nos ocupamos ao longo deste trabalho com essa questão, mostrando que os diversos enfoques que a problematizam, sugerem concepções diversas acerca da linguagem e sua relação com a realidade. *Investigações* inicia com uma citação da obra *Confissões* de Santo Agostinho, para quem a essência da linguagem é a denominação: palavras servem para denominar objetos, as frases unem essas denominações, a significação é algo acrescentado às palavras e advém do objeto que a palavra substitui. Enfim, palavras servem para designar objetos, o que para Wittgenstein não passa de um jogo de linguagem, um jogo primitivo.

A relação entre palavras e coisas sendo um jogo, tem um uso determinado, como no caso de empregar uma série de palavras e a cada série fazer corresponder um uso referente a uma situação. O "isto" não é um nome próprio no sentido pretendido por Russell. Trata-se de um dêitico, como "ali", "aquilo", aos quais não cabe a mesma

explicação aplicada aos nomes; dizendo, por exemplo, "isto é um livro", não é despropositado, no caso de tratar "isto" como nome, dizer "isto é isto". A significação deste pronome depender de reportar ao ente/situação, não faz dele um nome, como Russell pensara. O problema da denominação vem de se considerar tradicionalmente na filosofia, que o nome designa o objeto localizável na realidade, algo simples.

O problema ontológico que abordamos no capítulo II, diz que para falar sobre centauros, inclusive para negar sua existência, é preciso afirmar com sentido "centauros não existem". Daí a conclusão de que ter sentido não garante a denotação. Portanto, só os nomes podem referir ou designar. E eles designam ou denotam o simples. O próprio Frege distinguiu designar/nomear/denotar, de significar, concluindo que o nome não perde significação mesmo que não refira. Também Wittgenstein afirmara que a significação das palavras é independente da existência da coisa que ela designa. O portador do nome pode morrer, e ainda assim o nome mantém sua significação. Mas dizia também no *Tractatus* que os nomes designam elementos da realidade que permanecem, e que ter significação é distinto de nomear, referir.

Em *Investigações*, no entanto, afirma que ter significação depende do uso específico e que ter referência **não** implica na existência do elemento simples da realidade. Supusera anteriormente que, por ser simples é que algo é nomeável. No entanto, ao nomear nada ainda se fez. Para nomear é preciso antes ter uma certa disposição e um contato de um certo tipo com os objetos, que nada tem de fixável *a priori*.

Frege, Russell e Wittgenstein, entenderam a função denotativa como presa aos supostos estados de coisas. Mas para Wittgenstein II, os nomes não podem ser substituídos por definições que os descrevem de modo rígido ou unívoco, como queria Russell. Em "Sócrates morreu idoso", Russell diz que o nome Sócrates pode ser descrito por "Mestre de Platão...", ou "Aquele que afirmava nada saber...". Mas a significação nos diversos usos do termo "Sócrates" variará, pois não temos uma linguagem que estabeleça nomes, como a lógica. Este tipo de linguagem pode ser construído, mas disto não decorre que se trata de uma linguagem **ideal**, modelo para a linguagem **cotidiana**. A lógica é inteiramente dispensável para dizer como deve ficar uma frase correta, apropriada.

Quando se emprega um nome como em "Moisés não existiu", o nome não é uma descrição definida como pensava Russell, nem há sentido em demandar um designador rígido, como quer Kripke. As descrições não são aleatórias. O uso do nome "Moisés"

não tem um suporte, uma significação rígida. Se alguém diz "N está morto", pode estar querendo dizer que viu alguém e ele tinha esta aparência (de morto), ou que fez isto ou aquilo em sua vida, ou alguém que tinha esse nome "N". Tudo depende do tipo de pergunta que se fizer. Portanto, "N" não é o homem a quem estas coisas correspondem, isto é, alguém substancial, suporte da nomeação.

Fica assim evidente que a questão para Wittgenstein não é a da relação entre sentido e referência, ou seja, resolver o problema da denotação, mas o que fazer quando ao nome não corresponde uma referência. As reações, diz ele, podem ser diversas, desde a perplexidade, até perguntar se em determinado jogo de linguagem ainda faz sentido usar tal nome ou se é preferível dar a ele outra significação. O problema da denotação, recorde-se de (1), dissolve-se pela terapêutica aplicação do uso normal da linguagem. Quando se ensina um jogo, a regra pode ser uma ferramenta útil. O jogo pode ser também aprendido pela simples observação.

Enfim, é sempre bom lembrar que "a significação de uma palavra é seu uso na linguagem" (1979: 28, par. 43). Há casos em que o nome é usado sem ter portador, sem ter referente e outros em que só pode ser usado se tiver referente. Compreender e significar nada têm de misterioso, dependem de circunstâncias que acompanham o processo de troca lingüística. Uma simples indagação por parte do interlocutor, como "o que você está querendo dizer com (1) ?", mostra uma outra perspectiva, que, justamente por livrar-se da tarefa de solucionar o problema da referência (aliás, supor ou precisar supor um tal problema demanda um quadro teórico das representações subjetivas), tem a pretensão mais modesta de situar interlocutores dialogando, fazendo uso apropriado do instrumento que é a linguagem.

Como já observamos, no *Tractatus* supusera que o nome designasse o simples, isto é, os objetos analisados, dissera que os nomes designam o que é elemento da realidade. Hipótese absurda, é impossível detectar o que sejam os elementos constitutivos últimos da realidade. Se vermelho é elemento da realidade, "x é vermelho" tem significação. Mas a experiência não mostra como é ou onde está tal elemento simples. Quando alguém pede para trazer a vassoura que está no canto, ilustra Wittgenstein, a forma analisada de "vassoura" qual é? O cabo? A escova? Ou talvez a escova presa ao cabo? Não há a forma essencial de uma ordem, isto é, aquela que corresponderia ao que diz uma proposição, forma à qual todas as formas lingüísticas deveriam se reduzir. "Simples" e "composto" têm usos diversos em ocasiões diferentes. Quando se usa um termo ou uma expressão, não ocorre apenas nomeação ou designação

de algo fixando-o, como quer Kripke, o que bloquearia o significado, reduzindo-o a uma etiqueta das coisas, uma linguagem agostiniana, portanto, apenas um jogo primitivo de linguagem; não há o simples na realidade a ser designado de uma vez para sempre.

Poder designar "objetos" como pensara no *Tractatus*, decorria de se poder fixar o simples na realidade para dar a ele um nome. Mas quando se denomina, nada ainda ocorre. Denominar dá-se num jogo de linguagem, pois o nome vem do jogo. Algo não **tem** um metro. O metro é algo com o que um objeto pode ser medido, e terá um metro neste jogo particular de medir com o metro. Alguém poderia objetar que só se pode nomear se a coisa é de alguma forma. O que não é nem mais nem menos do que dizer: é simplesmente preciso que haja essa coisa para podermos empregá-la no nosso jogo. O que deve haver é um modelo, um paradigma, no nosso modo de apresentação, fornecido pela própria linguagem.

Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? - Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de "signo", "palavras", "frases". E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre, mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e envelhecem e são esquecidos... (1979: 18, par. 23).

Em uma árvore, pergunta o autor de *Investigações*, o que é o simples? O tronco, os galhos, a raiz? Ou a árvore é composta? Sem um jogo em que faça sentido denominar algo de simples ou composto, estes termos não têm aplicação.

No parágrafo 48 imagina uma linguagem em se combinassem as palavras em uma série que descreve elementos correspondentes simples. Imagine-se quadrados nas cores branco, vermelho, azul e preto. À combinação deles em frases corresponderia um complexo de elementos distintos na realidade. Mas, o que são mesmo cada um destes elementos? Se for um quadrado da cor azul, o termo "azul " corresponde a quê exatamente desta figura representada pelo quadrado azul? Aos ângulos, à forma, à pigmentação?

A linguagem não se limita à ostensão ou mostração, pois os nomes **não têm** significados como posse sua.

Wittgenstein critica a concepção de linguagem como ostensão, como nomeação, pois designar, nomear ou referir dependem exclusivamente do uso lingüístico habitual dos nomes, não havendo nesses processos nada de misterioso ou insondável.

Portanto, linguagem não é nomeação, isto é, fazer corresponder a cada palavra algo no mundo. Achamos que aprender uma língua é dar nomes aos objetos, seres humanos, formas, cores, dores, estados de ânimo, números, etc. Achamos que nomeamos as coisas e a seguir podemos falar delas, referirmo-nos a elas. Ocorre, diz Wittgenstein que fazemos as mais variadas coisas com as sentenças. Exemplifica com as exclamações:

"Água! ; Fora! ; Ai! ; Socorro! ; Ótimo! ; Não!" (1979: 20, par. 27). É evidente que estas palavras não são nomes de objetos.

Pode-se definir ostensivamente o número dois apontando para duas nozes. Mas a pessoa pode pensar que "dois" significa *este* grupo de nozes! O inverso também: quando se quer nomear este conjunto de nozes, a pessoa pode entender que se trata de um numeral!

O mal-entendido não pode ser evitado chamando a "dois" de "número"? Então ter-se-á que definir "número". Mas não há nenhuma necessidade filosoficamente imposta de definir; define-se quando for apropriado definir. O termo "número" é empregado quando ele é requerido numa dada definição para que alguém compreenda o que se quis dizer, o que dependerá dos propósitos em questão e das circunstâncias particulares apropriadas. Apenas definir ou apontar para algo não dá o significado. O que bem mostra a contingência da linguagem.

Se para dar o significado de uma cor, aponta-se para um quadrado daquela cor numa mostra de cores, há uma compreensão prévia das regras que comandam este tipo de comportamento. Tanto que alguém num país estrangeiro ao lhe serem apontadas situações para explicar o significado de certos termos, muitas vezes faz a associação errada.

A pergunta pelo significado parece sempre algo de misterioso, algo como uma busca pela substância, pois o significado parece pairar na cabeça ou na mente. É preciso reconduzi-lo do céu metafísico para a terra e perguntar sobre o que é explanar o significado. Essa explanação pode ser verbal ou ostensiva. O significado não vem acompanhado de complicados processos mentais que requerem interpretação e que são deslanchados a cada vez que alguém ouve uma sentença. Pior: considera-se que são esses processos que devem ser explicados. Como se entre o nome e a coisa nomeada houvesse algo psicológico, a interpretação, o pensamento, o significar algo, como se para poder dizer que fulano de tal não está presente, fosse preciso a consciência cognitiva ou o ter na consciência um pensamento, ou ainda, ter consciência de um

pensamento, como algo mental, como que contido na mente/cérebro. É o que dizia Frege, segundo Wittgenstein: sem pensamento, a proposição é algo trivial, morto, que viveria somente à custa de algo imaterial, diferente dos meros signos.

Não que Wittgenstein não reconheça mais o papel das proposições. Isso não conduz à pergunta pela "essência" da proposição, que ela

deva produzir algo de extraordinário e mesmo único (...). Por um **mal-entendido** parece-nos que a proposição **faz** algo estranho (...). A tendência de supor um puro ser intermediário entre o signo proposicional e os fatos. Ou também a tendência de querer purificar, sublimar o próprio signo proposicional (...). O pensamento, a linguagem aparecem-nos como o único correlato, a única imagem do mundo. Os conceitos: proposição, linguagem, pensamento, mundo, estão uns após os outros numa série, cada um equivalendo ao outro. (Mas para que são usadas essas palavras? Falta o jogo de linguagem no qual devem ser empregadas.) (1979: 50-51, par. 93-96).

O problema todo da filosofia calcada na análise das proposições é o denominar. Wittgenstein mostra que o denominar não é um processo oculto. Só é problema que tira o sono dos filósofos se **não** se considerar o uso lingüístico habitual dos nomes. A linguagem não se restringe à nomeação, à ostensão, pois os nomes não **têm** um significado, no sentido de uma marca ou posse, e os significados não são categorias distintas, objetos ideais. Quando se designa, a pessoa já tem que ser capaz de saber como operar essa, digamos, técnica de designar ou denotar. Definir e designar são algumas das facetas ou funções da linguagem, não se deve compreender o significado como sendo nome de algo, alojado numa mente, objeto sublime do pensamento, que daria vida à linguagem. Não é preciso postular ato mental algum entre a expressão e seu sentido para haver significação. Entre a imagem mental e a significação não há uma relação de determinação, mas deslocamentos. Compreender, saber dominar um jogo, aprendê-lo, não estão ligados a um processo anímico "superior", à mente pensante, mas a capacidades de compreender, de saber usar, de prosseguir no sentido aprendido. Como se trata de uma práxis, seguir a regra não depende de um suposto processo mental, interior. Tanto podemos saber, como não saber seguir uma regra. As reações que conduzem a comportamentos, a modos comuns de agir, são seguidas. As que atrapalham são evitadas.

Enfim, o próprio problema da referência **dissolve-se** nas análises de Wittgenstein. Denominar não é nada de sublime ou mental: funciona como um jogo. A referência é um dentre os diversos e numerosos jogos de linguagem, não tem papel central, nem unificador, nem caracteriza definitivamente o falar. Não há os pressupostos de uma estrutura matriz sintática, ou de proposições afigurativas ou atos mentais

originários, doadores de significação, funcionando como pontes entre a linguagem e o mundo.

1.5. Crítica à Linguagem Privada

De acordo com Wittgenstein, descrever ou mostrar os usos do significado não é fazer semântica científica, como a maioria dos lingüistas propõe. A língua não é um sistema de regras na cabeça de um falante. Há simplesmente a ação de falar como um modo de vida, não há uma mente organizando regras e só depois a fala. A mente não contém conceitos, como se fosse uma cuba. "Mente" é um termo usado em diversos contextos com diferentes propósitos, não há linguagem privada, pessoal.

Pergunta-se como as palavras se referem a sensações, como alguém pode apreender o significado dos nomes de sensações, como por exemplo, "dor". A sensação não é algo privado, pois o saber de sua dor, como todo saber acerca de algo, faz parte de um jogo. Mesmo quando alguém afirma que ninguém pode ter esta sua dor, os termos são da linguagem comum, pública, um meio para se fazer entender. Se alguém com dores inventasse uma palavra para expressá-la, não seria compreendido (a menos que esse uso se tornasse constante para certo número de usuários, em certas situações, como chamar "dodói" ou algo parecido; de qualquer modo, trata-se ainda de um jogo). O termo "sensação", é um termo da nossa linguagem. O erro está em achar que a mente serve a um único propósito, o de **transmitir pensamentos** sobre objetos, sensações, valores, etc. Recordar, por exemplo, não é um processo espiritual, privado. Trata-se de uma prática aprendida, um comportamento humano que depende do modo como interagimos com as coisas. Se a superfície das coisas, ao invés de nos impressionar com cores nos provocasse dores, então "falaríamos de uma folha manchada de vermelho de uma determinada planta. Imagino que a percepção das manchas e de sua configuração seria útil, pois dela poderíamos tirar conclusões sobre importantes propriedades das coisas", explica Wittgenstein (1979: 108-109, par. 312).

Achamos que o grito exprimir dor é análogo à frase expressar o pensamento. Dizemos que o pensamento pode vir como um raio, mas não é uma vivência mental única, pessoal, mais "rápida do que as palavras", como se costuma dizer. Se as vivências são interiores, como sabemos disso? A partir de algum critério de comparação, de estabelecimento de identidade. O pensamento não é algo que acompanha a linguagem quando se diz palavras "pensando" nelas. O ter em mente, o significar, o querer dizer, não é um desdobramento do pensamento, como um inefável processo anímico, como se

houvesse uma ordem mental e só depois sua expressão em palavras. Para Wittgenstein sempre se trata de processos, como descrever uma imagem, sentir-se bem, ter intenção. São hábitos, comportamentos, que dependem de situações, de instituições com suas regras, enfim, de um aprendizado. "Desde que tenho antecipadamente a intenção de formar uma frase, isto só é possível pelo fato de eu poder falar esta língua", diz ele (1979: 113, par. 337). Podemos dizer algo porque aprendemos a dominar uma língua, ao querer falar, não se precisa falar, como ao querer dançar, não se precisa dançar, compara Wittgenstein.

Enfim, o pensar não é um processo incorpóreo separável da linguagem. É preciso ver o que ocorre com a **gramática** do verbo "pensar", evitando desta maneira a superstição filosófica do incorpóreo, do sem palavras, pois como podemos chegar a intenções sem o querer dizer, e um querer dizer fora da linguagem? Para saber disso, foi preciso aprender.

As representações, de uma cor por exemplo, também não são privadas, tanto que são reconhecíveis em meio a outras, e delas se pode retirar conseqüências, tais como comparar cores, usar uma e não outra cor, indicar uma cor. E a cada frase dita algo ocorre: "Nada está oculto" (1979: 132, par. 435). Como nossa linguagem é característica de nosso modo de vida, na hipótese de um leão falante, evidentemente não o compreenderíamos, segundo Wittgenstein.

Essas concepções revolucionaram a lingüística, especialmente a semântica e a pragmática, e a filosofia da linguagem, principalmente devido ao deslocamento do enfoque: a análise da proposição, especialmente as assertóricas, cede lugar à multiplicidade dos usos através de regras que funcionam apenas apontando a direção, que não passam de um certo comportamento, aquele que exige formas de vida em interação. Dispensa as soluções cognitivistas, essencialistas e descritivistas. Liberta linguagem do jugo metafísico, e do que restava de cartesianismo na filosofia (noção de mente, de *cogito*). A função terapêutica da filosofia, representa a dosagem adequada para evitar a assunção metafísica que o uso exclusivamente referencial da linguagem implicava, na relação de nomeação do simples em suas ocorrências. Referir não passa de um entre os inumeráveis usos. A noção de referência não depende mais das amarras lógico-semânticas da sentença, das descrições definidas: a referência depende, bastante, das relações dos usuários entre si numa comunidade lingüística, e com o mundo, mundo esse das diversas circunstâncias, fatos, acasos, acontecimentos...

Quando Strawson critica Russell, quando Austin mostra que as afirmações são apenas um dentre os atos de fala, quando Searle propõe que o ato proposicional é parte integrante de um ato de fala, estão seguindo um novo paradigma, para o qual a contribuição de Wittgenstein foi decisiva.

2. A CRÍTICA DE STRAWSON À TEORIA DAS DESCRIÇÕES DE RUSSELL

Strawson leva adiante as considerações de Wittgenstein quanto ao enfoque na linguagem ordinária, se bem que não compartilha da noção de que a filosofia tem função terapêutica, que não resolve, que deixa tudo como está, o que mostra que a dose bastante elevada de ceticismo e niilismo que pode ser legítima e proveitosamente retirada de Wittgenstein, não foi, em geral, devidamente apreciada pelos componentes da Escola de Oxford.

O que em absoluto não compromete as consequências produtivas das idéias da Escola de Oxford.

É importante ressaltar a crítica de Strawson à teoria das descrições definidas de Russell, uma vez que a tese de Russell permaneceu praticamente inabalável até 1950, quando foi publicado o famoso artigo de Strawson, *On Referring*. A importância da crítica é mostrar a insuficiência da abordagem exclusivamente lógica, empiricista e descritivista para dar conta do problema das expressões e das sentenças cuja função é referir ou denotar. Strawson concorda que Russell supera a falácia de que é impossível falar com sentido sobre alguém que não existe, mas sua teoria das descrições parece insuficiente para dar conta da designação de expressões do tipo "o tal e tal é B". Isso porque Russell pressupõe que há também sentenças da forma sujeito-predicado, em que a significação depende de haver algo referido pelo sujeito gramatical, que, neste caso, é também o sujeito lógico. Para que um nome seja nome de algo, isto é, que ele tenha significação, é preciso que haja o objeto particular que o nome designa, pensa Russell. Para Strawson essa análise conduz à confusão entre significação e nomeação ou designação de uma expressão, e entre significação e referência de uma sentença. Se é uma condição necessária a conjunção das três proposições

- (a) existe pelo menos um indivíduo que é rei da França
- (b) existe no máximo um indivíduo que é rei da França
- (c) se alguém é rei da França, então é sábio

para alguém proferir uma sentença verdadeira, Russell não viu que essa condição não basta para referir, pois essa função depende de como se dá a **utilização** de (1).

Strawson faz uma importante e decisiva distinção para qualquer abordagem futura do problema da referência: uma coisa é a **formulação** de um sentença significativa, outra coisa é o **uso** de uma sentença e outra, ainda, a **elocução** (*utterance*) da sentença. Afirma Strawson:

De modo geral, e para criticar Russell, eu diria o seguinte: a significação (...) é uma função da sentença ou da expressão; fazer menção a , referir-se a, e igualmente a verdade ou falsidade, são funções do uso da sentença ou da expressão. Dar a significação de uma expressão (no sentido em que utilizo essa palavra) é dar as **diretivas gerais** sobre sua utilização para referir a, ou mencionar indivíduos ou objetos particulares; dar a significação de uma sentença, é dar as **diretivas gerais** sobre sua utilização na elaboração de asserções verdadeiras ou falsas. Não é falar de uma ocorrência qualquer particular do uso da sentença ou da expressão. Não se pode identificar a significação de uma expressão com o objeto ao qual nos referimos, com a ajuda desta expressão, numa ocasião determinada: a significação de uma sentença não pode ser identificada com a asserção que se elabora, com a ajuda desta expressão, numa circunstância determinada. Pois falar da significação de uma expressão ou de uma sentença não é falar de sua utilização numa ocasião particular, mas das regras, hábitos, convenções que governam seu uso correto, em todas as ocasiões, para referir ou para asseverar. Assim, a questão de saber se uma sentença ou uma expressão é **significante ou não**, não tem absolutamente nada a ver com a questão de saber se a sentença, **enunciada numa circunstância determinada**, está sendo ou não utilizada para fazer uma asserção verdadeira ou falsa, ou com a questão de saber se a expressão está sendo utilizada, naquela circunstâncias, para fazer referência a, ou mencionar algo (1977: 18).

Referir não é o mesmo que significar, significar depende da sentença ou da expressão cujas regras de construção fornecem diretivas para o uso; referir é algo que alguém faz ao **utilizar** uma expressão. Russell confundiu a expressão com seu uso. Porque há expressões empregadas para referir, ele concluiu que sua significação deveria ser o objeto pelo qual as expressões são usadas para referir, caso especialmente do pronome *isto*. Em si ele não refere, observa Strawson, porém pode **ser usado** para referir. Verdade e falsidade não estão coladas à sentença, dependem inteiramente do uso numa dada ocasião. Se tem uso genuíno ou não, se está sendo usada para referir ou não, se pode ser corretamente utilizada para falar acerca de algo, se é um exemplo de problema filosófico, são questões independentes da significação. A significação é questão de hábitos e regras, que preparam a sentença para ser utilizada para falar acerca de alguma coisa, numa ocasião particular. Ser utilizada para fazer uma asserção verdadeira ou falsa depende "de a pessoa que a utiliza **falar** de algo. Se, ao enunciá-la, a pessoa não estiver falando de algo, não importa o que, então seu uso não é um uso autêntico, mas um uso falsificado, ou um pseudo-uso: ela não faz uma asserção nem

verdadeira, nem falsa" (STRAWSON, 1977: 20). Se alguém pronunciasse (1) hoje, sua afirmação só seria verdadeira se de fato existisse um e apenas um rei da França e esse rei fosse calvo. Mas isso não quer dizer que qualquer pessoa que a pronunciasse estaria fazendo uma asserção verdadeira ou falsa, pois só **ao fazer a asserção** para realmente falar acerca de alguém é que essa pessoa estaria utilizando essa sentença. Quer dizer, o "valor" de uma asserção depende de numa situação, das circunstâncias da enunciação. Hoje, dita seriamente, seu uso seria considerado espúrio.

Diríamos que, como se trata de um ato de fala, parte de um discurso, é por aí que faz sentido perguntar pela verdade ou falsidade. Strawson foi um dos que abriu caminho para situar a referência como questão discursiva, antes da teoria dos atos de fala de Austin e Searle. Para Strawson, quem pronunciasse (1) seriamente, receberia como resposta que a França não é uma monarquia... Houve, portanto, fracasso em mencionar, e a sentença, que não é de uso padrão, não perde sua quota de significação, simplesmente porque a significação é função de regras e referir é função de uso, emprego em situação. A sentença (1), diz Strawson, foi supostamente empregada em determinada época na França. Uma só e única sentença foi enunciada em diferentes ocasiões, e, em cada uma delas, pode-se constituir em uma asserção verdadeira ou falsa, assim é que duas pessoas diferentes enunciando a mesma sentença em reinados diferentes, fazem uso diferente. Fazem o mesmo uso se duas pessoas a enunciam no mesmo reinado, por exemplo, o de Luís XV. São, no entanto, **enunciações** diferentes, pois, de acordo com Strawson, o simples fato de alguém determinado enunciar uma sentença, trata-se de uma enunciação (*utterance*) sua, particular. *

Deste modo as expressões do tipo sintagma nominal definido não implicam, devido à unicidade de significação, que se está afirmando a existência de algo, pois é preciso que sejam usadas em sentenças. É só deste modo que se está fazendo uma referência (foi o que não percebeu Recanati, justamente por ser adepto do neofregeanismo e do neurussallianismo). As descrições individualizantes podem ser usadas em vários contextos para fazer referência. Assim, uma expressão do tipo "o tal e tal é B" numa sentença, não **implica a existência** de um e apenas um indivíduo, a menos que a sentença seja usada para mencionar o indivíduo como um tal e tal.

* Cada autor tem uma nomenclatura para designar o que entende por frase, sentença, enunciado, enunciação. De modo geral, temos empregado "frase" para o nível gramatical, estrutural; "sentença", para a estrutura lógico-proposicional; "enunciado" para o ato de fala, discursivo; "enunciação" para o uso pessoal, a realização de uma ocorrência individual de um enunciado, em inglês "utterance". Porém respeitaremos os termos que expressam conceitos típicos de cada autor abordado, procurando deixar claro o que eles entendem por cada termo no seu próprio contexto teórico.

A referência, de problema lógico-lingüístico espinhoso e nuclear para a filosofia e para a semântica (é possível falar com sentido acerca de seres que não existem? é possível referir sem implicar a existência e a unicidade do referente?), passa à questão de uso normal entre falantes. Demonstrativos, sintagmas nominais, pronomes, nomes próprios, podem ocorrer como expressões referenciais em sentenças ditas em determinado contexto, através do qual foi executada uma referência, que é sempre função do enunciado, portanto, de uso em situação.

Como bem viu Strawson, a referência depende, para sua execução bem-sucedida de certas condições, como

que se tenha a intenção de fazer uma referência individualizante e, ao mesmo tempo, que se saiba de qual referência individualizante se trata; isto é, demanda-se algum elemento que exige que o ouvinte ou leitor possa identificar aquilo de que se fala, e que o torne capaz de fazê-lo. Para assegurar esse resultado, o contexto da enunciação é de uma importância tal, que é quase impossível avaliar. Por 'contexto' entendo, pelo menos, o tempo, o lugar, a situação, os temas que constituem o foco imediato de interesse e as histórias pessoais tanto do locutor, quanto daquelas a quem ele se endereça. Além do contexto existe, é claro, a convenção lingüística (...). O requisito(...) para que uma expressão na sua utilização referencial seja corretamente aplicada (...) é de que a coisa se encontre em certa relação com o locutor e com o contexto de elocução (1977: 29).

O caso limite é o dos dêiticos, no outro extremo estão casos como "o autor de Waverley". Nenhum destes casos se encaixa na referência e nem na atribuição a partir tão-somente de regras lógico-lingüísticas. "Nem as regras de Aristóteles e nem as de Russell fornecem a lógica exata de uma expressão da língua ordinária qualquer que ela seja; com efeito, a língua ordinária não possui lógica exata" (STRAWSON, 1977: 38).

São importantes considerações que não tiveram toda a repercussão que merecem. Sustentam nossa argumentação de que é preciso conduzir o problema da referência para uma dimensão mais ampla que a proporcionada pela consideração da linguagem apenas como função de sentenças regidas por regras gramaticais e revestidas por significado lógico e empírico. Neste sentido Kripke representa um retorno ao logicismo e ao semanticismo, que Strawson evita. Da mesma forma Recanati, ao supor que o significado requer enunciação que expressa uma proposição, e ao propor que a relação com o contexto autoriza os juízos avaliadores (verdade ou falsidade), não faz a distinção entre sentença, seu uso e sua enunciação, provocando embaraços entre questões semânticas e pragmáticas, entre a estrutura gramatical de uma frase, e o discurso em situação.

Podemos notar que essas vantagens da solução de Strawson para o problema da referência, ou seja, a distinção por ele preconizada entre sentença, seu uso e sua enunciação, são caudatárias da proposta revolucionária de *Investigações Filosóficas*, de que a construção gramatical, a estrutura mesma das sentenças, enfim, as regras têm como única razão de ser o preparo para o uso.

3. AUSTIN E A ILOCUCIONALIDADE

Como vimos, a escola analítica inglesa (Strawson, Austin e Searle, este último nos EUA), tal como Wittgenstein, trabalham com o paradigma da linguagem cotidiana, ordinária, que consta de enunciados ditos em situação normal de discurso, os "speech acts", os atos de discurso.

Austin pretende com sua análise **resolver** ou pelo menos esclarecer os problemas filosóficos. Ele afirma em *A plea for excuses* que a linguagem ordinária não é a última palavra, mas é sem dúvida a primeira. Gilles Lane, na introdução que escreveu para a edição francesa de *How to do things with words*, que Austin pretende chegar a resultados que possam melhor colocar e talvez resolver certos problemas filosóficos. O objetivo de solucionar o problema do real, envolve necessariamente a linguagem ordinária, mas não pressupõe enunciados incorrigíveis, o que nos leva a situá-lo entre os representantes do pensamento pós-metafísico.

Do ponto de vista wittgensteiniano, isso pode ser interpretado como uma esterilização da filosofia. Wittgenstein, em contraposição, **dissolve** os problemas filosóficos mostrando seus diversos e diferentes usos na linguagem, fazendo ver que não há essências últimas e nem uma mente contendo pensamentos. Para Austin há uma realidade objetiva a ser referida e significada, é impossível um ato rético que faz parte de todo ato locucionário, como veremos na seqüência, sem que ele nomeie; para Wittgenstein a relação linguagem/realidade não passa de uma entre as inúmeras formas de comportar-se pela linguagem. Austin quer classificar os diversos tipos de usos dos atos de fala. Wittgenstein não acredita nessa possibilidade.

Austin, em sua série de conferências *How to do things with words* (1962), no entanto, oferece uma contribuição original, pois vê na afirmação não a forma privilegiada na qual as proposições articulam-se com o mundo pelos juízos de verdade, mas como um entre os atos de fala; descrever e nomear são atos de fala que obedecem não à condição de **verdade** (o que caberia somente aos atos explicitamente constativos, como veremos em seguida) mas ao **sucesso** em atingir o propósito de um ato de fala de

descrição, afirmação ou nomeação, isto é, alguém deve poder, ao compreender tal ato de fala, localizar no mundo os estados de coisa descritos ou os objetos nomeados/designados.

3.1. Constativos e Performativos

A taxinomia dos atos de fala que Austin elaborou, foi calcada numa visão da ação humana, o que teve repercussão positiva para a lingüística e para a filosofia da linguagem voltadas para a pragmática. Ele parte do exame das enunciações (*utterances*) e percebe que muitas delas não servem para relatar ou comunicar pura e simplesmente algo sobre os fatos tendo caráter de verdadeiras ou falsas. São as enunciações **performativas**. "Elas não 'descrevem' nem 'relatam' ou contatam algo, elas não são 'verdadeiras' ou 'falsas'; e a enunciação da sentença é, a execução de uma ação, ou uma parte dessa execução, que, novamente, não deveria ser descrita como, ou somente como, dizendo algo" (AUSTIN, 1975: 5). Exemplos disso são o "Sim" num casamento; "Eu batizo..."; "Aposto...". Nesses casos não basta pronunciar a sentença - é preciso que certas ações, convenções, circunstâncias e participantes envolvidos sejam adequados para a situação e que na situação de emprego, sejam integrais. Do contrário o ato será nulo, não-realizado, infeliz. Muitas vezes, dizer algo é fazer esse algo. Dizer "Eu prometo..." sem engajar-se seriamente no/com o ato de prometer, torna-o nulo, apesar de ter sido pronunciado. Austin não toma o performativo como ato interior, ético, pessoal. Tampouco a enunciação é falsa, porque afirmando fazer, não o faz. Como o ato performativo efetivamente se deu, o que houve foi má-fé. Desse modo, dizer algo não é, como geralmente se pensa, **afirmar** algo. Dizendo algo, está-se **fazendo** algo.

Ao lado da sentença performativa, distinguiu a sentença **constativa** que, essa sim, pode ser verdadeira ou falsa pois nela algo é informado, constatado, afirmado.. Exemplo: "O menino atravessou a rua", em que se descreve uma ação cujo significado está na dependência de alguém do sexo masculino, infantil, ter se movimentado de um lado até o outro de uma das vias que cortam as cidades. Se o fato ocorreu, além ser significativa, a frase é verdadeira, do contrário, falsa.

É justamente quanto às enunciações declarativas com conteúdo proposicional e formalizável ($x R y$) (x = o menino; R = atravessar; y = rua) que cabe valor de verdade. Já que constata fatos, devem ser contrastadas com fatos. É isso que toda a tradição filosófica costuma concluir. As constatações geralmente pressupõem ou implicam outras constatações

Quanto às enunciações contendo descrições, como (1) que também tem provocado tantas discussões filosóficas, como fica seu estatuto?

Neste caso, contradizendo a tradição, parece estar mais próxima das enunciações performativas, pois, sendo o pressuposto de existência falso, não obtém sucesso, é vazia e não uma afirmação falsa.

De fato, para Austin a afirmação não é uma proposição assertórica com valor de verdade, mas **ato de discurso**, e os diversos atos de fala seriam construções lógicas elaboradas a partir dos atos de discurso, e não o inverso. Austin conduz toda a discussão feita pela tradição filosófica em torno ao estatuto privilegiado e central das afirmações assertóricas, a um novo eixo. Como neste exemplo: "Os filhos de João são calvos". Se João não tem filhos, a frase não deixa de ser significativa (recorde-se a distinção de Frege entre sentido de um lado, e significado ou referência, de outro lado); mas não se trata de afirmação falsa como se costuma sustentar ou desprovida de valor de verdade como diria Frege; se não tem referente do qual predicar a calvície no caso de (1) e se João não tem filhos, Austin explica que "costuma-se hoje dizer que **não** é falsa porque é desprovida de referência; a referência é necessária tanto para a verdade como para a falsidade. (...) Neste caso eu diria 'que a enunciação é nula (*void*)" (1975: 50-51). Podemos dizer também não realizada, quer dizer, como se pretende com uma afirmação desse tipo constatar, e esse efeito foi malogrado, a própria afirmação, como ato de discurso, é levada em conta, e não o conteúdo proposicional que leva à constatação pura e simples de sua verdade ou falsidade.

Essa parece uma das mais importantes contribuições para a teoria do significado e para a filosofia da linguagem: as afirmações que Austin chamara de constativas são, como ele acaba reconhecendo ao longo das conferências, atos de discurso.

Por outro lado é raro encontrar-se performativos puros ou explícitos, como é o caso das promessas. Há outros meios de agir pela fala, como o imperativo "Feche a porta!", que, segundo o contexto, pode ser entendido como ordem ou pedido. Não há na língua um meio regular para obter-se performativos, como inicialmente pensara, primeira pessoa do singular, em verbos no tempo presente, voz ativa.

3.2. Os Atos de Discurso

Austin entende, finalmente, que é difícil distinguir as enunciações performativas das constativas. Quando é que dizer é fazer algo? Quando é que se faz pelo fato de dizer?

Na oitava conferência da série de doze conferências que compõem *How to do things with words*, Austin amplia a distinção constativo/performativo numa teoria, a teoria dos atos de fala ou atos de discurso. Quando alguém os enuncia, executa três atos distintos mas simultâneos, coextensivos:

- **Ato locucionário**, é o ato de dizer algo, e para tal se requer elementos completos do discurso: sons (ato fonético), palavras de um vocabulário empregadas conforme às regras gramaticais, entonação. Austin chama a este de "ato fático", que é reproduzível por uma imitação. Além disso, o enunciado possui um certo sentido (diz a que veio) e uma certa significação que o capacita a referir, estas são características do ato rético. Em atos assertivos que citam afirmações, como "Ele disse que o gato estava sobre o capacho", algo é nomeado e algo é relatado. Se um enunciado não estiver de acordo com a gramática, não há significação. Se o enunciado falha em relatar ou nomear, o discurso fica vago, obscuro. Num ato rético importa o nomear, o reportar a algo: "é claro que sentido e referência (nomear e referir) são eles mesmos atos auxiliares executados na performance do ato rético" AUSTIN, 1975: 97). Pode-se dizer, resumindo, que o falante expressa estados de coisa.

- **Ato ilocucionário**, dá-se sempre que se pronuncia um ato locucionário e com ele executa-se, pelo fato mesmo de dizê-lo, um ato ilocucionário. Por meio de um ato ilocucionário pergunta-se, responde-se, avisa-se, anuncia-se um veredicto, faz-se apelos, descreve-se algo. Trata-se de enunciações que têm valor convencional. A objeção pode ser: "o que você está me dizendo não se justifica ou não tem consistência, se é que você está fazendo mesmo uma afirmação!" O discurso é usado, certos "sentidos" são visados, acepções diversas podem ocorrer conforme a ocasião. Se valerão como sugestão ou ordem, como pergunta ou opinião, ao dizer serão revestidos de determinado valor, o **valor ilocucionário**, que Ducrot mais tarde explicaria como sendo um ato jurídico criado pela fala.

- **Ato perlocucionário**: quando se produz um ato locucionário, produz-se também o ato ilocucionário dotado da força do dizer. Mas, além disso, muitas vezes ocorre de provocar-se um efeito no ouvinte, no auditório. À produção de efeito Austin chamou de ato perlocucionário. Uma advertência pode provocar temor no interlocutor. Dissuadir, importunar, reconduzir ao bom senso, são efeitos perlocucionários. Suas conseqüências não são previstas, pois ele não tem caráter convencional.

Uma das maiores contribuições de Austin foi distinguir dois níveis, o do enunciado (ato fático e ato rético), e o da força dos atos de fala, advinda do fato de serem

ditos por alguém em situação de discurso. Gramaticalidade, sentido e referência ocorrem na elaboração de todo e qualquer enunciado bem formado, com significação; ao ser enunciado em determinadas circunstâncias, o ato de fala concreto fica revestido de um valor. Esse valor advém da fala, do fato de enunciar-se algo a alguém.

Poderíamos arriscar a hipótese de situarmos a semântica no nível locucionário e a pragmática no nível ilocucionário e, com isso, evidenciar duas conseqüências importantes: a de que a significatividade é algo diverso dos efeitos advindos do dizer em situações concretas, nível esse do discurso; porém, em que pese essa diferença, ao produzir-se um ato locucionário, ele precisa ser enunciado, e, ao ser dito, produz-se simultaneamente um ato ilocucionário que toma efeito, vale como um comportamento.

O ato ilocucionário não é, portanto, mera decorrência do ato locucionário, e este não é um simples composto de sons e significados. A própria escolha lexical depende de ambos, a significação e as convenções relacionadas à efetividade do dito em situação de discurso, daí a produção do principal efeito pretendido por qualquer falante, ser compreendido, requerendo uma resposta do auditório, dependente ou não do efeito perlocucionário. Até sem palavras é possível provocar efeitos ilocucionários e perlocucionários, como o ovo atirado na cabeça do ministro (protesto), ou um cassete girando (ameaça). Mas a grande parte requer linguagem articulada, como afirmar, informar, argumentar, apreciar, supor, etc.

Os atos ilocucionários e os atos perlocucionários não esgotam todos os empregos da linguagem, segundo Austin. Pode-se usá-la para fazer brincadeiras, poesia, insinuações (não se pode dizer "Eu insinuo que...", pois o suposto valor ilocucionário destruiria a própria insinuação). Há efeitos previstos pelo falante outros são produzidos sem que ele tivesse a intenção, ou o inverso, o falante pretendia um efeito que não se produziu. Se intencional ou não, é secundário. Os atos de discurso estão sujeitos às mesmas condições dos atos em geral. (Como veremos no último capítulo, Habermas soube fazer bom uso dessas idéias de Austin).

3.3. As Afirmações

As afirmações estão sujeitas aos mesmos riscos de sucesso ou fracasso de qualquer ato ilocucionário, não têm um estatuto lógico privilegiado. Quando alguém diz "Ele não fez isto" temos uma afirmação que funciona no discurso do mesmo modo que um aviso, uma informação, podendo, portanto, fracassar, ser infeliz. "Já fizemos ver que o caso de uma afirmação putativa que pressupõe (como se diz) a existência daquilo a

que se refere; se este referente não existe, a 'afirmação' não trata de nada", explica Austin (1975: 137). No caso de (1), Austin diz que é uma afirmação vazia e nula, tal como seria nulo o ato de vender algo que não pertence ao vendedor. Temos aqui uma dimensão inerente à linguagem, a de sua efetividade, dimensão propriamente discursiva.

Pode ocorrer também de não se ter o direito de fazer certas afirmações, ou não se ter meio de fazê-las, como no caso de não se poder prever quantas pessoas há numa sala. Não se pode afirmar, então, "Há cinquenta pessoas na sala", pois a afirmação perde força ilocucionária. Assim, as afirmações estão sujeitas ao insucesso. Se alguém diz algo sem tê-lo pretendido, a discussão provavelmente girará em torno de seu aspecto locucionário, ou seja, são questão seu sentido e sua referência, pois a força ilocucionária provavelmente anulou-se. A referência de um nome próprio é determinada por um conjunto de descrições associadas ao nome por uma comunidade de falantes. Para valer como ato completo de discurso, precisa efetivar-se como ato de afirmação completo, compromissivo, além de sua significação e referência (nomeia algo), é preciso levar em conta as circunstâncias apropriadas ao caráter de ato ilocucionário.

Para Austin, desde que se levar em conta que o objeto de estudo "não é a sentença, mas a produção de uma enunciação na situação de discurso, dificilmente haverá uma possibilidade de não ver que afirmar é executar (*perform*) um ato" (1975: 139). E, tal como no caso de qualquer ato ilocucionário, é preciso assegurar-se de que tenha sido compreendido, engajando os interlocutores face a outras afirmações possíveis que serão ou não pertinentes. Outras afirmações podem contradizê-la ou não, refutá-la ou não. Há afirmações que sequer precisam de respostas. Apesar de não terem como objetivo provocar efeitos no auditório, podem eventualmente tomar efeito. Aliás, a característica de não visarem objetivos é responsável pela "pureza" atribuída pela tradição filosófica às afirmações. Mas, observa Austin, as descrições também não operam perseguindo fins e, no entanto, a elas não é reservado nenhum lugar especial.

As afirmações felizes são julgadas ou apreciadas de modo especial por serem constatações.

Admitindo que todos os elementos da situação apresentam-se corretamente para que se possa afirmar algo, ainda assim surge a questão, o que eu afirmei é verdadeiro ou falso? E nós o percebemos, isto equivale, falando na linguagem corrente, à questão de saber se uma afirmação 'corresponde aos fatos'. Concordo com isto: se se pretende dizer que o emprego da expressão 'é verdadeiro' equivale a uma sanção ou algo parecido, não é por aí (1970: 144)

declara Austin, pois outras afirmações performativas também demandam apreciação objetiva, como os atos veridictivos "julgar", "avaliar", "declarar". Mesmo no caso de uma demonstração leva-se em conta o direito de fazê-la e requer-se que seja bem-sucedida. Conselhos, felicitações, admoestações, idem. São julgados não só seu mérito, mas também sua oportunidade.

Os fatos entram em consideração nos atos executivos, como nomear, esclarecer, explicar. A "objetividade" da afirmação não é o único requisito para efetivá-la, é preciso levar em consideração se é razoável, seu grau de evidência, sua pertinência. Os atos constativos são, em suma, avaliados. "...na vida cotidiana, em oposição às situações visadas na teoria lógica, nem sempre é possível dar uma resposta simples à questão de saber se um constativo é verdadeiro ou falso" (AUSTIN, 1975: 143). A afirmação, "A França é hexagonal" é verdadeira ou melhor, serve para certas situações, mas para um geógrafo seria inexata. Trata-se de uma afirmação precária.

Para as afirmações, verdadeiras ou falsas, importam os fins visados e o contexto da enunciação. Nas generalizações com emprego de "todo(s)" ou "toda(s)", a referência limita-se ao conhecido, sendo complicado reportarem à completa extensão dos fatos abarcados. Após a descoberta de cisnes negros, a afirmação "Todos os cisnes são brancos" não é nem refutada e nem falseada necessariamente, pois alguém pode argumentar que não estivera falando de absolutamente todos os cisnes, dos eventuais cisnes do planeta Marte, por exemplo...

A verdade das afirmações relaciona-se com o que elas incluem ou excluem, se podem ou não induzir a erro, de modo que verdade ou falsidade (exceto na lógica) não são noções simples

mas somente para uma dimensão geral em que são o que é justo e conveniente dizer em oposição ao que seria impróprio de dizer, em tais circunstâncias, a este auditório, com este propósito e com esta intenção (...). A verdade ou falsidade de uma afirmação não depende só da significação das palavras, mas de qual ato se está executando em quais circunstâncias (AUSTIN, 1975: 145).

Como ocorreu de a afirmação assertórica ter sido o centro das discussões filosóficas? Isso pode ter sido decorrência de nosso arraigado platonismo, de nosso desejo de base ou esteio para toda discussão, um dos perigos da ilusão referencial.

Quanto à distinção constativo/performativo, como parte da teoria mais geral dos atos de fala, tem-se que no caso do primeiro a atenção se volta para os aspectos locucionários, deixando de lado a concepção simplista do acordo entre enunciação e fato, pois esta relação implica aspectos ilocucionários. Dessa forma, o ato constativo

fica sendo aproximadamente o que é justo e apropriado dizer face às circunstâncias, independentemente dos fins visados e da pessoa a quem se dirige. Quanto ao segundo aspecto, o do ato performativo, nele o valor ilocucionário da enunciação é o que conta, e deixa-se de lado a dimensão da "correspondência" com os fatos. Mas, como na prática essas distinções nem sempre são claras, pode-se dizer que se trata de dois pólos, num dos extremos teríamos as enunciações da matemática, por exemplo como tipicamente constativas, e, no outro extremo, o ato de promessa, como tipicamente performativas. Há casos marginais, como "Eu me desculpo" e "O gato está sobre o capacho", que acabam forçando a pertinência da distinção performativo/constativo.

De qualquer forma, a condição mais provável de ocorrer, é mesmo distinguir entre atos locucionários e ilocucionários, estabelecendo de modo crítico e para cada caso sua adequação. Como a afirmação é um ato de discurso entre aqueles que pertencem à classe dos atos ilocucionários, a tarefa de dizer se é verdadeira ou falsa, não é simples. Austin chega ao extremo de dizer que ambos os atos são abstrações, o que conta é o ato de discurso, e este compreende os dois elementos simultaneamente.

Muitas das propostas de Austin, especialmente sua "teoria" dos atos de fala, surgiram a partir de seu contacto com as propostas que Wittgenstein apresentou em uma série de conferências em Cambridge, na década de 30. A distinção em performativo/constativo, a interpretação destes em termos da teoria mais ampla dos atos de discurso, têm uma matriz wittgensteiniana. Mas, de certa forma, mesmo levando-se em conta que para Austin os atos de discurso não recobrem as inumeráveis facetas da linguagem, pensamos que ele dá um passo atrás com relação à proposta de Wittgenstein de suspender qualquer função unificadora ou redutora da linguagem. Austin considera que fazer um levantamento completo de todas as situações em que certas expressões são empregadas, é possível, pois os diversos empregos da linguagem não são infinitos, como observa Lane na introdução à edição francesa (*Quand dire c'est faire*) (1970: 17). Porém Austin, tal como Wittgenstein, critica as concepções logicistas da linguagem. Austin recusa a admitir o modelo calcado no confronto entre realidade e estados de coisa ou fatos de um lado, e as enunciações expositivas ou assertóricas, como as afirmações, as descrições, as explicações, as classificações, de outro lado.

Mas, apesar de Austin não pressupor um paralelismo entre linguagem e realidade como fundamental, ele não abre mão da distinção entre os níveis locucionário e ilocucionário, situando a referência, o nomear no primeiro, o ato rético. O que reconduz à noção de um sujeito intencional e não descarta de todo o pressuposto de um

mundo objetivo, fixado de antemão, a ser afirmado, descrito, etc. Enfim, Austin evidentemente não fez o percurso crítico de Wittgenstein quanto à linguagem privada, à noção de uma mente contendo processos insondáveis; mas nem por isso toma como evidente o antigo modelo metafísico calcado na noção de que os "objetos" "existem" e que por isso podem ser nomeados.

O que não foi obstáculo para que *How to do things with words* produzisse uma saudável influência sobre a semântica contexto-situacional de um Ducrot, por exemplo, e a teoria da ação comunicativa de Habermas, só para citar dois casos notórios. A linguagem, através de certos de seus atos de discurso, toma força pelo e no dizer; além de dizer algo, fazemos algo com nossas enunciações pelo simples fato de serem ditas em determinada situação.

Devemos nos recordar que à época de Austin, década de 50 e início dos anos 60, a teoria do discurso e a pragmática começavam a dar seus primeiros passos. Austin foi um dos pioneiros nas críticas ao logicismo. Segundo ele, os filósofos não perceberam a originalidade dos atos ilocucionários. Negligenciaram questões sumamente importantes como a da *força* do discurso, atendo-se unicamente aos problemas da significação, do sentido e da referência, todos eles problemas locucionários. Ao serem pronunciadas num determinado contexto, as enunciações não se limitam à função referencial, senão que tomam valor enquanto atos de discurso, e isto não como simples decorrência da significação (regras gramaticais, mais a referência) de um ato locucionário, e sim devido às circunstâncias e convenções da situação e do contexto: "desde já há alguns anos, temos compreendido cada vez mais claramente que as circunstâncias de enunciação de fato importam seriamente, que as palavras usadas devem ser 'explicadas' em grande parte pelo 'contexto' em que seriam ditas ou realmente foram ditas, numa troca lingüística", diz ele (1975: 100). Sem dúvida este ainda é um dos grandes debates na lingüística e na filosofia da linguagem.

Levar em conta as idéias de Wittgenstein, Strawson e de Austin evitaria muita discussão estéril, como a que considera a semântica de modelos suficiente para dar conta da significação, e que à análise pragmática, por tratar dos fenômenos contextuais, caberia acrescentar a "leitura". Basta para isso atinar que pela simples virtude dos elementos que compõem a significação (equivalente ao ato locucionário de Austin ou à sentença de Strawson), não há produção de enunciação, quer dizer, ainda não se "disse" nada. O problema de uma semântica restrita à análise formal, reside em considerar que o último passo já está dado na e pela significação. O valor de verdade de uma sentença

referencial, não depende de fixar um estado de coisas na realidade empírica, como se este estado de coisa pudesse ser traduzido automaticamente pela sentença e tivesse sua significação dependente de sua capacidade de estabelecer o que é o caso, o que vale como significado. Os referentes são negociados nas situações em que os falantes se encontram. No seguinte diálogo, o referente da sentença não depende da descrição de um estado de coisa na realidade, e sim do uso do enunciado (em que entram diversos fatores, desde os mais pessoais, até aquilo que numa cultura deve ser entendido como cosmético e não medicamento):

-Você já comprou o seu remédio?

-Não é remédio é creme.

-Como, então, você compreendeu o que eu te perguntei?

-Porque para você, é remédio.

4. A REFERÊNCIA COMO ATO DE FALA PARA SEARLE

Para Searle, a referência é um **ato de fala**, geralmente iniciado por expressões definidas singulares, como "o homem ..." (Note-se que em "o homem é um ser racional" o uso não é referencial). Parte de dois axiomas, o da existência: "tudo o que é referido tem que existir" e o da identidade "se um predicado é verdadeiro para um objeto, ele é verdadeiro para qualquer coisa idêntica a esse objeto") (SEARLE, 1981: 103). Como resolver o problema das sentenças existenciais negativas, como "A montanha de ouro não existe"? Searle segue Russell, mostrando que a expressão definida na posição de sujeito gramatical não é sujeito lógico, não implica o referente, portanto o axioma da existência não se aplica, mas isso não significa, ao contrário do que pensava Russell, que as expressões referenciais (do tipo "expressões definidas") não possam referir. Quanto aos personagens de ficção, na fala normal não se pode referir a eles. Compare-se "Sherlock Holmes usava chapéu de caçador" e "Sherlock Holmes virá jantar em minha casa". A primeira sentença é falsa no uso normal, mas verdadeira no uso ficcional; já a segunda é falsa sempre por se tratar da casa mencionada, que pertence ao falante.

Pelo axioma da identificação, se um falante se refere a um objeto, é porque pode identificar esse objeto para um interlocutor, se lhe for pedido, excluindo todos os outros objetos. Toda descrição definida comunica um fato verdadeiro em relação a um e apenas um objeto. Se essa enunciação não bastar, deve ser possível substituí-la por outra que fará a identificação. Quando um fato é comunicado contém predicados verdadeiros do objeto, a enunciação e o contexto fornecem uma apresentação ostensiva do objeto,

descrito por termos e dêiticos que permitem isolar e identificar aquele objeto, do contrário não há referência.

O ato proposicional de referência funciona num ato de fala ilocucional, quer dizer, com força efetivadora. O locutor seleciona um objeto a respeito do qual dirá ou perguntará algo, que o interlocutor possa reconhecer. O termo que descreve o objeto deve permitir que a intenção de uma identificação ocorra, e que o descritor seja verdadeiro desse determinado objeto. O artigo definido não tem função de implicação mas de "indicar a intenção do falante de referir a um único objeto; e a função do descritor é identificar, num certo contexto, para o ouvinte, o objeto ao qual o falante tem a intenção de se referir naquele contexto", afirma Searle (1981: 112).

O locutor ao referir, satisfaz às perguntas sobre o que ele fala, de quem ele fala, de qual objeto ele fala, comprometendo-se, assim a identificar um e apenas um objeto, com exclusão de todos os outros, dizendo o que é visado na referência, isto é, mostrando, expressando, podendo fazer a apresentação dêitica, sempre que lhe for solicitado.

E só porque indica os fatos que são conhecidos do emissor que mantém uma certa relação com o objeto referido, é que há comunicação. Sem conteúdo descritivo, sem uma proposição verdadeira, a referência fica impossibilitada de comunicar um fato, portanto, não refere. Enquanto Strawson e Austin separam as funções proposicionais e semânticas das funções referenciais, o primeiro, e ilocucionais, o segundo, para Searle a comunicação, portanto o nível da fala, da enunciação, demanda a proposição. O sentido, com os termos gerais descritivos, muitas vezes, sozinho, não basta para comunicar uma proposição. É a "enunciação da expressão num certo contexto [que] comunica uma proposição" (SEARLE, 1981: 123). Por isso a expressão "o homem" tem um só sentido nas várias ocasiões em que é usada; uma proposição é comunicada, e será ela que irá indicar de que referente exatamente se trata. Daí não se poder dizer que um nome logicamente próprio tenha como significação o objeto a que refere, como na teoria das descrições, pois é preciso que a enunciação de expressões desse tipo comunique algum conteúdo descritivo que faz a conexão entre elas e os objetos.

Um ato proposicional de referência, portanto, é um ato de fala, parte da enunciação de uma frase ou segmento de um **discurso**, que realiza um ato ilocucional que pode ou não ser bem-sucedido. Para ser bem-sucedido, é preciso que o locutor tenha a **intenção** de realizar tal ato, de modo que a enunciação não seja mera articulação de sons. É preciso que haja o objeto do qual é feita uma descrição identificadora suficiente

para que o ouvinte selecione aquele objeto entre outros, reconhecendo que a intenção do falante é essa. Outra característica importante é a que referência só é enunciada corretamente por aquele segmento do discurso em dada situação, se e somente se, as condições acima mencionadas forem cumpridas. A referência é um ato de fala intencional, resume Searle.

Searle, seguindo a tradição pós-metafísica de Wittgenstein, questiona a ontologia de objetos que os postula como independentes da linguagem. Para ele não se deve "conceber os fatos que se devem conhecer para referir como sendo **relacionados** com o objeto referido, pois isso sugere que sejam fatos sobre algum objeto identificado independentemente" (1981: 124) das proposições existenciais, verdadeiras para aquele objeto. Searle com isto quer evitar a postulação da noção de substância da metafísica tradicional, que supõe um objeto estável em sua essência e determinável por suas propriedades intrínsecas. Os fatos não são, para Searle, combinação de objetos nomeados. Sem fatos não há objetos, quer dizer, sem a descrição através de proposições verdadeiras acerca de um objeto, este objeto não pode ser referido. Por isso rejeita a simplificação dos quantificadores existenciais que pressupõem que a variável ligada em $(\exists x) (f x)$ incide sobre objetos já identificados. O predicado aplica-se a objetos mas não afirma que eles são algo ou o que eles são em si.

A referência passa a ser ato de discurso, o que traz enormes vantagens com relação à perspectiva lógico-lingüística para a qual referir é uma questão da capacidade que a sentença isoladamente possui. É bem verdade que tanto Frege como Russell desligaram o nomear do significar, quer dizer a referência não decorre de a sentença ser significativa e ser construída com expressões referencias. Mas, no quadro pré-Wittgenstein I, a referência ainda depende de uma certa relação estabelecida no confronto com os fatos, o que nos leva a uma teoria da referência em cujo quadro epistemológico medra a necessidade, inteiramente suplantada pelos autores que vimos neste capítulo, de confronto entre a linguagem e a realidade.

A tradição wittgensteiniana enriqueceu o debate acerca dos problemas da referência, pois situa a linguagem como questão de atos, ações lingüísticas livres do padrão da proposição. Porém os atos de fala não têm um alcance crítico largo o suficiente para abarcar o discurso como fenômeno com implicações sociais, políticas, epistemológicas. Antes, porém, de entrarmos no terreno do discurso (capítulo V), há que complementar a análise da linguagem como ação através da contribuição de uma outra vertente, também anglo-saxônica, que é a do pragmatismo.

IV - A CONTROVÉRSIA EXTERNALISMO X INTERNALISMO

Como vimos, já com Peirce o signo se desprende da relação entre apenas dois elementos, o significante e o significado. A noção de interpretante dá ao signo um caráter mais maleável, abrangente e funcional, como não poderia deixar de ser tratando-se de um filósofo pragmatista. Dadas essas características, as regras de um suposto sistema estrutural jamais esgotariam o signo. Mas a análise peirceana é lógico-gramatical, atém-se ao aspecto do signo-pensamento, e reduzindo tudo aos três aspectos, primeiridade, segundidade e terceiridade, deixa ao campo da filosofia da linguagem espaços inexplorados. Dewey (1859-1952) é o filósofo que percorrerá de um modo mais profundo e abrangente os espaços da análise da linguagem como fenômeno antropológico, cultural, social e lógico/epistemológico. Sua influência se faz notar sobre Quine, por isso mesmo Rorty considera Quine um adepto do chamado "behaviorismo epistemológico", ao lado de Davidson e Sellars.

Não poderíamos deixar de lado a tendência internalista, especialmente os originais e, de certa forma, paradoxais argumentos de Chomsky, que mostram a referência intralingüística como uma propriedade da linguagem internalizada, e a relação linguagem/mundo como um fenômeno que escapa inteiramente às regras especificamente lingüísticas. Interessante neste debate internalismo/externalismo é a posição de Putnam, que se considera um internalista, mas é tratado por Chomsky como um externalista. A controvérsia de que trataremos neste capítulo, está na ordem do dia, tanto para a lingüística como para a filosofia da linguagem. Defenderemos a idéia de que uma teoria da referência só faz sentido hoje para uma postura epistemológica que neutraliza artificialmente o fator discursivo.

Dewey, Quine, Putnam, Davidson abrem um leque rico e sugestivo de questões que estão sendo retomadas e revitalizadas em diversas abordagens lingüísticas e filosóficas, convictas de que os fatores pragmáticos não são apenas aqueles "efeitos não desejados", feito penduricalhos da árvore gramatical e logicamente estruturada da linguagem. Sistema, estrutura, forma lógica, regras sintático-semânticas representam um nível de análise em que a significabilidade de uma frase gramatical e também como funcionam as relações entre o significado e a referência podem ser estabelecidos de modo claro e seguro. As conseqüências dessa relação são dotar as proposições de valor de verdade e atribuir-lhe a possibilidade de confronto com a realidade empírica. Fora

desse quadro, levando-se em conta os fatores pragmáticos, ou seja, aqueles provenientes das situações dialógicas e dos contextos de fala, levando-se também em conta os diversos propósitos da comunicação entre os membros de uma comunidade de falantes - , veremos que a referência não é um fator primordial, e que ela pode se mostrar "inescrutável". É preciso, pois, não só analisar a linguagem em seus componentes estruturais e como ato de fala tais como vistos por Austin e Searle, mas ainda inserir a linguagem na própria ação humana. É desta perspectiva que partem as análises dos behavioristas, Dewey, Quine, Davidson, Putnam. Podemos dizer que são adeptos de uma postura externalista, com a qual contrastaremos a perspectiva internalista, cujo representante mais notório hoje é Chomsky.

1. DEWEY: O SIGNIFICADO COMO FUNÇÃO DO COMPORTAMENTO COOPERATIVO

Um dos pressupostos filosóficos de Dewey é que ideal e real precisam aproximar-se: o mundo ideal do platonismo, das idéias destacadas e modelares, deve descer à terra e transformar-se em projetos exequíveis. E, por seu turno, o real deve ser guiado por ações transformadoras, inteligentes, submetidas ao crivo da experimentação e não aos sistemas de verdade e de certeza absolutos. Tal como Wittgenstein, critica o apelo à transcendência, especialmente a de uma suposta "mente" cujos significados teriam nela uma existência à parte, psíquica, não redutível aos chamados fenômenos físicos. Não há o fulcro, o fundamento último, o critério comensurador.

Na obra *Experiência e Natureza* (1925) afirma que a comunicação permite que as coisas saiam de seu estado externo, estado este provocador dos estímulos, para o plano em que se mostram como coisas úteis ou obstáculos para a ação. Apenas neste plano podem ser adaptadas para a comunicação, isto é, os eventos tornam-se objetos com significado, meios para a ação. Disto pode resultar a referência a algo, mesmo se este algo não "existir". A nomeação dota os eventos de um poder que não tinham, seus significados podem ser arranjados, combinados, compostos pelo pensamento, que é uma experimentação interna (e não uma mente subjetiva pensante) capaz de duplicar as coisas através de representantes, signos, implicações, todos eles aptos ao manejo e dotados de uma certa estabilidade, suscetíveis de elaboração ideal ou lógica, suscetíveis de produzir instruções, informações. Ao entrar no discurso, tudo ganha importância e dignidade. Por isso

não é de surpreender, à vista de tais incrementos e transformações, que os significados, sob o nome de formas e essências, tenham sido freqüentemente saudados como modos do Ser além e acima da existência espacial e temporal, invulneráveis às vicissitudes; nem que o pensamento, enquanto seu domínio, tenha sido tratado como uma energia espiritual não-natural, desligada de tudo o que é empírico. Não obstante, há uma ponte natural que redime a separação entre existência e essência, a saber, a comunicação, a linguagem, o discurso. A falta do reconhecimento da presença e da operação da interação natural sob a forma de comunicação cria o hiato entre existência e essência, e esse hiato é artificial e gratuito (DEWEY, 1980: 30).

Como podemos notar, essas considerações de Dewey antecipam, ou melhor, inauguram a tendência pós-metafísica, juntamente com a virada pragmática que segue a virada lingüística. Infelizmente, com exceção de Rorty e Quine, a contribuição de Dewey tem sido pouco explorada. Seu anti-platonismo representa uma tendência crítica importante na filosofia contemporânea: no lugar da busca de essências permanentes, há o homem e o que mais contribui para a sua condição de homem é a comunicação, a linguagem, chamada por ele de "instrumento dos instrumentos". Os filósofos empiristas relegaram a linguagem a segundo plano, e os filósofos transcendentalistas alojaram-na mente do sujeito, considerando-a como mera expressão do pensamento, desprezando o papel da linguagem na "criação da reflexão, da previsão, da recordação. Por conseguinte, a ocorrência de idéias torna-se uma misteriosa adição paralela às ocorrências físicas (...) Pode-se afirmar seguramente que os eventos psíquicos (...) têm como uma de suas condições a linguagem" (DEWEY, 1980: 31). As idéias privadas nada mais são do que solilóquio e este provém da comunicação social que permite conversar, trocar experiências, ouvir-se uns aos outros, representar papéis. Desta e de outras várias atividades correlatas, nasce a mente. No lugar do *cogito* cartesiano e das formas puras *a priori* kantianas, Dewey vê o homem com seu comportamento, em grande medida, um comportamento lingüístico.

Os gregos pressentiram que se tratava do fator discursivo, no conhecer e na intelecção, porém hipostasiaram o discurso como formador das coisas e de seu fluxo (assim, há objetos que se adaptam a nomes, outros a verbos, outros às relações que substâncias mantêm entre si), ignorando que as essências lógicas e racionais são fruto da interação humana, produto cultural e social e não entes ideais.

A teoria da correspondência entre coisas e significados dominou toda a tradição da física e da metafísica. O pressuposto é o que há substâncias com suas essências e acidentes (atributos) e o Ser é identificado com os tempos do verbo ser, o que assegura ao Ser permanência, ele "é". Ora, **a relação entre mundo e linguagem não precede o**

discurso e a comunicação, mas é consequência da interação. Inversamente, a metafísica pressupõe que uma afirmação é verdadeira quando algo da natureza está sempre ligado a outro objeto da natureza, com essências ideais completas e permanentes, suscetíveis de classificação e definição, submetidas a uma ordem necessária.

Quando a filosofia moderna descobre a experiência interior, a subjetividade, libera a linguagem, mas reserva ao sujeito centrado em seu ego o papel de protagonista principal, e à linguagem é reservado o papel secundário de emissor do pensamento (inclusive a fenomenologia de Husserl, com sua proposta de um Eu transcendental, fulcro de vivências intencionais, bem com o Ser Para-Si sartreano, prosseguem a tradição cartesiana). Para Dewey, no entanto,

A linguagem é uma função natural da associação humana, e suas consequências interferem com outros eventos, físicos e humanos, conferindo-lhes significado ou significação. Os eventos, na medida em que são objetos, ou coisas significantes, existem em um contexto no qual adquirem novos modos de operação e novas propriedades. (...) A linguagem não é simples agência de economia de energias na interação dos seres humanos. É liberação e amplificação das energias que constituem a mencionada interação, e que confere a elas a qualidade adicional do significado. A qualidade do significado assim introduzida é estendida e transferida, atual e potencialmente, dos sons, movimentos e traços, para todas as outras coisas da natureza. Os eventos tornam-se mensagens a serem gozadas e administradas, (...) eles têm marcas; (...) tornam-se possíveis a inferência e o raciocínio; estas operações são leituras das mensagens das coisas, que as coisas liberam porque estão envolvidas nas associações humanas. (1980: 33-34).

A significação não reside no mecanismo dessas associações, mas é consequência dos diversos tipos de associação, dos usos da linguagem na ação. O significado não é decorrência de uma intenção ou desejo, mas dos sinais utilizados em contextos, de comportamentos cooperativos; de modo que ele não é uma existência psíquica, um conceito mental (Saussure) ou abstrato (Frege). O significado decorre do modo pelo qual atos e coisas são alçados ao patamar da inteligibilidade, devido ao caráter de comunicabilidade potencial das coisas: há uma distância intransponível entre o que é um evento físico e o que ele pode tornar-se, o modo como se define, o modo como se conecta, suas consequências futuras. Assim é que, conferir a algo um significado é mostrar-lhe sua propriedade, ou, se quisermos, sua essência. "A linguagem é sempre uma forma de ação, e em seu uso instrumental é sempre um meio de ação organizada para um fim" (DEWEY, 1980: 39). Por isso ele critica o nominalismo, para o qual o significado é mental e individual, ao passo que para o pragmatismo uma palavra adquire

significado pela ação comunicativa entre indivíduos, compartilhando propósitos: "tal comunidade de participação é o significado", afirma Dewey (1980: 40), é um saber usar que dá sentido ao próprio uso de instrumentos, e que é condição para o surgimento da consciência.

O significado não surge da comparação entre coisas, pelo reconhecimento do que têm em comum, mas é genérico e universal, capaz de generalizações por serem regras para uso e interpretação, um saber prever o alcance de algo, um "método" para usufruir, um indicador objetivo devido a sua necessidade, pois que integra modos de agir sociais. Sob esse ângulo, a análise de Dewey acerca do uso e das regras do comportamento representa um pano-de-fundo teórico mais consistente e proveitoso do que o de Wittgenstein nas *Investigações*. Desde o apito do guarda, até o sofisticado discurso científico, tem-se incorporações de significados decorrentes da interação:

O nível e o estilo das artes da literatura, poesia, cerimônia, entretenimento, recreação, que ocorrem em uma comunidade, fornecendo objetos básicos de satisfação (...), contribuem mais que tudo para determinar a direção comum das idéias e esforço na comunidade. Fornecem os significados em função dos quais a vida é julgada, apreciada e criticada (...). A comunicação é incomparavelmente instrumental e incomparavelmente final. É instrumental ao nos liberar da pressão de outro modo irresistível dos eventos e ao habilitar-nos para o viver num mundo de coisas que têm significado. É final como (...) um compartilhar pelo qual os significados são ampliados, aprofundados e consolidados no sentido da participação (...); a exclusão, na vida, da comunicação livre e completa exclui igualmente a posse completa dos significados das coisas que compõem a experiência. Quando as funções instrumental e final da comunicação residem juntas na experiência, passam a existir uma inteligência, que é o método e a recompensa da vida comum, e uma sociedade digna de afeição, admiração e lealdade (DEWEY, 1980: 51-52).

A contribuição de Dewey teve pouco reconhecimento e muita crítica e condenação, especialmente de toda a filosofia predominante nas décadas de 50 e 60, que fez a leitura "esquerdizante", portanto, ideológica, do pragmatismo como um utilitarismo e um relativismo. Segundo essa leitura, o utilitarismo e o pragmatismo negam a "verdadeira" história, cujo caráter é dialético. O pragmatismo de Dewey (também o de James e Peirce) não se limita a um critério utilitarista de verdade: "o que ele rejeita é o esquematismo da relação de correspondência ponto por ponto entre a mente e a realidade. A verdade se introduz no nosso esquema de crenças como aquilo que favorece ou impede razões designáveis. (...) a flexibilidade, a variedade, os recursos inesgotáveis da experiência é que devem ser levados em conta, e não a simples relação útil/verdadeiro" (ARAÚJO, 1998: 148).

Analisar a linguagem como tendo um caráter de meio e fim, implica em desbancar o privilégio da consciência e do sujeito cartesianos, mas também mostra que a razão, longe de ser constituída por formas puras *a priori*, é resultado de necessidades humanas de interação com o ambiente. As análises mais apressadas rotulam-no de reducionismo behaviorista. As análises de Quine e Rorty *, ao contrário, souberam explorar as idéias do pragmatismo norte-americano, que foi fonte e inspiração da importante guinada pragmática.

A filosofia da linguagem contemporânea não se apoia nas representações privilegiadas, vale dizer, na "capacidade exclusivamente mental de atingir verdades fixáveis por algum tipo de critério universalmente aceito" (ARAÚJO, 1998: 157), nem numa mente cujo conteúdo seriam os significados, identificados com as idéias, algo como os universais ou conceitos. Se a filosofia analítica avançou por fazer uma análise da linguagem, ela peca por ainda preconizar quadros fixos e permanentes para o inquirido, portanto, por pressupor a necessidade de critérios comensuradores, enfim, pela busca de certezas. Dewey, como Quine reconhece e louva, no início de seu artigo *A Relatividade Ontológica*, afirma que não pode haver em nenhum sentido útil uma linguagem privada, e nisto foi anterior a Wittgenstein: "quando Dewey estava a escrever com essa veia naturalista, Wittgenstein ainda sustentava sua teoria da linguagem como cópia", ressalta Quine (1980: 133), teoria essa que Dewey rejeita e que permanece até hoje guiando o senso comum, e até mesmo certo tipo de filosofia (as de estilo fundacionista) e certo modo de conceber a lingüística (como ciência da estrutura).

2. A INESCRUTABILIDADE DA REFERÊNCIA PARA QUINE

Tal como Wittgenstein inovou com sua abordagem da linguagem ordinária, também a abordagem lógico/pragmática de Quine marca uma nova maneira de tratar a linguagem, pelo prisma do externalismo, que repercute em Davidson. O próprio problema ontológico recebe de Quine uma solução bastante polêmica e original: a única maneira de, pela linguagem haver uma "ponte" com a realidade, é pelo uso da variável ligada, uma função que é exercida gramaticalmente pelo pronome e não pelo fato de ser nome de algo ou atributo de algo (adjetivo). Ele desmonta todos os argumentos que pressupõem que qualquer forma lingüística tenha sua significação decorrente de disposições de coisas, fatos, situações da realidade. Para Quine não há uma teoria do

* De certa forma também o pragmatismo formal de Habermas é devedor de Dewey, apesar de Habermas preferir não correr os riscos do relativismo e do contextualismo radicais de Quine e Rorty, o que discutiremos no capítulo V.

significado, "ele considera que a própria noção de significado não tem lugar para dar conta da verdade do mundo" (BURGE, 1992: 19). Não só é cético quanto ao significado, mas também quanto à tradução, que considera como indeterminada.

Em seu artigo *On What There Is* (1963), Quine propõe que há uma única maneira de, pela linguagem, haver compromisso ontológico, é pelo uso de pronomes, de variáveis ligadas. Quer dizer, a única forma de significar que depende da existência daquilo de que se fala para não perder conteúdo significativo dá-se pelo uso de variáveis ligadas. Outra tese importante de Quine diz respeito à inescrutabilidade da referência, ligada a sua concepção holística da linguagem e da epistemologia, podendo-se dizer que adota a postura teórica do chamado behaviorismo epistemológico (ver RORTY, 1994).

2.1. O Problema Ontológico

Problemas tradicionais da filosofia, como o problema ontológico, podem ser redimensionados pela filosofia da linguagem. Entidades podem ser admitidas conforme o âmbito das sentenças. Quine enuncia o problema da barba de Platão mostrando que numa discussão ontológica, aquele que sustenta haver certos seres em sua ontologia, consegue evitar certos embaraços. O mesmo não sucede àquele que sustenta **não** haver aqueles mesmos seres. Este último, ao enunciar que tais seres não existem é obrigado a reconhecer sua existência para depois negá-la, não podendo, assim, discordar de seu adversário ontológico. O absurdo é justamente ter de reconhecer a existência de entidades que se quer negar: o não ser precisa ser, de alguma forma, para se poder afirmar com sentido que algo não é, do contrário estar-se-ia falando acerca de nada, reza a tradição. Quine vai mostrar que a existência de entidades tais como propriedades, eventos, número, objeto físico, etc., contam como tais enquanto ditas em sentenças de um certo tipo, como as existenciais, as proposicionais ou atributivas, entre outras.

Na hipótese realista, seres como Pégaso, deveriam "existir" para que, inclusive, se possa afirmar que Pégaso não é ou não existe. Seguindo uma tendência platonizante, Pégaso deveria ser ao menos uma idéia na cabeça dos homens. Quine mostra como essa solução é inconsistente, pois ainda que houvesse a entidade mental "Pégaso", quando se nega Pégaso, com certeza não é dessa entidade mental que se está falando, mas sim de sua suposta existência no sentido habitual do termo, isto é, como uma das entidades localizáveis no mundo. Quando se referem a objetos físicos, os mesmos platônicos, incoerentemente, não precisam distinguir entre objetos físicos e seres que existem como idéias na mente humana...

Quine critica igualmente a solução de Meinong, de que Pégaso seria um possível, porém não realizado, por não possuir o atributo da existência, atributo este que caberia a certos seres e não a outros. A discussão desloca-se de Pégaso não ter existência no tempo e no espaço, para a própria questão da existência. Nem todos os seres existem, há aqueles que subsistem. Quine ironiza quanto ao universo ontológico pleno de seres possíveis não realizados: determinado ser possui diversas identidades porque possui diversas possibilidades? Duas coisas podem ser semelhantes? Há uma identidade própria de cada coisa? De cada espécie? Se fica difícil assimilar o "super povoado" universo de seres possíveis não realizados, mais complicado ainda é admitir um universo de entidades quadradas e redondas ao mesmo tempo, que habitariam um universo de impossíveis não realizados. O adepto da solução de que Pégaso é um possível não realizado diria que uma cúpula redonda e quadrada não faria parte dos impossíveis não realizados pois seria simplesmente assignificativa. Porém Quine considera esta saída ilógica, uma vez que destrua o argumento da redução ao absurdo.

Quanto aos significados, seu nominalismo o leva a acreditar que há duas maneiras úteis como as pessoas ordinariamente falam (...) de significados: o **ter** significados, que é a significância, e a **identidade** de significado, ou sinonímia. O que chamamos **dar** o significado de uma emissão consiste simplesmente em emitir um sinônimo, freqüentemente formulado em linguagem mais clara. Se formos alérgicos aos significados enquanto tais, poderemos falar de emissões como sendo significantes ou não e como sinônimas ou heterônimas uma em relação a outra (1980: 224).

Quine deixa evidente que todas essas soluções para o problema da relação entre falar com sentido e ser essa emissão acerca de alguma coisa, não perceberam o que Frege já havia percebido: é possível empregar termos singulares significativamente sem precisar supor a existência das entidades supostamente nomeadas, pois, como vimos no capítulo II, sentido é uma coisa e referência é outra, ou como diz Quine, "há um abismo entre **significar** e **nomear**" (1980: 222).

Nem pelo uso de nomes há compromisso ontológico, como mostra a análise de Russell, pois os nomes logicamente próprios não têm a função de apontar para a existência de nada, eles são descrições, portanto, os seres não passam de valores de uma variável, ficam no domínio de referência de pronomes como "algo", "nada", "tudo". O compromisso ontológico advindo da linguagem é uma função de o ser pressuposto pertencer àquelas entidades que a variável abarca, de modo a dotar a afirmação com o valor de verdadeira ou falsa. Não é preciso pressupor a existência de Pégaso, seja como idéia, seja como ser subsistente no "cortiço" de possíveis não realizados, ou que o

próprio significado, tal qual os termos universais, tenha consistência ontológica. Quem afirma "Pégaso não é", afirma que não há um x tal que tenha a propriedade de ser alado, de ser cavalo de Belerofonte, etc. Algo, ou melhor, a variável ligada, não é um nome com função de afirmar ou negar seres e sim uma descrição definida, cuja capacidade de referência ou denotação não implica a existência de entidades, mas afirma que entre os seres do universo há um x tal que tem determinadas propriedades. Em outras palavras, substantivos (nomes) e adjetivos (atributos) podem ser empregados sem que se precise supor, por exemplo reis da França, cavalos alados, vermelhidão, etc. Quando se traduz "Pégaso" como "o ser que 'pegaseia'", por exemplo, e não como atributo de um ser, evita-se pressupor uma consistência ontológica aos atributos, pois pode-se perfeitamente falar acerca de rosas vermelhas sem pressupor que "vermelho" seja nada além de um termo. "Vermelhidão", ao contrário do que pensavam os realistas medievais, não é um termo referente a um ser universal, algo independente da mente e nem um produto da mente (conceito). Nada disto impede que haja um emprego significativo de "vermelho" em "moro numa casa vermelha".

Usar significativamente nomes e atributos não implica em compromisso ontológico algum. A única maneira de haver compromisso ontológico pela linguagem é, como dissemos acima, com o uso das variáveis ligadas. Quando se diz "alguns cães são brancos", o uso de nomes e atributos não compromete seja com a canidade, seja com a brancura; há apenas compromisso com o uso de "algo". Algum x que é cão tem também a propriedade da brancura, ou algumas coisas que são cães, são brancas. A variável tem como extensão alguns exemplares da espécie canina que têm a propriedade de serem brancos.

O uso de supostos nomes não é critério. (...) Os nomes são de fato, puramente irrelevantes para o problema ontológico, pois mostrei em relação a 'Pégaso' e 'pegasear' que nomes podem ser convertidos em descrições e Russell mostrou que descrições podem ser eliminadas. Tudo o que dizemos com o auxílio de nomes pode ser dito numa linguagem que os dispense totalmente. Ser assumido como entidade é, pura e simplesmente, ser reconhecido como o valor de uma variável (QUINE, 1980: 224).

O que é, está no domínio de referência de um pronome. Importa saber ou poder saber o que uma afirmação ou teoria **diz** que há. "Ser é ser o valor de uma variável". Em (1) não se menciona qualquer indivíduo, apenas se diz que há um objeto x que satisfaz certas características, e a função referencial, na hipótese de que a afirmação seja sobre algo, recai sobre as variáveis ligadas. Só faz sentido falar em pressuposições ontológicas em nível de linguagem ordinária, na medida em que se tiver a intenção de traduzi-la

para o simbolismo lógico, e, pelo uso de quantificadores, comprometer-se com as entidades incluídas no domínio de x , afim de dotar a sentença de valor de verdade.

A linguagem funciona através de regras sintáticas e semânticas que possibilitam que emissões significativas tais como "Pégaso não existe" possam ser compreendidas e que disputas ontológicas sejam travadas a contento sem precisar supor que o uso de nomes implica a existência do ser nomeado, que o uso de adjetivos implica a existência de atributos. Aceitamos esquemas conceptuais como aceitamos teorias científicas. Eles têm um propósito instrumental, seja para a compreensão entre seres humanos, seja para a explicação científica. No esquema conceptual da ciência os objetos suscetíveis de observação têm um papel que Pégaso, por exemplo, não poderia ter. Postular objetos físicos ajuda na ciência, em termos de manipulação da experiência.

De certos usos lingüísticos não decorrem entidades, mas sem o emprego de certos artificios lingüísticos não se pode levar a cabo discussões ontológicas, pois não se saberá acerca de que se está a discutir. A disputa é traduzível em questão lingüística, sendo proveitoso (ou quem sabe não...) poder saber quais seres farão parte de certo universo ontológico, e assim lidar proveitosamente com o mundo. Nem por isso, evidentemente, ver algo é questão lingüística. Ou seja, as disputas ontológicas são questões sobre o acordo ou desacordo quanto ao que o uso de uma variável ligada implica. "Ver Nápoles é carregar um nome que, anteposto às palavras "vê Nápoles" produz uma sentença verdadeira; ainda assim, não há nada de lingüístico em ver Nápoles" resume Quine (1980: 227). Em outras palavras, é possível imaginar os objetos do mundo num universo sem linguagem, se bem que não se pode sequer supô-los como pertencentes à categoria de objetos ou à qualquer outra categoria. Trata-se de uma crítica ao realismo. Aquilo de que não se pode falar, também não se pode conceber, diríamos, parafraseando Wittgenstein.

É preciso notar que, no universo do discurso, ser valor de uma variável faz sentido quando se trata das proposições de uma teoria, a fim de avaliar sua consistência. A questão sobre o que existe é relativa ao domínio de valores, provém do uso de quantificadores. Afirmar que um indivíduo é rei da França é afirmar algo sobre a propriedade de ser rei da França, que apenas um indivíduo possui. (1) tem significação ainda que não trate de indivíduo algum: a sentença não fala nem sobre a denotação de seus termos e nem refere-se a fatos, pois estes teriam que ser simples, "limpos", para serem ditos por sentenças que relacionam-se diretamente com a realidade. Em suma, falar acerca de algo, não acarreta compromisso ontológico (a não ser pela variável

ligada), mas não saberíamos nem poderíamos saber o que é falar acerca de algo, sem o uso da linguagem, sem "construir" um mundo suscetível de ser explorado pelo conhecimento ou pela ciência. O que fica mais claro com a tese de Quine acerca da indeterminação da referência.

2.2. A Relatividade Ontológica

Esta tese, também chamada de "indeterminação da referência", diz respeito à denotação atual, que só pode ser corretamente interpretada com relação a um campo de referência. A referência de uma sentença não advém de uma certa relação especial, só dela, com uma situação, mas sim que precisa vir num conjunto em que faça sentido sua referência a um dado contexto, mesmo porque o significado de uma sentença não fica restrito a ela, estende-se a um campo adjacente. É o que se chama de **holismo**, um modo de resolver o problema da relação entre significação e referência que extrapola os limites da sentença, evidenciando que **sentenças isoladamente não permitem caracterizar o fenômeno da linguagem**. Um dos méritos de Quine foi criticar o neopositivismo, conforme observa Burge (1992: 6) mostrando que os procedimentos comprobatórios na ciência não podem restringir-se à sentença singular. A confirmação ou não de sentenças decorre de sua relação com outras, no contexto de uma teoria.

A referência fica indeterminada devido ao permanente trabalho para que um número suficientemente grande de nossas crenças seja verdadeiro e uma quantidade suficiente de nossas ações contribua para a nossa adaptação "genética abrangente". Os termos da linguagem não têm correlatos determinados, definidos ou fixos na realidade. Essa é uma perspectiva diversa do tratamento analítico, restrito às análises lógicas da linguagem que postulam uma relação de paralelismo ou representação entre sentença e estado de coisa. Quine reagiu contra o apelo sem críticas dos neopositivistas aos significados e à analiticidade lógica. Para eles a verdade analítica é inteiramente independente da experiência. Já para Quine, a cada nova definição, a verdade analítica é suscetível de revisão.

Quine critica a distinção analítico/sintético, mostrando que a analiticidade depende da sinonímia, da definição e de regras semânticas, portanto, há uma circularidade nestes conceitos ou um apelo a componentes fáticos, o que auto-destrói o conceito de analítico. Já o problema da teoria da verificação de um Carnap, por exemplo, provém de ela depender da referência direta em que o termo é o nome de um dado sensível. Para Quine os enunciados sintéticos não estão relacionados a um único

campo possível de acontecimentos sensoriais. Eles não devem ser submetidos individualmente ao tribunal da experiência sensível, mas como um corpo, como um todo, como observamos acima. A totalidade do conhecimento é construção humana. Daí sua proposta de um empirismo sem dogmas. Só no limite, nas fronteiras é que importam as condições provenientes da experiência.

Um conflito com a experiência, afirma Quine, na periferia (do campo de saber) dá lugar a reajustes no interior do campo. Atribuir valor a determinados enunciados é redistribuir esta atribuição aos outros com ele logicamente conectados. As ligações da experiência com os enunciados não se fazem diretamente, são ligações que afetam todo o campo. Não há, assim, conteúdo empírico de um único enunciado, e a busca de uma divisão entre enunciado analítico e sintético fica absurda (1962: 77).

O pressuposto é o de uma certa lida com as coisas proveniente da construção de modelos ou teorias que facilitam ou até mesmo ensejam o contato com o mundo, sem precisar postular a existência de entidades, sem postular verdades analíticas *a priori* e sem precisar estabelecer relações diretas entre a linguagem e a realidade (teoria da correspondência). Com Quine configura-se uma tendência externalista e comportamental como pano-de-fundo para a discussão da questão da referência.

A confusão provocada pela filosofia de cunho lógico-empiricista de que há uma ligação necessária entre significação e referência, serve para firmar a noção de significação de uma palavra como algo dado, tangível. Ora, diz Quine, é possível provar o mundo de objetos e a eles referir-se sem que esse seja um problema de significação. Não se deve confundir significação com idéia expressada. Um lexicógrafo trabalha com sinonímia e trata a significação como uma entidade mediadora, portanto, ao explicá-la, já a tem como algo pressuposto. O gramático sofre da ilusão de que lida com seqüências gramaticais puras, mas para chegar a elas apela para o uso normal possível. Dentre a variedade ilimitada de seqüências, os gramáticos tentam chegar àquelas realmente usadas, o que inclui os casos observados. Para formular quais não são significativas, precisa da própria noção de significatividade, de modo que o pretense caráter formal e não semântico da gramática se perde.

A noção de formas intercambiáveis, sinônimas, nem sempre assegura que os enunciados verdadeiros permanecerão como tais. O teste da mudança de uma expressão por outra com significação diferente, mas com a mesma referência, que serve também para marcar a estabilidade da referência, perde sua razão de ser com essas observações de Quine. É igualmente ilusório pensar que os enunciados tenham uma estabilidade decorrente de sua capacidade designativa e denotativa com base na presunção de que o

contexto permanece o mesmo e a variação se dá entre as palavras e a sintaxe das várias línguas. Cabe, antes, perguntar sobre o que há de comum às várias culturas. Certamente há características comuns e muitas que variam. Todo homem vê uma maçã, separa em unidades, destaca uma massa em movimento sobre um fundo fixo, experimenta estados internos, observa fenômenos meteorológicos. "Se, diz Quine, aceitarmos este acervo presumivelmente comum da conceptualização, podemos trabalhar com a hipótese de que os falantes de línguas diferentes observados em situações externas semelhantes, só diferem no como dizem as coisas e não no que dizem" (1962: 102). Ora, pensar assim "fortalece a concepção errônea da significação como referência, posto que nesse nível da investigação as palavras se constroem tipicamente mediante uma indicação material do objeto aludido" (1962: 102). Porém, como vimos acima, a significação não apenas não é a referência, dela difere, como a significação não depende da referência.

O lexicógrafo aproveita certas superposições das culturas e vai do centro mais rígido onde há menos variações, à periferia, seguindo pistas e sua intuição. Decompõe os enunciados, traduz através de conjecturas, e elabora hipóteses sobre as possíveis e mais aproximadas traduções. Normalmente projeta sua cultura na cultura estranha, havendo acertos e erros. Por isso "a noção de sinonímia mais frutífera será a de grau de aproximação e não da relação diádica '*a* é sinônimo de *b*' senão a relação tetrádica '*a* é mais sinônimo de *b* do que *c* *d*'. Mas classificar uma noção como questão de grau não é explicá-la; podemos ainda buscar uma definição." (1962: 103). Porém, mais proveitoso é mostrar o que se faz ou se tenta fazer quando se traduz um enunciado de uma língua no enunciado de outra que não seja "a mera relação de traços da situação externa que sejam segura e diretamente observáveis" (1962: 104), tarefa na qual não há muitos controles objetivos e explícitos aos quais recorrer. Quanto ao que é gramatical ou significante, pode ser definido como o que se poderia empregar relacionado a reações comportamentais, mas é bom lembrar nestes casos, que sempre se necessitará de delimitações e complementos, desde que não prejudiquem a simplicidade da teoria.

O behaviorismo epistemológico de Quine pretende dar conta do modo como os falantes identificam objetos seguindo o padrão de distinção entre objetos físicos e abstratos. Rejeita a teoria semântica da cópia, que funciona bem num primeiro momento, em que ao ouvir dado som a criança aprende a usá-lo vendo o objeto a que a palavra se refere. No famoso exemplo forjado por ele para explicar que o fato de um lingüista traduzir a expressão *gavagai* de uma cultura diversa da sua, dita a cada vez que indígenas daquela cultura se defrontam com coelhos, disto não se segue que tais e tais

"entes" presentes quando da enunciação sejam coelhos para aquela cultura. Podem ser, por exemplo, partes destacadas de coelho... Assim, a tradução deve prever instruções ou definições contextuais para decidir que expressões podem ser tratadas como designadoras de que objetos e até mesmo que objetos podem ser tratados como referentes. No caso de objetos a serem destacados, individualizados, para saber se o termo se refere ao objeto inteiro ou a partes dele, o tradutor pode apelar para expressões como "mesmo" ou "aquele é", pluralização, numeração, nominalização. Ainda assim, traduzir coelho por "aquele animal que..." não é uma boa solução pois impõe limites ou fixa o que é, na verdade, objetivamente indeterminado. "Os termos 'coelho', parte não destacada de coelho' e 'fase de coelho' diferem não apenas em significados; eles são verdadeiros de coisas diferentes. A própria referência se mostra comportamentalmente inescrutável", afirma Quine (1980: 138). O problema da extensão não é decorrente do uso de plural, pronome, numerais. É na tradução termo a termo que a extensão fica inescrutável. O classificador na língua japonesa para contar cinco animais, não é o mesmo usado para contar cinco objetos físicos. A referência ou extensão destes termos pode variar. O termo pode ser verdadeiro ou de cada entidade ou é termo de massa usado junto com o classificador para falar de cada entidade. De qualquer forma, é algo indeterminado, o que evidencia a inescrutabilidade da referência. O lingüista registra ocorrências e passa a atribuir função a palavras ou fragmentos de sentenças que podem representar sentenças sobre coelhos como estando em conformidade com as condições de verdade ou conformes ao assentimento ou negação dos nativos. O lingüista aplica hipóteses que considera as mais simples.

(...) a arbitrariedade da leitura de nossas objetivações no discurso gentílico reflete não tanto a inescrutabilidade da mente gentílica, mas o fato de que não há nada a escutar. Mesmo nós que crescemos juntos (...) falamos de modo semelhante porque a sociedade nos treinou de modo semelhante num padrão de resposta verbal a indicações exteriormente observáveis. Fomos modelados numa conformidade externa a um padrão externo; e assim é que, quando correlaciono suas sentenças com as minhas pela regra da simples correspondência fonética, descubro que as circunstâncias públicas de suas afirmações e negativas concordam bastante com as minhas. Se considero que você compartilha da minha espécie de esquema conceptual, estou não tanto acrescentando uma conjectura suplementar, quanto rejeitando distinções insondáveis (QUINE, 1980: 119).

Quine dispensa as noções de mente e também a de que objetos são aquilo que a mente representa, como se pudessem ser referidos fora de um esquema conceptual e de um modo cultural e público de discriminá-los. À medida em que as palavras não

atribuem traços observáveis às coisas, a única garantia passa a ser o comportamento aberto de outros locutores e não significados na mente. Teorias e esquemas podem ser comparados quanto a que espécie de objetos dizem haver, mas o nosso padrão de pensamento geralmente predomina. Esse padrão não é algo transcendente e muito menos universal. O aparato objetivante de uma criança resulta de um treino para usar termos que individualizam, que são termos adequados para falar de objetos. "Palavras como 'maçã' e não 'mamãe' ou 'vermelho' ou 'água' são termos cujo envolvimento ontológico é profundo. Para aprender 'maçã' (...) devemos aprender quanto conta como **uma** maçã e quanto como uma outra", explica Quine (1980: 121). Já termos de massa, mais complexos, ficam integrados em outros esquemas. Mesmo conhecendo as condições de enunciação, não há como determinar a referência objetiva e nem se as razões usadas para estabelecer se a crença numa descrição que comporta objetos, está certa ou não. Como veremos, Davidson discordará dessa impossibilidade.

Aprende-se a nomear objetos, inicialmente diante de estímulos externos proporcionados pelo objeto observado, depois entram os termos individualizadores, o uso de demonstrativos, termos gerais atributivos, termos cujas referências são inobserváveis e, finalmente, o aprendizado permite usar entidades abstratas. A partir de termos de massa a criança aprende toda uma ontologia de atributos, suscetível de arranjos e revisões constantes que favorecem explicações mais simples e claras.

Estímulos verbais e não verbais acionam respostas justamente porque o enunciado na trama verbal relaciona-se àquela estimulação por associações intralingüísticas. Enunciados sobre a existência de objetos abstratos são julgados mais pela sua coerência, pois sua relação com a experiência é remota. O uso de atributos é associado ao uso de locuções que permitem identificar objetos, vindo daí a impressão de que os atributos são também referenciais. O objeto é singularizado como tal e tal para a linguagem tal. O significado não é permanente. Não há uma mente repleta de significados *a priori*, eles são parte da linguagem, e esta é adquirida, social, evidenciada pelo comportamento público e reconhecível de pessoas. Os esquemas conceptuais ganham com a postulação de objetos abstratos e atributos. Por exemplo, se alguém diz que vai caçar leões, não está dizendo que vai caçar a classe extensional e sim a espécie, que é um termo abstrato.

Uma mesma sentença pode ser traduzida como verdadeira para uma pessoa, e falsa para outra. Ainda que se pudesse fixar por uma teoria física, ela sendo um padrão

apropriado para dar conta da realidade física, nem por isso a tradução diz respeito a algo definitivamente objetivado no mundo.

A semelhança de significado e a possibilidade de tradução geralmente decorrem da disposição das pessoas para o discurso. Ocorre indeterminação quando uma expressão pode ser traduzida por duas expressões e ambas (este não é um caso de ambigüidade) se ajustam a comportamentos observáveis de modo que fica impossível saber qual tradução é correta. Daí a insuficiência da hipótese inversa, de que significados estão na mente ou são algo como entidades. Não há nada na ostensão de "alfa" ou de "verde" que determine seu emprego como forma significativa abstrata (verde como sendo cor) ou como termo geral concreto (a grama é verde). O uso do artigo não elimina a indeterminação da tradução. Até mesmo a ostensão direta do dedo estendido não dá certeza de se o termo que está sendo ostensivamente explicado é verdadeiro daquele entorno. A referência permanece inescrutável ainda que se utilize um esquema de individuação fixo. As traduções, por isso, se acomodam a esquemas explicativos do comportamento que compensam a mudança de ontologia, reproduzindo a própria inescrutabilidade da referência e não testando se a outra pessoa tem em mente o que eu tenho. Há mudança de ontologia para Quine, e para Davidson não há tal mudança.

Fatos, entretanto, são indeterminados por outras razões, entre elas a relação das experiências com os arranjos e modificações que provocam nas teorias. Já os termos e predicados são usados relativamente a um quadro de referência. Quine enfatiza:

Quando perguntamos 'coelho' se refere realmente a 'coelhos?', alguém poderia replicar, 'refere-se a coelhos em que sentido de 'coelhos'? , encetando assim uma regressão; e precisamos da linguagem de fundo para regredir a ela. A linguagem de fundo dá sentido à indagação, mesmo se apenas um sentido relativo; sentido relativo, por seu turno, a ela, a essa linguagem de fundo. Indagar pela referência de algum modo mais absoluto seria como perguntar pela posição absoluta ou pela velocidade absoluta, antes que pela posição ou velocidade relativa a um quadro de referência dado (1980: 145).

A denotação deve ser entendida a partir de uma teoria relacional que diz o que vale ou o que é objeto numa dada teoria que os interpreta ou reinterpreta numa outra teoria. Usa-se as variáveis da teoria cujos valores são tais objetos, sem apelar para que universo de seres há "mesmo". Adota-se teorias básicas, inescrutáveis, com a vantagem de fornecer instrumentos adequados de tradução, suscetíveis de graus variados de severidade de teste. "A questão da sua ontologia (das teorias) somente faz sentido com relação a alguma tradução da teoria numa teoria de fundo em que se usa (por exemplo)

quantificação referencial. A resposta depende de ambas as teorias, e de novo, da maneira escolhida de traduzir uma na outra", afirma Quine em *Relatividade ontológica* (1980: 153).

De modo que os padrões de pensamento ou linguagem, segundo Quine, vêm evoluindo para suprir necessidades da própria linguagem ou de mudanças em situações. A linguagem é um fluxo, não fixa idéias, não correlaciona esquemas conceptuais definitivamente. Não há um meio seguro de fazer correlações por analogia, conclusão obtida pelo nosso próprio esquema conceptual, mesmo porque não há outro modo de julgar esse esquema.

Saltam aos olhos as diferenças de concepção quanto à fixação da referência de Kripke e Quine. Certas dificuldades que encontramos nas hipóteses que pressupõem a necessidade de uma rigidez referencial, ou de uma teoria causal da referência, encontram em Quine soluções interessantes através da dissolução de qualquer ponto fixo, seja ele lógico, ontológico, metafísico ou lingüístico. Bastam esquemas conceptuais e comportamentos significativos.

Com isso Quine dá um passo adiante, decisivo na questão da referência. Recuar com relação aos avanços que suas idéias representam, é recuar a um patamar metafísico em que predomina a ingenuidade da relação de representação entre mente e coisa pensada, pressuposto de uma teoria precária e de senso comum acerca da referência, pois que baseada na relação um por um entre objeto como algo em si, e nome como etiqueta deste. As distinções que faz entre referir como algo notoriamente diverso de significar, o bom uso da teoria das descrições definidas de Russell, mostrando que empregar sentenças como (1) não acarreta compromisso ontológico, suas idéias quanto à linguagem ser aprendida num contexto cultural como resultado de comportamentos adaptados e interligados, e ainda, as noções de inescrutabilidade da referência, indeterminação da tradução e relatividade ontológica, são ricas o suficiente para que outros filósofos possam explorá-las. Davidson foi um deles.

3. DAVIDSON E A INTERPRETAÇÃO RADICAL

Para Davidson os significados são condição de verdade, isto é, repousam sobre requisitos que devem ser satisfeitos pelo preenchimento de condições de verdade. Por isso mesmo não há algo como uma linguagem pronta que poderia ser aprendida ou dominada, funcionando através de um conjunto de regras do sistema, como pretende o estruturalismo, ou através de um esquema computacional de regras internalizadas, como

pretende Chomsky (ver item 5). Portanto, a linguagem não é redutível a uma competência lingüística, isto é, regras internalizadas e nem a um sistema estruturado. Segundo Davidson, a habilidade de falar e comunicar-se (e não a linguagem enquanto tal) consta de interpretações de ocorrências através de teorias não fixas. Se houvesse a linguagem, a cada interpretação o falante teria que apelar para todo o sistema com suas regras fixas. O falante, ao invés disso, tenta ou testa variadas pressuposições e conjecturas, baseadas na situação, nas intenções, nos modelos invocados para interpretar a ocorrência, tudo formulado de acordo com uma teoria prévia que é ajustada a cada ocasião. Esta constitui a teoria provisória, que não corresponde à competência lingüística, pois dominar uma língua é inútil para interpretar a ocorrência de uma elocução. A teoria provisória não precisa ser compartilhada pela comunidade, pois cada falante passa de uma teoria para outra através de uma estratégia que é um procedimento holístico. Toda teoria de passagem submete-se à revisão constante. Assim que falar a mesma linguagem é convergir acerca de teorias provisórias.

A linguagem não é um meio nem de expressão nem de representação. Esse caráter holístico decorre tanto da linguagem como de elementos não lingüísticos, isto é, tudo o que concorre para um comportar-se adequadamente no mundo. A teoria de passagem ou provisória relaciona-se com o comportamento de uma pessoa, e produz tentativas para saber o que alguém está a dizer em dada situação, por isso mesmo a teoria encontra-se sujeita à revisão permanente. Diante de um torneio frásico, ou de um piscar de olhos, por exemplo, ela funciona dando a interpretação mais adequada àquela circunstância. Compreender-se é tentar fazer convergir as teorias de passagem de uma pessoa com a de outra.

Essas teses inovadoras de Davidson, são posteriores às suas abordagens sobre o problema da referência e da verdade, porém ao enfocar tal problema, já aponta na direção da teoria da interpretação.

Evidentemente o esquema da referência por correspondência não dá conta do processo comunicativo. No entanto, o sucesso de uma teoria semântica depende de ela poder elucidar e dar um papel essencial ao conceito de referência. Ocorre que, por outro lado, apresenta-se um dilema, já que há sérias razões para supor que a referência não pode ser analisada em termos comportamentais. Para sair do dilema, Davidson apoia-se na teoria do significado de Tarski. Esta conduz a tarefas problemáticas, dentre elas Davidson ressalta a tarefa de como explicar a linguagem e a comunicação através de apelo a conceitos diversos delas, devido à ligação com questões não lingüísticas. Uma

teoria deve prover conhecimentos suficientes para compreender as elocuições do falante e prover aplicações empíricas independentes de conceitos lingüísticos. Pela teoria da verdade de Tarski, a cada vez que se caracteriza um predicado como verdadeiro, isso acarreta, para cada sentença da língua L, uma sentença metalingüística da forma: 's é verdadeira em L se e somente se p'. 'S' pode ser substituída por uma descrição de uma sentença de L e 'p' por uma sentença da metalinguagem que dá as condições de verdade da sentença descrita. Essa teoria deve valer inclusive para dar conta dos indexadores. Mas, diversamente de Tarski, para Davidson essas teorias relativizam a verdade por uma **interpretação**, um modelo, um mundo possível, um domínio.

O anti-fundacionismo de Davidson fica evidente quando ele propõe que há uma diferença entre explicar a verdade, dada uma teoria, e prover evidência de que a teoria é verdadeira para alguma falante ou comunidade. Testa-se a teoria no nível da sentença, sua coerência interna. Diz ele em *Radical Interpretation*: "A verdade é uma propriedade única que se liga ou falha em ligar-se às enunciações, enquanto **cada** enunciação tem sua própria interpretação; e a verdade é mais apta para conectar-se com as atitudes puras e simples dos falantes" (1991: 134). A teoria da interpretação tem como suporte as evidências e o pertencimento a uma comunidade de falantes. Conhecendo as condições sob as quais os falantes têm sentenças como verdadeiras, alcança-se, dada uma teoria satisfatória, a interpretação para **cada** sentença.

A referência se dá entre o nome próprio e o nomeado, entre termos complexos singulares e o que eles denotam, entre predicados e as entidades das quais são verdadeiros. É assim que normalmente se trata da referência. Mas, ainda que as palavras tenham conexão causal com o que se referem, uma teoria da verdade só é possível no nível da sentença. Como a teoria do significado deve incluir as condições sob as quais uma sentença é verdadeira e a verdade depende de uma análise de seus constituintes, no caso de nomes e predicados, importa a referência. A condição de verdade de "Sócrates voa", demanda dizer que é verdadeiro se e somente se o objeto referido por "Sócrates" é um dos objetos referidos por "voa". Uma entidade satisfaz "x voa" se somente se essa entidade voa, não conduzindo à referência, pois dar satisfação de uma sentença é um mecanismo recursivo que limita a aplicação a uma lista fixa de predicados.

O problema, segundo Davidson é que, ao mesmo tempo que não se pode dispensar o conceito de referência, não devemos conviver com ele, dar a ele um papel na teoria semântica. Todos os problemas da filosofia da linguagem (verdade, significado, regras lingüísticas, nomeação, referência) se forem solicitados elementos de

outra ordem para explicá-los, a situação fica no mínimo enigmática. A questão da referência conduz a considerações em termos de conceitos não lingüísticos. O problema é o lugar em que há contato entre teorias lingüísticas e eventos, ações ou objetos alcançados em termos não lingüísticos. Partindo das palavras e seu significado (a chamada *building block theory*), a referência não pode ser caracterizada senão em termos não lingüísticos, o que demanda recuar aos princípios fundacionistas do empirismo. Ora, Davidson considera esse procedimento indesejável. Daí a necessidade de partir de sentenças.

Se o nome 'Kilimanjaro' refere a Kilimanjaro, então não há dúvida de que há **alguma** relação entre os falantes do inglês (ou do swahili), a palavra e a montanha. Mas é inconcebível que se possa explicar esta relação sem primeiro explicar o papel da palavra em sentenças; seria ótimo poder caracterizar a referência em termos não lingüísticos, mas não há chance de explicar "a referência diretamente em termos não lingüísticos", afirma Davidson em "Reality Without Reference" (1991: 220). Falamos através de sentenças, portanto há que se deslindar a referência em termos lingüísticos. "(...) proponho defender a versão de uma abordagem holística e concluir que devemos desistir do conceito de referência como básico para uma teoria empírica da linguagem" (1991: 221). Ao invés de depender de questões como as de causa, intenção, problemas do realismo ou do idealismo, deve-se perguntar como o uso de certas palavras engendra o uso de outras palavras, se são eficazes ou não para a função a que se pretende que satisfaçam.

Mas como a teoria da verdade requer a noção de referência, Davidson propõe uma distinção entre explicações **através** de uma teoria e explicação **da** teoria, mostrando que palavras, significados, referência, satisfação, são conceitos postos para implementar a teoria da verdade sem que precisem demandar confirmações ou base empírica independente, quer dizer, sem demandar uma explicação da própria teoria da verdade, e sim, usá-la pura e simplesmente.

Uma teoria da verdade pode ajudar a explicar como a comunicação pela linguagem é possível, pois ela deve bastar para compreender as enunciações em uma linguagem L e prover explicações empíricas sem usar conceitos lingüísticos, pela distinção de explicação em termos da teoria e explicações de como ela se sustenta ao ser relacionada a fatos mais básicos. A definição de verdade não ajuda a analisar o conceito de referência, só diz que "Sócrates é verdadeiro" se uma entidade satisfaz a condição de "x v^oa": a interpretação empírica da teoria da verdade absoluta através das sentenças é

relativizada a um dado tempo: "Sócrates está voando" é verdadeira (na linguagem de alguém, Smith, por exemplo) no tempo t, se e somente se Sócrates está voando em t.

Empiricamente, é preciso uma relação entre Smith e a sentença 'Sócrates está voando' que pode ser descrita em termos de perguntas não resolvidas e que têm valor quando e somente quando Sócrates está voando. A teoria certamente conterà um recurso a um conceito tal como referência ou satisfação. Mas são noções que devem ser tratadas como construtos cuja função fica limitada a estabelecer condições de verdade da sentença (DAVIDSON, 1991: 223).

Essa teoria não **explica** a referência uma vez que não assinala nenhum conteúdo empírico às relações entre nomes ou predicados e os objetos, relações estas que são preenchidas com conteúdo somente se/quando as sentenças de uma teoria o forem.

A teoria dispensa a referência, porém **não** dispensa a ontologia, que permite relacionar um termo singular a um ou outro objeto e diz qual entidade satisfaz cada predicado. A noção de verdade é pré-analítica, possibilita dizer o que conta como evidência para a verdade de uma sentença de dada teoria. Quanto à referência, seu papel é teórico, não se precisa nem do conceito de referência e nem da própria referência, o que quer que ela seja: "se há um modo de assinalar entidades às expressões (um modo de caracterizar 'satisfação') que produz resultados aceitáveis com respeito às condições de verdade de sentenças, haverá infinitas maneiras de fazê-lo satisfatoriamente. Não há razão, então, para chamar qualquer uma destas relações semânticas de 'referência' ou de 'satisfação'", observa Davidson (1991: 224). Referência e satisfação se apresentam para satisfazer condições de verdade para uma sentença. A teoria da verdade não assinala conteúdo empírico diretamente às relações entre palavras e coisas. Ela procura fornecer interpretações ao que o falante diz. Davidson procura desprender a linguagem de uma relação direta com as coisas, procura usar a noção de esquema de referência, em que há um falante cujas enunciações devem poder ser interpretadas. O conteúdo dessas relações é dado indiretamente nas sentenças de uma teoria.

Mas não é um relativista, pois se a verdade de uma sentença é relativa às circunstâncias de uso, para se poder entender essa postura ou esse argumento, é preciso recorrer a um conceito não relativo de verdade

A questão de como uma teoria do significado dá conta da comunicação deve ser posta nos seguintes termos: se alguém que conhece uma teoria de verdade para uma linguagem L, dispõe de informação suficiente para interpretar o que um falante de L diz, pela capacidade de verificar se as restrições empíricas e formais de uma teoria limitam o leque de teorias aceitáveis. A teoria fornece padrões para assinalar verdade, o

significado permanecendo invariante, isto é, a interpretação da sentença, através da localização da sentença no modelo de sentenças que compõe uma linguagem. Portanto, não há nenhum papel relevante para a referência na explicação da relação entre linguagem e realidade, uma vez que o significado de uma sentença é interpretado por outra sentença. Há uma triangulação entre o falante, o mundo e novamente o falante.

Nisso Davidson segue Quine: a referência é inescrutável, a tradução é indeterminável, porém discorda do relativismo de Quine, para quem a relação de referência entre palavras e objetos é relativa a uma escolha arbitrária de um esquema de referência ou tradução. Os casos que Davidson examina como de inescrutabilidade da referência são simples e claros, neles presume-se que a ontologia total é fixa, mas a verdade das sentenças provém dos modos diversos de combinar objetos com palavras. A própria verdade pode ser indeterminada, pois pode haver uma tradução (ou no caso, uma teoria da verdade) que satisfaz as condições empíricas e torna uma sentença verdadeira e outra teoria também aceitável que não cumpre essas condições, bastando que um termo singular ou um quantificador difira. Também a referência assinalada às mesmas palavras e frases pode diferir, ainda que a verdade e os termos sejam fixados. A referência deve poder assinalar uma extensão aos predicados e termos singulares, através de quantificadores e funções, o que se obtém pelo conceito de satisfação, mais amplo que o de referência. Portanto, a referência só faz sentido no contexto de uma teoria da verdade. A referência é relativa não recuando a uma linguagem de fundo, nem pela reatvidade ontológica como quer Quine.

A relação de referência tal como normalmente se entende, como relação que se dá entre nomes e o que supostamente nomeiam, termos singulares e o que supostamente denotam e entre predicados e do que eles supostamente são verdadeiros, Davidson não aceita pois implica em mapear cada objeto do universo para mostrar que é permutável por outro. Daí preferir o conceito de satisfação percorrendo os termos, e produzindo uma definição de verdade para a sentença.

Recusa, portanto, a noção de referência em sentido estrito, porque ela implica que o universo seja permutável, que todo objeto pode ser mapeado por outro, de modo que se num esquema o nome refere ao objeto x, num outro esquema pode referir ao objeto permutado, e assim também com os predicados, de sorte que as condições de verdade assinaláveis sejam as mesmas em ambos os esquemas. A evidência para a teoria da verdade (da tradução) para Quine vem da observação do comportamento, mas para Davidson vem da extensão da sentença. Fixar a ontologia é uma escolha arbitrária, mas

desde que se escolhe o ponto de relativização, a referência não depende da linguagem de alguém, pois a compreensão correta depende de uma interpretação correta. Não aceita a relatividade ontológica da referência. Verdade, referência ou ontologia relativizada não podem depender de uma linguagem ou teoria prévia com seus esquemas fixos, pois para avaliá-la seria preciso olhar do alto esse esquema, o que compromete a relatividade da referência e da ontologia. Por isso, a verdade é de uma linguagem, para que minhas palavras tenham referência, basta falar minha própria linguagem, isto, ironiza Davidson, se eu quiser me fazer entender! As estruturas semânticas são públicas, as palavras não podem estabelecer uma referência única, uma vez que não podem transportar esta referência para outra palavra. Os esquemas alternativos de referência são empiricamente equivalentes e

apesar de um intérprete da esquematização poder distinguir entre esquemas de esquematização, a existência de esquemas alternativos equivalentes para interpretar a esquematização, previne que o intérprete faça uma identificação única da referência dos predicados da esquematização, em particular seu predicado 'refere-se a'. O que um intérprete não pode decidir no terreno empírico acerca da referência das palavras da esquematização, não pode ser uma característica empírica daquelas palavras. Assim, aquelas palavras não determinam um esquema único de referência, mesmo quando escolhidos entre alternativas arbitrárias. Daí a inescrutabilidade da referência (1991: 235).

O que não impede de se fazer referência numa linguagem que conhecemos. Se a fixação depende de uma escolha arbitrária de alguém, de algum modo, algo foi fixado. Por exemplo, uma pessoa não pergunta onde fica o bairro tal, mas onde fica a casa de fulano de tal, no bairro tal. Há alguém que entende aquilo que estou a perguntar.

Mesmo que houvesse uma conexão causal entre nomes e aquilo a que se referem, Davidson explica que

isso não significa que a adequação de uma teoria de verdade não deva ser testada no nível da sentença. Suponha que uma teoria causal de nomes é verdadeira. Como estabelecer este fato como sustentável para uma linguagem de um falante particular ou de uma comunidade? Sugiro que somente considerando que a teoria causal dá conta do comportamento lingüístico, atual ou potencial, do falante. Este comportamento concerne primariamente sentenças e suas enunciações (...) O intérprete do esquema deverá poder dizer que a esquematização dos esquemas difere de um para outro, mas não estará apto a escolher uma única maneira correta de combinar palavras e objetos da esquematização. Segue-se que na esquematização não pode ter usado palavras que determinam um único esquema. A referência permanece inescrutável (1991: 236-237).

A verdade de uma teoria causal da referência independe de sua possibilidade de teste pelas reações ou atitudes dos falantes e também independe da questão da

inescrutabilidade da referência. Davidson discorda da teoria causal, mas não está querendo mostrar que a referência não é relativa, e sim pretendendo demonstrar que isso não justifica o conceito de relatividade ontológica. A relativização da referência ocorre no uso de predicados de uma linguagem específica, com diversas extensões. O esquema de tradução ou interpretação pode não fixar situações ou casos de referência, mas estabelece o leque de questões sobre o que o falante quer dizer ou referir com uma palavra ou sentença. O que não leva a modos de falar relativos que decidam arbitrariamente

o que os objetos são (...). Mas não podemos negar que, dado um esquema de interpretação ou tradução, tenhamos decidido que palavras podemos usar em nossa própria linguagem para interpretar as palavras do falante. Há um modo incontroverso de marcar a relatividade do esquema? Eu acho que sim (...) Tudo que podemos dizer que fica fixado pela relativização é o modo como respondemos a questões sobre a referência, não a própria referência (DAVIDSON, 1991: 238-239).

Quer dizer, relativo é o modo como respondemos a questões sobre a referência (depende da linguagem do falante) e não a própria referência, pois a cada esquema de referência, usa-se uma linguagem diferente. Consideramos que um falante está falando determinada linguagem e não outra, a cada vez que decidimos mudar o esquema referencial. O problema é a teoria empírica da linguagem de uma pessoa: ela é parte de uma teoria mais geral que inclui seus desejos, crenças, emoções, etc. A cada vez que nossa interpretação das palavras de uma pessoa muda, temos que alterar os desejos e crenças a ela atribuídos. Uma pessoa pode estar falando linguagens diferentes, neste caso procura-se ajustar as atitudes que atribuímos a ela, fazendo novos arranjos na teoria total acerca da pessoa.

A verdade de sentenças e a referência de palavras dependem de uma linguagem não por constrangimento empírico, pois é possível assinalar condições de verdade diferentes à mesma sentença. Ainda que a verdade fosse invariante, os modos de combinar palavras e objetos são flexíveis, e é sempre numa linguagem que certos papéis são atribuídos à referência, à verdade e à satisfação, linguagem essa cuja escolha vem das atitudes do falante diante das sentenças. A partir dessas atitudes interpreta-se sua fala, e, pela sua atitude, atribui-se crenças ou desejos. Ao escolher uma linguagem, importam estas questões empíricas, e são elas que darão conta da referência de uma palavra. Não que essas atitudes fixem a referência, pois desejos, crenças, intenções funcionam não um a um, mas dentro de teorias totais que precisam ser construídas conforme o caso, o que é uma razão a mais para justificar a inescrutabilidade da

referência. Não há uma forma ou formas lingüísticas capazes por si sós de fixar a referência. A linguagem tal como a empregamos é contingente.

Importa para Davidson não uma suposta competência lingüística, e sim que, numa situação determinada de uso, um falante emite frases cujo significado pode ser apreendido pelo ouvinte, dado este possuir uma habilidade para interpretar aquela fala, e isto tanto devido à estrutura semântico/sintática de um enunciado, quanto ao método de interpretação que ambos compartilham. A referência é um dos fatores que contribuem para caracterizar as condições de verdade das sentenças, sem que ela própria, que dizer, por si mesma, forneça um critério prévio de relação entre palavras e coisas. O que os falantes compartilham são teorias ajustadas a cada interpretação. A referência é uma questão discursiva, isto é, cabe a pergunta "a que você se refere neste contexto com estas palavras da sua linguagem, nesta sentença?" e não um esquema *a priori* que obrigue uma sentença a ter uma dada relação com o referente. Não há uma teoria apta a dar uma interpretação cabal do que um falante diz, e não vai ser a referência o mecanismo capaz de fornecer uma tal teoria. O que não impede, pelo contrário, estimula, o saber fazer referências diversas conforme o fluxo da comunicação, o desejo do falante, novas informações, etc.

Segundo Rorty, Davidson foi o filósofo que melhor explorou as conseqüências das suas afirmações (de Rorty):

Que somente as frases podem ser verdadeiras, e que os seres humanos, fabricando linguagens nas quais formulam frases, fabricam verdades (...) A maneira como Davidson trata a verdade é paralela à maneira como ele trata o aprendizado da linguagem e da metáfora, a ponto de constituir o primeiro tratamento sistemático da linguagem que rompe completamente com a noção de linguagem vista como algo adequado ou inadequado com relação ao mundo ou ao eu. Pois Davidson rompe com a noção de linguagem considerada como intermediária (*medium*): um meio (*medium*) de representação ou de expressão (RORTY, 1993: 30).

Davidson mostra as conseqüências de se tratar os vocábulos como ferramentas, melhor do que Wittgenstein. Soluciona questões que havia antes de Wittgenstein como as perguntas sobre se a linguagem é adequada para cumprir a tarefa de representar ou expressar de um modo "ótimo" ou não, se ela é um meio transparente ou opaco. Segundo Rorty, essas questões não têm mais razão de ser, pois supunham a pergunta sobre o acordo ou desacordo com o mundo. A própria linguagem não é um conjunto distinto ou unitário, que se relaciona de um lado com o mundo, e de outro lado como o eu. Não há significados pairando acima dos interlocutores, como entidades não lingüísticas que a linguagem trataria de expressar, nem fatos como entidades não

lingüísticas que a linguagem trataria de representar. A linguagem não é destinada, de per si a uma determinada tarefa, muito menos a de resumir-se em significar e referir. Mas quando o faz, o faz de modo a que possamos nos entender.

O lugar da referência numa teoria semântica não é compor-se ou adequar-se a uma teoria causal da referência, e sim a uma teoria da verdade que basta para assegurar que ninguém decide o que são os objetos a não ser num esquema de interpretação, que não é nem arbitrário, nem depende de um conjunto fixo de regras autoaplicáveis. A combinação de palavras e objetos depende de uma linguagem e esta depende das atitudes de um falante que compartilha parte significativa destas habilidades. A referência tem uma função discursiva, ajustada a cada vez conforme o que alguém quis dizer com aquelas palavras, dispostas daquele modo, naquela sentença, naquele contexto, para alguém. Seu holismo preconiza que a linguagem, como vimos acima, não é uma ponte entre o sujeito e sua representação do real, mas é parte da vida humana com outros e com o mundo.

Davidson desenvolve uma teoria da verdade para sentenças do inglês, de que resulta uma estrutura da língua, capaz de prever os significados desta língua, dispensando uma definição de verdade (como correspondência ou outra do gênero). As teses davidsonianas são de cunho "coerentista", cuja vantagem é mostrar que não há uma superioridade das sentenças que correspondem a algo, verdadeiras -, e aquelas cuja relação com a verdade advém da convenção.

4. PUTNAM E A QUESTÃO DA FIXAÇÃO DA REFERÊNCIA

Se Davidson relativiza a noção de referência, Putnam reabilita a discussão, num outro quadro teórico. Critica a teoria mágica da referência que supõe haver uma conexão direta entre aquilo que o pensamento/linguagem representa e a realidade representada. Se uma formiga traça uma curva na areia semelhante ao perfil de Churchill, a curva que ela traçou não é uma representação de nada. Conhecer o nome de alguém não é ter um poder sobre ele pois não há uma ligação mágica entre o nome e seu portador. A relação nome/portador é "contextual, contingente, convencional" diz Putnam (1992: 25). Assim também as representações mentais não têm uma conexão necessária com o que representam. Suponhamos seres humanos que evoluíram num outro planeta, que nunca viram árvores e que um dia se vejam diante de uma imagem de uma árvore. Eles não terão a representação de árvore, mas apenas de um objeto estranho. Se macacos digitassem palavras, elas não refeririam a nada, pois entender

implica em "usar palavras nos contextos certos, responder a questões sobre o que se estava a pensar, etc." (1992: 26).

Mesmo um grande e complexo sistema de representações, tanto verbal quanto visual, não tem contudo uma conexão *intrínseca*, incorporada, mágica com o que representa - uma conexão independente do modo como foi originada e das disposições de quem fala ou pensa. E isto é verdade quer o sistema de representações (...) esteja fisicamente realizado - as palavras sejam escritas ou faladas, e as imagens sejam imagens físicas - ou apenas compreendido na mente. As palavras em pensamento e as imagens mentais não representam *intrinsecamente* o que pretendem representar (PUTNAM, 1992: 27).

Quer dizer, se fôssemos cérebros programados para pensar exatamente como pensamos, mas esses cérebros estivessem fechados numa cuba, não poderiam pensar que pensam, pois não podem referir como habitualmente fazemos. Mesmo em programas de computador feitos de modo a usar palavras apropriadamente em certos contextos,

a menos que essas palavras se refiram a algo extra lingüístico, essas palavras continuam a não possuir referência determinada (...) Os mundividentes com o cérebro na cuba não podem referir de todo a nada de externo (...) O que temos é um dispositivo para produzir frases em respostas a frases. Mas nenhuma dessas frases está ligada ao mundo real. (...) O que produz a ilusão de referência, de significação, de inteligência, etc., é o fato de nós termos uma convenção de representação sob a qual o discurso da máquina se refere a maçãs, campanários, etc. Similarmente pela mesma razão, existe a *ilusão* de que a formiga caricaturou Churchill. Mas nós somos capazes de perceber, tratar, lidar com maçãs e campos. O nosso discurso sobre maçãs e campos está intimamente ligado às nossas operações *não verbais* com maçãs e campos. Existem regras de entrada na linguagem que a partir das experiências com maçãs nos levam a elocuições tais como "Vejo uma maçã", e regras de saída da linguagem que das decisões expressas em forma lingüística (...) nos levam a outras ações além do falar (PUTNAM, 1992: 33).

Como a máquina joga o jogo da imitação, mesmo no caso de não existirem mais maçãs, ela continuará repetindo o jogo, também os cérebros numa cuba continuariam a usar a palavra "árvore" mesmo que não houvesse mais árvores, como se a referência fosse mágica. Para pensar e referir há certas condições *a priori* do próprio tipo de raciocínio humano e condições empíricas, pois a mente tem acesso às coisas externas através de meios fornecidos pelos sentidos. Usamos os conceitos não como temos imagens, sensações e sentimentos, pois os conceitos são signos usados de certa maneira, podendo ser públicos ou privados. Fora de seu uso, ou seja, por si mesmos, intrinsecamente, os signos não referem.

O conceito de "olmo" ou de "faia", para quem não distingue uma espécie vegetal da outra, é o mesmo. Para fazer uma distinção na referência, apelamos ao perito, neste

caso, um botânico. A referência é socialmente estabelecida e depende de se "possuir a **capacidade** de usar frases de modos circunstancialmente adequados . (...) a imagem, se não estiver acompanhada pela capacidade de agir de uma certa maneira, é apenas uma **figura**, e agir de acordo com uma figura é uma capacidade que se pode ou não possuir" observa Putnam (1992: 41). É possível apontar para uma árvore e ainda assim não compreender uma ordem, como "aponte para uma árvore!" Como bem viu Wittgenstein, segundo Putnam, a compreensão não é uma ocorrência fenomenológica, mas uma capacidade. O que se pode detectar pela introspecção não refere, assim como o desenho da formiga não refere; por outro lado, considerar que se tem objetos mentais especiais, os "conceitos" que têm conexão necessária com os seus referentes é um engano, pois os conceitos não são ocorrências, fenômenos, e sim, capacidades.

Não é o que se passa na cabeça de alguém que determina o que se quer dizer e a que as palavras se referem. Ao mesmo *type* de "eu", corresponde, a cada enunciação, um *token* diverso, um estado mental também diferente que, portanto, não fixa a referência. A extensão de um termo como "gato" é o conjunto dos gatos, a do termo "eu" é uma função-extensão, varia conforme o falante. Num mundo possível o conjunto de gatos pode ser vazio. A intensão é o conjunto de objetos possíveis que são gatos em dado mundo. Intensão não é o mesmo que significação, pois a intensão de "cubo" e de "poliedro de seis faces" é a mesma, porém diferem em significação. Uma hipótese que pode parecer interessante é a de que, para atribuímos interpretações por meio da linguagem, acionamos restrições tanto operacionais (as que se sujeitam às revisões suscitadas pelo aperfeiçoamento de nossas experiências) como teóricas (pelo ajuste da teoria com a experiência) que fixam a extensão dos termos, ficando o falante sabendo da intensão dos termos de modo a poder aplicar uma teoria sobre o mundo; essa teoria diz como o mundo teria que ser, de modo que a teoria pudesse ser considerada verdadeira.

Putnam aponta a falha dessa hipótese, que é sofisticada mas não funciona, pois ela visa "fixar as intensões e extensões dos termos individuais pela fixação das condições de verdade para frases completas (...). Todavia, mesmo que isso esteja correto, tais restrições (operacionais e teóricas) não podem determinar aquilo a que nossos termos se **referem**", afirma Putnam (1992: 59). A referência permanece indeterminada, porque não é fixada pelas restrições operacionais e teóricas, uma vez que é possível "interpretar toda a linguagem de modos violentamente diferentes, cada um deles compatível com a exigência de que o valor de verdade de cada frase em cada mundo possível seja o especificado (...). Nenhuma concepção que apenas fixe os valores

de verdade de frases completas pode fixar a referência", enfatiza. (PUTNAM,1992: 59). Em "O gato está sobre o tapete" (10) temos uma sentença intemporal cujo valor de verdade em qualquer mundo possível fica inalterado, (10) é verdadeira se há um gato sobre o capacho, ainda que a referência receba uma nova interpretação em que (10) signifique outra coisa. O modo de selecionar o valor de verdade correto, mais uma vez, não estabelece a referência dos termos.

A pergunta é, então, o que fixa a referência? A intenção ou a intencionalidade não são capazes de fazê-lo porque a intenção pressupõe a própria capacidade de referência. Saber de minha dor é uma questão de estado mental, mas afirmar que "a neve é branca" depende de a neve ser ou não branca, depende de algo fora do corpo e da mente, o mundo deve ser questão para que a crença seja verdadeira. "Os estados mentais puros, por exemplo, intentar que o termo "água" se refira a água no nosso mundo nocional - não fixam a referência ao mundo real", diz Putnam (1992: 69) pois pressupõem a capacidade de referir à água na realidade, de modo que as intenções não são eventos mentais que provocam a referência das palavras a coisas. A referência, antes de mais nada, integra o processo intencional.

O mundo nocional de cada um interpreta um sistema de crenças que atribui referentes externos aos termos, imagens e representações das quais se serve o pensamento, mas a própria extensão dos referentes não permanece a mesma. Putnam explica que

As restrições operacionais e mais as restrições teóricas são o modo natural de permitir no contexto empírico real que se determine a interpretação (ou interpretações) admissível do nosso sistema representacional. Tais restrições podem até certo ponto determinar quais frases da linguagem são verdadeiras e quais são falsas; o que permanece é a folga entre as condições de verdade e a referência (1992: 71).

Putnam discorda do realismo metafísico de Kripke, para quem a referência é a mesma em todos os mundos possíveis, portanto é metafisicamente verdadeiro que a água é H₂O. Para um exteriorista (Putnam chama de "exteriorismo", e nós chamamos de "representacionismo", a relação de ir do mundo à linguagem, estabelecendo um laço), os objetos são independentes, o mundo é, tal como ele é. A verdade estabelece-se numa relação de **correspondência** entre palavras ou signos/pensamentos, com coisas e conjuntos de coisas externas. Para funcionar, esse esquema exteriorista necessita de uma espécie de olho de Deus, que tudo sabe, uma espécie de Deus cartesiano, que garante a certeza e a evidência das idéias.

Do ponto de vista interiorista, "a pergunta em que objetos consiste o mundo? É uma pergunta que apenas faz sentido no interior de uma teoria da descrição" diz Putnam (1992: 76). Ora, há várias teorias ou descrições do mundo "verdadeiras", uma vez que verdade é algo aceitável racionalmente, e que serve para se obter coerência em um grau suficiente para que as pessoas se entendam entre si e se adequem às suas experiências. Estas experiências não estão isoladas, senão que pertencem a um sistema cultural de crenças. Verdade não é correspondência a um estado de coisas independente da mente ou do discurso. Neste sentido é que Putnam se considera um interiorista, apesar de ser evidente, a nosso ver, que sua concepção de referência segue as atuais tendências culturalistas e contextualistas, que são tendências exterioristas. O que leva a pensar que a distinção entre exteriorismo e interiorismo não é simples, nem funciona automaticamente. Daí o cuidado com o uso destas caracterizações, uma vez que os termos em que a disputa é posta, são bastante controvertidos. O que fica evidente com o próprio modo como Chomsky a analisa, do que trataremos logo adiante. Voltando à argumentação de Putnam em favor do interiorismo, para ele o exteriorista erra ao tomar a representação como semelhança, isto é, sustenta que as representações mentais assemelham-se aos objetos externos a que se referem. A imagem na mente tem a forma do objeto externo, tanto para racionalistas como para empiristas. Foi Kant quem abalou a teoria da representação, muito embora sua concepção das formas *a priori* da razão não faça menção alguma à linguagem. Só recentemente, em nossa atual configuração epistêmica, é que a referência passou a ser relação entre signos e coisas, justamente a partir do momento em que a linguagem tornou-se questão essencial. Seguindo um pouco as pegadas kantianas, Putnam concorda que nada se pode dizer sobre o objeto em si (não que não "haja" objetos em si) sem intervenção da mente, e, por conseguinte, da linguagem. As idéias não copiam fielmente os objetos: há o "filtro" da mente/linguagem e as sensações remetem a outras sensações, são organizadas pelos termos, pelo léxico. Além disso, os juízos tanto podem ser sobre objetos empíricos como sobre entidades mentais. Representar mentalmente um objeto não assegura existir esse objeto, mesmo porque não há uma coincidência um por um entre o que se pensa sobre algo e esse algo.

Não há obrigação alguma de se convergir para a chamada verdade atestada. Há vários pontos de vista que se relacionam a propósitos e interesses diversos, que dão sentido às descrições e teorias em suas aplicações e que não seguem o modelo empirista.

Ao defender o ponto de vista interiorista, Putnam critica a teoria da correspondência, os signos não correspondem por si aos objetos, pois signos são usados.

Mas um signo que seja de fato empregado de um modo particular por uma comunidade particular de utentes pode corresponder a objetos particulares no interior do esquema conceptual desses utentes. Os 'objetos' não existem independentemente dos esquemas conceptuais. Nós retalhamos o mundo em objetos quando introduzimos um ou outro esquema de descrição. Visto que os objetos e os signos estão de modo semelhante no interior do esquema de descrição, é possível dizer qual corresponde ao quê (1992: 80).

A referência é um problema permanente para o exteriorista, a cada emissão, terá que descobrir o que é a referência, como se dá e qual é a mágica relação entre palavras e coisas. Para o exteriorista a solução do problema da denotação como extensão não satisfaz. Discordam que se possa considerar "Pégaso" como o conjunto de seres com certas características, não mais que isso. Não entendem que é possível, portanto, referir-se a extraterrestres sem ou com contato com eles. A velha teoria causal da correspondência só traz embaraços metafísicos. É bem verdade que para o exteriorista não é preciso conexão *real*, mas os termos básicos devem referir-se a gêneros de coisas. Putnam discorda, ser da mesma espécie, por exemplo, só faz sentido num dado esquema categorial. A espécie cavalos não contém objetos que existem em si mesmos que o termo cavalo abarcaria, pois esses objetos não vêm já prontos, etiquetados. Somos nós que separamos as coisas em espécie. Os objetos são auto-identificantes, não no sentido proposto pelo exteriorista. Sendo construídos através de conceitos e também descobertos pela experiência objetivadora, independente da vontade, por isso mesmo, diz Putnam,

pertencem intrinsecamente a certas classificações; porque essas classificações são as ferramentas que usamos em primeiro lugar para construir uma versão do mundo com tais objetos. Mas esta espécie de 'objeto auto-identificante' não é independente da mente; e o exteriorista quer pensar no mundo como consistindo de objeto que são **simultaneamente** independentes da mente e auto-identificantes. É isto que não se pode fazer (1992: 82).

O interiorismo não implica em relativismo, pois os esquemas conceptuais desempenham papéis, têm conseqüências, ligam-se aos *inputs* da experiência. Putnam não aceita a tese de Rorty, de que o guia do conhecimento seja unicamente a coerência interna, que se pode substituir a busca da objetividade pela busca da conversação. Apesar de Putnam recusar o relativismo, considera que, até certo ponto, os dados da experiência são moldados pelos conceitos, pelo vocabulário, pelas descrições que utilizam esquemas conceptuais. Mesmo a descrição das sensações é afetada por esses

esquemas. Nada disso dispensa a exigência da coerência, evidentemente, coerência do e no enunciado, coerência entre os enunciados, entre as crenças teóricas, entre as crenças empíricas. Nossa psicologia demanda, num certo sentido, concepções de coerência e aceitabilidade relativas tanto à cultura quanto à organização biológica. Mesmo que houvesse duas espécies distintas em dois mundos possíveis distintos com o mesmo signo para referir-se a um objeto, ainda assim, as práticas e usos difeririam, e são elas que fixam a interpretação e não os próprios signos, observa Putnam, concordando com Wittgenstein II. E, devido às diferentes atividades e interpretações, afirmar que se trata da mesma sensação dependeria de uma teoria psicológica, mas esta, por sua vez, também é suscetível de ser guiada por padrões de aceitabilidade e correção. A percepção faz sentido num quadro conceptual, a partir de modos diversos de descrevê-las, modos que podem ser mais ou menos adequados.

A ilusão da apreensão direta das formas, herança de nossa cultura platônica, provém do hábito de guiarmos as ações em termos de explicações causais, atribuindo propriedades às coisas como se essas propriedades fossem essenciais. Não se percebe que, ao afirmar que uma rosa é vermelha, faz-se uma classificação da cor, que é **verbal**, não se está apreendendo uma propriedade em si da rosa, esquema esse que só funcionaria numa teoria do conhecimento como representação e da verdade como correspondência. Se houvesse apenas uma correspondência entre palavras e coisas, e estas fossem independentes da mente, teria, novamente, que funcionar o olho de Deus único com acesso às coisas em si. A compulsão pela teoria única verdadeira é tão forte que mesmo depois de Kant ainda há "soluções metafísicas", ironiza Putnam.

O que não significa abrir mão de um contato com o real (por isso mesmo Rorty e também Chomsky, consideram Putnam um exteriorista), pois não se trata de concepções aleatórias ou subjetivas; elas definem uma "**objetividade para nós**", afirma Putnam e não uma objetividade extrínseca, de coisas em si, divorciadas das palavras. Podemos perfeitamente formular juízos objetivos nas várias ciências. Putnam critica o modelo exteriorista calcado nas representações da realidade, que para estar correto, demandaria invocar-se um olhar divino presidindo a relação entre palavras e coisas que garantiria a objetividade como critério final.

Nossas concepções sobre coerência e aceitabilidade dependem de nossa biologia e de nossa cultura, e, ao definirem uma objetividade para nós, são, no entanto acerca de algo **real**, não aleatório e nem arbitrário. Putnam rejeita a noção exteriorista de uma teoria verdadeira em si, mas nem por isso confunde "racionalmente aceitável" e

"verdadeiro". A verdade é propriedade do enunciado, permanece, já a justificação pode ser rejeitada: o enunciado "A Terra é plana" não é mais aceitável, não há mais justificativa racional para ele, e ele não foi verdadeiro numa dada época, e sim racionalmente justificável, do contrário, se fosse verdadeiro, isso implica que a Terra teria mudado de forma.

Putnam não renuncia, no entanto, à verdade, mas não se trata de verdade num sentido metafísico, pois a verdade em si não saberíamos dizer o que é. Sugere que a verdade é uma "idealização", advém de certas condições epistêmicas ótimas que justificam plenamente um enunciado. Nos limites do razoável, verdade é a melhor adequação possível. Pretendemos obter essas condições, mas é duvidoso que cheguemos a elas. Por isso discorda da crítica de Quine à noção de *a priori* e de analiticidade. Não é porque nossas noções de racionalidade e de revisão racional não estejam presas a esquema algum transcendental que devemos aceitar o holismo de Quine. "A asserção de Quine de que 'Nenhum enunciado está imune à revisão' sugere que para todo enunciado existem circunstâncias em que seria **racional** rejeitá-lo. Mas isto é claramente falso: em que circunstâncias, afinal, seria racional rejeitar 'Nem todos os enunciados são verdadeiros', isto é, **aceitar** 'Todos os enunciados são verdadeiros'?", pergunta Putnam (1992: 115). A revisão tem limite, há coisas racionalmente justificáveis. Por isso rejeita o relativismo de Kuhn e o anarquismo de Feyerabend. Para verificar a noção relativista de racionalidade que eles propõem, ter-se-ia que lançar mão das próprias normas culturais, o que é auto-refutante. Neste sentido sua crítica ao relativismo não traz novidade, como aliás também a crítica de Habermas, como veremos no próximo capítulo.

A racionalidade está presente nas atividades da linguagem e da argumentação, ela não está apenas circunscrita a normas culturais. Putnam discorda do relativismo epistemológico, porém não cai na ingenuidade de supor um critério de verificação como o do neopositivismo, para quem a justificação se dá pela experiência, que, em última análise tem caráter privado. Ao propor a noção de uma racionalidade que avança pelas fronteiras das diversas culturas, mas cujo limite, ainda que dentro das próprias concepções acerca das coisas, é aquilo para o que o diálogo converge, Putnam pretende mostrar que não há risco de arbitrariedade quanto à referência. Isto porque as comunidades diversas encaminham as discussões teóricas no sentido de dar conta cada vez melhor, do que vale como realidade. Daí seu "interiorismo" não ser relativista e sim um "interiorismo realista", que reserva um papel fundamental à adequação de

descrições, projetos, representações, expressões, ao mesmo tempo que rejeita a verdade como correspondência. Enfim, o esquema conceptual permite referir com sentido, porque não se abandona o estar falando, afinal de algo, sem que se precise postular o que é esse algo.

Portanto, sem algum esquema conceptual fica impossível dizer de que objeto se trata, portanto, fica impossível referir. O problema é: o que é e como funciona este "esquema conceptual". Putnam hesita entre o estilo kantiano das formas *a priori* e o culturalismo. Este é o preço a pagar por sua preocupação em evitar as conseqüências do relativismo.

5. INTERNALISMO E REFERÊNCIA PARA CHOMSKY

Chomsky polemiza com todas as concepções que vimos analisando, especialmente as dos dois últimos capítulos. São bem conhecidas suas teses sobre a linguagem internalizada e sua aposta nos progressos da ciência, especialmente a neurologia, para dar conta da competência lingüística. Quanto ao uso da linguagem, não há ciências que dêem conta desse fenômeno, a performance permanece sendo algo misterioso. Dada a espantosa rapidez no aprendizado de uma língua, a hipótese mais provável é a de que grande parte dessa capacidade é inata, permitindo selecionar opções de um estoque prévio. Os estímulos fixam parâmetros da linguagem que se está aprendendo devido aos princípios comuns, universais, quase perfeitos, da linguagem internalizada, produto da mente/cérebro, como por exemplo, a ligação som e significado e o fenômeno da discreção de palavras. O estado inicial, a gramática, é comum à espécie. Estes princípios não são, portanto, aprendidos, ao contrário da hipótese behaviorista de Quine. Para Chomsky a linguagem "é um sistema complexo de regras não específicas às línguas, mas da própria faculdade da linguagem (...) As regras são decompostas em princípios gerais da faculdade da linguagem, que interagem para produzir as propriedades das expressões" (2000: 8). As representações semânticas das expressões geradas, quer dizer, o sistema conceptual, são produzidas por propriedades intrínsecas da mente/cérebro. As palavras são complexos de propriedades fonológicas e semânticas, sendo que as primeiras são usadas pelo sistema sensorio motor para articulação e percepção; as últimas funcionam através de outros sistemas da mente que usam as propriedades semânticas do mundo. Quando alguém fala sobre o mundo e interpreta o que outros dizem sobre o mundo, o faz mediante sistemas conceptuais da

mente/cérebro, o que contraria todas as hipóteses que estamos analisando, de Wittgenstein a Quine, passando por Davidson e Putnam.

Mas o próprio Chomsky reconhece que seu internalismo ainda provoca dúvidas. Ainda não há uma boa solução científica sobre se "livro", por exemplo, usado para referir a um artefato, deve-se ao significado da palavra ou a um conceito associado à palavra. De qualquer modo alguns traços do item lexical "livro" são internos ao domínio semântico mental e universal; esses traços determinam o modo de interpretar, como sendo referente ao aspecto material (o objeto físico livro, portátil) ou ao aspecto abstrato (uma edição de dada obra). Em "Seu livro está em todas as livrarias", por exemplo, estão presentes os dois aspectos, o material e o abstrato. Já em "Seu livro está na 5ª edição", apenas o último aspecto aparece. Os elementos referenciais obedecem a circunstâncias específicas, que podem vir da própria aquisição da linguagem, de propriedades gerais das línguas, de formas inventadas. Por ora não se sabe até que ponto a capacidade de referir, por exemplo, é uma propriedade específica da linguagem humana produzida pela aplicação de leis bioquímicas a objetos. De qualquer modo, para Chomsky o livro não tem propriedades em si que permitem referir-se seja ao volume, seja à edição, essas propriedades provêm do modo como as pessoas pensam e dos significados que expressam esses pensamentos, ou seja, de como os traços semânticos são usados: "de modo geral, uma palavra, mesmo banal, afirma Chomsky, não escolhe uma entidade do mundo ou de nosso 'espaço de crenças'"(2000: 17). Fica evidente que também Chomsky rejeita uma teoria "mágica" ou causal da referência.

Porém, ao contrário de Putnam, Chomsky desconfia da pesquisa das ciências naturais acerca dos fenômenos cerebrais para desvendar problemas como o do significado, não porque o homem não possa ser explicado por aquelas ciências (argumento de Putnam), mas porque "o que tomamos como objetos, como nós nos referimos a eles e os descrevemos, e o leque de propriedades com as quais os investimos, dependem de seu lugar numa matriz de ação humana, interesses e intenção em pontos que estão longe do alcance potencial da pesquisa naturalística" diz ele (2000: 21). Descrever algo como escrivaninha e não como mesa de cabeceira, depende da intenção daquele que designa, de como as pessoas usam esses termos, de design, etc. O uso de termos no discurso ordinário dificilmente poderá ser explicado em termos de "energia", "movimento", "matéria", termos esses das ciências naturais. Chomsky separa as ciências "duras", calcadas na experiência, das ciências do comportamento humano, que não produzem teorias suscetíveis de experimentação ou verificação.

Não que Chomsky defenda a explicação da referência como uma questão de intenção, pois esse é um conceito com o qual as ciências da psicologia e da biologia nada ganhariam em termos explanatórios. O que, por sua vez, não deve levar à conclusão de que as teorias do cérebro não desempenhem papel de relevo na compreensão de estudos sobre a percepção, por exemplo. Chomsky afirma que estimular um ponto dado do cérebro é algo que deve estar envolvido quando se pensa ou se refere a gatos, e portanto, deve contribuir para a discussão sobre o significado de "gato", ao contrário do que pensa Putnam. O sistema computacional representacional do cérebro é responsável por alguém pensar em gatos, fornece condições especiais para referir dado o papel desempenhado pela escolha de operadores. A faculdade da linguagem especifica o significado e a forma dos fatores lexicais para "escrivanhinha", "livro", "gato", etc. O estado genético inicial permite que só uma certa variedade de linguagens internalizadas se desenvolva sob o efeito da experiência que desencadeia e molda aquela linguagem. A faculdade da linguagem no cérebro é um "objeto real", que, ao tomar a forma de uma linguagem internalizada, permite que ela se atualize para poder articular, interpretar, exprimir desejos, crenças, referir, contar histórias, etc. A única estrutura virtualmente compartilhada pela comunidade, e que pode ser objeto de estudos da ciência é essa faculdade. Não é o cérebro que vê uma árvore, são pessoas em situação que pronunciam palavras, se referem a gatos no capacho, atividades essas possíveis porque são produzidas por algoritmos. Há um processo gerador que extrai expressões lingüísticas com suas propriedades de interface e sistemas de performance que acessam e usam essas instruções para interpretar e expressar pensamentos. O estudo da linguagem não pode ser feito a partir do comportamento, nem do exterior, nem das atitudes públicas. A hipótese internalista de Chomsky afirma que o estado inicial da faculdade da linguagem determina as instruções para falar e pensar, daí a linguagem não ser aprendida. Os aspectos fonológicos, sintáticos e, inclusive os semânticos, são processos computacionais e representacionais. No exemplo, "João está pintando a casa de marrom", além das propriedades acima mencionadas, há propriedades formais, a relação de implicação que conduz a interpretação para pintura do exterior da casa, concebido como algo concreto, e não do interior, se "casa" fosse concebida como algo abstrato. Para Chomsky essa é uma instrução dada por um traço universal para a performance.

Um item lexical provê um certo leque de perspectivas para visar o que tomamos como coisas no mundo, ou o que concebemos de outras maneiras; esses itens são como filtros ou lentes, que

fornecem modos de olhar as coisas e pensar sobre os produtos de nossas mentes. Os próprios termos não referem, pelo menos se o termo 'referir' é usado em sentido natural na língua; mas sim as pessoas podem usá-los para referir-se a coisas, focalizando-as de pontos de vista particulares - distantes do ponto de vista das ciências da natureza (CHOMSKY, 2000: 36).

A referência não fixa uma relação com a coisa mesma através de uma linguagem pública comum. É possível referir-se a Londres como cidade, ainda que tenha sido destruída em certo momento. A abordagem naturalística prevê um esquema no cérebro para falar sobre gatos, prevê que há uma semântica internalista que fornece hipóteses mais ricas do que a abordagem externalista. Para a primeira há relações de referência entre expressões lingüísticas e algo mais, que seriam entidades de um certo domínio, talvez, aposta Chomsky, um domínio semântico. As entidades deste domínio teriam relação com o que as pessoas fazem quando usam palavras. Entram em cena as representações fonológicas, as estruturas frasais e também os domínios dos valores semânticos e os da referência, que seriam parte de um sistema de interface. Essa relação precisaria do mesmo tipo de justificação com que Chomsky opera nos aspectos sintáticos, como o da anáfora. Assim a relação entre a referência e o domínio de valores semânticos justificada em termos internalistas, leva a crer numa relação entre palavras e coisas, cuja justificação, no entanto, se daria num outro nível, do qual não teríamos intuição, e para o qual apelar para a comunidade ou para o caráter público da linguagem, como faz Putnam, de nada ajuda, diz Chomsky. A solução de Putnam de que a referência varia conforme as circunstâncias e que a cooperação social é responsável pela solução da referência de termos técnicos, demandaria inquirir virtualmente tudo a fim de estabelecer a relação do termo com seu referente. A teoria do meio externo como fator determinante da referência só se justificaria na hipótese de haver uma noção de "referência" existente entre expressões lingüísticas e as coisas, "o que não é nada óbvio, apesar de as pessoas usarem essas expressões (de várias maneiras) para referir-se a coisas, adotando as perspectivas que essas expressões fornecem. Há circunstâncias em que as condições particulares habitualmente levantadas parecem apropriadas, (...) ajudam a determinar a que se está referindo. E há outras circunstâncias em que não", explica Chomsky (2000: 41).

Essa não é a interpretação correta da posição de Putnam, o qual, justamente, **recusa** a hipótese externalista: a referência não está pronta como um dado do próprio objeto, isto é, pronta na realidade, pois sem um esquema conceptual não há referência. Esta não se dá numa relação simples entre palavras e coisas.

Chomsky critica também a visão de Kripke. O problema não é metafísico, como Kripke imagina. Nixon, para Kripke, seria a mesma pessoa se não tivesse sido eleito, o que supõe uma questão no mínimo estranha: ele não seria a mesma pessoa se não fosse absolutamente uma pessoa, ironiza Chomsky, para quem "Nixon" é simplesmente um nome que oferece um modo de se referir a Nixon como uma pessoa. Contra a rigidez referencial de Kripke, argumenta ser insustentável a hipótese essencialista ou metafísica da relação co-determinante entre uma palavra e seu referente.

A linguagem ordinária não dispõe de nomes logicamente próprios, nem de variáveis. Os objetos não possuem uma essência determinada, "o objeto à minha frente não é essencialmente uma escrivaninha ou uma mesa; esse mesmo objeto pode ser qualquer outra coisa diferente, pois as coisas, os interesses, as funções, as intenções do inventor, etc., variam" (CHOMSKY, 2000: 42).

Quanto às noções de referência **textual**, Chomsky propõe algo muito diferente: elas se justificam através de uma noção de referência **interna** à sua teoria computacional/representacional, portanto, uma noção sintática. Os casos mais notórios são as relações de vinculação e anáfora, cujas regras permitem o uso de pronomes e de nomes, como em "O jovem pensa que ele é um gênio", em que "jovem", "ele" e "gênio" são articulados conforme as regras da teoria da vinculação, apropriadas à sentença e internas à linguagem. Já a relação de referência entre palavras e coisas, escapa às formulações sintáticas. Na relação entre palavras e coisas não há "sentido" ou "conteúdo" capaz de fixar a referência, pelo menos não para as línguas naturais. Já as investigações sintáticas podem fornecer investigação promissora para o uso da linguagem, incluindo o referir.

Solucionar a referência de um termo pelo seu emprego técnico é escamotear a natureza do léxico na linguagem natural, que não obedece a construções técnicas. Não é a relação causal com o mundo, o nosso comportamento que determina a possibilidade mesma de haver linguagem, significação, referenciação, a linguagem não é uma prática social. Chomsky bate de frente contra o externalismo, contra a tradição de Dewey, Wittgenstein, Quine. A dependência referencial vem do estado inicial da faculdade da linguagem, é produzida estruturalmente no e pelo cérebro. Crenças, hábitos, costumes não explicam a natureza da linguagem ou a psicologia de seus usuários. Saber como usar decorre de elementos cognitivos irredutíveis aos fatores culturais e comportamentais. Chomsky rejeita o behaviorismo de Quine e Rorty, ao propor o que considera cientificamente demonstrável, uma função biológica que mapeia

uniformemente para todas as línguas, o conhecimento adquirido. São as ciências naturais que contribuem para o estudo das evidências do sistema internalizado, em termos de patologias da linguagem, estruturas neurológicas, etc. todos esses fatores do mundo biológico natural. Atentar apenas para o comportamento aberto em situações observáveis como quer Quine, seria o mesmo que um biólogo atentar apenas para os *inputs* sem levar em conta a própria estrutura biológica do organismo. A rápida e volumosa aquisição de itens lexicais mostra, segundo Chomsky, que essa estrutura é determinante para a linguagem. Há que se supor "que os conceitos já estão disponíveis, com muita ou toda sua intrincada e pré-determinada estrutura e que a tarefa da criança é assinalar rótulos a conceitos (...) e estas estruturas conceituais parecem produzir conexões semânticas de uma espécie que irá induzir a distinção analítico/sintético como um caso de fato empírico" afirma Chomsky (2000: 61-62) contra Quine, para quem aquela distinção não faz sentido. As estruturas conceituais como finalidade, fonte da ação, objeto movido, e muitas outras, entram na estrutura do léxico, formando um nexo determinado pelos princípios da gramática universal, que fornecem as estruturas universais para pensar e falar.

Assim, a dependência referencial decorre destas estruturas, mas a capacidade de estabelecer relações de designação, referência, nomeação entre palavras e coisas não é coordenada nem predisposta por estruturas internalizadas. Daí não poder ser estudada por uma abordagem típica de alguma das ciências naturais, à qual pertenceria a Linguística. Em suma, diante do behaviorismo de um Quine, e da interpretação inteiramente situacional de um Davidson -, Chomsky contrapõe a hipótese de uma linguagem internalizada, única hipótese suscetível de estudo empírico. Intenções, comportamentos, linguagem pública, significado construído -, representam o que chamou de "estudo de tudo", portanto, não são objeto de ciência. O intérprete, segundo Davidson, diante de uma elocução e de uma situação, assinala uma interpretação ao que é dito por uma pessoa nessa situação, não há algo como uma competência lingüística. Chomsky pensa que incluir tudo o que uma pessoa é capaz de fazer na interpretação, realmente ocorre, porém nada que faça sentido empiricamente pode ser dito acerca disso. A comunicação bem-sucedida é muito complexa para ser objeto de estudo de uma ciência, daí Chomsky limitar suas análises à capacidade mental/cerebral de linguagem. Por isso conclui que a noção de teoria provisória de Davidson é "inútil" pois são teorias construídas a cada situação, e tudo o que depende das capacidades cognitivas particulares, nada tem de invariante, o que impede a investigação científica.

Contra a observação de Putnam de que o inatismo é implausível porque não há como prever novos vocábulos, como "carburador", "burocrata", afirma que se a evolução inclui aqueles termos no estoque inato, inclui apenas aqueles e não **todas** as possibilidades futuras. Além disso afirma que nunca defendeu a tese do inatismo, e sim formulou "hipóteses específicas sobre os recursos inatos da mente, especialmente a faculdade da linguagem" (2000: 66). Para Putnam a evolução não esgotar todas as suas possibilidades significa que somos capazes de adquirir novos conhecimentos e de construir teorias; todo conhecimento é sujeito à revisão, não há entidades com propriedades assinaláveis *a priori* a significados para garantir sua identificação; a referência só se determina em termos holísticos. Chomsky responde que nenhum desses argumentos invalida sua hipótese de conexões semânticas estabilizadas e fixadas pela faculdade da linguagem, algumas permanecendo estáveis e outras variando, como a possibilidade de fixar a referência.

Como se pode notar, a confiança de Chomsky na ciência biológica cujo progresso pode deslindar os mecanismos da linguagem, é inversamente proporcional a sua desconfiança na possibilidade de conhecer produtivamente a linguagem como meio social de comunicação. Pressupor um paralelismo entre o sistema sensorio motor que "lê" as instruções para o som, com o "sistema conceptual" com propriedades intrínsecas que fornecem as representações semânticas, é pressupor uma linguagem como o próprio Chomsky qualifica, "próxima da perfeição", dando-nos a impressão de que o céu platônico encontrou sua morada definitiva na faculdade da linguagem com suas formas universais. A referencialidade é regrada pela linguagem, pois a anáfora, por exemplo, é um mecanismo com regras tão somente lingüísticas (teoria da vinculação). Já a relação de um vocábulo com a coisa à qual se refere, como Chomsky a nosso ver com acerto reconhece, não obedece a nenhuma regra fixa.

Quer dizer, a hipótese internalista não considera que o problema da referência, entendido como relação entre palavras e coisas, seja abordável. Portanto, sua atitude não difere muito da atitude dos estruturalistas, para os quais a questão da relação linguagem/mundo deve ser discutida fora do âmbito da ciência da linguagem. Como diria Chomsky, a questão da referência não é abordável por nenhuma ciência digna do nome.

Concordamos com Putnam quando esse afirma que explicar a linguagem como determinada pela mente/cérebro não ajuda a compreender como uma palavra/enunciado adquirem significação. **Mentes programadas pela faculdade da linguagem devem**

certamente poder gerar sentenças mas nada dizem sobre o que se está a falar. A nosso ver, inclusive as propriedades anafóricas só são interpretáveis se houver uma possibilidade dada pelo comportamento lingüístico e não lingüístico, em situação, de decidir sobre quem ou a que o item anafórico remete; é preciso saber usar, o cérebro processa informações em decorrência de *inputs* e *outputs*, a química cerebral e as conexões de neurônios são condição necessária, porém não são condição suficiente para produzir sentenças de uma língua, cujo propósito é a comunicação.

Chomsky insiste em sustentar que as questões sobre a linguagem e seu uso que podem ser submetidas à investigação empírica, são as que podem ser melhor formuladas e melhor conduzidas. Há problemas que não são formuláveis em termos científicos devido à própria organização biológica humana. A teoria da evolução não conduz a pôr automaticamente certas questões.

Conclui que sua própria proposta é o que há de melhor para oferecer dentro dos limites da ciência empírica, com notáveis avanços e perspectivas intrigantes.

Suponhamos por um momento que Chomsky está correto, que fora da investigação empírica reina o caos, o "estudo de tudo". O problema é que, atendo-se aos mais rigorosos procedimentos da investigação empírica pode-se chegar a conclusões diametralmente opostas, isto é, a aquisição e o desenvolvimento da linguagem seriam impossíveis sem determinadas estruturas cerebrais - é óbvio; porém, nada nos processos de aquisição autoriza supor (e comprovar) como certa ou necessária, a existência de **uma faculdade da linguagem**, cujas representações universais e necessárias estejam por detrás da multiplicidade das línguas e da linguagem. Em suma, qual é a produtividade em termos heurísticos da hipótese internalista? O mesmo fenômeno -, aquisição e uso da linguagem que Chomsky diz ser apenas o botão que aciona a língua-I mesmo sob condições desfavoráveis e precárias, de modo que crianças poderiam prosseguir se comunicando ainda que o aprendizado com os adultos cessasse -, pode ser analisado de um outro prisma. Pode-se supor que crianças continuariam a falar apenas devido aos mecanismos biológicos inatos? Pelo enfoque do behaviorismo epistemológico e pragmatista, pela tradição wittgensteiniana, bem como pelos filósofos de Oxford, podemos sustentar o inverso: que as condições ambientais e comportamentais de aprendizado **não são condições precárias**, mas sim **favoráveis** à aquisição da linguagem, pois a linguagem tal como ela normalmente empregada, é extremamente eficaz em seus diversos usos, operando através de regras, todas elas **aprendidas, e não inatas**.

Podemos notar que Chomsky busca a comensurabilidade para as teorias científicas, em flagrante conflito com a perspectiva defendida pela epistemologia contemporânea de modo geral (Feyerabend, Kuhn, Foucault).

Não percebe que seus conceitos são também construtos, como o de "língua I", e que ele próprio não está livre dos "dogmas" que vê nos seus adversários, como o "dogma internalista/naturalista". Agarra-se aos tais procedimentos científicos como se fora deles reinasse o caos teórico, cognitivo e explicativo, numa clara tendência ao cientificismo positivista professado até há algumas décadas: a verdade resume-se ao teste empírico de teorias. Ora, há muito tempo que a epistemologia das ciências de modo geral, e também das ciências humanas abandonou o modelo do confronto empírico em prol do holismo, da coerência, da refutabilidade, obtida pelo confronto entre teorias rivais (vide Popper, Quine, Kuhn, Feyerabend, Rorty).

Chomsky insiste em suas argumentações no papel privilegiado da explicação científica para fenômenos investigáveis empiricamente, o que não deixa de ser surpreendente num momento em que a história da ciência e a epistemologia evidenciam a relatividade e a incompletude das teorias. No lugar de um confronto direto da teoria com os fatos, propõe-se que a revisão permanente das teorias instiga os fatos, cuja significação provém da própria teoria. A prova empírica é apenas um dos aspectos para a aceitação de teorias, uma vez que essas não são submetidas exclusivamente à constatação fática. A teoria pode ser refutada se, por exemplo, não se obtiver com ela os resultados esperados.

Na perspectiva oposta ao positivismo/naturalismo de Chomsky, encontramos o pragmatismo behaviorista, que não exclui da pesquisa séria o estudo sobre a comunicação. Consideramos que há um embate de teorias, que a conversação não cessa apesar ou por causa da rivalidade de pontos de vista, que a submissão à crítica é um procedimento salutar e eficaz, que há um uso bem-sucedido de teorias, que os parâmetros de validação variam em cada cultura e em cada época. Este é um cenário muito mais promissor do que o reducionismo à investigação empírica. Ao contrário do que proclama Chomsky, as teorias da comunicação e do uso lingüístico, não são e nem ambicionam ser teorias científicas, ao modo das teorias da física. Por isso mesmo não são "teorias de tudo". O comportamento humano é abordável, não é um emaranhado caótico, há conjuntos de comportamentos específicos, diante de situações específicas, que podem ou não fazer sentido, pois há fatores que contribuem e fatores que prejudicam a comunicação. Não é porque uma teoria, como defende Davidson, não

possui elementos fixos e invariantes que uma investigação não seja possível. A fixação de parâmetros obedece às condições apropriadas a cada ramo da investigação. A verdade a que se chega dada uma teoria, difere de prover evidência de que uma teoria é verdadeira para algum falante ou comunidade lingüística.

Ao defender o internalismo, Chomsky afirma que o uso lingüístico é misterioso e que o pressuposto de uma faculdade da linguagem, este sim abordável pela ciência, nada tem de misterioso. O campo da neurologia tem apresentado notáveis avanços, mas provavelmente não a ponto de destrinçar quanto menos solucionar quais são e como funcionam os mecanismos da complexa capacidade humana para a linguagem. De modo que se pode pensar que esta capacidade, sim, é que seja misteriosa. Aliás, é o que pensa Wittgenstein, que o uso não é misterioso, misteriosa é a noção de mente (ou de faculdade da linguagem).

6. POR QUE UMA TEORIA DA REFERÊNCIA É DISPENSÁVEL, SEGUNDO O PRAGMATISMO

Pressupomos que analisar a relação linguagem/realidade sob o ângulo do discurso, representa uma saída para os impasses a que o tratamento puramente lógico da filosofia analítica e o tratamento puramente semântico da lingüística, conduzem. A primeira restringe a linguagem à proposição, cuja tarefa precípua é representar estados de coisa, a segunda retira-lhe as forças ilocucionárias. Se é legítimo o propósito de restringir-se a uma ou outra dessas análises, não será porque elas **dão conta** da relação linguagem/realidade, e sim justamente por ocuparem-se **apenas** das regras que conduzem à formalização e ao cálculo lógico, no caso da primeira solução. Quanto a considerar exclusivamente o componente semântico, as dificuldades são de outra ordem. Como apontamos no capítulo I, as teorias do significado acabam por apelar a elementos do contexto, da situação, da intenção dos falantes. A linguagem é uma questão de uso e não **somente** de formulação de frases construídas de acordo com regras fonológicas, sintáticas e semânticas. Essas regras são condição necessária, porém nunca bastam. Pressupomos igualmente que, entender a referência como um processo causal, isto é, de que há uma correspondência biunívoca entre a sentença e o estado de coisas que ela descreve, reduz a linguagem às afirmações cujo sentido depende, em última análise, de um confronto linguagem/mundo em termos de existir ou não o estado de coisas descrito, em termos, portanto, de haver discriminado no mundo o(s) objeto(s), ou estados de coisa, descritos pela sentença, o que a torna capaz de realizar cabalmente a referência,

uma vez que a sentença assertiva assim se reveste de valor de verdade. Acreditamos que a sentença **sozinha** não realiza o **processo** de referência. E mais, a função proposicional/representativa (ou afigurativa) sustenta a validade da sentença pelo estabelecimento de um discurso cuja única função é constatar fatos.

A filosofia dos atos de fala resolveu alguns dos impasses da filosofia analítica, pois para Strawson, Searle e Austin, referir é um ato de fala. Mas de certa forma representaram um retrocesso com relação à Wittgenstein II, pois pretendem **resolver** o problema da referência, ao passo que Wittgenstein II **dissolve** a referência como problema filosófico. Neste sentido há nítidas vantagens teóricas na perspectiva da abordagem discursivo-pragmática que põe a referência ou melhor, o processo de referenciação, como questão de uso dos falantes em um determinado contexto. Ou seja, se a concepção causal de referência é falha e insuficiente, pois limita-se à relação entre sentenças ou proposições e os estados de coisa a que se referem, os teóricos de Oxford enveredaram por caminho paralelo a esse: apesar de levarem em conta o falante e o uso em situação, não dispensaram o próprio **problema** da referência. Falar e, nesse processo, referir-se com sucesso, não decorre diretamente de regras lógico-lingüísticas, como eles bem viram, mas não implica a necessidade de um conteúdo proposicional, como supuseram (especialmente Searle).

Quanto à semântica formal, como dissemos acima, restringe-se às regras que servem para construir sentenças bem formadas de uma língua. Essas regras operam no processo de construção das significações, mas **não** são elas que operam no **processo de referência**, e sim os falantes numa situação de uso lingüístico, portanto de discurso.

Como temos argumentado, considerar a referência como ato de discurso, traz enormes vantagens com relação à perspectiva lógico-lingüística para a qual referir é uma questão da capacidade que a sentença isoladamente possui. É bem verdade que tanto Frege como Russell desligaram o nomear do significar, quer dizer a referência não decorre de a sentença ser significativa e ser construída com expressões referencias. Mas ainda assim a referência é função de uma certa relação estabelecida no confronto com os fatos. Há uma idealidade da significação, mas dizer o que é o caso, conduz à necessidade de uma ponte com a existência de dado referente. O modelo do confronto entre linguagem e realidade sofre com o problema de como fazer o salto entre uma e outra, como transpor o vácuo. Já mostramos no capítulo II que a necessidade de propor uma teoria da referência e, conseqüentemente de resolver o problema da referência,

requer um quadro epistemológico anterior à abordagem de Wittgenstein sobre a linguagem ordinária, e ao behaviorismo pragmatista de Quine e Dewey.

O problema da referência dos nomes, dos nomes próprios, das descrições definidas, das expressões individualizadoras, enfim, a questão de como com a linguagem podemos remeter a situações do mundo de tal modo que o ouvinte possa saber de que se está falando, passa de central para a filosofia da linguagem anterior a Wittgenstein II, Dewey e Quine, à questão cada vez mais periférica, relativa ao comportamento, e, conseqüentemente, inescrutável. A referência recebera tratamento especial de toda a lingüística e filosofia da linguagem baseadas na sentença afirmativa, assertórica, que funcionou como fulcro da linguagem. Dewey, Quine e Davidson mostram que a referência é inescrutável.

A partir da perspectiva aberta pelos filósofos analíticos ingleses, pelo behaviorismo epistemológico de Quine e Davidson, pelo pragmatismo, abandona-se a própria cultura epistemológica que demandava analisar a linguagem pela correspondência com os fatos que ela descreveria e isso de modo tal, que valores de verdade pudessem ser assinalados às sentenças. Já na postura não essencialista e pós-metafísica, a referência não passa de um dentre os atos de fala, perdeu seu papel central. Para Frege, Wittgenstein I e Russell, a referência é um problema central e não pode ser posto enquanto problema independentemente da significação de sentenças. A partir de Wittgenstein II e das abordagens externalistas, ressalta-se o caráter instrumental da linguagem (com exceção de Chomsky), e a questão não é mais como atingimos o mundo pela linguagem através de proposições, e sim **o que fazemos com a linguagem**, o que a linguagem permite em termos de construção conceptual do mundo, como nosso comportamento e nossas necessidades levam a um tipo de interação lingüística com o mundo. Ao mesmo tempo propõem que as ações dependem dessa interação, que não é mediada pela linguagem, e sim, em larga medida, possibilitada pela linguagem. Tanto é que Davidson não busca "o que é o caso", ou seja, o valor de verdade para uma dada sentença em si mesma. É preciso considerar a linguagem de alguém, a teoria prévia e a teoria provisória que utilizará para interpretar cada sentença, quando então condições de verdade são de fato preenchidas adequadamente. Não há cordões mágicos entre palavras e coisas, mas esquemas de interpretação que dependem de uma comunidade de falantes e, por vezes, até mesmo de um só falante.

Quine "descola" a linguagem de uma relação necessária com a realidade, numa perspectiva crítica à teoria da rigidez referencial de Kripke e à teoria da figuração de

Wittgenstein I. O que há não depende de palavras, mas não saberíamos dizer como o mundo é, sem as palavras. Quine trabalha com um modelo de linguagem como constando de sentenças de que os usuários se servem para lidar com o meio, a linguagem é aprendida, provém dessas dificuldades em lidar com as coisas. Com relação a Quine, a vantagem de um Strawson ou de um Austin, é mostrar a força ou o valor da fala em situação, ou seja, o fator ilocucionário.

Esses autores têm em comum o voltar-se para o caráter pragmático da linguagem. Sem os signos, sem a simbolização, sem os atos de fala, teríamos que viver a "brutalidade" natural da coisas, suportá-la, responder mecanicamente a seus estímulos. Livres da noção de que a linguagem apenas traduz os pensamentos, sabemos que sem a linguagem não há pensamento. Livres de uma suposta mente interna, pessoal e intransferível, temos a linguagem pública, compartilhada, o comportamento exteriorizado. Livres das amarras da lógica, temos os diversos usos lingüísticos. Livres de uma competência geradora das e somente daquelas frases consideradas como fruto da língua, portanto, gramaticais, abre-se o campo das múltiplas e variadas formas lingüísticas, adequadas ao uso, à interpretação, aos modelos aplicáveis à situação.

Porém, falta algo importante à visão do pragmatismo, falta mostrar que atos de fala e modelos de interpretação contextuais são perpassados pela **função discursiva**. A dimensão discursiva muda a perspectiva pela qual se vê habitualmente a linguagem, como sendo produção de significação que permite a comunicação. Para a dimensão discursiva contam aquele que fala, a quem fala, discute-se o papel do sujeito dos enunciados, ocupa-se com o modo como o falar é objeto de certo tipo de interesse, regulado por circunstâncias, quais sejam, os fatores culturais, sociais, éticos, políticos. De modo que o resultado não são apenas os signos, a significação, a referência, os atos de fala, mas um certo agir decorrente da linguagem, um "saber" discursivo, indutor e fruto de relações sociais, culturais e interpessoais, que dotam aqueles que os usam, de um certo tipo de poder.

O próprio Wittgenstein, em que pese sua crítica à linguagem privada e sua noção bastante elástica da linguagem como constando de inúmeros e diversos jogos, não se ocupa do discurso entendido como uma dimensão que está por detrás dos jogos, que sustenta o caráter de ilocucionalidade da linguagem. Nos ocuparemos destas questões no próximo capítulo.

V - REFERÊNCIA E DISCURSO : O PAPEL DA PRAGMÁTICA

1. UMA MUDANÇA DE ENFOQUE

Vimos mostrando que o problema da referência, isto é, de como certas expressões ou frases se relacionam com objetos ou entidades no/do mundo a serem nomeados, e estados de coisa a serem designados, é problema um clássico na filosofia. Este problema ultimamente tem desafiado também os lingüistas, preocupados com o discurso, isto é, com a linguagem vista sob o ângulo mais abrangente que inclui necessariamente aspectos pragmáticos. Vimos mostrando igualmente que a questão da referência, que era crucial para toda e qualquer consideração a respeito da linguagem, desde Platão até Frege e para todas escolas com preocupação analítica, passou a ser vista como questão periférica, absorvida pelos jogos de linguagem, a partir de Wittgenstein II. A contribuição do externalismo de Dewey e Quine, o modelo davidsoniano da interpretação, mostraram que a própria necessidade de uma teoria da referência só faz sentido no modelo que limita a linguagem a proposições com conteúdo fatural, ou seja, às afirmações assertóricas. Propomos que a pragmática não é um "estudo de tudo", e que ela se apóia no modelo holista/pragmático e não no modelo do confronto, cuja feição é positivista, cientificista.

Neste capítulo abordaremos três momentos da contribuição da pragmática e da filosofia da linguagem atuais para a compreensão da referência como processo mais complexo do que a descrição de estados de coisas. O primeiro momento é representado pela pragmática. Escolhemos como relevante para nossa discussão, a contribuição dos estudos de duas pesquisadoras francesas, Lorenza Mondada e Danièle Dubois, nas áreas da análise do discurso e da psicolingüística, que permitiram a elaboração do conceito de referenciação. No lugar de pressupor a relação sujeito/objeto mediada pela linguagem, leva-se em conta os processos de comunicação em situação de uso, isto é, o discurso. A vantagem mais notória e frutífera desta tendência é levar a compreender a própria linguagem como fator constitutivo de uma relação entre indivíduos se comunicando em situações complexas. Estas envolvem vários aspectos: além daqueles imediatamente decorrentes da situação do diálogo, da intenção, e dos propósitos mais imediatos da comunicação, de que trata a pragmática, há a consideração do discurso como prática social entre outras, como mostra Foucault (segundo momento), e da linguagem como

imprescindível para a comunicação vista como forma privilegiada do agir social, contribuição importante de Habermas (terceiro momento). Essas linhas de argumentação foram por nós escolhidas por proporcionarem uma amostra sugestiva dos enfoques atuais no campo da pragmática e da filosofia da linguagem. Elas repercutem atualmente em outras áreas do saber, (política, ética, teoria da comunicação, direito), além de provocarem desafios teóricos bem mais produtivos do que se a discussão se restringisse ao enfoque estruturalista ou ao lógico-semântico.

Deixaremos de lado considerações sobre a referenciação textual, ou seja, o recurso à anáfora, por exemplo, como responsável pela coesão de um texto; ou o recurso à substituição, que mostra as relações que um texto estabelece entre os referentes. Em suma, os procedimentos internos ao texto são importantes recursos para um texto que se queira coerente, objeto de preocupação da lingüística textual, que extrapola os objetivos deste nosso trabalho, voltado para a discussão das várias abordagens preocupadas com a relação da linguagem com a realidade, a qual supõe uma relação de exterioridade, portanto, entre fatores lingüísticos e não lingüísticos.

A pragmática tem sido um problema para a lingüística. Considerada como inabordável tanto científica como epistemologicamente pelos os lingüistas mais "puristas", aqueles cujos métodos se tornaram prática corrente tanto para a sintaxe, cujo limite é a frase gramaticalmente bem construída, como para a semântica cujo limite é uma leitura da sentença que a traduz em termos de verdade enquanto função exclusiva dos componentes frasais -, a pragmática teve que fundar e explorar seu próprio território.

Correndo o risco de ser apontada por alguns como "análise de tudo", consideramos que a pragmática busca apoio em outro tipo de discurso que não o cientificista. Sua preocupação não deve e nem precisa ser a de constituir-se no sólido território da ciência, mesmo porque o requisito do método científico como única garantia de verdade objetiva, testável, passaporte para as teorias e explicações comensuráveis, caducou, inclusive para as ciências do bloco rígido que demandam experimentação. A pragmática consolida-se nas novas perspectivas abertas pela interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pelo experimentalismo que leva a propor idéias, hipóteses, tentativas de compreensão que não estão subjugadas a nenhum tipo de comensuração ou reducionismo, a não ser quando estes requisitos favorecerem a própria compreensão das interações humanas e dos móveis que alimentam a pesquisa nos setores da cultura e da sociedade. A virada pragmática traz como novidade o fator

hermenêutico (interpretação e leitura em situação), sem o qual os papéis tão óbvios e enaltecidos do contexto e do falante, ficam soltos, incompreensíveis, explicam tudo e, portanto, nada. É muito fácil apelar diante de qualquer dificuldade para o "efeito discursivo" do fator falante e do fator contexto, a tal ponto que esses fatores acabaram por se esvaziar. Pretendemos mostrar que a linha pragmático-discursiva apresenta propostas mais promissoras e proficuas.

Nas discussões sobre a relação entre linguagem e realidade, o **fator pragmático é imprescindível**, especialmente se quisermos compreender melhor não só a capacidade que o falante tem de referir-se como sendo uma capacidade de falar acerca de algo, num determinado contexto, mas também de entender-se a respeito disso com alguém, com um determinado propósito e como isso produz efeitos sobre a *praxis*. A referência, neste sentido, deve ser abordada como proporcionando um quadro da situação, um quadro referencial. Trata-se do fenômeno pragmático da chamada **referenciação**, que, abordada sob o ângulo discursivo-pragmático, permite uma análise mais completa e produtiva da própria linguagem. Isso porque, pragmaticamente falando, o produto final da linguagem não é o *type*, exclusivamente, nem o *token*. Não faz sentido essa dicotomia na perspectiva das abordagens da pragmática e da análise do discurso.

O que pretendemos mostrar é que uma análise que fique restrita seja à produção de frases gramaticais, seja às sentenças com significação e referência, ou que fique restrita aos atos de fala com valor ilocucionário, ainda não deu o passo seguinte, a nosso ver, essencial, em direção ao discurso. Na situação de discurso a linguagem envolve como prática, outras práticas sociais e culturais. A função sónica e a função proposicional, poderiam, eventualmente, ser programadas por computador. A função discursivo-comunicativa, não.

A análise do discurso de Foucault é um dos mais sugestivos e ágeis instrumentos para entender a postura atual da filosofia da linguagem; ao conceber a linguagem como lugar de constituição do sujeito e o discurso uma prática, não se limita à função unicamente designadora, restrita àquilo que as regras lingüísticas proporcionam, pois é veículo e alvo de relações complexas de saber e poder na chamada "sociedade disciplinar"; e isso de tal modo que a referência para Foucault é uma questão clara, somente enquanto estiver restrita ao domínio da lógica. Tratada especificamente como função de preenchimento de valor de verdade, ela pode e deve ser resolvida no domínio da lógica, através de uma análise do valor de verdade das proposições; não diz respeito de forma alguma a sujeitos situados nas complexas relações sociais, nas quais a

linguagem é uma prática entre outras. Já a questão de se **poder** (ser lícito, apropriado) falar acerca de um estado de coisas, pela afirmação, designação, nomeação, é revelador de algumas dentre outras várias modalidades do discurso, ou melhor, da **prática discursiva**, em que fatores institucionais, sociais, epistêmicos, históricos, devem ser considerados. Para que os outros tipos de análise (da adequação gramatical, da pertinência lógica, do valor de ato de fala) possam funcionar, é necessária a função discursiva. Em outras palavras, as análises que dão conta dos aspectos psicológicos de intenção pessoal, dos aspectos lógicos responsáveis pela forma analisável das proposições, e das regras gramaticais responsáveis pela produção de frases de acordo com a sintaxe e a semântica, são todas análises pertinentes, têm seu próprio campo de estudo. Porém, segundo Foucault, todas essas áreas, apenas ao serem atravessadas pela função discursiva, passam a valer efetivamente, como veremos com detalhes mais adiante.

Finalmente, abordaremos a teoria da ação comunicativa de Habermas, enquanto essencial para a compreensão da linguagem como ação dialógica intersubjetiva, único modo capaz de evitar que as relações estratégicas decorrentes da rigidez do sistema com suas leis do mercado, juntamente com o poder político de influência (Estado, mídia, propaganda), penetrem no mundo da vida. Sua teoria da ação comunicativa fornece subsídios teóricos para expandir as análises de Wittgenstein, e as do grupo de Oxford.

2. DA REFERÊNCIA AO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO

As investigações que a análise do discurso de linha pragmática faz acerca do problema da referência, respaldam de modo geral, as considerações críticas de grande parte da filosofia da linguagem. Justamente uma das bases de sustentação da argumentação de autores como Brown e Yule, Dubois e Mondada, para tomar apenas alguns dentre os lingüistas de linha pragmática que criticam o apelo a uma teoria da referência, é a de que há um **processo de referenciação** e não a pura e simples referência. Uma teoria da referência, tal como entende grosso modo a teoria causal, acarreta os inconvenientes que vimos apontando, dentre eles, a suposição de uma estabilidade no mundo dos fatos, de um lado, e um sujeito de outro lado, cuja mente é o *locus* de representações.

Há duas análises do tipo exclusivamente lógico-lingüístico do significado: uma delas ocupa-se com o problema da relação entre o significado de itens lexicais e sua denotação, ou seja, o leque ou extensão dos objetos a que ele se aplica; a outra, é a de

uma linha lingüística voltada para uma análise dos fenômenos da linguagem em termos de uma semântica formal, para a qual a referência imbrica-se com a questão da verdade (ver capítulos I e II). Já a abordagem pragmático/discursiva critica a exigência de que "a expressão usada para referir a uma entidade deve, nessa descrição, ser verdadeira da entidade. Quer dizer, se um indivíduo é referido pela expressão 'rei da Inglaterra', então a descrição contida nessa expressão referencial deve ser verdadeira para o indivíduo para que a referência se dê" (BROWN, YULE, 1983: 205). Brown e Yule fazem ver que os usuários na linguagem corrente não se baseiam na referência "correta" como critério para referir-se a indivíduos no discurso.

O falante não precisa supor que a descrição é verdadeira para o referente, basta que ele acredite que, usando essa expressão, ele possibilitará que o ouvinte selecione o referente pretendido. Assim, o conceito que interessa à análise do discurso não é o da correta (verdadeira) referência, mas o da referência bem-sucedida. A referência bem-sucedida depende de o ouvinte identificar, para os propósitos da compreensão de mensagens na linguagem corrente, o referente intencionado pelo falante, com base na expressão referencial usada (1983: 205).

É preciso levar em conta a intenção do falante e a ocasião de uso, ponto de vista semelhante ao de Strawson e Searle. A diferença encontra-se na perspectiva adotada por Brown e Yule quanto ao discurso como provocador de representações ou modelos nos usuários de uma língua. Assim, quando alguém produz um discurso, ele o faz baseado na sua representação ou modelo particular de um estado de coisas que o ouvinte tratará de reconstruir e, nessa interação, nem sempre os pontos de vista coincidirão. De qualquer modo, o falante procura levar em conta essas diferenças, pressupondo que a identificação seja feita da maneira a mais adequada possível a fim de tornar a referência bem-sucedida. No exemplo "Meu tio está vindo do Canadá", a entidade "tio" pode ser identificada por várias propriedades, como "chamado Jack", "calvo", "fuma cigarros", etc. pela "representação" do falante, mas para o ouvinte trata-se do tio do falante, que vem do Canadá, e desperta as analogias habituais que a menção de "tio" provoca. Como para o analista do discurso o contexto e as regras culturais são fundamentais, as discussões filosóficas em torno à verdade, descrição existencial, unicidade e identidade, ficam deslocadas. Se alguém diz "Meu pai é pedreiro", não está se referindo a dois indivíduos distintos e asserindo que as duas expressões são verdadeiras de um único indivíduo, nem predicando o 'ser pedreiro' de alguém. Não se trata de uma predicação como quer a lógica tradicional, mas sim de um uso de uma expressão descritiva no discurso normal, semelhante ao caso de um uso como 'ser canhoto', dito a respeito de alguém.

Esta análise de Brown e Yule, no entanto, ainda pressupõe a necessidade da discriminação no mundo de entidades, se bem que não sejam essas entidades por si mesmas as responsáveis pela referência ser bem-sucedida, mesmo porque há que se ressaltar o papel orientador do contexto. O estado de coisas não fala por si, é preciso haver alguém num contexto, comunicando algo. É para esse lado que as argumentações das diversas análises do discurso de linha pragmática apontam.

Também Mondada e Dubois no artigo *Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation*, criticam as abordagens da referência como correspondência ou como uma questão de valor de verdade das expressões tendo como um dos pontos de apoio de sua argumentação, justamente a filosofia de tendência pragmática de Rorty, cuja contribuição ressaltamos no capítulo anterior.

Entre as conseqüências da concepção causal de referência encontramos o pressuposto de que o pensamento espelha as coisas, e a sintaxe se transforma em um simples mapeamento do mundo, captado numa lógica profunda. Já tecemos críticas a esse respeito no final do capítulo II.

A lingüística cognitiva também pretende fundar a linguagem em princípios cognitivos "naturais" e, com isto, chegar a uma linguagem ideal, refletindo a ordem natural do mundo.

Algo parecido ocorre com o senso comum ao considerar a realidade exterior como fixa, sendo que mudam apenas as representações e versões do mundo. A própria epistemologia de inspiração positivista concebe a ciência como produtora de um discurso em que a referência tem papel central, limitado à tarefa de relacionar diretamente palavras e coisas.

A hipótese por detrás destas concepções é a de que o mundo consta de entidades discretas que a linguagem traduz (note-se que inclusive na lingüística textual, a concepção da referenciação evolutiva de Charolles, por exemplo, depende desta noção, pois pressupõe entidades discretas, objetos delimitados sem que sejam previamente interpretados por um esquema conceptual, fruto de um sistema cognitivo).

Mondada e Dubois, ao contrário, mostram não só que tanto as **categorias cognitivas** como as **categorias lingüísticas** são **instáveis**, mas também as próprias **entidades**. A estabilidade é decorrente de processos lingüísticos e cognitivos, ou seja, é uma conseqüência da "operacionalização" de categorias, e não da relação de representação entre formas lingüísticas e descrição dos fatos.

Nessa mesma linha Marcuschi afirma que os **processos de referenciação são construídos**, não estão prontos nem na linguagem, que não deve ser vista como um puro código transmissor de mensagens, nem estão prontos no locutor visto como sujeito que se limita a representar a realidade através da linguagem. Como veremos com Foucault, sempre que se concebe o sujeito como *cogito*, ao estilo cartesiano, concebe-se também a linguagem como algo transparente, subproduto do pensamento. A língua só se determina em todos os seus níveis "no uso efetivo (...) Para os processos referenciais, isto significa que os itens lexicais só obtêm significação plena em sua realização textual, o que exclui aqui uma visão essencialista da língua" (MARCUSCHI, SD: 2). A linguagem é atividade humana pública, construída pela interação social, tendo como pano-de-fundo a história, explica Marcuschi. O mundo não contém unidades discretas, a serem simplesmente representadas; ele é constituído pela forma como designamos as coisas, que são, assim, elaboradas através de processos cognitivos. A **referenciação**, noção que ele empresta de Mondada e Dubois, é um **processo** discursivo e os referentes são **objetos de discurso**, e não entidades em si. Ou, como esclarecem Mondada e Dubois, o que está em questão não é a mera transmissão de informações e a pura representação do mundo, mas "como as atividades humanas cognitivas e lingüísticas, estruturam e dão sentido ao mundo" (1995: 276). Esse é o processo de **referenciação**, proveniente de práticas simbólicas e não de uma ontologia que fixa os seres num quadro permanente. Os textos são produzidos e interpretados por práticas e não por um sujeito ideal, intencional, isolado. As concepções individuais e públicas são negociadas, modificadas e corrigidas intersubjetivamente.

O acesso ao mundo se dá por meio de operações cognitivas e lingüísticas, que, evidentemente não são "subjetivas", pois nesse caso ter-se-ia um mundo solipsista, não haveria nenhuma possibilidade de comunicação; essas operações levam a uma estabilização obtida por meio de categorias do discurso. Pensar o mundo como absolutamente exterior e independente, pronto para ser captado pela razão que o representa como tal, pura e simplesmente, é considerar a referência como relação direta das palavras com o mundo.* O que, por sua vez exige uma concepção que pressupõe um

* Não se deve interpretar a concepção de que sem a linguagem e sem processos cognitivos é impossível aceder ao mundo, como se o sujeito fosse o "inventor" de um mundo produzido por sua mente. Evidentemente o mundo culturalmente construído se acha "pronto" para cada indivíduo que nele chega. Conceitos, signos, símbolos, não são produto da mente de um indivíduo. Mas a realidade enquanto tal, não podemos saber o que **seja realmente**, nosso paradigma moderno é pós-kantiano. Nada disso impede a construção de modelos perfeitamente coerentes e que estão inteiramente aptos a produzir juízos objetivadores que podem conduzir a ação humana diante de situações e problemas. A linguagem produz enunciados, como veremos em seguida em Habermas, cuja validade em termos de objetividade e verdade "negociável" se prestam muito bem à tarefa de equacionar e dar resposta às necessidades

mapeamento perfeito e completo do mundo. E isso de modo tal que as possíveis falhas na referência, seriam atribuíveis às dificuldades de nomeação, e não ao mundo em si. É esse representacionismo que Mondada e Dubois criticam, mostrando que a referência resulta da interação dos indivíduos entre si e com o mundo, através de "mediações semióticas complexas" (1995: 278). Para dar conta do problema da referência é preciso análises lingüísticas e psicológicas, segundo as mesmas autoras.

As relações entre palavras e coisas são instáveis, podendo haver variações sincrônicas e diacrônicas. Como exemplificam as autoras, alguém pode ser caracterizado como *anti-europeu* ou *nacionalista* conforme se mude de perspectiva, e pela mudança de tempo pode ser dito *traidor* ou *herói*. Essas caracterizações não funcionam como etiquetas, mas são selecionadas conforme o contexto, dependentes de uma **pragmática da enunciação** e não tanto de uma **semântica dos objetos**.

Por isso as autoras não atribuem dicotomicamente à semântica o papel de estabilizar as palavras e categorias num território neutro, em que valores de verdade e significações tecem sua trama, cabendo à pragmática a relação com o contexto. Não há um modo estável de referir (contrariamente a Kripke) oposto a outro móvel (contrariamente a Chomsky), pois a cognição obedece a padrões adaptáveis, que são instáveis e dependentes do contexto. Tome-se o caso de *piano*, num concerto o termo refere-se a instrumento musical, mas é móvel pesado quando se trata de transportá-lo.

A linguagem é plástica e permite adequação com o contexto. Espera-se *galinha* no lugar de *pintarroxo* quando se ouve alguém dizer *a ave cruzou o terreiro*, exemplificam elas, provavelmente porque para o comum das pessoas e para o comum das situações, a ocorrência de uma ave como a galinha, é mais provável. Quando o contexto não é marcado, a situação, os atores e os acontecimentos são vistos de ângulos diferentes para dar conta de referência.

O léxico muda conforme as necessidades da comunicação, e não conforme a uma programação do cérebro. Eis alguns exemplos dados por Mondada e Dubois: entre *xícara*, *taça* e *tigela*, pode-se usar o primeiro no contexto neutro do café, mas no contexto da alimentação, para tomar uma sopa, por exemplo, o "mesmo" objeto pode deslizar para *tigela*, e ainda para *taça* ou *porcelana* no contexto de uma floricultura. Os comentários de um botânico e de um cultivador também podem variar a respeito de uma mesma seqüência de fotos de uma planta. *Cenoura* passou a ser considerado como fruta

humanas, de modo coerente e produtivo. A própria necessidade de conceber algo "real", um "exterior", funciona, como mostra Rorty, nas argumentações em que for o caso usar tais conceitos.

pela Comunidade Européia para que Portugal pudesse exportar sua geleia de cenoura, uma vez que a Comunidade Européia só aceitava geleias à base de frutas.

A instabilidade categorial ocorre nas controvérsias científicas quando a ciência seleciona uma categoria que será legitimada e objetivada por um conceito, que acaba por transformá-la em "coisa" pela história da ciência, como é o caso das variações de taxinomia. Evidentemente, o modo de captar, descrever, compreender o mundo, varia. Daí a suspeita sobre toda descrição que se quer única, universal e atemporal.

A transformação seqüencial das categorias ocorre durante o processo discursivo, em contextos bem determinados. A instabilidade marca todos os níveis, desde a sintaxe até os objetos do discurso, principalmente na linguagem oral. Na sintaxe ocorrem hesitações e interrupções nas escolhas de paradigmas e no léxico, subvertendo a própria linearidade textual. As expressões grifadas no exemplo abaixo que Mondada e Dubois retiraram de um relato de viagem, ilustram essa transformação que se dá pela seqüência discursiva e também aquelas devidas à instabilidade ou variação categorial. Temos assim novas perspectivas, que evitam o essencialismo de um Kripke, por exemplo, ou a relação de afiguração de um Wittgenstein, ou ainda o esvaziamento da força da linguagem provocado pelas análises em termos de descrições definidas de um Russell. Atente-se para esses casos:

Fiel a meu costume, dirigi-me ao porto. O porto! ... ora! É um muro com trinta pés de altura, sobre o qual soldados ou barqueiros enfrentam sozinhos suas vertigens; era preciso lá subir com uma firmeza que não tenho, e, retornando, deixei atrás estas falsas aparências de cais, para trancar-me com minhas recordações no apartamento, isto é, na sala abobadada, obscura, larga e longa ... que me deram como quarto (1995: 284).

As escolhas de termos referenciais afinam-se na medida em que vão se adequando às situações. A primeira escolha de um termo é mais ou menos arbitrária, as seguintes designam com mais propriedade. É o caso de alterações para expressar o mais aproximadamente possível uma noção, quando então se fazem adaptações nos textos escritos, como a substituição de *porto* por *muro de trinta pés de altura*; *apartamento* por *sala abobadada, obscura, larga e extensa*, alargando o domínio semântico. E o espaço entre as descrições representa uma adequação cada vez mais acurada, impossível se a referência fosse simples etiquetagem, nomeação ou descrição de objetos ou estados de coisa. A representação cognitiva da realidade é socialmente compartilhada, acompanhada de comentários e descrições alternativas. Aquilo que alguns chamam de *estrada*, pode não passar de um simples caminho numa outra descrição, que visa outro

propósito ao ouvinte/leitor. O processo de referenciação adapta as categorias ao contexto, muitas vezes de acordo também com a perspectiva e as necessidades de cada um e não em conformidade estrita com dados em si do mundo, admitindo-se que essa conformidade pudesse ser o caso. Mas sabendo-se que não pode tratar-se de um mundo à parte, mas mundo conhecido e reativado conforme às necessidades humanas (sociais, culturais, pessoais), palavras não são relacionadas a coisas diretamente.

O que vem reforçar nossa argumentação de que a escolha dos termos não tem a pretensão de fixar a designação como sendo de algo. Não há um cordão mágico ligando palavras a coisas, nenhuma necessidade intrínseca quer no mundo dos objetos (que as culturas categorizam), quer no modo como se chega a esse mundo (não é pela consciência preclara e distinta, mas por indivíduos situados, que se comportam em relação uns com os outros e com as coisas).

A colaboração dos interlocutores pode modificar os objetos apreciados, introduzindo observações e argumentos, como a marcação referencial de um lugar, cujas propriedades descritivas são negociadas entre os interlocutores. Por exemplo, o que para uns pode ter sido desfigurado por uma grande obra de engenharia, pode ser interpretado por outros como uma notável realização. Mesmo quando se trata de dar respostas o mais unívocas possíveis, como dados que permitem localizar o centro de uma cidade, há um papel das argumentações que se fazem necessárias em cada situação de discurso. As autoras afirmam que inclusive nas pesquisas científicas há uma orientação fornecida não tanto "pela própria realidade" como também por uma "realização negociada de uma versão pública e aceitável do mundo" (1995: 290). Nesta observação as autoras incorrem em uma incongruência, o velho apelo metafísico à noção de realidade em si, um deslize a ser evitado, uma vez que, para elas não se deve conceber a realidade como algo em si, estabelecido e fixo por detrás dos processos de categorização. Tanto que diante de objetos desconhecidos a referenciação é vaga, o que comprova, mais uma vez, que não se trata da possibilidade de corrigir o caráter vago através de um pano-de-fundo fixo, mas de mostrar o papel que as próprias descrições têm nas negociações públicas.

Os processos de referenciação dependem de processos de estabilização efetivados por protótipos, estereótipos e diversas categorias, que não estão restritos às denominações, ainda que essas sejam o procedimento mais empregado, pois se trata de processos interativos conduzidos por toda a linguagem e não apenas pela designação lexical.

A referenciação pode se dar por inferência, não há necessidade de os referentes serem designados explicitamente, pois eles são compreendidos pelo ouvinte/leitor, através do próprio jogo discursivo. O conhecimento necessário para inferir vem das situações em que estão imersos os atores sociais. Assim é que, num texto jornalístico pode-se usar expressões referenciais diversas sem mencionar o referente em foco, que será inferido pelo leitor bem informado, aquele que conhece o contexto político, social ou econômico, da notícia. Aliás, não mencionar o referente pode produzir um efeito discursivo (e talvez também retórico): se o jornalista não menciona o referente, é porque quer deixar essa tarefa ao leitor.

Papel semelhante ao da inferência, têm as anáforas que servem tanto para fazer referências evolutivas como para estabilizar a nomeação, no que desempenham papel extra textual. É o caso das retomadas por repetição, dos sinônimos ou designações alternativas, que podem provocar uma re-categorização do objeto ou pessoa mencionados. A estabilização do processo referencial pode-se dar através da escritura, da impressão, da imagem, que permitem estocar, memorizar, organizar as categorias e formas lingüísticas. Historicamente, o primeiro modo de estabilização foram as listagens, depois vieram os dicionários e gramáticas; no Renascimento a imprensa fixou a escrita, possibilitou a verbalização exata da ciência, com uso de gravuras descrevendo seres. Listas, fichário, recenseamento, mapas, etc. tornam os fatos manipuláveis e comunicáveis. O texto fixa as observações e experiências, estabilizando-os em referências estáveis para uso tanto da ciência como para os usos lexicais da comunicação cotidiana. O que não significa que finalmente está-se relacionando palavras e coisas independentemente de uma rede conceptual e discursiva, fruto de uma época, ou melhor, de uma *epistemê*. Compreenderemos melhor o funcionamento destes fatores com a noção de prática discursiva de Foucault, que abordaremos em seguida.

De um lado há as categorias cognitivas estabilizando o mundo, e de outro lado a linguagem, vista como processo de interação e de discurso, operando as referenciações pela construção de objetos de discurso e negociações de modelos públicos do mundo. Essas duas perspectivas se cruzam para mostrar que a referência não depende de uma ordem ideal e universal a ser nomeada, mas que há sujeitos sociais e culturalmente situados que produzem versões do mundo variadas, mais ou menos objetivadas e solidificadas.

Essa perspectiva aberta por Mondada e Dubois é importante na medida em que favorece a interdisciplinaridade: pesquisa de fenômenos lingüísticos e da psicologia

cognitiva, filosofia da linguagem, antropologia. Esses estudos subsidiam pontos de vista da filosofia da linguagem que vimos defendendo: o da virada lingüística e, a partir dela, o da virada pragmática, o voltar-se para o discurso, a proposta de que no uso o signo vive, de que a linguagem não serve apenas para asserir estados de coisa constatáveis, antiplatonismo, anti-essencialismo. Importa ressaltar que esses fenômenos todos não configuram um simples componente retórico acrescido pela fala, destinado a fazer uma "leitura" de superfície e circunstancial, sustentado pelo solo firme de um componente lingüístico, o qual, dada sua estabilidade, sustentaria, suportaria os "acréscimos" do fator discursivo. Pelo contrário: **o discurso é uma dimensão sem a qual não há linguagem.**

3. A NOÇÃO DE DISCURSO EM FOUCAULT

3.1. Por que Análise do Discurso?

Levando-se em conta o que dissemos acima, o meio mais apropriado e fecundo para sair das dificuldades suscitadas pela posição que insiste em tratar o discurso como epifenômeno da linguagem, não é simplesmente prolongar a lingüística pura e simplesmente para além dos limites da semântica que atém-se à sentença ou à frase. Os recursos para ultrapassar os limites da frase seriam a análise da combinação de frases, ou de como os significados são construídos em função das sentenças. Os mais ousados introduzem o fator "falante", como se fosse um puro sujeito intencional, a fazer suas "leituras", a dar suas versões pessoais; outros introduzem a varinha mágica do contexto, colocando sobre o fator "contexto de uso" o poder absoluto de dotar a linguagem de valor histórico, político, ideológico, combatente de um outro tipo de atitude calcada numa suposta linguagem neutra, a-ideológica, a-política. As noções de enunciado e discurso de Foucault fornecem alternativas mais produtivas e promissoras.

A complexidade da linguagem mostra que ela não se reduz a um sistema ou código, de modo que um procedimento puramente estrutural, não basta. Tratá-la como atividade situada, representa um esforço teórico necessário e profícuo.

Como vimos, desde há algumas décadas tanto a lingüística como a filosofia da linguagem têm se debruçado sobre as questões abertas pela via wittgensteiniana dos jogos de linguagem, via esta que tem se mostrado bastante fecunda para abordar problemas da significação e da referência, especialmente através dos filósofos da linguagem ordinária, como Austin e Searle; há também a linha aberta por Quine, cujo

behaviorismo pragmatista tem contribuído para afastar a ortodoxia da linguagem reduzida à simples produção automática de frases, tais como se fossem algoritmos auto-suficientes, relegando o uso lingüístico ao imponderável, zona obscura onde reina o caos teórico.

Ao lado deste panorama promissor, que vincula-se à tradição anglo-saxã, há uma outra via, de tradição francesa, em que se destacam Derrida e Foucault. Abordaremos neste item certas idéias inovadoras deste último, que contribuem de modo particularmente interessante e inovador para a análise do discurso, que tem justamente em Foucault uma de suas principais inspirações, ainda que ele nunca tenha tido a pretensão de fazer análise do discurso e sim de fazer certas "histórias" acerca de certos tipos de discurso e de certas configurações de saber. Saber, poder, discurso, sujeito, são noções que se tornaram bastante comuns aos analistas do discurso de linha francesa, mas nem sempre empregadas de modo apropriado. Só isso já seria motivo suficiente para incluir Foucault neste trabalho, procurando situar e compreender o que ele entende por "discurso".

Encontramos em Foucault um filósofo que respalda e amplia as idéias que vimos defendendo. A linguagem não serve para "dizer" a "realidade". Não há simplesmente de um lado a significação (palavras) que representariam as coisas, consideradas como entes em si, que estariam no outro lado, como puros dados. Em *As palavras e as coisas* mostrou três grandes mutações da ordem do saber ocidental, a partir do século XVI. O momento de conhecimento por semelhança, simpatia, no qual o mundo não vem separado do signo; o momento cartesiano da representação pela qual os seres são organizados em quadros classificatórios, em grandes taxinomias, responsáveis pela organização analógica (séculos XVII até meados do XVIII); quando Kant entra em cena, já estamos no limiar da modernidade. Kant mostrando que sem as formas puras *a priori* da razão não é possível organizar o caos empírico. Nossa época recebe a herança kantiana, a herança hegeliana, somadas a grandes movimentos na ordem do saber proporcionados pelas ciências que mostram as raízes e o desdobramento histórico da vida, da linguagem e da produção econômica. Acaba a representação e começa a era da história, que permite ver o conhecimento como histórico, com as noções de desdobramento, evolução, origem, proveniência, influência, etc.

O que significa que épocas diferentes têm diferentes *epistemês*, grandes redes organizadoras do saber. O veículo, o instrumento desses saberes, é o discurso.

Buscaremos explorar uma consequência importante de sua noção de discurso: a de que ela reforça uma postura que deve assumir toda análise do discurso que se quiser coerente com seu propósito de explorar a linguagem vista pelo ângulo mais amplo de suas funções na cultura e na sociedade. Falar não é apenas combinar signos numa sintaxe, nem relacionar palavras e coisas, nem um modo de comportamento reproduzido em atos de fala; falar é mais que produzir enunciados em situação, comunicar. Foucault introduz uma dimensão em que falar é **criar uma situação**, é **investir** a fala como **prática** entre outras práticas. O que, por sua vez, produz uma postura teórica: a questão de se análise do discurso é ou não uma disciplina séria, se a lingüística deve ou não incorporá-la, **dissolve-se como questão**. Quer dizer, um analista do discurso fica dispensado de preocupar-se em conferir estatuto epistemológico a sua "disciplina", pois essa preocupação é produzida, ela própria, por um discurso, aquele que autoriza e legitima, através de uma "vontade de verdade", apenas discursos que possam circular na academia, receber o aval que nossa sociedade dá exclusivamente à palavra institucionalizada do cientista, do especialista. Entenda-se que as críticas de Foucault concernem não à atividade propriamente dita da pesquisa, e a produtividade da ciência, com suas leis e teorias, das quais depende o investimento tecnológico, o qual fomenta a própria ciência. O que não implica aceitar sem mais as situações produzidas pelos efeitos não desejados do avanço tecnológico, e suas bem conhecidas consequências sociais, políticas, éticas e econômicas. Portanto, a atividade científica é questionável e relativa, uma vez que é um modelo de pensamento entre outros, produzido por uma época, e não um "retrato fiel da realidade".

Por isso, um analista do discurso desconfia sempre das tentativas de julgar a análise do discurso pela via exclusiva de seu caráter científico. Ou, como diz Paul Bové, pôr a questão da definição do discurso evidencia uma "norma de julgamento" que é o desejo de saber a "essência" ou "definição". Coerente com a análise do discurso é ver como as coisas funcionam, sua proveniência, questão essa funcional e genealógica (1995: 53).

Situaremos a noção de discurso nos escritos de Foucault, com especial ênfase em *Arqueologia do Saber*, *Ordem do Discurso* e *Vontade de Saber* (*História da Sexualidade*, vol. I), afim de explorar as noções de discurso e enunciado, e sua relação com o poder. Procuraremos mostrar, ainda que de passagem, como essa postura difere da hermenêutica e da filosofia da linguagem ordinária, e como ela se aproxima da linha nietzscheana, do criticismo de Adorno e do pragmatismo de Rorty. Finalizaremos com

uma avaliação que pretende explorar as conseqüências das idéias de Foucault para as análises do discurso, como a crítica das filosofias antropologizantes, que ensejam considerar sua "política do ceticismo", como uma conseqüência do "relativismo responsável" que ele pratica.

3.2. Enunciado e Discurso

Assim como Kant nos despertou do sono dogmático, Foucault pretende nos despertar do sono antropológico. Até Kant dominava a filosofia o pensamento do infinito e da verdade, com a pergunta sobre como conhecemos nosso conhecimento. Ao ser posto por Kant o problema do que é o homem, de como sua razão pensa, o homem pôde tornar-se objeto de conhecimento. A intenção era a de que, conhecendo-se, o homem pudesse tornar-se sujeito de sua própria liberdade e existência. Mas as investigações acerca do homem descobriram a linguagem e os sistemas quase lógicos, estruturais, além de fenômenos como o inconsciente, a loucura. Quanto mais longe se ia (psicanálise, etnologia, lingüística), menos se encontrava a figura unitária "homem". As ciências humanas não podem encontrar o homem como sujeito de sua liberdade, esse desapareceu cindido pelos saberes múltiplos que o tomam por objeto. Claro que a tarefa de constituir o homem como objeto de saber prossegue, mas há todo um risco inerente a tal tarefa, o de que o próprio saber produzido venha a constituir um certo tipo de subjetividade, resultado do próprio tipo de investigação das ciências humanas, especialmente a psicologia. Ignorar esse risco que ronda toda produção de saber é justamente ignorar a **dimensão discursiva**. É esta dimensão que queremos abordar. Sem um olhar novo, o olhar do arqueólogo do saber e do genealogista do poder, essa dimensão não surge. O primeiro descreve e analisa as formações discursivas, o segundo mostra a proveniência histórica da vontade de verdade e saber, que dota os discursos de poder, como veremos mas adiante.

É preciso olhar não para os encadeamentos lingüísticos propriamente ditos, para as frases geradas pela gramática, para o velho significante, mas também não basta olhar na direção do significado. É preciso olhar para a dimensão que situa e sustenta o lingüístico, que é justamente a dimensão do discurso. Quer dizer, Foucault inverte os níveis consagrados de análise e de sustentação epistemológica da lingüística: não se vai da frase gramatical ao ato de discurso, pois é enquanto discurso que uma frase ganha estatuto de frase gramatical. Veremos como isso se dá nos itens subseqüentes.

Como encontrar a dimensão discursiva?

3.3. Formação Discursiva

Para mostrar o enunciado como acontecimento na e da ordem do saber, é preciso evitar reportá-lo às noções costumeiras de obra, autor, gênio, origem, evolução, história das idéias. Se for conectado a uma cadeia causal, ou a um gênio individual com sua produção original, perde-se de vista o domínio próprio dos enunciados, que é o do **efetivamente dito** em sua "dispersão de acontecimento" (quer dizer, sem amarras de uma teoria, sem explicações fenomênicas, sem busca de causas determinantes). O que permite descrever os enunciados em sua própria dimensão, no espaço geral dos discursos, tarefa bem diversa de uma análise da língua. Esta permite, ao ser estabelecido um *corpus*, analisar as regras para a construção de todos os enunciados possíveis, ou seja, a partir de um conjunto finito de regras, pode-se construir um número infinito de performances verbais. A uma análise de cunho estritamente lingüístico, importa saber quais são as regras de construção de uma frase ou sentença e de outras semelhantes. Já "o campo dos acontecimentos discursivos é o conjunto sempre finito e atualmente limitado constituído por apenas aquelas seqüências lingüísticas que foram formuladas; elas podem ter sido inumeráveis, e em seu todo, ultrapassam a nossa capacidade de registro, de memória ou de leitura: elas constituem, entretanto, um conjunto finito" (FOUCAULT, 1969: 39). A questão pertinente para o arqueólogo/genealogista não é a das regras lingüísticas de construção, e sim de como é que pôde acontecer que um determinado enunciado tenha surgido, justamente ele, e nenhum outro em seu lugar. Para a história das idéias importa o que disse um sujeito, com suas intenções, ou mesmo com o jogo do inconsciente, de modo que é preciso resgatar sua palavra, seu texto, como interpretá-lo corretamente, enfim a análise do pensamento, "é *alegórica* com relação ao discurso que ela utiliza (...) (Já) na análise do campo discursivo, observa Foucault, (...) trata-se de apreender o enunciado nos limites e na singularidade de seu acontecimento; determinar as condições de sua existência (...) estabelecer suas correlações com outros enunciados"(1969: 40). Os enunciados são de natureza histórica, têm na história suas condições de emergência, que a língua e o sentido não esgotam. São produzidos por um dizer ou uma escrita registrados de alguma forma, portanto, com uma materialidade específica, de tal modo que, apesar de únicos, podem ser repetidos, transformados, reativados. O que permite ligações com acontecimentos de outra ordem, quais sejam, fatores técnicos, econômicos, sociais, políticos.

Os enunciados não se reportam a um único objeto, pronto de uma vez para sempre numa suposta realidade acabada. Os objetos mudam conforme a formação discursiva em que se encontram dispersos. Como entender isso? Em a *História da Loucura*, Foucault mostra que não se trata do "mesmo" objeto loucura quando o louco é internado junto com pobres e desocupados no século XVII, e quando é examinado por médicos a partir do século XVIII . Assim, a unidade de um discurso, por exemplo, o discurso da psicopatologia no século XIX, estabelece-se no e pelo espaço em que diversos enunciados fazem seu jogo, que não é o jogo dos encadeamentos de pensamentos, nem dos conceitos permanentes e nem dos temas persistentes e sim o jogo que descreve o **sistema de dispersão** no qual e pelo qual ele se constitui. Por exemplo, o sistema de dispersão em que surgiu a loucura como objeto do olhar médico, requeria medidas de reclusão, observação de pacientes, diferenciação da loucura com relação ao êxtase religioso, separação da loucura com relação à inspiração do artista, solicitação de pareceres de psiquiatras norteando decisões e medidas jurídicas, e assim por diante.

Como a análise do discurso difere da história das idéias, não precisa dar conta da medicina com suas proposições verdadeiras ou falsas, ou dos conteúdos acertados ou não da economia, ou de que tipo de regras a gramática resulta; basta olhar do exterior como se formam objetos para o saber em determinada época, os modos como certas configurações do saber ou *epistemes* designam e recortam dado objeto, no caso do exemplo acima, como a loucura vem a ser especificada, se através da "alma", da vida progressa, da química cerebral, etc. O discurso não é um depósito de objetos previamente determinados:

as condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para se possa deles dizer algo (...) são numerosas e pesadas. O que significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época (...); não basta abrir os olhos, prestar atenção ou tomar consciência para que novos objetos de repente se iluminem (...) Ele existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. Estas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação (...) Elas não definem sua constituição interna, mas o que lhes permite aparecer (1969: 61-62).

Existem três tipos de relações: as relações primárias que se estabelecem entre processos e instituições sociais, políticas, econômicas-, as macrorrelações; as relações secundárias que são as de intencionalidade e de autoria pessoais; e um terceiro tipo peculiar, *sui generis*, as relações propriamente discursivas, que não são internas ao discurso, portanto, não relacionam conceitos ou palavras, nem estabelecem relações dedutivas entre proposições, mas determinam que relações o discurso ensaja ou proíbe,

em uma certa época, para que certo domínio de objetos se constitua para um saber, podendo desta maneira ser nomeados, designados, investidos por ciências, reprogramados por tecnologias. O discurso é, pois, uma **prática** que obedece a determinadas regras, relativas a essa mesma prática, e não impostas de fora por alguma consciência transcendental. Foucault não pretende fazer história do referente, por exemplo, saber quem era o louco, como era sua loucura, se feiticeiros eram também considerados como loucos, nem se um diagnóstico psiquiátrico é procedente, correto, eficaz, mas sim o fato especial, ou melhor, o acontecimento, que é de ordem discursiva, de o psiquiatra, numa certa altura da história, ser solicitado como aquele que pode tratar a/da loucura com exclusividade. É possível fazer a história da própria loucura em experiências pré-discursivas, mas desse modo perde-se a força do discurso, que fica neutralizado como sinal de outra coisa. A análise do discurso não pretende saber o que são as coisas em si mesmas, ela não busca essências ou verdades últimas, e sim fazer uma (não a) história dos objetos discursivos. Estes desdobram certas regras que, por sua vez, regulam o modo de disposição dos objetos do saber, sua dispersão em uma dada formação discursiva.

Difere de uma análise lingüística, seja lexical, seja semântica, que são legítimas*, porém "não pertinentes quando se trata de saber como a criminalidade pode se tornar objeto da especialidade médica", por exemplo (FOUCAULT, 1969: 65). Enfim, os discursos não são conjuntos de signos, (elementos significantes que reenviam a conteúdos ou representações), pois fazem mais do que designar: são práticas que formam os objetos de que falam.

Toda a discussão feita pela filosofia lógica da linguagem acerca da referência (se o sentido depende ou não da referência), sob a perspectiva da análise do discurso de Foucault, passa de fator essencial para a determinação do sentido, a uma questão periférica, como um entre os vários efeitos de um enunciado. Se ele fala de "coisas", ou remete (refere-se a) a uma "situação de fato", dependerá de pertencer ou não ao que se classifica como coisa física, psíquica, concreta, abstrata, etc. Referir-se ao gato sobre o

* Se um médico hoje pronuncia um diagnóstico "x é louco", faz uma afirmação sujeita às condições que o estado da ciência psiquiátrica permitem. Verdade ou falsidade formuladas em enunciados científicos são estabelecidas pelas condições ensejadas pelo repertório teórico e empírico; elas permitem obter resultados (cura, diagnóstico de uma doença, descoberta de uma galáxia, etc.). Não é isso que Foucault aborda, e sim como tal objeto, tal conceito, tal rede cognitiva, formam um discurso, isto é, certo conjunto de enunciados que surgiram em uma determinada época, devido a uma teia de recursos que somente aquela época pôde produzir, e como eles se relacionam com as diversas práticas sociais, que os investem como verdadeiros, pois que científicos. O discurso mais poderoso de nossa época é o científico. Assim, o trabalho mesmo de um cientista, naquilo que Kuhn havia chamado de "ciência normal", tem seu valor (às vezes discutível...). Já a análise do discurso mostra a constituição de objetos pelo e para o saber de uma época. Uma análise não invalida e nem substitui a outra.

capacho depende de um quadro classificatório de espécies biológicas, diferente daquele que autoriza ou não referir-se ao boitatá das lendas brasileiras. Em outras palavras, a linguagem fica como que "desontologizada", "dessencializada"- o que traz vantagens, como a de não precisar remetê-la a um sujeito fundador ou remeter toda a riqueza e complexidade da linguagem à referência, à representação, à regras estruturais.

3.4. A Função Sujeito

Foucault distingue o autor de elocuições ou aquele que escreve uma formulação dispondo de signos de um sistema lingüístico, da **função sujeito** de um enunciado. Acerca desta cabe perguntar quem fala, quem detém o direito em termos institucionais ou jurídicos de proferir tal discurso. A função sujeito varia, de modo que no enunciado essa posição é vazia e será ocupada por indivíduos até certo ponto indiferentes, quando eles formulam um enunciado ou quando um só indivíduo pode pronunciar uma série deles com posições diferentes e fazendo o papel de sujeitos diferentes. Assim é que os enunciados de um romance mudam quando o sujeito fornece dados geográficos ou históricos, descritos como que por um indivíduo anônimo, ou quando há um relato acerca da experiência emocional de um personagem, quando é preciso sair do anonimato. Outro caso: a função sujeito é uma na introdução a um manual de matemática, outra no desenvolvimento dos exercícios deste mesmo manual.

Sujeito de um discurso não é a origem ou ponto de partida da articulação, nem aquele que ordena as palavras significativamente, portanto não é sujeito psicológico, intencional; não é sempre idêntico a si, pois o lugar vazio poderá ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes, lugar esse que pode ou não mudar. Sempre que se puder assinalar essa função-sujeito-, uma frase gramatical, uma proposição lógica ou um ato de fala-, passam a valer como **enunciado** no interior de um dado discurso.

Se é um médico que fala a partir de um lugar reconhecido por direito como seu (clínica, aula de anatomia, hospital, etc.), uma frase, uma sentença ganha o estatuto de enunciado, pois só pode ser dita por determinada pessoa que ocupa certa posição, em um determinado lugar institucional. O enunciado situa-se com relação aos domínios ou grupos de objetos, podendo a partir desta vizinhança de domínios, questionar através um certo tipo de interrogações, usar certos instrumentos, ocupar uma posição em meio a uma rede de informações. No caso do discurso clínico, o exame, o registro, a observação, a classificação, o diagnóstico, a prescrição, são exercícios ou funções que caracterizam uma prática discursiva.

No discurso não interessa a relação entre autor da elocução e a elocução, o que alguém quis dizer ou disse sem querer, mas sim a possibilidade de determinar qual é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito. Desenha-se assim um espaço de exterioridade no qual pode-se determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade com relação a si mesmo, de modo que não é possível, no domínio discursivo, um sujeito de tipo transcendental ou uma subjetividade psicológica.

3.5. O Referencial e o Domínio Associado

Nas formações discursivas os elementos não estão simplesmente justapostos, mas são postos em relações bem determinadas pela prática discursiva, em que não se leva em conta sujeitos fazendo escolhas, nem temas e conceitos surgindo a partir de visões do mundo ou de interesses de tal ou tal grupo. O que não impede que esses aspectos interessem um cientista ou um historiador, pelo contrário. Quanto ao analista do discurso, importa-lhe ver como os discursos funcionam em sistemas de formação que não constituem blocos estáticos impostos do exterior ao discurso, nem determinações formadas pelas instituições ou relações econômicas e sociais apenas transcritas pelo discurso (caso das análises ideológicas), determinando-o de alguma forma. Nas formações discursivas não há que se reportar a fatos tal como um cientista o faria; nem é questão de sentenças significativas aptas a referir; nelas funcionam feixes de relações que circunscrevem o que será relacionado por uma prática discursiva, de modo que certo objeto possa ser referido, certo conceito utilizado, certa posição de sujeito preenchida. Sistemas de regras fazem com que mudanças em outros discursos, em práticas sociais, econômicas, políticas, sejam acolhidos por determinado discurso dando lugar a novos objetos, novos tipos de enunciação de sujeitos, novos temas e conceitos.

As formações discursivas não representam um acabamento dos discursos, como acontece com um texto com seu léxico, sintaxe, estrutura lógica e organização retórica. As formações discursivas são como que o lugar virtual, de esboço, onde será posto definitivamente o texto.

Daí que a função enunciativa no lugar de relacionar uma a uma, palavra e coisa, põe em jogo um **referencial**, que não é o mesmo que o referente de uma sentença. Assim, caracteres que não se agrupam de modo gramatical, como as letras do teclado de um computador, quando transcritas para um manual de instrução, podem vir a constituir um enunciado. Isto porque o enunciado se constitui não por uma relação do significante com seu significado, nem do nome com seu designado, ou da frase com seu sentido, ou

ainda, da proposição com seu referente, mas por configurar uma situação da ordem do discurso, característica do saber de uma época.

Enunciado **difere** de **frase gramatical**, pois uma árvore genealógica, um gráfico, uma declinação latina, uma fórmula algébrica, não são frases gramaticais, mas constituem enunciados. Os critérios para distinguir se uma frase é ou não gramatical, diferem dos critérios para construir enunciados.

Do mesmo modo, enunciados discursivos **não** têm o mesmo funcionamento ou valor de uma **proposição lógica**, que estabelece uma relação obrigatória com o referente para que possa assumir valor de verdade. "É verdade que ninguém entendeu" e "Ninguém entendeu" são exemplos de Foucault para mostrar que se trata de uma só e mesma proposição, mas são dois enunciados distintos, o último escrito num romance, é uma constatação do autor do romance; a primeira pode ser dita num monólogo interior, numa discussão consigo mesmo.

Pode-se ter duas proposições em (1), uma afirmando que alguém é rei da França e outra afirmando sua calvície, mas há um só e mesmo enunciado.

Enunciado **não** é o mesmo que **ato de fala** da escola analítica inglesa. Um ato de promessa, feito com intenção sincera e nas circunstâncias adequadas, tem valor ilocucionário. Difere do enunciado porque para que certos atos de fala se efetivem, requer-se que enunciados sejam articulados, justapostos, cada um num lugar apropriado de um certo discurso. Não é o ato de fala que define o enunciado, e sim o enunciado que define e fornece critérios para a individualização e reconhecimento de um ato de fala.

Nomes, nomes próprios, ligam-se àquilo que designam, seu sentido decorre de regras para seu uso, como a sintaxe que rege o seu emprego correto. Podem reaparecer numa mesma estrutura gramatical. Já um enunciado não será obrigatoriamente o mesmo.

Proposições demandam um referente, se não tiverem referente, como "A montanha de ouro fica na Califórnia", exemplifica Foucault, não se lhes pode atribuir valor de verdade. Para um enunciado, a ausência de referente não implica ausência de **correlato**, pois "é o correlato do enunciado - aquilo a que ele se reporta, aquilo que é posto em jogo por ele, não somente o que é dito, mas aquilo de que ele fala, seu 'tema' -, o que permite dizer se a proposição tem ou não um referente, é ele que permite decidir isso de modo definitivo", explica Foucault (1969: 118). A frase acima, se for escrita num romance, poderá ter ou não valor de verdade, dependendo de o mundo imaginário a que se reporta autorizar ou não a suposição de que há uma tal montanha.

De modo semelhante com (1), há um espaço de correlações constituído pelo enunciado que permite dizer se ele tem ou não referente. No caso acima, é preciso acionar informações históricas sobre a França atual, de modo que o espaço do discurso é anterior ao, digamos, espaço lógico para usarmos um conceito wittgensteiniano.

Frases relacionam-se com seu sentido de modo diverso do enunciado. Um exemplo que se tornou canônico num certo momento da teoria de Chomsky como agramatical, "Idéias verdes dormem furiosamente sobre a grama" por ferir restrições de seleção, para que se possa considerá-la como agramatical, é preciso supor que deve-se tratar de um certo tipo de enunciado relacionado com o mundo visível e não a descrição de um sonho, objeto de análise de um psicanalista, ou um texto poético, ou alguma mensagem codificada, ou ainda, a fala de um drogado. Somente numa teoria da representação, ou como temos chamado, teoria causal da referência (o *cogito* espelha o mundo), é que faz sentido afirmar que frases correspondem a estados de coisa, que elas se reportam a uma realidade estável, retratando-a. A relação frase/sentido depende de regras da língua e de seu uso habitual, como Foucault explica:

É no interior de uma relação enunciativa bem determinada e bem estabilizada que a relação de uma frase com seu sentido pode ser assinalada. E mais: estas frases, mesmo que não tenham sentido no nível enunciativo, nem por isso, enquanto enunciados, são desprovidos de correlações, como as que permitem dizer que idéias não são coloridas (...) e as que fazem valer a frase como menção de um certo tipo de organização sintática correta, mas desprovidas de sentido (1969: 119).

Assim, o enunciado, diversamente do nível enunciativo/gramatical das frases, não tem por correlato um indivíduo ou objeto singular a ser designado, nem um estado de coisas sujeito a verificação (caso das proposições), mas um **referencial** em que aqueles fatores podem ser assinalados, como objetos materiais, fictícios, com tais e tais propriedades, situados em tais e tais coordenadas geográficas, ou momento histórico, percebidos como físicos, ou pertencentes a um espaço simbólico. O referencial

não é constituído por 'coisas', 'fatos', 'realidades' ou 'seres', mas por leis de possibilidade, regras de existência para os objetos que nele se acham nomeados, designados ou descritos, pelas relações que nele se acham afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; ele define as possibilidades de aparição e de delimitação daquilo que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade (...). O enunciado faz de um sintagma ou de uma série de símbolos, uma frase à qual pode-se ou não assinalar um sentido, uma proposição que pode ou não receber um valor de verdade (FOUCAULT, 1969: 120-121).

Deste modo o nível discursivo não se sobrepõe como a camada mais exterior da linguagem aos outros níveis, lingüísticos, (fonológico, sintático e semântico), lógicos e dos atos de fala. Trata-se de um nível de outra natureza, distinto tanto do nível da frase gramatical, como do nível da proposição lógica e do ato de fala, mas **que ao cruzar, ao atravessar esses domínios**, dota-os de significabilidade, referência (a *Bedeutung* fregeana) e de ilocucionalidade (ato de fala). Foucault não pretende em momento algum que a análise lingüística, ou análise lógica, sejam substituídas pela análise do discurso. Cada análise tem seu alcance e objetivo próprios. Portanto, não se trata de desqualificá-las, nem de investigar que leis ou regras as presidem, mas o modo como funcionam, ou melhor, como podem funcionar, efetivar-se, constutui-se em e por uma dada formação discursiva; nela é que o sentido/significação de uma frase se faz valer, na medida em que numa situação discursiva efetiva-se aquilo que dá sentido ao sentido. O mesmo ocorre com a proposição e com os atos de fala.

Em suma, a especificidade do enunciado discursivo vem de seu **referencial** que difere da designação, da referência e do valor ilocucional; de assinalar uma **posição possível ao sujeito**; de dispor de um **domínio associado**; de revestir-se de uma **materialidade** específica, fator este que veremos no próximo item.

Para saber do significado de uma frase ou do valor de verdade de uma proposição não é necessário acionar um domínio correlato, pois ambas possuem uma certa autonomia, e dependem, para sua construção de um certo número de regras. Assim "É Pedro ontem chegou" viola regras gramaticais e "ABC + =" viola regras lógicas. Mesmo liberada do contexto, do implícito e da intenção (que são fatores absolutamente pertinentes), basta que esteja de acordo com as regras da língua para que uma frase seja reconhecida como frase e não um simples amontoado de palavras, o que permite, aliás, estudos sintático-semânticos.

Já para que um enunciado seja efetivo, é preciso localizá-lo num campo adjacente, que não é propriamente o "contexto", isto é, "conjunto de elementos da situação ou da linguagem que motivam uma formulação ou determinam seu sentido" (FOUCAULT, 1969: 129). Para que uma frase tenha dimensão discursiva, não basta que seja dita, é preciso que tenha um campo adjacente, que prescreva uma posição ao sujeito, que tenha um espaço colateral habitado por outros enunciados, por uma rede verbal de atos de fala, que Foucault chama de "formulações". O próprio "contexto" é um efeito do papel que o domínio associado, constituído pelos enunciados vizinhos, provoca. Conforme a posição, função e papel que tem uma formulação ou ato de fala

com relação às outras, seja numa narração, numa argumentação, numa verificação, varia o modo como o sujeito as utiliza, adapta, modifica.

Por isso não há enunciado livre, neutro ou inteligível por si só, mas sim integrado a outros, supondo outros. Pode-se perfeitamente fazer análise lingüística ou análise lógica sem precisar tomar por tema o campo dos enunciados, mas as unidades significativas da frase e da proposição ocorrem num dado espaço, o dos domínios de enunciados, um espaço propriamente discursivo que é onde frases e proposições e atos de fala se multiplicam e se acumulam.

3.6. A Materialidade Discursiva

Para que uma seqüência possa ser analisada como enunciado é preciso ainda que tenha uma **materialidade** que reveste o enunciado de uma marca efetiva, dada **não** apenas por ser datada, mas decorrente de seu estatuto de coisa ou objeto dotado de uma "substância" modificável. Assim é que a cada vez que um conjunto de signos é emitido, trata-se de **enunciações únicas** (como mostrou Strawson), mas pode ser o **mesmo enunciado**, pois ele pode ser **repetido**. Um ator decorando um texto, realiza a cada vez diferentes enunciações, mas o enunciado permanece o mesmo, ele pode ser repetido, atualizado. Como está sempre povoado por outros enunciados, como se inscreve num campo da experiência, sua identidade muda conforme um regime de instituições materiais que, de certa forma, definem a própria possibilidade de reinscrição ou reutilização. "As espécies evoluem" dito antes e depois de Darwin são diferentes enunciados, não porque o significado ou o contexto variem, mas porque ele é inscrito e utilizado de forma nova na teoria darwiniana, que é uma outra formação discursiva *. O mesmo com "Os sonhos realizam desejos", é um enunciado em Platão e outro em Freud. Edições sucessivas de uma obra põem em jogo os mesmos enunciados, a tinta do papel muda, mas não se trata do tipo de materialidade que afeta os enunciados. Se um autor se preocupasse em acompanhar cada edição de uma obra sua, as edições póstumas seriam regidas por outra materialidade, ou seja, o fato de não mais poderem ser revistas por ele. Enfim, "o enunciado não se identifica a um fragmento de matéria; mas sua identidade varia com o regime complexo das instituições materiais", diz Foucault (1969: 135). Um enunciado pode permanecer o mesmo, ou não, se escrito numa folha de papel ou

* Para Foucault "enunciado" é a unidade do discurso, como pretendemos deixar claro até aqui, e "enunciação" é a formulação de alguém especificamente, em que as funções de autor, materialidade institucional, etc., **não** modificam sua possível utilização.

publicado num livro, mas se, por exemplo, um romancista pronuncia no dia-a-dia uma frase e depois a atribui a um personagem, não se trata mais do mesmo enunciado. Uma mesma informação pode ser berrada a plenos pulmões, pichada num muro, ter sua sintaxe alterada, se o conteúdo informativo e as possibilidades de utilização não mudarem, o enunciado também não muda. Mais uma razão para diferenciá-lo da frase gramatical. Não será o mesmo enunciado se for usado para ressaltar sua estrutura gramatical, ou se para falar de suas conotações ou ainda, ocupar-se de seu aspecto retórico, nem tampouco se dito numa língua original e for depois traduzido; o enunciado depende de um **campo de utilização**.

Por tudo isso Foucault entende que o enunciado é um certo **objeto** produzido, manipulado, utilizado, transformado, composto, decomposto, destrutível. Não basta que seja datado, pois a materialidade deve ser suscetível de repetição que obedece a condições particulares, o que faz com que ele tenha certo estatuto, entre em uma rede discursiva, onde pode ser transformado, circular, servir ou não a interesses, ser objeto de disputa, tema a ser investido. Enfim, ele produz efeitos.

3.7. O Conceito de Discurso

Foucault chama de formulação ao ato de fala, de caráter performativo, tal como é concebido pela Escola Analítica Inglesa. Esse ato é um acontecimento localizável e pode ser reportado a um autor. A frase é uma unidade gramatical resultante de regras específicas, assim também a proposição é uma unidade lógica, também construída de acordo com regras estritas. Nestas duas últimas não importa tanto o contexto, a origem, a data e o lugar, mas sim sua aceitabilidade e sua correção, respectivamente.

Nenhum deles constitui o discurso, pois o discurso é constituído pelos **enunciados** que se dispõem numa formação discursiva na qual eles se encontram em relações determinadas, regidas pelos princípios da reutilização, da dispersão, da exterioridade, do acúmulo, da efetividade. Como não há enunciado latente, não há o que interpretar. Grande parte da análise lingüística e do discurso atém-se aos fenômenos da polissemia, das leituras múltiplas, da exegese, do sentido escondido por detrás do texto, do não-dito, das repressões. Já Foucault sustenta que, quanto aos enunciados dos diversos discursos, (como os discursos médico, psiquiátrico, econômico, da história natural, da gramática geral, etc...), é possível haver várias significações, mas sempre sobre um alicerce erguido a partir de um determinado discurso. O próprio modo de funcionamento do oculto, do não-dito, é uma função dos enunciados. Varia conforme se

trate de um enunciado da matemática, ou da economia, se é parte de uma autobiografia, ou da narração de um sonho.

Não ser oculto, não leva a considerá-lo como manifesto, pois vem investido nas frases, nas proposições e nos atos de fala, não para evidenciar imediatamente o conteúdo ou a natureza deles, mas sim para dotá-los de gramaticalidade, logicidade, performatividade. Enquanto um signo sempre designa outros, enquanto a língua e a lógica são o lugar do sentido e da verdade, o nível enunciativo vai além do significado e do significante. É possível fazer análises lingüísticas, lógicas e dos jogos de linguagem independentemente da análise do discurso, pois nessas análises o discurso não é diretamente tematizado. Porém, é o discurso que define a própria possibilidade das modalidades lingüísticas, lógicas e performativo/ilocucionárias. Designar, nomear, verbalizar, são realizações da função enunciativa. Ou seja, o uso designativo não é função do sentido, com o que a filosofia lógica de modo geral está de acordo, mas nem por isso depende do contexto, como quer a filosofia analítica da linguagem. Como mostra Foucault, a designação de um nome em "O gato está sobre o capacho" (10) e a referência de uma sentença como em (1), efetivam-se devido a um campo adjacente, a um domínio associado, a um referencial.

O domínio dos enunciados não pretende liberar uma região da liberdade do sujeito ou de seu destino transcendental. A análise do discurso, feita pelo arqueogenealogista, como veremos a seguir, não pretende igualmente refletir sobre o ser da linguagem nem sobre um **fundamento original** desse ser, portanto, não prescreve sobre o que a lingüística ou a lógica devem tratar e nem como devem fazê-lo. Vai uma larga distância entre os propósitos de um Saussure para a língua, ou de um Wittgenstein I para a proposição, e de Foucault para os enunciados do discurso.

Sem vocação transcendental ou antropológica, sem pretensão à teoria e à fundamentação, a análise do discurso parte da descontinuidade do discurso e da singularidade do enunciado como uma possibilidade aberta a um certo tipo de análise, a de uma formação discursiva, que nada mais é do que um grupo de enunciados que têm um modo especial de articular objetos, de possibilitar modos de enunciações por sujeitos diversos, dispor de e compor um sistema de referenciais, ligados por um domínio associado, dotados de uma materialidade que enseja certos usos e reutilizações.

O discurso, é, em suma, uma **prática** em meio a outras tantas práticas, formado com regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definem para

uma dada época e para uma dada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. Daí a necessidade da pragmática.

3.8. O Poder do Discurso

Ao invés de analisar a totalidade e a diversidade dos textos, a abundância de sentidos, ou o sentido por detrás dos textos, aquilo que alguém quis dizer ou disse sem querer, a análise do discurso para Foucault "quer determinar o princípio segundo o qual puderam aparecer somente aqueles conjuntos significantes que foram enunciados (...) Repousa sobre o princípio de que **tudo** não é dito nunca" (1969: 156). O que não implica que algo subjacente ficou reprimido ou sufocado, pois cada enunciado tem seu lugar de aparição e de pertença.

(...) os enunciados não são, como o ar que se respira, de uma transparência infinita, mas coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, do qual se procura apropriar-se; que as pessoas repetem, reproduzem, transformam, para os quais se traça percursos pré-estabelecidos e aos quais se dá um estatuto na instituição; coisas duplicáveis não só pela cópia ou tradução, mas também pela exegese, pelo comentário, pela proliferação interna do sentido (1969: 157).

É interessante notar que são justamente os hermeneutas ou exegetas, que, em geral, ignoram ou desprezam a dimensão discursiva. Ora, essa dimensão é que é responsável pelo efeito de raridade: nem tudo pode ser dito por todos, de qualquer lugar. Como a hermenêutica atém-se à riqueza do sentido e não à raridade, é levada a interpretar, ou melhor, a supor que o sentido manifesto é pobre, que é preciso multiplicá-lo, descobri-lo, encontrar o não dito. Ao passo que a análise discursiva, tal como Foucault a entende, visa a limitação, a raridade, de modo que o enunciado "aparece como um bem finito, limitado, desejável, útil (...) que põe, a partir de sua existência (...) a questão do poder; um bem que é, por natureza, objeto de uma luta, e de uma luta política", enfatiza ele (1969: 158). Só o sujeito qualificado entra na ordem do discurso, para isso tendo que seguir todo um ritual, todo um comportamento. Ao mesmo tempo certos canais se tornam obrigatórios para a circulação e conservação dos discursos, como os sistemas editoriais, o modo e os lugares para difundi-los, como o hospital e o laboratório para o discurso médico, o sistema pedagógico ou o das ciências psicológicas, para os discursos que carregam poder e saber.

E mais importante, a análise do discurso **dispensa toda e qualquer subjetividade fundadora**. Ao contrário das análises sociológicas ou psicológicas da evolução das mentalidades e das filosofias do *logos*, das teleologias da razão -, Foucault

vê os discursos em sua **exterioridade**, em sua irrupção de acontecimento, definindo o lugar possível para o sujeitos, que não é o sujeito soberano do "eu disse", nem aquele que fala, nem aquele que se esconde na fala ou sofre um efeito de ilusão. Não há uma voz anônima por detrás, mas um domínio no qual um sujeito pode dizer o que diz e aquilo que diz ganha uma certa positividade ou efetividade. Importa **que** tenha sido dito, de modo que não faz sentido a busca da origem fundadora, ou seja, de uma fundamentação transcendental.

A produção discursiva é "controlada, relacionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade"(FOUCAULT, 1971:10-11). O controle feito pela **exclusão** opera através do **interdito** em nossa sociedade, especialmente na região da sexualidade, na qual o discurso está ligado ao desejo, e na região da política, na qual o discurso liga-se com o poder. Há ainda uma outra forma de exclusão, obra da razão que separa e rejeita a loucura através de instituições exclusivamente destinadas a falar sobre e pela loucura.

O terceiro sistema histórico de exclusão, o da **vontade de verdade**, vem desde o momento em que, já na Grécia Antiga, começa a prevalecer, em oposição ao discurso com poder profético, precioso e desejável por si mesmo -, o discurso formulado através de enunciados com sentido e referência. A vontade de verdade produz um tipo de poder, como aquele do sujeito que verifica e observa do empirismo inglês. Não se trata de poder jurídico ou político, mas poder de repartir, classificar, pôr os objetos sob escrutínio do olhar. Diversas instituições, como as científicas, médicas, pedagógicas, das ciências humanas, encarregam-se de conduzir sua aplicação, fornecem meios para valorizar e distribuir essa vontade de verdade. Os discursos nela apoiados, coagem, compelem, comensuram, sem levantar suspeitas, pois dificilmente nossa sociedade desconfia desse tipo de poder (o conhecimento científico, diz-se, é objetivo e neutro). Os discursos que produzem saber científico, sejam eles da medicina, da economia, da sociologia, da psiquiatria, recebem o carimbo de "verdadeiros", "objetivos", "comprovados", formas institucionalizadas do poderoso discurso da vontade de verdade.

É importante observar que Foucault não está afirmando que a ciência não deve ou não pode realizar testes ou confirmar hipóteses e teorias, nem que ela não tenha desempenhado funções específicas, como incrementar a tecnologia. Uma proposição científica não exerce poder em si mesma. Mas a partir do momento em que um saber

usa o discurso de verdade, seu exercício implica em exclusão, separação, interdito, enfim, poder.

Além dos procedimentos que atuam de fora para dentro do discurso, há procedimentos internos ao discurso, como a função atribuída ao comentário, à narrativa, ao autor. Este último passou a ser fonte de significação e coerência, por exemplo, para a literatura na modernidade. Já para a ciência, a função autor perdeu a força que possuía no discurso científico da Idade Média.

O efeito e a função do "verdadeiro" provém daquilo que Foucault chamara "disciplinas". (Em *Vigiar e Punir* "disciplina" é todo e qualquer procedimento que vise normalizar indivíduos). Elas definem e regram o modo como certos objetos são reconhecidos e aceitos ou não, o modo como são acolhidos (se pela observação, pelo comentário, pela autoria, por exemplo) e controlados. O discurso literário, por exemplo, sem a função "autor", é desqualificado como espúrio, fica impedido de circular. Assim, a verdade não é algo fixado a uma certa realidade fixa e exterior, que bastaria desvendar, mas algo que funciona, o modo como em épocas diferentes, certos discursos são produzidos, o modo como se desautoriza certo tipo de discurso (o dos sofistas, o dos loucos, o das crianças, o dos criminosos, o dos poetas "malditos", e tantos outros) e se autoriza o discurso que se esforça por obter, com exclusividade, o aval de "ciência", de "verdade objetiva".

O discurso, **não** é portanto, um pensamento revestido por signos com efeitos de sentido decorrentes da estrutura das línguas, dito por um sujeito fundador, constituinte, fonte original dos sentidos e das proposições verdadeiras, dotado de uma intencionalidade, cujo correlato só pode ser um mundo pronto a ser pensado por um *cogito* que nomeia, designa, refere. Pensar assim o discurso, implica em neutralizá-lo, tal como o fazem as filosofias do sujeito, antropologizantes, para as quais o discurso é um meio de comunicar signos, traduzir experiências e transmiti-las como relatos fiéis da realidade (meio de representação do pensamento).

A tarefa do analista do discurso é dupla: o **arqueólogo do saber**, localiza e descreve os discursos como práticas que dispõem as coisas para o saber (conjuntos dos enunciados formulados dotados de uma materialidade específica, disposição dos objetos em certos domínios, posições para o sujeito, referencial); e o **genealogista do poder** mostra a proveniência, a formação da vontade de verdade que tem produzido discursos. Entre alguns de seus mais poderosos efeitos está o de urdir o sujeito como indivíduo, alvo e produto de relações de poder e saber. Quer dizer, o genealogista analisa e critica

o modo como a prática discursiva relaciona-se com outras práticas, econômicas, sociais, políticas, institucionais, que resultam na produção do sujeito sujeitado ao saber/poder, através da norma, do exame, enfim do controle do saber/poder.

Analisar o discurso não é interpretá-lo para chegar a seu âmago, isto é, o que "realmente se quis dizer" (sentido literal). Os discursos não possuem âmago, não são um conjunto de significações. São séries de acontecimentos que a ordem do saber produz e controla, conforme a diversas e variáveis circunstâncias. "A análise do discurso (...) não desvenda a universalidade de um sentido, antes ela faz funcionar o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação" (1971: 72). E não pára aí, pois o genealogista complementa o esforço crítico do arqueólogo, ao mostrar como o discurso veicula e produz saber/poder naquilo que Foucault chamou de "sociedade disciplinar". Desde fins do século XVIII tem funcionado nas sociedades ocidentais, um tipo especial de poder, que reforça e reconduz os poderes hegemônicos do Estado e da economia até as relações mais tênues, como por exemplo, a que se constitui entre médico e paciente, entre o juiz e o criminoso, entre o psiquiatra e o delinqüente ou o louco. O poder relacional, microfísico, não opera exclusivamente pela dominação, pela emasculação de forças, pela imposição de alto a baixo, senão que cria, inventa, produz, não classes oprimidas (o que não significa que não haja classes oprimidas), e sim indivíduos examinados, medicalizados, psicologizados, normalizados. Trata-se de um poder que funciona por meio de discursos, de tecnologias e regras que legitimam e sustentam sistemas de controle. Os sistemas de controle mais eficazes são aqueles baseados nos modos de produzir conhecimento e verdade acerca do indivíduo, de constituir um certo tipo de subjetividade, através de discursos legitimados pela vontade de verdade. Neste sentido, os macro poderes do Estado, da mídia, da economia, são reconduzidos através dos micro poderes das disciplinas, até a mais ínfima e tênue das relações sociais.

Daí as perguntas sobre como o discurso funciona, quem o detém, de que lugar se fala, como seus efeitos são produzidos e regulados, serem as armas críticas mais eficientes para reconhecer o tipo de saber/poder que tem por alvo e produto o indivíduo moderno. Como este não é um tipo de poder maciço, dificilmente é reconhecido e mais dificilmente ainda denunciado ou criticado. Mesmo porque sua trama de relações cria verdade e a verdade cultivada, é, como dissemos acima, aquela que resulta de enunciados calcados na prova científica, na "verdade objetiva", que é vista como insuspeita. Daí, por exemplo, a submissão ao diagnóstico do terapeuta, do sexólogo, investidos com o poder de, pela investigação da sexualidade, escarafunchar o eu e

revelar a verdade mais íntima de cada um. Não se suspeita que esse é apenas um sistema de pensamento no qual certos discursos estão encarregados de produzir verdade.

3.9. Avaliando Conseqüências da Análise Foucaultiana do Discurso

Foucault é bastante criticado por seu ceticismo e seu niilismo, por um lado, e enaltecido por outro lado, como tendo finalmente definido o discurso e a função-sujeito.

Nem uma coisa, nem outra. Seu projeto político mostra um certo ceticismo com relação à verdade, que é um excelente exercício crítico do pensamento sobre o próprio pensamento. Realmente, é impossível na modernidade e após a virada lingüística, defender a verdade de modo metafísico, isto é, como tendo um fundamento último, comensurável. É benéfico mostrar "as possibilidades políticas de auto-determinação inerentes ao reconhecimento de que 'verdade' é obra humana resultante de práticas materiais específicas", diz Bové (1995, p 55). Foucault segue a linha do perspectivismo de Nietzsche. A verdade é uma função de redes históricas de saber e poder. Aquilo que se costuma proclamar como a verdade objetiva, verificável, provém de uma perspectiva que se instaurou a partir do século XVI, a de que observar e experimentar resultam no único tipo de conhecimento legítimo, verdadeiro. É nesse quadro epistêmico que faz sentido formular proposições cujo valor de verdade é verificável. Pode-se chamar a esse discurso de "científico" ou "metafísico". Para Foucault, somente ao ser formulada num discurso é que uma dada afirmação passa a ser sobre um objeto, e sua verdade ou falsidade podem ser avaliadas. A teoria de Mendel acerca das leis da hereditariedade, por exemplo, só veio a firmar-se positivamente no seio da ciência normal, quando o solo epistemológico modificou-se e pôde-se integrá-la na teoria genética, portanto, dar-lhe sentido. Assim, a teia discursiva, a dispersão do discurso em que dada afirmação é acolhida, se modifica, dando novo alcance aos objetos e às afirmações que poderão ser avaliados como epistemicamente legítimos ou não.

Portanto, o discurso não é produto ou subproduto de uma determinada classe social, por isso mesmo não faz sentido denunciar a suposta posse do discurso pela classe dominante, nem faz sentido afirmar que essa classe trata de despojá-lo de seu vigor, neutralizá-lo. O discurso não é "possuído" por certo grupo poderoso, os discursos são, como vimos, práticas que constituem modos de arranjar objetos para o saber, dispor de temas e conceitos, reservar uma posição a quem pode ou deve ocupar o lugar vazio de sujeito do enunciado. Não deturpam, não enganam; não são ideológicos, ilusórios; seu efeito é produtivo, criador de saber sobre o comportamento de indivíduos

(disciplinarização), populações (biopoder), sexualidade (normalidade), doença e loucura (medicalização), e, por isso mesmo, dotados de poder. Supor que iludem implica supor que há uma realidade intocada de um lado, e um sujeito constituinte, um macrosujeito de outro lado, cuja razão alcança a realidade mesma, numa espécie de projeção da mente sobre o "real", representando-o.

De modo geral, as análises do discurso pressupõem uma denúncia política, quando não a necessidade de compromisso político. Assim é que a noção foucaultiana de resistência é vista como insuficiente diante de uma sociedade do risco, da diferença, da violência.

Sua visão do poder do discurso não está ligada à questão da ideologia. Supor que o discurso é "produto ideológico" depende de preconizar uma sociedade "real" como base empírica de conhecimento, que serviria como parâmetro para a crítica ideológica; essa é uma suposição comum às análises de diversas correntes marxistas. Foucault não aceita esse modo de ver, critica o marxismo como sendo uma filosofia do sujeito, de cunho antropologizante, uma vez que o marxismo preconiza que conhecer empírica e concretamente as relações ditas "reais" entre classes, "explica", dá as razões cabais para o movimento da totalidade da história. Quer dizer, acaba por atribuir a esse conhecimento empírico um valor transcendental.

Por isso resistir ao poder/ saber basta como crítica política. Como não há nenhuma pretensão a uma teoria do poder e nem, por isso mesmo, a pretensão a uma política para destituir o poder de seus efeitos totalitários através de uma revolução, cabe, o que não é pouco, **resistir** aos seus efeitos, mostrar que são produzidos, disseminados e conduzidos por discursos, mostrar como esses discursos funcionam. Os discursos das ciências humanas com radical "psico", por exemplo, as chamadas ciências "confessionais", operam sobre o comportamento do indivíduo pela normalização, exame, diagnóstico da doença mental, espaço da constituição de um sujeito sujeitado a esse tipo de saber/poder. O discurso da sexualidade baseia-se na hipótese repressiva. Foucault sustenta que o discurso da repressão não resiste à análise histórica. Procura mostrar que há um discurso da sexualidade, sim, mas trata-se de um discurso que, ao invés de reprimir, investe no regime de poder/saber/prazer. Resiste-se a esse tipo de poder do discurso que se arma sempre através de saberes, pela denúncia desse nosso modo de conhecer e constituir o sujeito, pelo reconhecimento do poder local do médico, do psicólogo, do terapeuta, olhando a história como tendo produzido esse nosso modo

de nos compreendermos, que tem raízes históricas e culturais, provém de uma determinada época, é relativo.

Fazem parte da resistência as tentativas de criar outras políticas do sujeito, que favoreçam atos de liberdade, numa ética da existência como autodeterminação. Essas são as propostas dos últimos artigos de Foucault. Não cabe aqui nos distendermos nessa direção (mais detalhes sobre este tema em *Foucault e a crítica do sujeito* e *História da Sexualidade. A vontade de saber*, citados na referência bibliográfica).

Consideramos importante algumas ressalvas finais, uma vez que Foucault é tido como um dos pensadores a quem a análise do discurso de linha francesa, deve o conceito de crítica do sujeito e o conceito de formação discursiva. As noções de crítica às ilusões do sujeito, de materialidade discursiva e o conceito de formação discursiva, aproximam Pêcheux de Foucault. Levando-se em conta que em seus últimos escritos Pêcheux critica o marxismo dada a pretensão deste à comensuração e afasta-se do projeto inicial da construção de uma álgebra discursiva (análise automática do discurso), os propósitos efetivos da AD francesa demandam uma redefinição. De qualquer modo, é preciso certos cuidados teóricos para que o conceito de "formação discursiva" e de "posição do sujeito" sejam empregados adequadamente, uma vez que eles terão que conviver com pressupostos da psicanálise (sujeito iludido pelos efeitos do inconsciente) e de Althusser (formações ideológicas) que Foucault **rejeita** pelo fato de não darem conta da constituição da subjetividade e do poder dos discursos, uma vez que sua matriz é antropologizante.

A língua é efeito da história e o sujeito efeito do discurso para Pêcheux, mas não para Foucault. Para Foucault, a língua é função de regras e o sujeito não é cegado, iludido, produto de um discurso. Há uma posição que pode vir a ser ocupada por certos indivíduos, que **não** são, assim, formados pelos discursos, nem o que dizem é determinado por discursos. Sujeito gramatical, sujeito intencional, sujeito psicológico, sujeito das formulações (atos de fala), sujeito da comunicação, na relação falante/ouvinte, são dimensões diversas que têm sido objeto de análises pertinentes, mas que não podem ser sobrepostas. Sujeito de um discurso (o médico, por exemplo, no discurso clínico), sujeito individualizado por práticas disciplinares, sujeito objetivado por práticas epistêmicas, sujeito subjetivado por práticas das ciências confessionais com radical "psico", foram temas explorados por Foucault.

Critica-se Foucault por conceber o poder como uma "força misteriosa que permeia todo o campo social e que funciona autonomamente com relação às exigências

da ação humana, e não pode explicar como opera estrategicamente nem como produz efeitos particulares de dominação"(GARDINER, 1992: 160); sua concepção de sujeito negligencia as categorias da reflexão e da autodeterminação; se rejeita a teoria psicanalítica do impulso, não pode explicar como o poder opera contra algo, já que afirma que o poder sempre está em oposição a alguma coisa; finalmente, não consegue especificar como seriam as relações sociais se os efeitos do poder fossem cancelados. Essas críticas de Michael Gardiner assemelham-se às críticas de Habermas para quem Foucault vê poder em tudo e acaba por cair na aporia das filosofias do sujeito, pois afirmar que a ação dirige a verdade, e que a verdade é uma produção, implica a conservação do mesmo esquema teórico típico das filosofias antropologizantes com suas duas atitudes frente ao objeto, que são a atitude da observação e a das ações que visam interesses, ou seja, a ação decorre de juízos de verdade. Portanto, conclui Habermas, a verdade depende do poder, que não passa de uma inversão. Para ele a crítica às filosofias do *cogito* deve superar o esquema sujeito/objeto pela intersubjetividade decorrente das ações comunicativas.

Como procuramos deixar claro ao longo deste item, em nenhum momento Foucault se refere a poder como força, e muito menos misteriosa, pois trata-se de um exercício notório, com resultados efetivos. A noção de poder embutida na produção de discursos que pretendem um saber sobre o indivíduo, não pretende substituir a noção de poder hegemônico do Estado, da economia, de que resultam as diferenças sociais. Enraizando o poder jurídico, fortalecendo-o, há certo tipo de poder que surgiu devido à necessidade de disciplinar populações, o que possibilitou que o capitalismo encontrasse um terreno aparado para melhor implantar-se. Trata-se de um poder que nasceu num momento histórico, com certas funções. O analista do discurso, o filósofo das práticas cotidianas, o genealogista das vontades de verdade faz denúncias locais contra esse tipo de poder que não pode ser destituído, porque funciona produzindo efeitos, e não como causa determinante. É neste sentido que ele não é "contra" algo. A menos que se adote o pressuposto das filosofias do sujeito, para as quais uma classe ou um grupo, ou alguém com sua livre vontade e determinação, pode e deve lutar contra o poder esmagador, destruí-lo e anular seus efeitos. Ora, é justamente esta noção de sujeito que Foucault critica, sujeito consciente e transcendental, capaz de conhecer a totalidade do desenrolar da história, em cujas mãos estaria o destino dessa mesma história. É dessa forma que as filosofias antropologizantes pensam o sujeito. Esse é um típico discurso iluminista, pois supõe um sujeito capaz de representar fielmente a realidade e de explicá-la total e

cabalmente através de seus discursos transparentes, fatuais. Mas ele não diz as coisas mesmas, uma vez que se trata de um certo discurso produzido num certo momento, através dos instrumentos da linguagem, com um certo modo de configurar objetos, caracterizá-los, usar conceitos. Entre os efeitos desse discurso estão, por exemplo a ciência e a tecnologia, mas também as ciências humanas com toda a sua carga de vontade de saber. Nietzsche, o próprio Foucault, a importante crítica da razão iluminista de Adorno e Horkheimer, denunciaram esse discurso e sua pretensão à verdade absoluta. Não há um ponto arquimediano fora da história que possibilite crítica total. Além disso, cabe perguntar: derrotado o poder hegemônico, o que virá em troca? Foucault não compartilha da ingenuidade dos que acreditam numa nova ordem em que liberdade e razão substituam o poder e a violência. Se não "especifica" (evidentemente, nenhum genealogista pretende explicar, definir, determinar o que quer que seja...), é porque mostra que **toda e qualquer produção de saber e pretensão de verdade, é veiculada e produzida por discursos**, não conhecemos meios de produzir saber e verdade que não impliquem certas relações de poder. Especificar dependeria de abolir as relações de poder, o que é impossível para Foucault. **Verdade, poder, saber e discurso não cessam de produzir efeitos**. O arqueogenologista, e também um Adorno ou um Horkheimer, não saberiam dizer o que os homens "poderiam" produzir no lugar de práticas discursivas. Daí sua modesta proposta da resistência, pois em cada novo modo de conhecer, e, conseqüentemente, novo modo de agir, vêm embutidas forças, estratégias, práticas (discursivas, políticas, sociais, tecnológicas, comunicativas) que nos habilitam a lidar com as coisas e com as quais é preciso lidar e criticar.

Essa postura é considerada relativista, cética, niilista; como nosso momento histórico exige crítica radical, pensamos que não há crítica mais radical do que denunciar os discursos que prometem libertar-nos do poder, quando são justamente esses os discursos que constituem o indivíduo como sujeito sujeitado. Como pode esse sujeito sujeitado criticar? Pelo diagnóstico de nossa situação, pela análise dos discursos, com os olhos abertos pela e para a história e não para uma "solução final". Propõe que possamos adotar formas novas de subjetividade, isto é, de constituição de si, através de atos éticos. Normas e disciplinas não constituem um "sistema dominante", como pensam alguns dos críticos de Foucault. Discursos, saberes, poderes, sistemas de produção de verdade se entrecruzam produzindo comportamentos, atitudes, sexualidade, governabilidade, comunicabilidade, através da disciplina, da norma, do exame, da ciência, da tecnologia. Mas nossa sociedade também inventou anteparos, como a crítica,

a denúncia, modos de existência e ação alternativos, atos de liberdade, que incluem uma certa busca de legitimação ao mostrar a proveniência e o funcionamento dos discursos.

Em suma, é na linha do pragmatismo que os pressupostos gerais de Foucault, bem como sua análise do discurso, melhor se acomodam. Wittgenstein II, Dewey, Heidegger vêem a história do pensamento e das idéias como jogos de linguagem, como atividades práticas para se haver no e com o mundo, como tendo apenas certos usos lingüísticos, respectivamente. Os termos preciosos da filosofia, como ser, origem, verdade, são nomes empregados para certos fins, por exemplo, o de facilitar nossa lida com o mundo, integrá-lo em quadros referenciais que guiam a ação humana eficazmente. Para Foucault, imanência e emergência de discursos, história dos enunciados como acontecimentos na ordem do saber, produzindo efeitos políticos, éticos, epistêmicos, têm a mesma função.

Porém não basta, como fizeram Wittgenstein e os filósofos da linguagem ordinária, analisar quem disse o quê em dada situação, com determinado valor ilocucionário, advindo das circunstâncias. Para Foucault, valer como afirmação, ordem, pedido e promessa, são forças do dito que provêm de uma determinada formação discursiva. Uma afirmação será analisada pela sua proveniência histórica, que não resulta simplesmente do contexto ou da intenção em uma situação. Isso porque o discurso produz efeitos que respaldam ou reprodução saberes e poderes.

A dimensão discursiva cruza as várias outras dimensões dos fenômenos lingüísticos, **sem** a pretensão de substituir ou fundamentar as análises propriamente lingüísticas, lógicas ou dos atos de fala. As regras fonológicas, sintáticas e semânticas, as significações, o processo de referenciação, uso e contexto da fala, falante em situação, intenção e produção de sentido, são todos elementos que constituem a complexa atividade lingüística e comunicativa. Foucault contribui apontando para uma análise diversa, que não é lingüística e nem lógica, nem pretende fundar uma nova disciplina para dar conta de fenômenos que extrapolam a semântica. Trata-se de uma contribuição que enriquece a dimensão das análises do discurso mostrando que o discurso é uma prática em meio a outras práticas, a da efetividade dos acontecimentos enunciativos. O enunciado discursivo vale como se fosse um objeto a ser disputado, algo desejável, cuja função é veicular, constituir, distribuir saber e poder.

Portanto, os acontecimentos discursivos produzem o efeito lingüístico, possibilitam dar sentido, ou melhor, fornecem as condições, o terreno em que a referência, a designação, a significação, o uso em situação, o falante em contexto, os

atos de fala, todos eles **tomam efeito**. Foucault analisa uma espécie de lugar epistêmico em que todos esses fatores atuam e se distribuem, que é o lugar das práticas discursivas, lugar mais da história das lutas e embates, do que da estrutura e das regras lingüísticas.

4. A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS: A VIRADA LINGÜÍSTICA E A VIRADA PRAGMÁTICA

Com Habermas o aspecto proposicional da linguagem, quer dizer, a relação linguagem/estado de coisas, passa a ser integrado no componente mais amplo dos atos de fala, na linha do pragmatismo; suas análises não se restringem à proposição, não se limitam à análise lógica. Em outras palavras, a referência não esgota a linguagem. O que não significa que a relação com as situações de fato no mundo não sejam levadas em conta pelo componente pragmático, pelo contrário, para Habermas não há discurso, sem atos objetivadores. Fazem parte essencial da ação comunicativa aqueles atos de fala capazes de serem validados como objetivando uma situação para um interlocutor, de modo a que ele possa confiar na "validez" da verdade objetiva, a um só tempo verificável, confiável e criticável, de um ato de fala. Por outro lado, a mesma relação das proposições com um determinado conteúdo empírico e objetivo concernente a estados de coisa no mundo externo, pode ser vista por outra perspectiva, cujos resultados em termos da ação interventora no mundo, são diametralmente opostos: não servem à comunicação, mas ao sucesso. Como veremos, Habermas distingue as ações em dois tipos: as ações **não-lingüísticas**, como correr, entregar uma encomenda, atravessar a rua, etc. Nestas um agente intervém com certos meios para atingir fins; e **ações lingüísticas**, que, por dependerem de meios lingüísticos, acabam sendo consideradas por Habermas como as únicas em que o "saber proposicional" depende da força ilocucionária.

Assim sendo, consideramos que há uma interessante contribuição de Habermas para o debate acerca da relação do processo de referência com o discurso e com a pragmática, uma vez que esse processo assume características opostas conforme a finalidade embutida na linguagem: se ela é motivada por aspectos do mundo a serem objetivados com o fim de **intervir eficazmente** no mundo, o meio lingüístico fica emasculado, e os efeitos não-lingüísticos, como o sucesso da ação interventora no mundo, representam toda a finalidade da ação. Por outro lado, se a força motivadora for o **entendimento** recíproco proporcionado exclusivamente pelo meio lingüístico, a finalidade não é exterior à linguagem, pois é a própria linguagem que detém a

coordenação da ação. Sendo assim, Habermas está atribuindo à linguagem uma força social, política e ética, que ele chama de **emancipatória**. Em outros termos, sempre que falantes estabelecem diálogos, argumentam, "agem lingüisticamente", suas falas fazem mais do que significar, mais do que compreender uma expressão gramatical, mais do que asserir, mais do que constatar estados de coisas (referir e significar, como queria Frege) mais do que seguir uma regra através de um comportamento (ao modo de Wittgenstein II), mais do que depender de um contexto e de um uso (behaviorismo pragmatista). Isso porque nos atos de fala todas as "forças" da linguagem ou dimensões se fazem presentes: a da representação de estados de coisa, a do entendimento recíproco e a do uso em contexto.

Apresentaremos em linhas gerais sua teoria da ação comunicativa, em seguida discutiremos se a proposta habermasiana de alçar a linguagem ao nível do discurso (via pragmática), dada sua pretensão de constituí-la como *locus* único e privilegiado da comunicação geradora de entendimento, é uma proposta demasiadamente arriscada, até certo ponto ingênua por apostar todas as fichas no entendimento lingüístico. Veicular jogos de linguagem "limpos", idealizados, responsáveis pela própria existência de uma ordem social e de sua manutenção, não representaria a utopia de uma comunicação transparente?

Porém há uma contribuição importante de Habermas para a discussão da proposta central deste nosso trabalho, qual seja, a necessidade de avançar em direção ao discurso situado, pressuposto que evita a concepção representacionista mente/mundo, sujeito cognoscente/objeto conhecido; que evita a concepção estruturalista que limita a linguagem às expressões bem-formadas, à significação; que vai além do logicismo, pois o conteúdo proposicional não funciona sozinho, sem atos de fala. Habermas acrescenta algo às propostas que vimos apresentando e que também se encaminham à pragmática (que ele chama de "pragmatismo formal"), a proposta de uma **racionalidade comunicativa**, com pressupostos de **validação intersubjetiva**, o que conduz o discurso à condição de ponto nevrálgico das discussões éticas e políticas de nossa época.

4.1 Da Semântica à Pragmática

Em suas obras da década de 70, Habermas afasta-se da Escola de Frankfurt ao rejeitar o conceito negativista de razão e propor uma filosofia calcada na intersubjetividade de sujeitos capazes de falar e agir, num mundo de dupla face: o das ações mediadas pela linguagem que produzem consenso e adaptação modificadora

situados no âmbito do **mundo da vida**, representado pelo fundo comum que sustenta a sociedade com suas normas, a cultura com suas exigências de verdade e objetividade, e a personalidade educada e socializada; e o âmbito do **sistema**, no qual a linguagem é usada com fins de intervir no mundo (pela técnica, tecnologia, fatores econômicos, decisões do governamentais). O sistema é representado principalmente pelo poder econômico e pelo poder político. Habermas atribui à ação comunicativa a capacidade de **manter o sistema afastado** do mundo da vida e, por isso mesmo, **possibilitar a ordem social**.

Não deve de forma alguma surpreender, que a linguagem tenha sido, em poucos séculos da história do pensamento ocidental, alçada à condição de doadora de sentido e mantenedora da ordem social. É que de mero coadjuvante do pensamento, ela passou a ser considerada pelo ângulo pós-metafísico como discurso situado, com caráter intersubjetivo. Falar não é comunicar atos formulados por uma consciência individual, autônoma e solitária. Os aspectos lógico-formais e semântico-gramaticais, necessários para a adequação e construção de enunciados, ao serem ditos em situação de discurso, revestem a linguagem de uma dimensão pragmática, de que resultam **atos de fala**. Por isso o paradigma da linguagem não é mais o cartesiano, mas o da intersubjetividade. O primeiro passo para a consideração da linguagem como central, deu-se pela chamada "guinada lingüística". (O termo "linguistic turn" foi usado pela primeira vez pelo lingüista sueco G. Bergman, e desde então, passou a designar uma espécie de revolução ou de mudança de paradigma para a filosofia da linguagem no século XX.)

O foco da filosofia passou para

a análise de representações e pensamentos seguindo as formações gramaticais, graças às quais eles são expressos. Expressões gramaticais constituem algo acessível publicamente; nelas podemos adivinhar estruturas, sem sermos levados a nos referir a algo meramente subjetivo. (...) Frege e Peirce marcam o momento de transição. É verdade que a guinada lingüística aconteceu inicialmente no interior dos limites do semanticismo (...) essencialmente uma análise das formas da proposição, principalmente das formas de proposições assertóricas; ela prescinde da situação de fala, do uso da linguagem e de seus contextos, das pretensões, das tomadas de posição e dos papéis dialogais dos falantes, numa palavra: prescinde da pragmática da linguagem (...). A abstração semanticista poda a linguagem, aparando-a de acordo com um formato que torna irreconhecível o seu peculiar caráter auto-referencial (HABERMAS, 1990: 55-56).

Numa ação não-lingüística não se pode saber qual é a intenção, nas ações lingüísticas, ao contrário, o conteúdo do dito apresenta-se no e pelo fato de dizer. Evidenciar o caráter proposicional e performativo da linguagem, foi a grande

contribuição de Austin, que Habermas considera central, mostrando a necessidade de integrar os componentes pragmáticos **sem** abandonar os componentes formais, numa pragmática formal.

Da mesma forma, a guinada lingüística representada também pelo estruturalismo de Saussure, precisa ser completada pela guinada pragmática, uma vez que o estruturalismo trata do falante com sua individualidade, intenção e criatividade, como "fenômeno residual (...). É verdade que as regras gramaticais garantem a identidade de significado das expressões lingüísticas; todavia, elas têm de deixar, ao mesmo tempo, espaço para um uso individualmente nuançado e inovativamente imprevisível", critica Habermas (1990: 57).

Há duas características importantes da pragmática formal, a primeira é mostrar que no lugar da mônada individual produzindo representações do mundo, no lugar de uma epistemologia que prevê um sujeito que conhece e um objeto conhecido, há sujeitos trocando atos de fala. Habermas critica as filosofias do sujeito por recaírem numa aporia: para poder conhecer o sujeito, este é posto tal qual objeto a ser conhecido. Resultado: ele não é mais sujeito, e sim objeto, o aspecto de "sujeito" desaparece.

A segunda característica é justamente a proposta habermasiana dos pressupostos que permitem aos participantes da comunicação entenderem-se entre si acerca de algo no mundo, que culmina na proposta de uma **nova racionalidade**, entendida como disposição dos sujeitos capazes de linguagem e ação, de trocas lingüísticas intersubjetivas, e não mais a relação consciência/mundo.

4.2 Ação Comunicativa e Ação Estratégica

As ações sociais concretas são de dois tipos: as ações comunicativas, que integram, normatizam e socializam, e as ações estratégicas que têm em vista fins, dependem de uma racionalidade cognitivo-instrumental, que demanda êxito pela capacidade de manipular informações e adaptar-se a situações. O **uso instrumental** da linguagem pressupõe o mundo como a soma de tudo o que é caso, suas ocorrências, e o falante comporta-se racionalmente com relação aos estados de coisa existentes. Aquele que age (ator) influencia outro, cada qual visa o sucesso de seus próprios objetivos, e a cooperação só existe quando esta se encaixa em seus cálculos. O **uso comunicativo** demanda exclusivamente a linguagem; se um ato de fala determinar-se pela orientação para o sucesso, para a intervenção eficaz no mundo empírico, trata-se do **agir estratégico**, no qual a força argumentativa e consensual da linguagem não é utilizada,

vale a influência dos atores uns sobre os outros. Em outras palavras, o uso estratégico não gera acordo, pois um acordo jamais pode ser imposto.

A racionalidade orientada para um fim aponta para as condições necessárias a uma intervenção, eficiente do ponto de vista causal, no mundo dos estados de coisas existentes; ao passo que a racionalidade dos processos de entendimento mede-se pelo conjunto de condições de validade exigidas para atos de fala, e por razões para o resgate discursivo dessas pretensões. (...) a racionalidade orientada para um fim e a racionalidade orientada para o entendimento não são intercambiáveis (HABERMAS, 1990: 70).

O mesmo saber proposicional ganha uma faceta inteiramente diversa quando é utilizado em atos de fala, nos quais se visa o consenso. Nestes a razão adquire uma dimensão maior do que a do tradicional conceito de *logos*, limitado à representação do real. Trata-se de uma racionalidade cujo grau de idealização transcende o contexto, pois que toca o ponto chave da teoria da ação comunicativa: as pretensões de validade, que, como veremos abaixo, implicam a não coação, geram consenso, demandam que os participantes vão além de seus pontos de vista iniciais subjetivos. A fim de atingir a pretensão de entenderem-se acerca de algo no/do mundo e, ao mesmo tempo, pretenderem que seu enunciado tenha validade, juntamente com o contexto de suas falas, há o papel dos requisitos pragmático-formais que asseguram o valor do dito. Em outras palavras, é preciso cumprir condições para que os **fins ilocucionários** se efetivem. O mundo objetivo é considerado como tal não por um teste empírico, mas se for "reconhecido e considerado como um e mesmo mundo por uma comunidade de sujeitos capazes de fala e de ação" (HABERMAS, 1987: 30), compartilhado intersubjetivamente. Ou seja, Habermas mostra que conceber um mundo exterior pré-fixado como sendo o mundo objetivo, que vai ser "retratado" tal e qual pelas proposições e constatado empiricamente, representa uma postura metafísica, pré-kantiana, que foi criticada e superada pelo paradigma pós-metafísico; este novo paradigma pressupõe sujeitos que trocam atos de fala entre si e visam o mundo sob a perspectiva objetivante, porém não se limitam à nomeação ou à predicação, portanto, à atribuição de valor de verdade às proposições.

Há um mundo **visado objetivamente**; um mundo **social de normas** no qual expectativas de comportamento são cumpridas; um mundo das **vivências pessoais**. Estes mundos só podem ser integrados pela ação comunicativa, a única que supõe **entendimento**.

A semântica intencional tem por detrás o modelo teleológico de ação, pois vê a linguagem como meio para os falantes obterem sucesso e influir uns sobre outros,

destacando os efeitos perlocucionais; o modelo normativo leva em conta o consenso, portanto as relações interpessoais; o modelo expressivo, por seu turno, realça as vivências pessoais. Nenhum deles é completo, segundo Habermas.

Só o conceito de ação comunicativa pressupõe a linguagem como um meio de entendimento (...) em que falantes e ouvintes se referem, desde o horizonte pré-interpretado representado pelo mundo da vida, simultaneamente a algo no mundo objetivo, social e subjetivo para negociar definições da situação que possam ser compartilhadas por todos (1987: 138).

O modelo da ação comunicativa leva em conta todas as funções da linguagem. A primeira delas caracteriza-a como parte indispensável da interação social, aspecto no qual Habermas segue a concepção de sociedade de Herbert Mead, centrada na linguagem. Sem linguagem não há vínculo cooperativo, sem a projeção de uma comunidade ideal de comunicação, não há sociedade. A segunda função é a ilocucionária, a força da linguagem como ato de fala, seguindo a teoria de Austin, e até certo ponto de Wittgenstein (considera, no entanto, que seguir uma regra, como propõe Wittgenstein, não basta, uma vez que o conceito de intenção da ação reduzida à consciência de seguir uma regra, despreza a relação da ação comunicativa com o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo). A terceira função é a hermenêutica, na linha de Gadamer, que diz que a linguagem demanda interpretação do discurso em situação.

Os atos de fala são formados **simultaneamente** por um conteúdo proposicional, por um conteúdo normativo que leva à interação interpessoal e por um conteúdo pessoal e expressivo, que mostra a intenção sincera do falante. A ação ajusta-se ao mundo, seleciona algo do mundo, e nisto é orientada por pretensões de validade criticáveis e por razões que motivam a ação. Quer dizer, a cada ato de fala, como uma afirmação, por exemplo, o conteúdo proposicional diz respeito a fatos objetivos, portanto, demanda verdade objetiva. Sua **pretensão de validade** é preenchida pelo pressuposto de ser ato de fala **verdadeiro**, não no sentido lógico da proposição, mas no sentido pragmático do ato de fala, que possibilita ao ouvinte a constatação, a crítica das razões aduzidas para garantir a legitimidade e a oportunidade do ato de fala de afirmação, sua avaliação com relação à situação de discurso. Além disso, uma afirmação estabelece vínculos normativos dadas suas conseqüências, tendo portanto, **pretensão de validade** relativa à **correção normativa**, havendo situações culturais apropriadas a um ato de fala de afirmação, por exemplo, um contexto didático, um tribunal, um relato de viagem. Finalmente, a afirmação precisa ser sincera, o que a liga ao mundo da personalidade,

mundo expressivo-pessoal. Sua pretensão de validade criticável é o ser **veraz**. O mesmo ocorre com os demais atos de fala, promessa, aviso, etc.

Assim, um ato de fala comunicativo ajusta-se ao mundo objetivo formado pelo conjunto das entidades sobre as quais é possível um enunciado verdadeiro; ao mundo social, conjunto das relações interpessoais legitimamente reguladas; e ao mundo subjetivo, conjunto das vivências do falante.

Estas ações se dão no mundo da vida, coordenam os atos de fala, sem esgotar-se neles, pois excedem a pura compreensão da significação, vão além do ato de entendimento efetuado em termos de interpretação do sentido, uma vez que estabelecem verdadeira e legitimamente, vínculos sociais. Esta seria a contribuição original de Habermas: a busca da **legitimidade**, que não se atém à busca por critérios que fecham a linguagem no universo propriamente lingüístico, seja ele o gramatical, o lógico, o semântico ou o do ato de fala intencional.

Sem a ação comunicativa, o sistema, representado pelo mercado e pelo poder (Estado, burocracia) colonizaria o mundo da vida, abolindo a ação integradora. Neste sentido, a escola, por exemplo, de lugar essencial da socialização da personalidade, da educação integral, da formação completa, desprovida da função abalizada pelo mundo da vida, serviria apenas à reprodução e aos interesses do sistema, através de ações estratégicas, meio para determinado fim.

O processo de entendimento não é um simples fluxo de informações, mas "interação entre sujeitos competentes lingüística e interativamente, mediada por atos de entendimento" (HABERMAS, 1987: 355). Nele funciona "a força da fala argumentativa, que funda o consenso e é livremente unificadora" (1990: 70).

De modo geral, os teóricos da linguagem dizem que o significado não reside no signo, mas nas sentenças, cuja forma deriva de regras sintáticas e cujo conteúdo semântico advém da referência a objetos ou estados de coisa designados. Neste sentido, a outra importante faceta da linguagem que é a pragmática, não sendo definível por um sistema de regras, é vista de modo geral, como corpo estranho na lingüística. Ao passar da semântica referencial para a semântica veritativa, a teoria do significado estabeleceu-se como disciplina formal. Desde Frege até Wittgenstein I, a questão central é a relação da sentença com o estado de coisas, da linguagem com o mundo. O significado da sentença não pode se desligar da validade dos enunciados, pois o falante e o ouvinte só entendem o significado quando sabem em que condição uma sentença é verdadeira.

Para Austin, no entanto, a função expositiva da linguagem não se limita à designação, diz Habermas, pois o valor ilocucionário inclui o uso em situação, isto é, os aspectos pragmáticos. Mas é preciso ir além, e acrescentar a idéia de pressuposto de validade e referências ao mundo que os modos não-assertóricos, apelativo e expressivo/pessoal, implicam. O comportamento ilocucionário não é só uma força irracional acrescida ao componente proposicional que funda a validade, ele também diz quais são as pretensões do falante, como ele as coloca e com que finalidades. Por exemplo, a aceitação de uma promessa, cria um vínculo normativo, a referência a algo do mundo revela um mundo socialmente compartilhado. Para Habermas, a linguagem, com seus atos de fala pressupondo validade (verdade, normatividade e veracidade), cria vínculos, estabelecendo uma ponte entre o estudo pragmático formal da comunicação, com uma teoria social da interação. Entender-se com alguém a respeito de algo, significa **acordo** entre pessoas competentes lingüística e interativamente. Conteúdos proposicionais diferentes, são avaliados, sua aceitação visa acordo racional entre partes, e exclui terminantemente um uso instrumental (ação física como a imposição violenta) ou um uso estratégico (influência pela fala, imposição de ponto de vista). Falar e entender-se são recíprocos, o entendimento é imanente ao *telos* da linguagem, afirma Habermas. Porém, nem toda interação lingüística conduz ao entendimento, daí concordar com as distinções de Austin entre atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários; este último tipo, como vimos no capítulo 3, provoca efeitos no ouvinte, portanto, segundo Habermas, impede o consenso racionalmente motivado. Já o ato ilocucionário tem uma estrutura auto-referencial, identifica-se a si mesmo, a intenção comunicativa reside no ato dito, efetua-se pelo dizer: a ação comunicativa é "esta classe de interações em que todos os participantes harmonizam entre si seus planos individuais de ação e perseguem através deles, **sem reserva alguma**, seus fins ilocucionários" (HABERMAS, 1987: 376-377).

Segundo Habermas, Austin não percebe que através dos atos perlocucionários não há interação, que através deles não se criam vínculos sociais legítimos, pois visam o êxito e este depende de ações estratégicas. Se alguém conta histórias até altas horas da noite para reter um convidado, trata-se de ação estratégica, de um ato perlocucional e não de ação comunicativa. Esta não visa o interlocutor como alvo, mas como participante, coordena os planos de ação de ambos. A pragmática, para Habermas, não é a responsável por uma força irracional acrescentada à validade proposicional, mas sim

uma força da linguagem situada, através da qual o falante envolve-se com as pretensões de validade criticáveis, evidenciando a faceta argumentativa da linguagem.

O acordo liga, pragmaticamente, o plano semântico com os conteúdos empíricos. Por isso a **teoria do significado da semântica formal, em que o significado fica restrito à compreensão de sentenças, não dá conta do fenômeno da linguagem como ação comunicativa**. A semântica formal cinde o significado de uma sentença daquilo que o falante quer dizer com ela quando a emprega num ato de fala, isto é, daquilo que a torna aceitável e permite que o ouvinte se posicione com um sim/não diante do que pretende o falante. Dessa pretensão decorre um reconhecimento intersubjetivo, um acordo com obrigações decorrentes, em suma, um entendimento. Podemos dizer que para Habermas, compreender o significado não basta, é preciso entender-se acerca de algo objetivável, dentro dos limites socialmente aceitos e normativamente validados, com intenção sincera.

O ouvinte realmente alcança essas dimensões, quando não só compreende a mensagem, digamos assim, mas quando, além da "correção" gramatical e da significação veiculada pela mensagem num contexto adequado, há outras condições essenciais pelas quais o falante adota uma postura afirmativa. Num imperativo como, "não fumar", a postura afirmativa depende de o ouvinte saber que se trata de uma exigência, poder cumprir as condições necessárias inerentes a esta exigência, inclusive as obrigações futuras decorrentes. Além das condições de aceitabilidade, é preciso conhecer **"as condições para que haja acordo**, pois este baseia a observância das obrigações relevantes para a interação subsequente", diz Habermas (1987: 384). As pretensões de deter um certo poder de parte do falante, explicita-se em razões, como mostrar as sanções, e isto não está presente no ato ilocucionário, mas nas normas convencionais, como não fumar em aviões. É sempre possível criticar a legitimidade ou não desta norma. O que está presente no próprio ato ilocucionário são as pretensões de validade conectadas internamente com as razões aduzidas pelo falante. Se ele ameaçar, já não se trata de expor razões, a força ilocucionária se perde, e o ato não é mais racionalmente motivado. O mesmo sucede com uma ordem dada fora do contexto normativo. Ela impede intercâmbio comunicativo.

A pretensão de verdade dos atos constativos tampouco tem força aglutinadora se não cumprir-se o pressuposto de verdade constatável. Pela enunciação de uma proposição, o que se diz é verdadeiro ou falso, deve-se conhecer as condições de verdade e as condições suficientes para dar razões convincentes que permitem

considerar o conteúdo proposicional como verdadeiro. O pressuposto de existência numa afirmação, é fundamental. Um ato de fala afirmativo como (1), fica emasculado de sua força ilocucionária, uma vez que não há tal rei hoje, a menos que razões sejam aduzidas para conduzir a argumentação de modo a justificar para o ouvinte a pretensão de validade da afirmação. Em outras palavras, aceitar a oferta de um ato de fala, envolve pressupostos de validade cujas razões são motivadas racionalmente e não impostas. O "real" das proposições, difere do "verdadeiro" que depende de discussões acerca das pretensões de verdade de alguém que asseire uma proposição. Essas pretensões não estão dadas no significado, ou seja, no próprio conteúdo semântico, uma vez que as regras de validade para o significado são, em geral, invariantes. Com a validade da verdade de uma proposição, ou seja, sua pretensão de validade, ocorre algo diverso, ela é discutível, negociável.

Fica em aberto poder criticar esses pressupostos que coordenam a ação humana em sociedade. Aliás, para Habermas, não haveria sociedade sem ações lingüísticas caracterizadas pela adução de razões resgatadas pela força não coercitiva da argumentação; somente as ações comunicativas são capazes de coordenar, criar vínculo social. A própria modernidade tem seu esteio neste tipo de atividade lingüística.

Em resumo, os atos de fala podem ser vistos segundo pressupostos diferentes: a retidão ou correção normativa, relacionadas ao mundo das ordenações legítimas, através de atos de fala regulativos (mundo social); pretensão de verdade de enunciados verdadeiros, cujos pressupostos de existência (estados de coisa ou acontecimentos) estão ajustados à realidade, de modo que o ouvinte possa assumir e compartilhar o saber do falante, relacionadas ao mundo objetivo, através de atos de fala constativos (mundo cultural); pretensão de sinceridade, de modo a expressar sentimentos, opiniões, desejos, de modo que o ouvinte possa confiar na veracidade do falante, através de atos de fala expressivos (mundo subjetivo da personalidade). Em todos eles há uma orientação para o entendimento. Já os atos perlocucionários são orientados para a obtenção de sucesso, caracterizando ações estratégicas e não ações comunicativas. Estas contemplam a coordenação efetiva e consensual dos planos de ação. As ações estratégicas encobertas, levam a enganos consciente (manipulação) ou inconscientemente produzidos. As ações estratégicas abertas mostram o propósito explícito de poder e influência do falante. Como o falante não aduz razões, o ouvinte torna-se apenas o outro, o alvo e não um outro-eu, capaz de troca lingüística racionalmente motivada.

4.3 A Teoria da Ação Comunicativa como Implicando uma Teoria Sociológica

Com Habermas, a pragmática assume uma dimensão política e sociológica. Como os pressupostos de validade criticáveis sozinhos são frágeis para sustentar a ordem social e para explicar a reprodução do mundo da vida, o que aumenta o risco do dissenso nas sociedades plurais e complexas, para haver integração é preciso a regulamentação das ações estratégicas que imperam nos dois subsistemas do Estado e do mercado. Disto se segue, segundo Habermas, que é preciso haver uma intervenção da razão comunicativa dentro do próprio sistema, o que é possível pelo direito e pela democracia.

A tensão entre facticidade e normatividade é resolvida pela lei nas sociedades democráticas e pluralistas. Funcionam aí argumentos e pressupostos de validade criticáveis, levados a cabo por cidadãos engajados na discussão pública da legitimidade. Lei legítima e justa provê integração social. O compromisso é de todos com todos e a força única válida é a do discurso. Sem a lei, as mensagens dos subsistemas do dinheiro e do poder não poderiam ser decodificadas e ser respondidas de modo a afetar os dois subsistemas e responsabilizá-los (um exemplo de regulação do sistema seriam os códigos de defesa do consumidor). Na obra *Direito e Democracia, entre a facticidade e a validade*, busca mostrar como o direito se institucionaliza, e o efeito que isso produz, que é efetivar a ação comunicativa.

Nas obras anteriores à *Direito e Democracia*, Habermas atribui à linguagem (pelo entendimento, consenso racionalmente motivado, pressupostos de validade) o papel essencial de impedir que o sistema avance sobre o mundo da vida, colonizando-o, quer dizer, apagando as relações intersubjetivas em diálogos racionalmente motivados. Nessas interações repousam projetos de emancipação das sociedades modernas, suscetíveis de crítica, sujeitos à revisão permanente, mas ao mesmo tempo, conduzindo em direção a uma comunicação ideal, aquela que não tem impedimentos ("sem entraves e sem limites").

Habermas logo se deu conta da fragilidade de propor que a ordem social pudesse ser mantida apenas pela manutenção da diferença entre os dois tipos de ação, a comunicativa e a estratégica. As pretensões de validade da verdade transcendem o aqui e o agora, por pertencerem à própria comunidade de comunicação. O conteúdo de validade ideal (= validade), no entanto, demanda a admissão factual (=facticidade) "por todos os participantes, todas as vezes que desejarem afirmar ou contestar a verdade de

uma proposição ou entrar numa argumentação para justificar tal pretensão de validade" (1997: 34). E isto ocorre na comunicação cotidiana, nas situações em que os falantes devem entender-se **entre si sobre algo do mundo**. A ponte entre linguagem e realidade, para Habermas, não é propriamente uma ligação **entre** elas, mas a própria realização ou efetivação de afirmações acerca de algo (realidade compartilhada), sujeitas à validação de sua pretensão de verdade. A verdade desce do céu platônico, e instaura-se nas argumentações lingüísticas, cujo caráter não é lógico nem ontológico, mas pragmático.

Numa análise pragmático-discursiva da linguagem, significados e conceitos se revestem de um tipo de idealidade justificável e apropriado para a ação, coordenando-a pela busca do estabelecimento de pretensões de validade normativas, em que entra o direito positivo: quem tem o direito normativamente estabelecido de dizer o que para quem, advém da força de integração social calcada na linguagem. Os planos intencionados dos atores sociais, são harmonizados pelo entendimento lingüístico, pela busca incondicionada de fins ilocucionais. O próprio dissenso também se legitima.

O problema é que as instâncias das ações estratégicas tendem a agudizar o uso do dissenso, que se sobrepõe ao entendimento.

Daí a nova proposta de Habermas de que a ordem social se vê fortalecida, ao menos para aquelas sociedades formadas por uma maioria de indivíduos "socializados comunicativamente", por "regulamentações normativas das ações estratégicas", ou seja, as pretensões de validade criticáveis lançariam âncoras no próprio sistema, e não apenas serviriam de anteparo. E isto sempre que a tensão entre a facticidade e a validade se apresentar como uma alternativa acabada. A regulamentação das ações estratégicas (um exemplo disso são as tentativas de regulamentar com regras "civilizadas" o capital volátil) guiar-se-á pelo levantamento da situação objetiva e **também** pela imposição de certas obrigações, o que só é possível se houver o reconhecimento intersubjetivo de normas a serem seguidas, cuja autoridade se legitime pela capacidade de revestir a validade com a força dos fatos. O que mostra a tensão entre facticidade e validade. "Encontramos a solução desse enigma no sistema de direitos que provê as liberdades subjetivas de ação com a coação do direito objetivo (...) No modo de validade do direito, a facticidade da **imposição** do direito pelo Estado interliga-se com a força de um processo de normalização do direito, que tem a pretensão de ser racional, por garantir a liberdade e fundar a legitimidade" (HABERMAS, 1997: 47-48).

Enfim, Habermas percebe que a força argumentativa da linguagem necessita, para haver ordem social, de outra força, a da legitimidade do direito em sociedades democráticas.

Para nossos propósitos interessa notar que a sua contribuição para a discussão da relação entre linguagem e realidade, é mostrar que na própria linguagem há três dimensões interligadas: a dos significados com suas regras que permitem a inteligibilidade das enunciações, a da intersubjetividade (o sujeito não é uma mônada) e a da racionalidade comunicativa (pretensões de validade, como a da verdade em proposições assertóricas, a da normatividade que regula as trocas lingüísticas e a da veracidade das expressões pessoais).

A ação comunicativa impede a ação estratégica de sobrepor-se inteiramente, pois a ação comunicativa demanda e constrói simultaneamente a socialização, a educação, as liberdades democráticas, a criatividade pessoal.

Em suma, temos duas posições que tratam do discurso no âmbito da pragmática, a de Foucault e a de Habermas. Seus propósitos e seu enraizamento teórico diferem bastante. Para Foucault o discurso não serve a uma comunicação aberta e desinteressada, pelo contrário: tem um poder intrínseco à sua dimensão de prática e de acontecimento histórico. Pelo discurso objetivador constituíram-se sujeitos sujeitados pela norma, pelo exame, enfim, pela sociedade disciplinar. Para Habermas, a modernidade resgata ética e politicamente a ação humana em sociedade, uma vez que essa ação é comunicação (não de consciências) entre sujeitos responsáveis, livres, criativos, capazes de entendimento racional.

Mas para ambos o discurso não é simples meio de comunicação, que supõe uma consciência individual expressando pensamentos. O discurso é constitutivo, efetivo, produtor de relações. Deve ser entendido pragmaticamente.

Na perspectiva de Habermas, vivemos em nossa sociedade o paradoxo de produzir democracia e legitimação através do direito, juntamente com tentativas mais ou menos bem-sucedidas de diálogo, de um lado, e produzir as forças cada vez mais impositivas da eficiência (globalização) e da violência. O que tanto pode travar o consenso, como exigir, no caso da maioria das sociedades democráticas, o uso efetivo do direito e de ações interventoras legitimadas social, ética e politicamente. Daí o papel da linguagem como efetivamente **ação comunicativa**.

Na perspectiva de Foucault a vantagem é mostrar que as diversas épocas produzem discursos que funcionam como práticas, cujos efeitos numa *episteme*, são

certos saberes dotados do poder de objetivar, normalizar, cientificizar, portanto, de produzir verdade. Os discursos portadores de verdade (especialmente o tipo de verdade produzida pela necessidade de governabilidade das populações e de normalização dos indivíduos) são prestigiados e legitimados. Os contra-dicursos são marginalizados, excluídos.

De qualquer modo, **sem a dimensão discursivo-pragmática**, a linguagem ver-se-ia reduzida a meio de comunicação, código, expressão do pensamento, proposição suscetível de confirmação, prova, verificação. Com o que a linguagem estaria destituída da força capaz de constituir ações, comportamentos, jogos de verdade, entendimento, legitimação, luta, resistência, sujeito sujeitoado e objetivado.

CONCLUSÕES

Este longo itinerário de idéias e propostas, mostra que a referência deve ser vista como uma atividade de homens capazes de linguagem e de ação. Referência não é algo que a linguagem detenha, intrinsecamente, formalmente. Não há nada na linguagem destinado preferencialmente a realizar a tarefa de dizer o mundo. A linguagem não retrata a realidade e nem a esgota. Nossa pretensão é mais modesta, apropriada a um pensamento pós-metafísico: não visamos chegar ao que é a linguagem, mas tentar compreender melhor uma de suas facetas, a capacidade de referir, que preferimos traduzir por dizer algo a respeito de uma situação para alguém, que deve estar capacitado a saber de que se está a falar, e pode reagir de acordo com essa sua compreensão.

A realidade tal qual ela é, isto não podemos saber, como queria Kant; mas é preciso ir além de Kant, pois pleitear saber o que é mesmo a realidade é pretensão que desaparece nas filosofias pós-metafísicas. Descrever estados de coisa pode ser uma condição necessária para certos discursos, mas nunca suficiente para entrar em acordo acerca de um mundo compartilhado, inteiramente atravessado por interesses, suposições, objetivos, perspectivas, desejos, etc., os mais diversos.

Não há um "cálculo", um código, um sistema, uma competência, um conjunto de regras, capazes de dar conta dos diferentes jogos de linguagem. A linguagem é mesmo como Wittgenstein supusera, uma forma de vida, um comportamento, que assume, conforme as condições e circunstâncias, as funções as mais distintas. Não há um aspecto isolado da linguagem predestinado a cumprir uma única tarefa, sejam as relações sintagmáticas e paradigmáticas, sejam as sentenças dotadas de significação e referência, sejam os atos de fala situados. Enquanto não se for do signo até o discurso, quer dizer, enquanto não se mostrar a importância decisiva do fator discursivo, que o significado de um signo ou de um enunciado depende do uso, que o usuário age pela linguagem, e que é pela linguagem que o mundo se torna significativo, podendo ser modificado, conhecido, utilizado, contatado -, não se pode dar conta do papel da referência, não se pode responder à questão da relação palavra/mundo.

A lingüística do signo afasta o problema da referência, considerando apenas os aspectos intrínsecos à língua. Trata-se de um preito justo e apropriado para o objetivo a que Saussure e seus seguidores haviam proposto, dar conta apenas da *langue* como

sistema combinatório. Mas fazemos mais do que combinar signos, codificá-los e decodificá-los. Signos interpretam outros signos, toda ação humana é *signica*. O sujeito não é um robô programado para falar pelo fato de ter aprendido regras fixas e sistemáticas: o homem com seu universo simbólico, sua cultura, sua imersão na natureza, é "homo significans", que semiotiza a realidade, interpreta-a, torna essa realidade acessível, compreensível, significativa pela linguagem (signos verbais, ícones, sistemas lógicos, gramáticas com regras estruturais, atos de fala, enunciados discursivos).

A competência de um falante basta para entender a forma sintática e os significados dos itens lexicais, mas não basta para entender com que propósito alguém disse o que disse, para outra(s) pessoa (s), o que não decorre simplesmente da polissemia, nem da leitura conotativa, nem de um fator "retórico". Todo diálogo, todo texto, emerge de situações complexas, que requerem leitura, interpretação, em outras palavras, trata-se do discurso em suas múltiplas funções e não de regras internalizadas que geram frases da língua, e só as frases da língua.

Tampouco a estrutura proposicional, sozinha, dá conta da relação linguagem/realidade. Desde Aristóteles até Frege, Russell, Wittgenstein I, à forma lógica da proposição em afirmações assertóricas tem-se destinado a tarefa de representar estados de coisa, nomear ou denotar algo da realidade, a que se atribui um predicado ou uma determinação. O que aconteceria se a linguagem fosse reduzida à forma proposicional, a asserções capazes de expressar ou figurar o que ocorre? Muito provavelmente não nos comunicaríamos, pois a linguagem excede o uso dos juízos determinantes, a "realidade" é um construto adequado, concebê-la como conjunto de tudo o que ocorre cabe perfeitamente, desde que se entenda esse recurso, que é discursivo, como necessário para certo tipo de abordagem, que demanda falar sobre o conjunto das coisas. Dito de outro modo: o mundo, as situações todas, possíveis e imaginadas, excedem aquilo que uma postura empírico/positivista entende como "realidade". No paradigma pós-metafísico, "realidade" é um certo modo de ver o conjunto dos entes como estáveis, exteriores, em si, etc. Trata-se de uma maneira econômica de arranjar um certo modo de ser para os entes, que acabou sendo privilegiado pela epistemê metafísica tradicional com seu pressuposto errôneo e simplista de que há o sujeito/mente/*cogito* (interior do pensamento) de um lado, e de outro lado há o objeto/coisa/ocorrência (fatos exteriores). Nem toda relação é adequação da mente que representa com as coisas representadas. Julgar, adequar, narrar, descrever

algo já ocorrido, apostar, visar algo como, preocupar-se, entender-se com alguém, dirimir uma dúvida, etc. etc., nenhum destes usos do comportamento lingüístico ajusta-se à proposição.

O contra-argumento é que o propósito de Frege era encontrar uma linguagem perfeita para traduzir a matemática, que este seu propósito foi conduzido para outras áreas pelos neopositivistas, Russell e Wittgenstein I. Mas para que servem as proposições? Elas devem poder determinar um valor de verdade, que diz o que é o caso. Ora, é impossível adequação (proposição verdadeira ou falsa) sem conteúdo empírico. Para saber se um conteúdo empírico preenche adequadamente o sentido de uma proposição, entram em cena diversos fatores: teoria vigente, condições para a pesquisa, propósitos, arranjos técnicos, enfim uma grade epistêmica funcional, dependente do estado a que chegou dado setor do conhecimento ou da ciência. Quine mostrou que não faz sentido a distinção analítico/sintético. Há campos a serem percorridos, arranjos locais, árduo trabalho de investigação e pesquisa, impossíveis de serem reduzidos à proposição como única forma apropriada do enunciado científico. Sentenças ligam-se a outras sentenças, e não cada uma a um estado de coisas empiricamente verificável.

Ao nomear, nada ainda está feito. A afirmação assertórica cumpre seu papel nitidamente e sem maiores percalços, apenas no límpido e claro âmbito da lógica. Ao descrever-se um estado de coisas, ao designar ou nomear algo ou alguém, ao atribuir uma qualidade a um ente, é preciso supor um paralelismo linguagem/mundo. Mas esse paralelismo é obtido a duras penas, talvez ele só seja alcançado pela ciência quando esta precisa ajustar a teoria com novos fatos observados, observação essa produzida também por uma teoria.

Com a linguagem normal, cotidiana, fazemos muito mais do que nomear. Nomear faz sentido, não porque uma entidade recebe um nome que designa, nem porque expressões descrevem um "x tal que", nem porque sem um designador batizando um referente (designador rígido), identificando-o como tal em todos os mundos possíveis, não há nomeação-, mas por um querer dizer, um significar que demanda a leitura do contexto, da intenção, dos propósitos da fala naquela determinada circunstância. Não há objetos discriminados, individualizados em si, com propriedades essenciais, intrínsecas, **independentemente** de uma conceptualização cultural, lingüística, semiótica, como bem viu Quine e, mais recentemente, a pragmática.

A questão é como pôde um nome ter o sentido que tem. Haver ou não um referente não é o fator decisivo para que um ato de fala de nomeação ou de referência

funcione. Não porque sentido difere de referência apenas, mas porque a afirmação assertórica funciona como ato de fala, criando uma situação que envolve os usuários e seus propósitos comunicativos.

Assim, a distinção de Strawson entre uma sentença e seu uso, a consideração de que a afirmação é um ato ilocucionário entre outros (Austin), conduz a discussão sobre o papel da referência como uma questão não da sentença em si, mas de seu uso, uma questão de **intenção identificadora**, como propõe Searle.

Há toda uma mudança de perspectiva filosófica na passagem do modelo lógico para o modelo wittgensteiniano dos jogos de linguagem. Sentido, valor de verdade e referência a estados de coisa cedem lugar a comportamento, usuário, propósito da fala, situação de emprego. No modelo pós-metafísico de Wittgenstein cai a tese representacionista, que vem de longa data, desde Descartes, passa por Kant, e se sofisticava com o logicismo de fins do século XIX, inícios do XX. A própria linguagem passa a ocupar o lugar da mente que conhece ou representa objetos já nos modelos estruturalistas. O problema é que o estruturalismo considera que há regras acima do sujeito e das condições histórico-culturais, funcionando automaticamente.

Deste modo, após a virada lingüística, foi preciso um outro momento crítico, levado a cabo por Dewey, Peirce, Quine, Davidson, Rorty, entre outros. Mais do que considerar os conceitos metafísicos como tendo um uso normal, cotidiano, mais do que considerar a linguagem como cultural, pública, com enorme diversidade de funções e pluralidade de usos -, os pragmatistas norte-americanos, ressaltam o papel instrumental da linguagem. Todos eles são céticos quanto a qualquer verdade essencial, de tipo metafísico, e também antiplatônicos quanto ao significado considerado como que tendo uma "existência" ideal (como a teoria abstrata do significado de Frege). Todos eles estão também voltados para a lógica e para a linguagem, mas a lógica e a linguagem não podem ser separadas das necessidades da vida. A linguagem não realiza a mágica da denotação, da nomeação. Significar difere de nomear, não só pelas razões aduzidas por Frege. Descrever uma entidade não implica em afirmar a existência de entidades, mas não só pelas razões aduzidas por Russell. Usar nomes não acarreta compromisso ontológico algum, exceto pelo uso das variáveis ligadas, que são casos especiais da função lógico-lingüística que articula a intensão e a extensão dos termos, como mostrou Quine. O universo platônico esvaziou-se, a mente cartesiana com suas vivências da consciência revelou-se apenas um pressuposto conveniente para justificar o acesso aos fenômenos. Na *episteme* do século XVII não havia lugar para a linguagem.

Quando muda a *episteme* em fins do século XVIII, o acesso ao mundo só pode ser constituído pela linguagem em suas múltiplas funções e não por um eu ou uma consciência transcendental.

Ainda assim, falar acerca de algo, por maior que seja o poder discursivo de um enunciado, **não é a coisa**, nem substitui a coisa. Isto é, um enunciado poder criar uma situação pelo fato mesmo de ter surgido em determinada época com determinada função, elegendo determinados aspectos que se tornam efetivados pela linguagem, constituindo o universo do discurso e, conseqüentemente, o comportamento humano simbolizador, semiotizador, significativo, sujeito a leitura e interpretação, não implica que se possa com a linguagem produzir algo diverso de processos semiótico-discursivos. A linguagem semiotiza a realidade, a própria categoria ou conceito "realidade" vem de uma lida com as coisas visualizáveis, manipuláveis. Até mesmo, como dissemos no início deste trabalho, pela linguagem as coisas que não "existem", que não são, podem ser expressas em seu não ser pela linguagem. Ainda assim, exceto em culturas pré-modernas, a linguagem não é mágica: um signo significa, o signo "giz" não escreve na lousa, o que é evidente.

Cada um dos lingüistas e filósofos que analisamos, análise essa sem nenhuma pretensão de ser exaustiva (se é que há análise exaustiva), mostra uma faceta ou característica inovadora com relação à linguagem e, especialmente, com relação ao nosso tema central, ou seja, a relação linguagem/mundo. O propósito da filosofia não é aprofundar verticalmente questões e resolvê-las, e sim dar condições para o pensamento ampliar seus horizontes.

Saussure contribui com a noção de sistema, conjunto de regras que formam uma estrutura combinatória de signos. Para significar ou designar, entram os fatores **lingüísticos** e **não** a relação de denotação ou de referência, pois o signo é arbitrário e convencional; é pertinente perguntar pela adequação, verdade, alcance, nomeação, no âmbito da lógica ou da filosofia, mas não é uma questão que interessa ao lingüista. Sem perder de vista o caráter arbitrário do signo, é possível, no entanto pensar a linguagem como semiotizadora da realidade, como mostram a sociolingüística e a semiótica de Peirce. Portanto, código e sistema não formam uma estrutura à parte, automática, autoregulável, pois a linguagem e a realidade tornada significativa, justamente, pela linguagem, **funcionam juntas**.

É preciso voltar um pouco atrás, à contribuição de Frege, que já havia mostrado a arbitrariedade da relação entre nome e coisa nomeada, daí referir ou nomear diferir de

significar, transmitir pensamentos acerca de algo é possível sem que precise haver o empenho em atribuir valor de verdade à sentença. Nos casos em que isso couber, a vantagem é permitir o progresso da ciência.

Wittgenstein no *Tractatus* põe o mundo na estrutura do figurável logicamente, procurando com isso dar conta justamente de como é que com palavras se diz o mundo. Como o mundo é tudo o que ocorre, a linguagem se torna apta a traduzir essas ocorrências e permitir que o paralelismo com o mundo se dê. O problema é que, para estabelecer este paralelismo é preciso uma análise lógica das expressões, de modo que possam traduzir os elementos da realidade que, só assim são dizíveis. O resto é indizível. Postular a necessidade de um paralelismo, como mostramos, é uma pretensão fracassada.

Russell cai na armadilha do fato atômico que leva à suposição de que há casos (não nas descrições definidas, pois essas não nomeiam) em que o significado é a coisa nomeada.

O logicismo tem o grande inconveniente de provocar um impasse: para haver ligação entre linguagem e mundo validada pelas proposições, é preciso "limpar" o mundo reduzindo-o a fatos (atômicos ou relacionais), e "limpar" a linguagem, limitando-a às proposições com sentido e referência. Neste caso "explica-se" a referência, mas paga-se o preço de reduzir a realidade a quadros pictóricos lógicos. Se não se fizer essa redução ou enxugamento da realidade e da linguagem, não se pode estabelecer aquela relação.

Para sair dos impasses criados pela lingüística e pela lógica, foi preciso uma conversão da própria problemática numa nova e promissora direção: a pragmática.

Wittgenstein e o grupo de Oxford de um lado, e Peirce, Dewey, Quine e Davidson (externalismo) de outro lado, e ainda, a discussão ou disputa levada a cabo contra o internalismo (o internalismo objetivista de Putnam e o internalismo subjetivista de Chomsky) -, todos eles apontam para a insuficiência da semântica formal, restrita a um conceito semântico de linguagem, pelo qual o pensamento completo é determinado pelo estado de coisa que ele exprime numa proposição assertórica. Há uma diferença entre uma proposição expressar um fato, julgar a validade de um juízo, afirmar, por exemplo, **que** alguém é rei da França, e simplesmente representar um tal ente por uma consciência individual. Em outras palavras, afirmar ou asserir (1) não é referir a um ente "x" existente, mas sustentar uma proposição relativa a um estado de coisas permanente. O sentido em formular uma proposição verdadeira não pode ser confundido com a

existência de um tal ente, do contrário a proposição ou o pensamento devem conter um ser ideal em si. Por isso a semântica formal se vê na obrigação de supor uma ponte entre a linguagem afirmando algo (o que não depende de um tempo "real") e o ente afirmado ou asserido (num tempo), estabelecendo com essa ponte, uma relação ontológica entre mundo e linguagem. Quer dizer, Frege e toda a semântica veritativa, não vêem que o sentido da verdade de uma proposição irá se dar apenas no uso lingüístico de proposições, entre dois interlocutores situados. Em outras palavras, a idealidade da significação, saber o que é o caso, estabelecer um estado do mundo descrito numa proposição assertórica, significativa, leva a pressupor a necessidade de remeter à existência real de um ente, de uma coisa. Isto provoca um conflito intransponível entre realidade e idealidade. A pragmática e os filósofos do pragmatismo evitam esse impasse.

Realidade não é o que é o caso, por isso, insistimos, não tem modo preferencial, que seria a proposição, de ser designada. O que podemos dizer com sentido, é o que podemos dizer apropriadamente uns aos outros em situações específicas.

A abordagem de Recanati, enriquece o debate, pois além dos elementos propriamente lingüísticos que permitem a referência direta, tanto no uso de nomes como no de descrições, há fatores psicológicos (modo de pensar), fatores lógicos (a proposição em que se atribui algo a um objeto da realidade, a um referente), e também fatores pragmáticos, necessários para a identificação contextual do referente.

Já Kripke representa um retorno ao esquema metafísico. A nomeação segundo Kripke demanda, para dada linguagem, a possibilidade de fixar o referente, do contrário ela não faz sentido. Descrições definidas não realizam a referência, pois elas podem variar e nenhuma delas exerce com propriedade a função designadora, diz ele, com razão. Talvez Kripke tenha apelado para a noção de designador rígido devido à suposição, correta, de que nomear não faz sentido sem pressupor algo nomeado. Linguagem e realidade se conectam pelo nome, mas não meramente por uma semântica dos nomes e sim por propriedades essenciais dos entes, segundo ele. Neste sentido Kripke volta a embarçar a questão da referência com as questões essencialistas. Não há ganhos teóricos com esse procedimento, pelo menos nas epistemologias pós-Kuhn e Feyerabend.

Wittgenstein II evita todos esses embaraços sem banalizar o problema, sem o apelo "fácil" aos fatores "falante" e "contexto", justamente porque a referência, a

nomeação e uso de descrições definidas são diluídos por suas propostas pós-metafísicas e de cunho pragmático.

Quine mostra que a referência não pode ser determinada, muito menos um referente fixado, pois a ação humana no mundo é adaptadora deste para certos fins permitindo gerar um número suficiente de crenças verdadeiras, de modo que a ação lingüística da referência se torne também fator de adaptação a este mundo. É igualmente ilusório pensar que o contexto permanece inalterado, e que a variação é fator decorrente das diversas línguas, com seu léxico e sua gramática. Como a significação não advém da referência, isto é, a significação dos termos não deriva de propriedades intrínsecas dos objetos, toda tradução será aproximada, derivada de hipóteses, não há como escutar a mente, não há o que escutar. O que há são linguagens cujas características são sociais, públicas. A diversidade cultural impede uma uniformidade ontológica, que seria o pressuposto para explicar a referência ao mundo como representação. Invertemos o postulado internalista de que há uma só linguagem que gera todas as línguas. A diversidade de culturas, de ontologias e de linguagens caminham juntas, tecem suas tramas em reciprocidade modificável. Davidson conduz as idéias de Quine às últimas conseqüências: interpretamos ocorrências validáveis pela aplicação, em cada ocorrência de uma elocução, de teorias que funcionam como um teste para a significabilidade e a referência. A referência não deve ser tratada como podendo ser explicada teoricamente, nem como um conceito padrão ou restritivo. A teoria de verdade funciona para uma linguagem L, mostrando que tipo de sentença pode ser considerada como verdadeira a cada combinação de objetos com palavras feita numa sentença de um falante. Ela deve ser satisfatória para efeitos de compreensão daquela linguagem; após a escolha de um ponto de referência, relativos à interpretação adequada. A linguagem não pode decidir o que os objetos são, é somente através de esquemas de interpretação que se sabe que certas palavras são as mais apropriadas para interpretar as palavras de alguém. No momento em que se estabelece uma referência, esta deve se estabilizar, do contrário não haverá compreensão entre os falantes.

Putnam mostra que a linguagem não está magicamente conectada com a realidade, há uma ilusão de que a linguagem refere diretamente ao mundo, é preciso que os objetos sejam conceptualizados pela linguagem, os objetos não são auto-identificantes. Putnam se declara um interiorista, diríamos que é um internalismo objetivista, para marcar sua diferença com relação aos exterioristas ou externalistas, considerados por Putnam como aqueles que utilizam o pressuposto metafísico de uma

realidade em si. Estes pensam o mundo como contendo objetos marcados por propriedades intrínsecas, independentes dos esquemas lingüístico-cognitivos. O que difere do modo como temos apresentado o exteriorismo ou externalismo neste trabalho, como sendo de cunho pragmático, pós-metafísico, para o qual o contato com o mundo é fruto de um comportamento, a maior parte do tempo, comportamento lingüístico, público, cultural.

As discussões acerca da mente/cérebro que pretendem dar conta da capacidade humana de falar, ganharam impulso recentemente com as pesquisas no terreno da neurologia. Não entramos nessa discussão, pois ela foge ao objetivo deste estudo. Mas deixamos entrever, em nossa crítica a Chomsky, que o internalismo subjetivista deposita um crédito enorme no avanço da ciência para explicar a suposta linguagem internalizada, matriz invariável, biológica, para a toda a espécie humana. Ainda assim, quando chega o momento de enfrentar o problema de como as palavras podem significar fatos, ocorrências, situações, dizer algo do mundo, referir-se, nem o próprio Chomsky postula um esquema prévio. Não se pode explicar, não nos termos naturalísticos da ciência, a capacidade de referir, diz ele. Já o léxico, o modo lingüístico de significar com dado termo, de usar dêiticos, anáfora nada têm de misterioso. O problema é que supor a capacidade de estruturar uma frase gramatical como sendo produzida pela mente/cérebro, juntamente com um sistema conceptual, leva a concluir que termos/sentenças estejam previamente destinados a usos fixos. O que dificulta compreender como é possível formular atos de fala cujo valor não está pronto na sentença. Não somos cérebros numa cuba emitindo todas e apenas aquelas sentenças que a mente/cérebro foi supostamente programada para produzir.

Em outras palavras, a linguagem não é um conjunto de regras, quer se o conceba como internalizado ou não (cultural). Não há fulcro comum. Compreender a linguagem e a capacidade referencial como função do discurso situado, isto é, pragmaticamente, leva a discussão para um terreno mais promissor e prenhe de conseqüências para a lingüística e para a filosofia da linguagem (e também para a filosofia da mente).

Estudos recentes da pragmática e da análise do discurso mostram mais convergências de propósitos do que as disputas entre eles sugerem. Não vemos incompatibilidade entre postular formações discursivas que constituem o sujeito do enunciado através de possibilidades de preenchimento dessa função que variam conforme a situação de discurso, o lugar institucional do/no qual sujeitos são investidos para poderem falar e sua fala produzir efeitos de um lado, e a linguagem como ação no

mundo, contextualizada, cada fala demandando uma interpretação adequada à situação de diálogo, de outro lado. Com efeito, a fala ser um acontecimento da ordem do discurso, fragmento a um só tempo lingüístico com repercussões sociais, políticas, culturais que a revestem de um valor produzido pelo saber de uma época, portanto, suscetível de leitura - , implica pensar que toda produção de fala seja situada, compartilhada, negociada. Em outras palavras, o nível do discurso tem um solo e uma proliferação cujos suportes e efeitos são discursivo-pragmáticos. Quem diz, o que diz, em que circunstância diz, que efeitos produz, seu caráter de acontecimento único cuja materialidade permite que seja investido pela ação, tal qual uma prática -, temas esses de uma análise do discurso, não excluem o aspecto pragmático da linguagem, são isto sim, complementares. Aliás, consideramos Foucault um filósofo da crítica do pensamento sobre o pensamento, pós-metafísico, cujos propósitos se ajustam perfeitamente ao pragmatismo, e não como certa análise do discurso o concebe, enquanto crítica das ideologias, produzindo um sujeito que reproduz automática e inconscientemente uma fala ideológica. A função política da análise do discurso não é desmascarar ideologias, fazer a "leitura da história em seus aspectos materiais", e sim mostrar que discursos surgem e proliferam, constituem a própria subjetividade e objetivam o sujeito através de rede de saber cujos efeitos têm o poder de produzir "verdade", especialmente as ciências humanas com radical "psico" (psicologia, psicanálise, psiquiatria, e as ciências da sexualidade).

Evidentemente não são esses os propósitos e nem o programa teórico de nenhuma das diversas concepções pragmatistas da linguagem (Quine, Davidson, Habermas). Quer dizer, analisar os atos de fala nas situações concretas, objeto de estudo da pragmática e programa teórico do pragmatismo, **não** é o mesmo que analisar os acontecimentos discursivos anônimos, com poder epistêmico, isto é, valendo como saber que circula e produz efeitos. Contudo, a opção por um tipo de análise não invalida e nem exclui a outra.

Com os cuidados fundamentais de que não se deve conceber o pragmatismo preconizando um "vale tudo" e nem como concebendo que há múltiplas leituras feitas a partir de uma frase cujo sentido é literal (nada mais ingênuo para um pragmatista que a suposição de fatores comensuradores). Outro cuidado: há diversas tendências no pragmatismo. Os jogos de linguagem para Wittgenstein são, cada um uma linguagem diferente. Já Habermas adota pressupostos ligados a Austin, o valor ilocucionário de um ato de fala é intencional, produz ações lingüísticas que conduzem ao entendimento,

socialmente legitimadas. Essa linha do pragmatismo pressupõe a linguagem como ação, com força ilocucionária. A linha de Quine e Davidson está mais próxima da de Foucault. Não só rejeita-se a comensuração, como a linguagem é uma prática cujo fim não se limita à comunicação que visa o entendimento, pelo contrário.

Resta o problema do sujeito: pensamos que ocupar a posição de sujeito no enunciado de um discurso como vê Foucault, **não** implica eliminar, em outras funções que a linguagem exerce, o aspecto comunicativo, no sentido de que é possível alguém dizer algo e exercer a linguagem como um querer dizer efetivo, isto é, produzir um ato de fala. Afinal, nós, bem ou mal, nos entendemos, argumentamos, damos razões uns aos outros. Se há um mecanismo diabólico por detrás que nos torna títeres num palco (o inconsciente, o sistema qualquer que ele seja, língua, sociedade, cultura) não podemos saber. Não há, para um hermenauta, nem para um genealogista, crítica total, e sim crítica radical. Não há determinações últimas, mesmo porque não há fundamentos últimos. Regras são construídas pela ação humana, e abandonadas pela ação humana. Algumas dentre elas há, que nos tornam melhores, a outras devemos resistir, denunciá-las, algumas são ardis da história. Mas são todas interpretações.

Concluimos que a linguagem serve a diversos propósitos, não é uma ferramenta destinada a um uso exclusivo, que seria o de referir (nomear, designar); assim também o mundo dos fenômenos não tem uma inteligibilidade intrínseca que demandaria modos específicos de serem conectados pela linguagem. Nomes, descrições, afirmações que veiculam proposições, dêiticos, indexadores, nenhum deles realiza direta e automaticamente a função de dizer o mundo. É preciso haver interpretação: signos interpretados por outros signos, situações dialógicas e contextos verbais/textuais demandando leitura(s).

O paradigma da comensuração, da verdade por correspondência, da figuração, não tem lugar nem função na linguagem vista como ação no mundo, concepção esta que leva a uma **melhor compreensão de nós mesmos e enseja novos modos de lidar com as situações**. Que a linguagem não seja simples código ou mensageira do pensamento, mostra que ela é o lugar no qual emergem o pensamento e os modos de conceptualizar o mundo, como "mundo" como "conjunto de coisas", e tantas concepções quantas cada época, cada saber, cada cultura, forem capazes ou tiverem necessidade de conceber e produzir. Que a linguagem não seja uma ponte entre o pensamento e a realidade, mostra que ela é não uma estruturação lógico/lingüística, que ela não é uma formatação *a priori* de eventos (forma lógica da proposição), mas **discurso** com efeitos práticos, políticos,

sociais. Assim como a luneta de Galileu "desdivinizou" os astros, o uso dos signos em situação "desdivinizou" o pensamento, a idéia, a realidade, a verdade. É num mundo permeado de signos, interpretado por signos, e semiotizado pela(s) linguagem(ns) que os homens agem, discutem, argumentam, valoram. Os discursos são não apenas portadores da significação, mas produtores de verdade, saber, poder, e, ao mesmo tempo tema de discussão, objeto de disputa. Fazemos muita coisa com a linguagem, referir é apenas uma possibilidade entre outras.

Isto sugere que a filosofia não é um corpo doutrinário de conclusões, mas uma série de questionamentos. Não temos a pretensão de ter razão e sim de dar razões, argumentar:

Filosofia, tanto como produto e como atividade, repousa na colocação rigorosa de questões, na clarificação de significados, no desenvolvimento e na crítica de argumentos, na produção de idéias e pontos de vista. Reside nos ângulos, nuances, estilos, lutas e revisões de autores individuais (BURGE, 1992: 51)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARAÚJO, Inês Lacerda. "Habermas: o conceito de agir comunicativo" in: *Modernidade e utopia*. Francisco Moraes Paz (Org.). Curitiba: Editora UFPR, 1994.
- _____. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
- _____. *Introdução à filosofia da ciência*. 2. ed. Curitiba: Editora UFPR, 1998.
- AUSTIN. *Quand dire c'est faire*. Trad. de Giles Lane. Paris : Seuil/Gallimard, 1970.
- . *How to do things with words*. 2. ed. Londres: Oxford University Press, 1975.
- BALDINGER. *Semantic theory. Towards a modern semantics*. Oxford: Basill, Blackwell, 1980.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da comunicação*. Trad. M. Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- BOVÉ, Paul. *Discourse*. In: LENTRICCHIA, F. & MCLAUGHLIN, T (eds). *Critical terms for literary study*. 2. ed. The University of Chicago Press, 1995.
- BROWN, G. e YULE, G. *Discourse analysis*. Londres: Cambridge University Press. 1983.
- BURGE, Tyler. "The philosophy of language and mind". In: *The philosophical review*. Vol. 101, 1992, Nova York.
- CHOMSKY, Noam. *New horizons in the study of language and mind*. Cambridge University Press, 2000.
- DAVIDSON, Donald. *Inquiries into truth and interpretation*. 6. ed. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- _____. Verdade e significado. In: *Fundamentos metodológicos da linguagem. Semântica*. Marcelo Dascal (Org.). Campinas, 1982. v. 3.
- DEWEY, John. *Experiência e natureza*. Trad. de Murilo Otávio R. Paes Leme. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Col. Os Pensadores).
- DONZÉ, Roland. *La grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*. 2 ed. Berna: Francke Berne, 1971.
- ECO, Umberto. *O signo*. 2. ed. Trad. de Fátima Marinho. Lisboa: Presença, 1981.

- _____. *Semiótica e filosofia da linguagem*. Trad. de Mariarosa Fabris e José Luis Fiorin. São Paulo: Ática, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5. ed. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999.
- . *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- _____. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.
- _____. *Histoire de la sexualité. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- _____. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978.
- GARDINER, Michael. *The dialogics of critique: M. M. Bakhtin and the theory of ideology*. London: Routledge, 1992.
- GUIRALDELLI JR., Paulo. *Neopragmatismo, Escola de Frankfurt e o Marxismo*. Rio de Janeiro: D P e& A., 2001.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia. Entre Facticidade e validade*. Trad. de Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. de Ana Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- _____. *Pensamento pós-metafísico*. Trad. de Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- _____. *Teoría de la acción comunicativa*. Trad. de Manuel Jimenez Rodondo. Madrid: Taurus, 1987.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. 2. ed. Trad. João Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- HOTTOIS G. *La philosophie du langage de Ludwig Wittgenstein*. Bruxelas : Éditions de L'université de Bruxelles, 1976.
- KATZ, Jerold. *La philosophie du langage*. Trad. de Janick Gazio. Paris: Payot, 1971.
- KEMPSON, Ruth. *Teoria semântica*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- KRIPKE, Saul A. *Naming and Necessity*. 8. ed. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993.

- LOCKE, John. *An essay concerning human undertanding*. London: Word, Lock and Co. Ltda.
- LOPES, Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- LYONS, John. *Semântica*. Lisboa : Presença/Martins Fontes, 1988. v. 1.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. "Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português contemporâneo". In: *Estudos de lingüística do texto*.
- GÄRTNER, E; SCHÖNBERGER; HUNDT, C. (Org.). Frankfurt: Main (no prelo).
- MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. "Construction des objets de discours er catégorisation: une approche des processus de référénciation". In: *TRANEL, Travaux Neuchâtel de linguistique*, n. 23, 1995.
- PÊCHEUX . *Por uma análise automática do discurso*. Trad. de Bethânia S. Mariani [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- _____. *O discurso, estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Escritos coligidos*. Trad. de Armando Mora de Oliveira e Sérgio Pomerangblum. São Paulo: Abril Cultural, Col. Os pensadores, 1980.
- _____. *Semiótica*. Trad. de José Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- PENNYCOOK, Alastair. Immeasurable Discoures. In: *Applied linguistics*. Vol. 15, n. 2, p. 115-135, Londres: Oxford Press University, 1994.
- PUTNAM, Hilary. *Razão, verdade e história*. Trad. de Antonio Duarte. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- QUINE, Wilard van Orman. *De um ponto de vista lógico*. Trad. de Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).
- . *Desde un punto de vista logico*. Trad. de Manuel Sacristan. Barcelona: Ariel, 1962.
- _____. *A relatividade ontológica*. Trad. de Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores)
- RECANATI, François. *Direct reference. From language to thought*. Oxford: Blackwell, 1997.

RORTY, Richard. "Keeping philosophy pure". In: *Consequences of pragmatism*. Londres: The Harvest Press, 1988.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Trad. de Antonio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *Contingency, irony and solidarity*. Cambridge: Cambridge University Pressm 1989.

RUSSELL, Bertrand. *Lógica e conhecimento*. Trad. de Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. 7. ed. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1975.

SCHAFF, Adam. *Linguagem e conhecimento*. Trad. de Manuel Reis. Coimbra: Almedina, 1974. Apud Whorf, B. "The relation of habitual thought and behavior do language", in: *Language, Thought and Reality*. USA: Massachusetts Institute of Technology, 1957.

SEARLE, John. *Os actos de fala*. Trad. de Carlos Vogt (et al.). Coimbra: Almedina, 1981.

SIMPSON, Thomas Moro. *Linguagem, realidade e significado*. Trad. de Paulo Alcoforado. Rio de Janeiro: Francisco Alves; São Paulo: EDUSP, 1976.

STALNAKER, Robert. "Reference and Necessity" in: *A companion to the philosophy of language*. Oxford: Blackwell, 1999.

STO AGOSTINHO. *De magistro*. Trad. de Ângelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Col. Os Pensadores.

STRAWSON, Peter Frederick. *Escritos lógico-lingüísticos*. Trad. de Balthazar BarbosaFilho. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Col. Os Pensadores).

STRAWSON, Peter Frederick. *Études de logique et de linguistique*. Trad. de Judith Miler. Paris: Seuil, 1977.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Trad. de Luis Carlos Bruni. São Paulo : Abril Cultural (Os Pensadores), 1979.

_____. *The Wittgenstein Reader*. Anthony Kenny (Org.). Oxford : Blackwell, 1996.

WITTGENTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. 2. ed. Trad. de Luis Henrique Lopes dos Santos. São Paulo : Edusp, 1994.